

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

**O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do
Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eunice Sueli Nodari

Florianópolis

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

**O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do
Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eunice Sueli Nodari

Florianópolis

2006

**O DESMATAMENTO DAS FLORESTAS DE ARAUCÁRIA E O MÉDIO
VALE DO IGUAÇU: UMA HISTÓRIA DE RIQUEZA MADEIREIRA E
COLONIZAÇÕES.**

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Eunice Sueli Nodari – orientadora – HST/UFSC

Prof. Dr. Maurício Sedrez dos Reis – CCA/UFSC

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma – UFSC/CFH/HST

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão – suplente - UDESC

Prof^a. Dr^a. Maria Bernardete Ramos Flores
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, aos meus pais, Xavier e Lurdes, meu irmão André e familiares, que sempre me acolheram com carinho e tolerância.

À professora Dr^a. Eunice Sueli Nodari, pela orientação e incentivo de sempre a pesquisa em história ambiental, apoiando e acreditando constantemente no valor da pesquisa acadêmica.

Aos professores Dr. Marcos Montysuma e Dr. Maurício Sedrez dos Reis, pela leitura e pelas sugestões e críticas para a versão final dessa dissertação.

A CAPES, pela bolsa de estudo concedida.

Aos meus colegas do Laboratório de Imigração e Migração, pelo companheirismo que nunca faltou. Igualmente ao professor Dr. João Klug, pela camaradagem e atenção de sempre.

Aos professores Dr^a. Natália Hanazaki, do Departamento de Ecologia e Zoologia, Centro de Ciências Biológicas da UFSC, e Dr. Nilvado Peroni (Unicamp), pela acolhida e incentivo durante as aulas de Introdução a Etnobotânica.

Aos meus amigos de Florianópolis dos anos de faculdade e do mestrado. À dona Mafalda e aos muitos amigos que na sua casa tive a sorte de encontrar.

Aos entrevistados, Srs. Fausto Moleri, Herbert Neumann, Herta Moecke, Hildo Senn e José Nelson Dissenha, pela abertura e confiança em me contar uma parte de suas vidas.

Não posso deixar de mencionar aqui também as pessoas de diversos arquivos, bibliotecas e instituições públicas em geral que me ajudaram a encontrar documentos valiosos para a pesquisa.

Aos funcionários do prédio da prefeitura de Porto União, por terem confiado e permitido a minha presença na pesquisa de documentos bem conservados no local.

À professora Aldanila E. W. Siquinelli, do curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFI), pela confiança e disposição em me ajudar na pesquisa no arquivo organizado por ela mesma nessa instituição.

Às bibliotecárias da FAFI e da Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória (FACE-UNIUV), pela permissão da consulta e atendimento prestativo a um estranho a essas instituições, mostrando na prática que as faculdades e universidades não podem ficar isoladas da comunidade em geral.

À Lídia, ex-funcionária da Fundação de Cultura e Turismo da prefeitura de União da Vitória, que teve o entusiasmo de me ajudar a pesquisar em um arquivo totalmente

desorganizado e cheio de caixas amontoadas ao sabor das intempéries, do qual consegui documentos importantes para essa pesquisa, e que eu nem sei se ainda existem.

Ao Sr. Roberto Domit de Oliveira, pela paciência e atenção em me mostrar documentos interessantíssimos da sua família em Irineópolis.

Às funcionárias da biblioteca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-Florestas), em Colombo-PR, pela atenção em receber um estudante de história em uma instituição de pesquisa das ciências agrárias e biológicas, principalmente.

Também agradeço aos funcionários das instituições: Arquivo do Estado de Santa Catarina, Biblioteca do Estado de Santa Catarina, Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Florianópolis, Biblioteca Central da UFSC, Arquivo do Estado do Paraná, Biblioteca do Estado do Paraná, Biblioteca do IBGE de Curitiba, Casa da Memória de Curitiba, Fórum da Comarca de Porto União, Biblioteca Pública de União da Vitória e Biblioteca Pública de Porto União.

E a todas as outras pessoas que me ajudaram indiretamente, apoiando e incentivando este trabalho.

As selvas naturais e virgens encerram vidas e riquezas, cujo verdadeiro valor e importância real, ainda se não podem avaliar devidamente. Protege-las é defender um patrimônio, que, uma vez perdido, jamais pode ser adquirido, quer pela força, quer pelo dinheiro. Salvar as florestas, tanto quanto possível, é garantir maiores possibilidades e recursos para a agricultura, indústria e comércio; é edificar uma nação e assegurar vida aos seus filhos. O direito de cada indivíduo acaba onde começa o de outro. Uma geração tem de respeitar o direito da advinda. A nenhuma assiste a faculdade de destruir ou reduzir as possibilidades de vida e gozo a aquela que a sucede. O homem precisa entender que é parte colaborante, elemento do conjunto de vidas de sobre a face da terra e saber que, se se excede, deixando de respeitar o direito alheio, as consequências serão sentidas, não somente pelos oprimidos e prejudicados, mas mesmo por ele e por todo o conjunto. O direito de viver assiste a cada ser; mas, o de abusar, a nenhum deles.

F. C. Hoehne, *Araucarilândia*.

A alternativa ao caminho da crescente violência é seguir a liderança dos dois maiores – e não por acaso, mais bem-sucedidos – líderes de movimentos de libertação dos tempos modernos: Gandhi e Martin Luther King. Com imensa coragem e resolução eles se mantiveram fiéis ao princípio da não-violência, apesar das provocações e, muitas vezes, ataques de seus opositores. Por fim, tiveram sucesso porque a justiça de sua causa não podia ser negada, e seu comportamento tocou a consciência até mesmo dos que a eles se opuseram. Os males que infligimos a outras espécies são igualmente inegáveis, quando vistos com clareza; e é na justiça de nossa causa, e não no medo de nossas bombas, que residem nossas possibilidades de vitória.

Peter Singer, *Libertação Animal*.

Sumário

Lista de figuras, mapas e tabelas.....	8
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Introdução.....	12
Capítulo 1 - História ambiental e ambientalismo: estabelecendo um diálogo.....	22
1.1 História ambiental e ambientalismo.....	22
1.2 O ambientalismo antigo e a formação de mitos biocêntricos e antropocêntricos.....	24
1.3 O ambientalismo das últimas décadas.....	34
1.4 Lendo historiadores ambientais.....	39
Capítulo 2 – Percorrendo a Araucarilândia.....	48
2.1 As florestas de araucária no Sul do Brasil.....	48
2.2 A machado, fogo e moto-serra: a história e a devastação das florestas de araucária.....	55
2.3 A crítica ambiental na Araucarilândia.....	79
Capítulo 3 – As florestas de araucária no Médio Iguaçu antes da ferrovia.....	92
3.1 Chegando ao Médio Vale do Iguaçu.....	92
3.2 Natureza, índios e caboclos.....	96
3.3 Fazendeiros e colonos.....	115
Capítulo 4 – Derrubando as florestas.....	122
4.1 Derrubando as florestas: a chegada da ferrovia e as primeiras serrarias.....	122
4.2 Os colonos europeus e a floresta de araucária.....	142
4.3 Décadas de 1930 e 1940: progressos insustentáveis.....	153
4.4 O esgotamento das florestas de araucária.....	164
Considerações finais.....	177
Acervos consultados.....	182
Fontes.....	183
Referências bibliográficas.....	191
Anexos.....	198

Lista de figuras

Figura 1 – Pinheiro de 1,15 metro de diâmetro sendo derrubado na floresta da fábrica Irani. (Irani-SC, 1957).....	66
Figura 2 – Rendimento de um pinheiro.....	69
Figura 3 - Serraria da fazenda Santa Leocádia em Canoinhas, incendiada pelos rebeldes em 1914.....	133
Figura 4 – Monumento aos imigrantes pioneiros em São Miguel da Serra.....	144
Figura 5 – Parreiral de Ernesto Leifer em Cruz Machado, União da Vitória. (sem data).....	151
Figura 6 - Planta do engenho de serra São Jorge, do Cel. Joaquim Domit, em Valões, 1933.....	160
Figura 7 – Estaleiro de toras na Serraria Matarazzo, em Concórdia, município de União da Vitória. (sem data).....	163

Lista de mapas

Mapa 1 – Área de ocorrência natural da floresta de araucária.....	13
Mapa 2 – Área antiga dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), com destaque para a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, com o ramal de São Francisco do Sul, e o rio Iguaçu.....	15
Mapa 3 – Município de União da Vitória em 1929.....	94
Mapa 4 – Município de Porto União em 1957.....	95
Mapa 5 – Fragmento do mapa do Estado do Paraná em 1896, organizado por ordem do governador José Pereira Santos Andrade.	98
Mapa 6 - Área antiga dos municípios de União da Vitória e Porto União, localizando as principais colônias e localidades.....	120
Mapa 7 – Fragmento do mapa fitogeográfico do Estado do Paraná, construído por Reinhard Maack, 1950.....	166

Lista de tabelas

Tabela 1 – Exportação de pinho (1911-1967).....	62
Tabela 2 - Produção de 1967 - Guias emitidas pelas Delegacias Estaduais do IBDF.....	71
Tabela 3 - A Floresta com Araucária no Paraná.....	76
Tabela 4 - Evolução da cobertura da Floresta com Araucária no Paraná.....	78
Tabela 5 - Serrarias e carpintarias em União da Vitória, 1906.....	129
Tabela 6 - População pecuária do município de Porto União em 1938.....	152
Tabela 7 - Levantamento do INP da reserva de pinheiros – 1949/50 (União da Vitória e Porto União).....	170

Resumo

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações.** 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

Esse trabalho tem o objetivo de analisar o processo histórico de desmatamento da floresta de araucária na região do Médio Iguaçu. A floresta de araucária, ou Floresta Ombrófila Mista, já ocupou no passado cerca de 200 mil km² dos planaltos do Sul do Brasil. Hoje, ela está restrita a pequenos remanescentes bastante degradados e que continuam a sofrer pressão de atividades agropecuárias, extração de madeira e do crescimento urbano. Na região do Médio Vale do rio Iguaçu, mais especificamente nos municípios de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), houve esse mesmo processo de destruição acelerada dos recursos naturais, para o qual concorreram diversos fatores, como a extração seletiva de madeira para as serrarias, a derrubada sistemática para as atividades agropecuárias e o uso das queimadas. Nessa pesquisa, o objetivo foi o de acompanhar esse processo histórico de desmatamento da região, iniciado de maneira sistemática no final do século XIX, esclarecendo suas particularidades em relação a outros locais e também avaliando os fatores que mais contribuíram para o desmatamento. A metodologia da pesquisa consistiu na análise das documentações mais diversas. Desde a leitura prévia da historiografia regional, passando por jornais, relatos de viajantes e imigrantes, processos judiciais, leis e decretos antigos, mapas, estatísticas, documentos administrativos de prefeituras, até entrevistas e observações pessoais e diretas da realidade ecológica da região. Um dos aspectos mais discutidos no trabalho é a atividade madeireira, que foi um dos fatores, ao lado da colonização, preponderantes para a alteração da paisagem. Desde a extração seletiva das grandes árvores, causando empobrecimento genético, no início do século XX, até o corte de pinheirinhos de 15 cm de diâmetro ou menos para as indústrias de pasta de madeira após a década de 1940, as serrarias da região embarcaram as florestas nos vagões para que fosse atendida a demanda por madeira em São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados, e também em vários países do mundo. Nesse contexto, uma única espécie, o pinheiro, representou por muitas décadas, antes que o pinus viesse substituí-lo, mais de 80% de toda a madeira exportada pelo Brasil, quando o comércio de madeiras amazônicas era inexpressivo. Esperamos que ao realizar uma pesquisa em história de como a floresta de araucária, incluindo toda sua biodiversidade de fauna e flora, foi em grande parte destruída no século XX, possamos contribuir para o debate recente em torno das políticas ambientais para essa formação florestal.

Palavras-chave: *Araucaria angustifolia*, desmatamento, União da Vitória, Porto União.

Abstract

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **The deforestation of araucaria forest and the Middle Valley of the Iguaçú: a history of timber wealth and colonizations.** 2006. Thesis (Master degree in History) – UFSC, Florianópolis.

This thesis has the objective of analyzing the historic process of deforestation of the araucaria forest in the region of the Middle Iguaçú. The araucaria forest, or *Floresta Ombrófila Mista*, occupied in the past near 200 thousand km² of the tablelands of Southern Brazil. Nowadays, it is restrict in smalls remnants a lot degraded and still suffering pressure of agricultural activities, timber extraction and urban increasing. In the region of the Middle Valley of the Iguaçú river, more specifically in the municipalities of Porto União (SC) and União da Vitória (PR) happened the same process of accelerated destruction of natural resources. Various factors contributed for it, including the selective timber extraction to sawmills, the systematic deforestation to the agricultural activities and the use of burn. In this thesis, the objective were to accompany this historic process of deforestation of the region, started in the final of nineteenth century, explaining the specificities in relation to other places and evaluating the factors that more contributed for it. The methodology of the research consisted in analyzing many kinds of documents. Since the previous reading of the regional historiography, newspapers, traveler and settler narrations, legal proceedings, old laws and decrees, maps, statistic, city hall documents, until interviews and personal observations of the local environment. One of the more discussed points in this thesis was the timber activity, which were, beside the colonization, one of the preponderant factors to the alteration of the landscape. Since the selective extraction of big trees in the beginning of the twenty century, causing genetic impoverishment, until the cut of small araucarias with 15 cm of diameter or less, for industries of paste of wood after the 1940's, the sawmills of the region embarked the forests in wagons to attend demand for wood in São Paulo, Rio de Janeiro, and other States, and many countries in the world. In this context, only one species, the *Araucaria angustifolia*, represented for many decades, before the *Pinus* came in substitution, more than 80% of all timber exported by Brazil, when the commerce of Amazonian timbers were inexpressive. We expect that, realizing this research showing how the araucaria forest were in the most part destructed, including all biodiversity of fauna and flora, we can contributed for the recent discussion about the environmental politics to this ecosystem.

Key-words: *Araucaria angustifolia*, deforestation, União da Vitória, Porto União.

Introdução

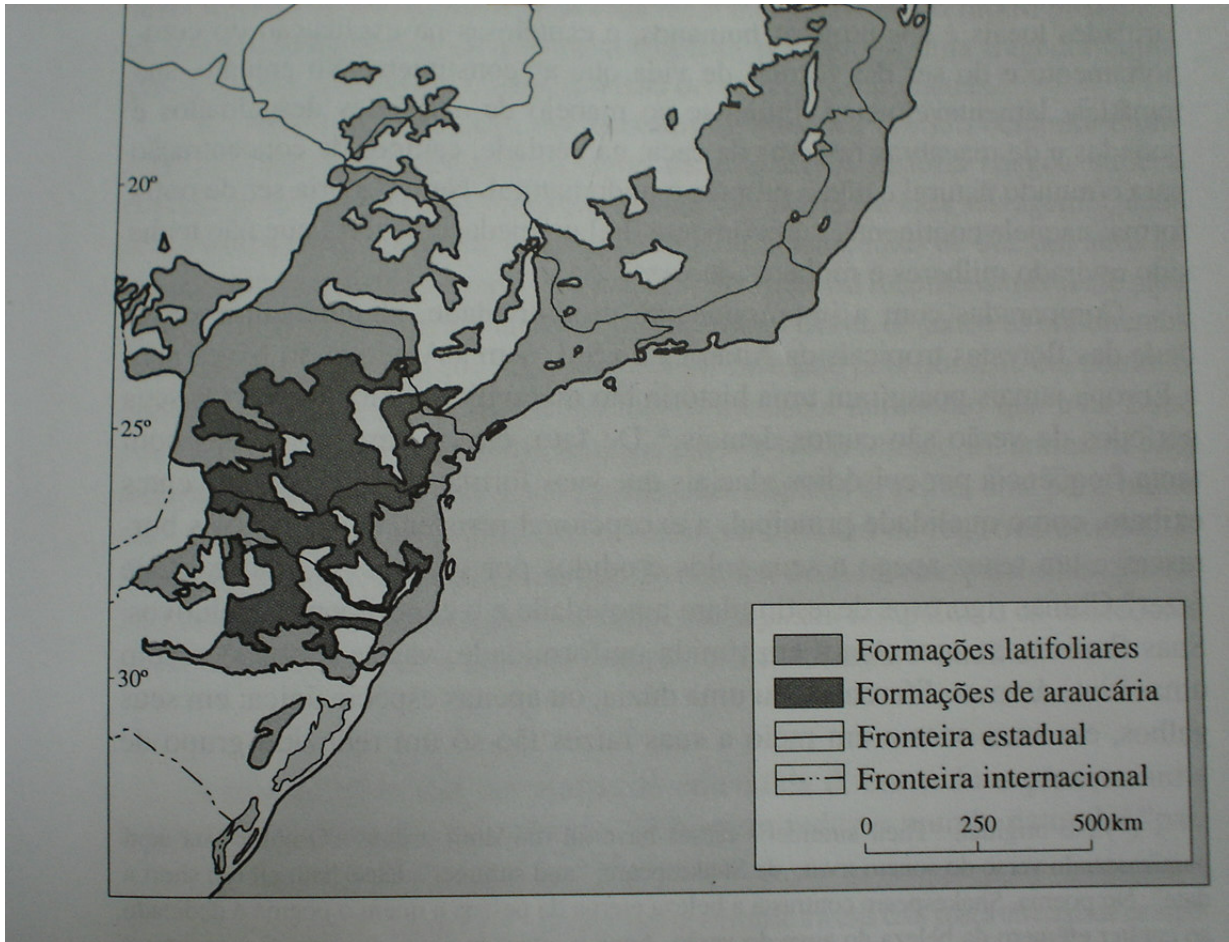
Este trabalho tem o objetivo de discutir a história da devastação da floresta de araucária, um dos ecossistemas mais ameaçados do país. A abordagem da história do desmatamento aqui apresentada inclui a floresta de araucária de maneira geral, com o apoio dos resultados de nossos trabalhos anteriores e principalmente, uma pesquisa mais detalhada desse processo histórico na região do Médio Vale do rio Iguaçu, nas áreas antigas dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC). Ao participarmos dos projetos de pesquisa elaborados pela professora Eunice Sueli Nodari, começamos a perceber a riqueza da temática e as possibilidades que o assunto da devastação da floresta de araucária oferecia as pesquisas em história. Enquanto analisávamos o processo histórico de desmatamento no Oeste e na região de Lages, em Santa Catarina, iniciamos uma compreensão vaga de que existia uma problemática semelhante nessas regiões. Agora durante as pesquisas e leituras do Mestrado tivemos a clareza da relevância econômica, social, política, cultural da devastação da floresta de araucária, não só em regiões específicas como o Médio Vale do Iguaçu, mas em toda área da formação florestal, que cobria até o final do século XIX, cerca de 200 mil km² dos planaltos do Sul do Brasil.¹

É amplamente desconhecido o fato de que a araucária ou pinheiro (*Araucaria angustifolia*), árvore característica que dá nome ao ecossistema, representou a principal riqueza madeireira do país por várias décadas, constituindo-se em recurso natural essencial da urbanização de São Paulo, Rio de Janeiro e na construção de Brasília. A super-exploração do ecossistema como um todo e da araucária em particular também atendeu as demandas por madeira na reconstrução de países europeus arrasados pelas guerras mundiais, na primeira metade do século XX. Até a década de 1970, quando se sentiu o esgotamento geral das florestas no Sul do país, as florestas de araucária representavam uma riqueza muito superior a floresta amazônica, que até então não era explorada em larga escala. Cientistas naturais e funcionários de órgãos governamentais já percebiam há décadas as notáveis qualidades da

¹ A floresta de araucária tem recebido diversas denominações, como mata de araucária, floresta com araucária, mata de pinhais. A terminologia oficial proposta pelo IBGE é a Floresta Ombrófila Mista. Nesse trabalho serão utilizadas na maior parte das vezes as denominações floresta de araucária e Araucarilândia. Só frisamos que o termo Araucarilândia é emprestado da obra do naturalista F. C. Hoehne, publicada em 1930. Hoehne inventou esse título, segundo ele buscando inspiração em nomes indígenas como “Curytiba”, pois acreditava que seria mais fiel ao que estava descrevendo do que “esses nomes que lhes dão, hoje, os nossos sertanejos e com que as batizam as sciencias, ao arrolal-as nos seus catálogos.” HOEHNE. F. C. **Araucarilândia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930. p.7.

madeira da araucária, bem como o maior rendimento por hectare da floresta de araucária como um todo em relação a outros ecossistemas brasileiros.²

Mapa 1 – Área de ocorrência natural da floresta de araucária.



FONTE: DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.21.

No Sul do Brasil em particular, a indústria madeireira baseada na exploração do ecossistema sustentou e ensejou igualmente a riqueza econômica de inúmeros municípios e regiões do planalto, constituindo-se em uma força poderosa de atração de pessoas. E também fomentou a riqueza econômica de muitas famílias de madeireiros, que desde há alguns anos substituíram a araucária pelo pinus ou pelas madeiras nobres trazidas da Amazônia.

Diferentemente da Amazônia, da floresta de araucária restam hoje apenas 2 a 4% da área original³, formados de pequenos fragmentos de mata bastante alterados por décadas de extração de madeira, atividade extrativista e agropecuária.

² BARROS, Eudoro H. Lins de. **Recursos Florestais da Bacia Paraná-Uruguaí**. São Paulo: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1956. p.14.

Assim, a proposta desse trabalho é analisar os diferentes fatores que contribuíram para esse processo histórico de desmatamento, enfatizando o papel da indústria madeireira e da colonização européia, e mostrando como a destruição irresponsável de todo um patrimônio natural sustentou a riqueza e o poder político de gerações de madeireiros e influenciou nas atuais feições econômicas e políticas de muitos municípios. Além de madeireiros e colonos, são feitas considerações sobre as interações entre índios, caboclos e fazendeiros e a floresta de araucária, a fim de compreender-se o alcance do impacto ambiental de diferentes modos de vida.

Quanto a abrangência espacial do trabalho, além de apresentarmos um estudo envolvendo a região do Médio Vale do Iguaçu, elaboramos um quadro mais geral desse processo histórico de desmatamento na floresta de araucária como um todo, e que pode ser delimitado temporalmente entre 1873, com a construção da Estrada da Graciosa, ligando Curitiba a Antonina, até a década de 1970, em que se percebe o esgotamento geral das florestas de araucária no Sul do Brasil.⁴

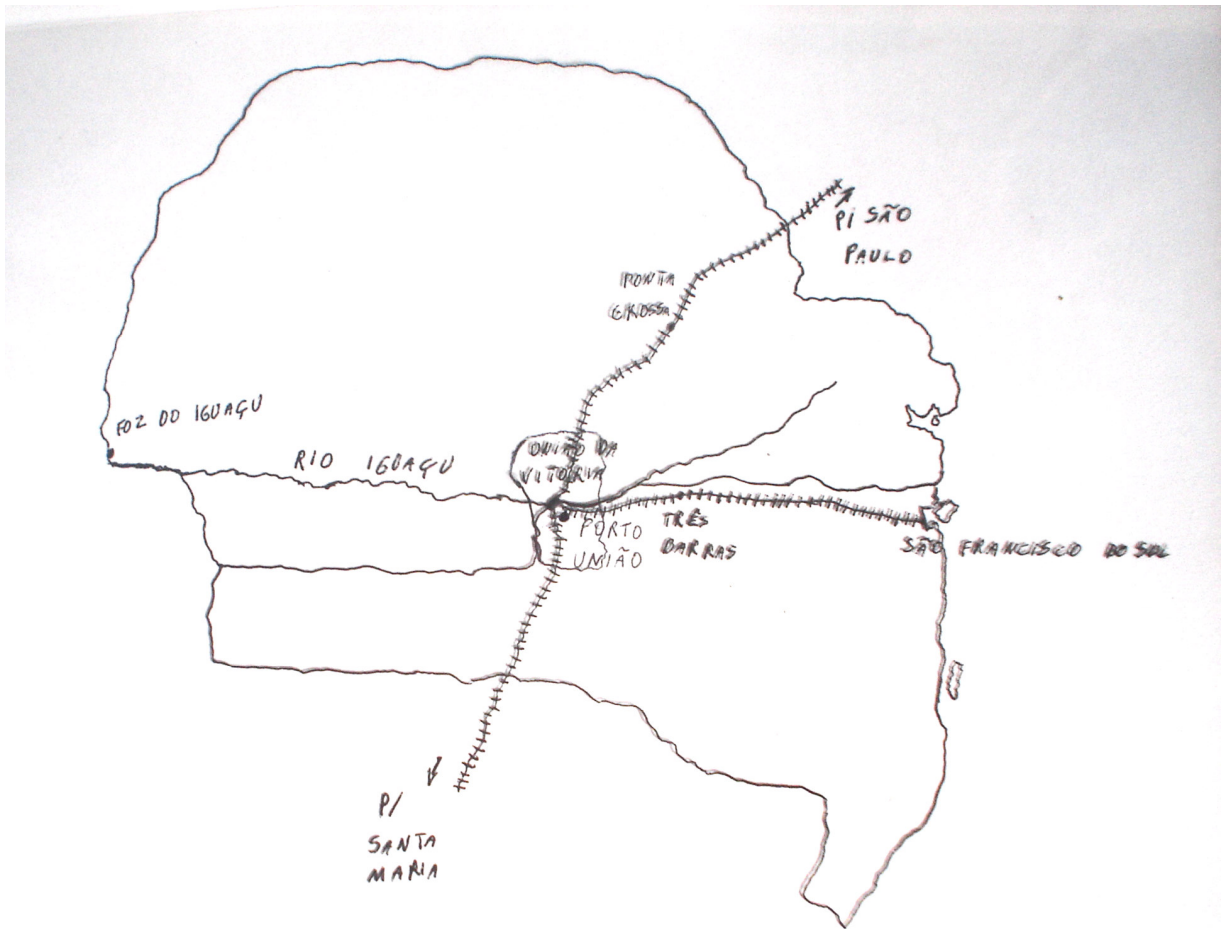
Na região do Médio Iguaçu, nos municípios de União da Vitória e Porto União, a pesquisa das fontes também foi orientada no sentido de entender as alterações na paisagem provocados pelas serrarias e pela agropecuária da colonização européia, no período de tempo que se inicia com a chegada da ferrovia, na primeira década do século XX até as décadas de 1950 e 1960, em que as fontes indicam o esgotamento das florestas primárias de araucária na região.

Portanto, a razão pelo título “O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu” indica que esse trabalho não se resume somente a estudar uma região específica, uma localidade mais restrita, mas apresenta um panorama da história mais geral da devastação da floresta de araucária nos três Estados do Sul, sem deixar de se apoiar em fontes locais. A discussão mais geral, apresentada no capítulo 2, é complementada pelas pesquisas de fontes locais da região de União da Vitória e Porto União, e exposta nos capítulos 3 e 4.

³ GUERRA, Miguel P. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 87.

⁴ CASTELLA, Paulo R.; BRITZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**/ Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.13.

Mapa 2 – Área antiga dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), com destaque para a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, com o ramal de São Francisco do Sul, e o rio Iguazu.



FONTE: Desenho do autor.

No primeiro capítulo, esboçamos algumas reflexões teóricas sobre a história ambiental na sua relação com o ambientalismo, a fim de aproximarmos algumas discussões da história ambiental às motivações do ambientalismo. Esse capítulo também foi útil para expormos as idéias que estão animando a construção da narrativa e a escolha por esse tema. São abordados alguns aspectos do ambientalismo mais antigo, anterior a década de 1960, bem como as idéias ambientalistas mais recentes. No final do capítulo ainda são discutidas algumas obras de história ambiental, como *A ferro e fogo*, de Warren Dean, *Imperialismo Ecológico*, de Alfred Crosby, *Uma História Verde do Mundo*, de Clive Ponting e *Paisagem e Memória*, de Simon Schama.⁵

⁵ DEAN, op. cit. CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O segundo capítulo, “Percorrendo a Araucarilândia”, aborda o processo histórico mais geral da devastação da floresta de araucária no Sul do país, se apoiando em nossas pesquisas da iniciação científica e de uma revisão de literatura que compreende biólogos, engenheiros florestais, agrônomos, naturalistas e historiadores, num esforço de apresentar um estudo interdisciplinar, ao que parece, indispensável para a história ambiental. Também utilizamos fontes como os anuários brasileiros de economia florestal, publicados pelos extintos Instituto Nacional do Pinho e Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal. Constituiu-se em uma tentativa de buscar uma história da floresta de araucária mais abrangente, assim como Warren Dean realizou em *A ferro e fogo*. Abordamos desde alguns aspectos da ecologia do ecossistema, incluindo a relação do biológico com o econômico, até a crítica ambiental desenvolvida a partir do início do século XX, e que se intensifica em meados do século, sobre a devastação da floresta de araucária.

No terceiro capítulo já abordamos mais especificamente uma série de fontes da região do Médio Iguaçu, pois expomos alguns aspectos do processo de ocupação territorial da região por indígenas e a (re)ocupação por caboclos, fazendeiros e o próprio surgimento da vila de União da Vitória. Na questão indígena principalmente, não tivemos a pretensão de um estudo aprofundado, e apenas mencionamos algumas fontes e referências que indicam a sua presença na região. O nosso objetivo em mencionar a ocupação territorial por indígenas, caboclos e fazendeiros é a de avaliar a convivência (sustentável?) desses atores com a floresta de araucária na região, e assim fazemos algumas reflexões teóricas a respeito. Também é abordada no final do capítulo, a chegada da colonização européia e da ferrovia, que foram sem dúvidas agentes poderosos de alteração da paisagem na região.

O quarto e último capítulo abordam especificamente o Médio Vale do Iguaçu, nas áreas dos antigos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), localizados respectivamente no Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. A maior parte das fontes da pesquisa é apresentada nesse capítulo, que abrange o significado ecológico da chegada da ferrovia, a relação entre a colonização européia na região e as florestas, a implantação e os progressos tecnológicos da indústria madeireira, até o esgotamento das florestas de araucária primária por volta da década de 1950 e os deslocamentos dos madeireiros em direção a outras regiões. A indústria madeireira, expressiva até os dias de hoje na região, explorou intensivamente as florestas de Porto União e União da Vitória, apesar do rigor dos vários

códigos florestais estaduais e federais instituídos desde o início do século XX.⁶ Não encontramos nenhum documento indicando alguma punição ou obrigação de ao menos reflorestar o que foi extraído das matas. Praticamente não houve reflorestamento algum da floresta de araucária, e os reflorestamentos de pinus a partir do final da década de 1960 visavam unicamente aproveitar os incentivos fiscais concedidos e garantir uma reserva futura de madeira, dados a escassez de madeira nativa a partir de então. A riqueza econômica da indústria madeireira da região foi construída à custa de um valioso patrimônio de recursos naturais. Nesse processo de desmatamento obviamente também contribuíram outros fatores como o crescente consumo de lenha para uso doméstico e para outras indústrias e a colonização, que talvez tivesse um peso ainda maior do que a indústria madeireira.

Nos últimos anos, apesar da queixa geral do rigor da legislação ambiental temos acompanhado na imprensa vários casos de amplos desmatamentos da floresta de araucária.⁷

Se a indústria madeireira na região é um dos nossos principais focos de atenção, é preciso alertar que esse não é um trabalho de história econômica da madeira, e que já foi razoavelmente estudado há alguns anos. Os trabalhos que classificamos como história econômica da madeira, e utilizados nessa pesquisa, incluem: *A madeira em Santa Catarina*, de R. P. Eduardo; *A madeira na economia paranaense*, de A. M. Lavalley; *A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava*, de C. F. C. Luz; *Madeiras, Balsas e Balseiros*, de E. Bellani; *Ciclo da Madeira*, de N. Thomé.⁸ Esses trabalhos, apesar de apresentarem informações importantes para uma pesquisa como essa, são bastante diferentes de um trabalho de história ambiental, pois dirigem seu foco para a questão econômica do produto “madeira”, e não para a problemática ambiental mais ampla do desmatamento e do esgotamento dos recursos naturais. Assim, esse trabalho não se limita a uma história da indústria madeireira,

⁶ No subcapítulo 2.3 fazemos algumas considerações sobre os códigos florestais estaduais e federais instituídos no século XX.

⁷ Como exemplos citamos: BECKER, Marcelo. Desmatamento recorde no Planalto: Polícia denuncia que a ação destruiu o equivalente a 1,2 mil campos de futebol, em Santa Cecília. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.22, 17 nov. 2003. BECKER, Marcelo. Flagradas novas áreas devastadas: são três desmatamentos em uma semana. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.20, 22 nov. 2003. RODRIGUES, Liziane. Cortados 1,8 mil pinheiros e imbuías: o desmatamento foi no município de Major Vieira. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.20, 23 out. 2004. ROSA, Diego. Flagrada destruição de floresta nativa: cinquenta e oito hectares sofreram a ação do corte ilegal de imbuia, ameaçada de extinção. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.25, 19 nov. 2004. BECKER, Marcelo. Corte ilegal marca Dia da Mata. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 28 maio 2003. ROSA, Diego. Floresta nativa de SC perto do fim: se o desrespeito às áreas de preservação prosseguir no atual ritmo, matas acabam em 20 anos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.34, 25 nov. 2004.

⁸ EDUARDO, Rosemari Pozzi. **A madeira em Santa Catarina (1930-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1974. LAVALLEY, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba, GRAFIPAR, 1981. LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava (1915-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1980. BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1917-1950)**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1991. THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX**. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

mas investiga a questão mais ampla das diversas modalidades de interferência de indígenas, caboclos, colonos, fazendeiros e madeireiros sobre o ecossistema que os abrigava.

Sobre a razão da delimitação espacial proposta, ao mesmo tempo tentamos compatibilizar a questão mais ampla da devastação das florestas de araucária, e que ainda merece um trabalho de pesquisa muito mais aprofundado, e o conhecimento e a familiaridade que temos com a região de Porto União e União da Vitória, de modo que facilitou a nossa busca pelas fontes. E se tivéssemos nos detido apenas a região do Médio Iguaçu teríamos ficado alheios a questões mais amplas que eram uma constante nos planaltos do Sul.

Como apontou Donald Worster, as temáticas da história ambiental frequentemente desafiam uma delimitação espacial mais tradicional, baseada nas fronteiras nacionais, e acrescentaríamos, nas fronteiras políticas em geral.⁹ José Augusto Drummond também se refere a esse pressuposto fundamental presente em uma série de trabalhos em história ambiental:

Inicialmente traçarei algumas características metodológicas e analíticas da história ambiental. A primeira delas é que quase todas as análises focalizam *uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural*: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante.¹⁰

Essas delimitações baseadas em atributos naturais certamente fazem parte do intento da história ambiental de entender a natureza como algo ativo, como uma coisa dinâmica que tem influência na sociedade e cultura humana, muitas vezes definindo as escolhas humanas. A história ambiental, segundo Donald Worster, rejeita a idéia de que as ações humanas estão isentas de restrições naturais, e de outra forma, de que as sociedades humanas não sofrem influência de condicionantes naturais.¹¹

A delimitação espacial proposta nessa pesquisa não corresponde na verdade, a “uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural”. Pois o objetivo é abordar o processo histórico do desmatamento na região do médio curso do rio Iguaçu, mais especificamente nas áreas antigas dos municípios de Porto União (SC) e União da Vitória (PR). Portanto, assim como uma série de outros trabalhos em História, se trata de uma delimitação com base em critérios políticos principalmente, uma vez que essa escolha tem a conveniência de facilitar o acesso e a organização das fontes.

⁹ WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991. p. 199.

¹⁰ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991. p.181.

¹¹ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e sociedade**, v.5, n.2. 2003. p.23-44.

Quando pesquisávamos nos projetos de Iniciação Científica sobre a história do desmatamento em regiões como o Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina e na região de Lages, fomos percebendo gradualmente que se tratava de uma pesquisa mais ampla, um assunto que demandava um maior alcance do que as temáticas mais tradicionais da historiografia de Santa Catarina.¹² Assim, ao longo dessa pesquisa, ficou cada vez mais claro para nós que a história do desmatamento no Médio Iguaçu e de outros lugares do planalto tem relação direta com a questão mais geral da devastação da floresta de araucária em todo o planalto sul-brasileiro durante o século XX, essa sim uma delimitação com base em critérios naturais. Essa questão mais ampla, discutida no capítulo 2, da devastação da Araucarilândia, ajudou a entendermos as dinâmicas gerais desse processo, e assim relacionar com as fontes e questões específicas que se desenrolaram no Médio Iguaçu.

Mas mesmo essa nossa escolha pelas áreas antigas dos municípios de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) se mostrou bastante complicada. Embora as cidades sejam historicamente bastante unidas em termos físicos, econômicos, sociais, se tratam de municípios de Estados diferentes, e assim as fontes acabaram pulverizadas em diferentes arquivos e bibliotecas de Florianópolis e Curitiba. Sabíamos dessa dificuldade, mas acreditamos que teria sido muito artificial optarmos por um ou outro município, já que o próprio município e cidade de Porto União foi desmembrado do município de União da Vitória em 1917, com o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina. Além do mais, tivemos a oportunidade de nos depararmos com a relevância da questão da araucária também no Estado do Paraná, pois estávamos habituados em analisar a questão para o Estado de Santa Catarina.

Em relação ao recorte temporal temos uma situação semelhante. Abrangemos nesse trabalho desde alguns aspectos da ocupação indígena, da escala dos milhares e centenas de anos atrás, comentamos a chegada dos fazendeiros e caboclos a região de Palmas e União da Vitória ainda na primeira metade do século XIX, a chegada da colonização e da ferrovia, até os assuntos mais recentes da introdução do pinus nas décadas de 1960 e 1970 e brevemente o debate recente sobre a criação de unidades de conservação da mata de araucária em 2005. Na prática as nossas fontes se reportam principalmente ao período entre meados do século XIX e as décadas de 1950 e 1960, mas sem perder o fio condutor entre as questões mais antigas e

¹² NODARI, Eunice S.; PAEGLE, Eduardo G. M; CARVALHO, Miguel M. X. de. **A machado, fogo e moto-serra: a história da devastação das florestas do Oeste de Santa Catarina**. Projeto de Pesquisa PIBIC/ CNPq. UFSC, 2002. NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. **A machado, fogo e moto-serra: a história da devastação das florestas do Oeste de Santa Catarina – a atuação das colonizadoras (Companhia Territorial Sul Brasil e Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso)**. Projeto de Pesquisa PIBIC/ CNPq. UFSC, 2002, 2003. NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. **Araucária: símbolo de uma era – o planalto de Lages**. Projeto de Pesquisa PIBIC/ CNPq. UFSC, 2002, 2003.

mais recentes a esse recorte. As décadas de 1950 e 1960 significaram na região o esgotamento das florestas primárias, embora a atividade madeireira com base nas matas nativas continuasse intensa por mais algumas décadas. Na verdade, com as inúmeras emancipações de distritos da região em novos municípios a partir da década de 1950, e o próprio aumento do volume da documentação nas décadas mais recentes, o acesso às fontes torna-se por esse motivo muito mais difícil, de modo que ficamos impossibilitados de fazermos análises mais aprofundadas para a segunda metade do século XX.¹³ De qualquer forma, a intenção foi não buscar definir recortes temporais rígidos, baseados em eventos políticos, por exemplo, e sem relação alguma com as transformações da paisagem da região.

Quanto às fontes, arroladas no item Fontes, foram pesquisadas em arquivos, museus, bibliotecas, prefeituras de União da Vitória e Porto União, e também Curitiba e Florianópolis, e incluem fontes diversificadas como jornais, registros de impostos, alvarás, mapas, fotografias, processos de terras, processos judiciais em geral, entrevistas, estatísticas e outras. Embora alguns documentos, como os registros de impostos e alvarás, tenham sido bastante utilizados no capítulo 4, não elegemos nenhum documento ou conjunto de documentos como centrais para a pesquisa, pois foram analisadas de modo a se complementarem, de acordo com os assuntos discutidos.

No segundo capítulo, quando elaboramos o quadro mais geral da devastação da floresta de araucária no Sul do Brasil, exploramos bastante os Anuários Brasileiros de Economia Florestal, publicados pelo Instituto Nacional do Pinho e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal entre 1948 e 1968, e que se constituem em material riquíssimo para o estudo do processo histórico do desmatamento. O conjunto de 19 volumes dos Anuários de Economia Florestal apresenta uma série de artigos de naturalistas, biólogos, geógrafos, funcionários de órgãos governamentais e de madeireiras e políticos que apontam para várias temáticas ligadas a floresta de araucária, como aspectos ecológicos, da economia madeireira, da legislação e da problemática da devastação. Além disso, apresentam uma grande quantidade de dados estatísticos sobre a economia madeireira e a situação das florestas de araucária.

No terceiro capítulo, além de explorarmos alguns autores da historiografia local de União da Vitória e Porto União, também iniciamos a apresentação das fontes relacionadas ao contexto regional. Mas é no capítulo final que expomos a maior parte das fontes da pesquisa,

¹³ A primeira emancipação foi o distrito de Cruz Machado em 14/11/1951. A seguir Paula Freitas em 29/11/1963 e Porto Vitória em 08/12/1963. Em Porto União ocorrem as emancipações: Matos Costa em 23/04/1962, e que abrangia a área do atual município de Calmon, desmembrado desse último, por sua vez, em 09/01/1992. Irineópolis em 22/07/1962.

costurando as questões mais gerais debatidas no segundo capítulo, com as fontes relacionadas ao regional, revelando as peculiaridades e as similaridades do Médio Vale do Iguaçu com as questões mais amplas da devastação da floresta de araucária em todo o Sul do Brasil.

Capítulo 1

História ambiental e ambientalismo: estabelecendo um diálogo

1.1 História ambiental e ambientalismo.

A disciplina da História, além de ter chegado tarde ao debate ambiental, não tem ainda produzido um volume e elaboração de conhecimento a altura dos problemas ambientais contemporâneos e também em relação a toda tradição de crítica ambiental que tem sido feita, especialmente nas últimas décadas. Embora já tenha sido produzida uma série de obras dentro desse campo nos Estados Unidos e na Europa, no Brasil, em comparação a outras temáticas abordadas pelos historiadores, a história ambiental possui muito pouca representatividade em programas de pesquisa e em número de obras publicadas. Isso mereceria maior reflexão se formos pensar que se trata de um país com uma das maiores biodiversidades, e que abriga a maior floresta tropical do mundo, cujo futuro e destruição/conservação é discutido em todo o mundo.

Não é nosso objetivo aqui fazer um balanço detalhado do estado da arte da história ambiental, que seria uma empreitada de fôlego e demandaria muito mais leituras que as realizadas nessa pesquisa. Mesmo assim, julgamos necessário dedicar um capítulo da dissertação para fazer algumas considerações sobre as motivações, metodologias e perspectivas da história ambiental, bem como das idéias ambientalistas que a animam, para contribuímos com subsídios teóricos e metodológicos para as embrionárias pesquisas nesse campo historiográfico. Essas reflexões também nortearão os leitores para entender e localizar/filiar as estratégias explicativas do autor na análise do processo histórico do desmatamento no Médio Iguaçu.

A história ambiental foi reconhecida por Donald Worster como um campo historiográfico que abrange “uma grande variedade de assuntos”¹⁴, agrupados em três conjuntos básicos de questões: os aspectos orgânicos e inorgânicos do meio ambiente, os diversos modos com que os povos utilizaram os recursos naturais e as percepções, mitos e valores éticos que indivíduos e sociedades estabeleceram com a natureza.¹⁵ Cada um desses níveis de pesquisa demandaria formas específicas de análise e de relação com outras

¹⁴ WORSTER, op. cit., p.202.

¹⁵ Ibid., p.201, 202.

disciplinas. Dessa maneira, Worster apresentou uma definição bastante ampla desse campo de pesquisa:

Assim, definida etimologicamente, a história ambiental lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana. Ela estuda todas as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário.¹⁶

Enrique Leff, em texto sobre a construção da história ambiental na América Latina, também aponta para uma grande variedade de assuntos e também de abordagens que podem ser incluídos com essa rubrica. Quanto às abordagens, incluiria desde o que chama de “história ecológica”, que daria mais ênfase nos impactos das sociedades humanas sobre o meio natural, até a história ambiental munida do paradigma da complexidade, que teria um acento nos aspectos interdependentes das culturas, tecnologias e políticas, com os aspectos físicos e biológicos do meio ambiente.¹⁷

A proposta de Leff para a história ambiental acentua a importância da utilização do paradigma da complexidade ambiental, a fim de dar conta dos processos complexos de interação entre os fatores simbólicos, políticos, sociais, tecnológicos, biológicos e físicos. Isso gera uma série de estratégias diferenciadas de pesquisa e de metodologias. Nessa perspectiva, Leff propõe quatro vertentes privilegiadas para a história ambiental: a) A história epistemológica da complexidade ambiental; b) A hermenêutica das narrativas sobre as relações sociedade-natureza; c) A complexificação dos tempos na era da sustentabilidade; d) Os atores sociais, o movimento ambientalista e a abertura da história.¹⁸

Em que pese toda essa diversidade de temáticas e abordagens possíveis a história ambiental, parece haver um consenso de que esse campo de pesquisa está fortemente ligado aos movimentos ambientalistas e a crítica ambiental das últimas décadas. O pensamento ambientalista influenciou não só a História, mas também outras áreas de conhecimento:

A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. [...] A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho acadêmico nas áreas de direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento.¹⁹

¹⁶ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história, op. cit. p.25.

¹⁷ LEFF, Enrique. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. Tradução: Ely Bergo de Carvalho. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p. 11-29.

¹⁸ Ibid., p. 5.

¹⁹ WORSTER, Para Fazer História Ambiental. op. cit., p. 199.

Enrique Leff também localiza a história ambiental no contexto da emergência e relevância que a questão ambiental vem tomando nas últimas décadas:

O ambiente irrompeu no discurso político e científico do nosso tempo como um conceito que vem a resignificar as concepções do mundo, de desenvolvimento, da relação da sociedade com a natureza, do tempo e da sustentabilidade da vida. O *ambiente* emerge como um pensamento holístico que busca reintegrar as partes de uma realidade complexa; é o campo de saber que viria a completar as visões parciais e o desconhecimento da natureza por parte dos paradigmas científicos da modernidade. Desta maneira, uma série de disciplinas científicas, de práticas profissionais e de ações sociais vem se “ambientalizando”. Dentre elas, uma das mais atrasadas entre as ciências sociais é a história. Não somente por ter esquecido dos condicionantes naturais dos fatos históricos e colocado de lado a destruição da natureza gerada pela sua visão da supremacia do homem e das “ações humanas”, mas também por ter se subtraído do seu objetivo de indagar o tempo.²⁰

O movimento ambientalista das últimas décadas tem um caráter bastante complexo, com toda uma gama de atores e posicionamentos os mais diversificados, o que tende a refletir nas pesquisas acadêmicas realizadas. De forma geral, o ambientalismo vem se caracterizando por não propor apenas reformas setoriais da sociedade e do desenvolvimento, mas para a construção de novos projetos de civilização. Nesse sentido, Enrique Leff também argumenta que a história ambiental não é apenas uma história do ambiente, mas uma nova maneira de olhar a história.²¹

1.2 O ambientalismo antigo e a formação de mitos biocêntricos e antropocêntricos.

Na verdade, pensar o ambientalismo como manifestações políticas e sociais das últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1960, é um tanto superficial, pois não teria havido tempo suficiente para a formação e amadurecimento de tal conjunto bastante complexo e extenso de idéias e projetos. Com isso não queremos dizer que os autores acima citados desconsiderem a questão ambiental anterior a década de 1960, mas apenas atentar para a relevância dessa tradição muito antes desse período, em que a questão ambiental, de fato, se torna mais popularizada e evidente.

Héctor Leis, em *A Modernidade Insustentável*²², apresenta uma série de reflexões interessantes sobre o que considera as raízes filosóficas e estéticas do ambientalismo. Um momento fundamental para o autor seria o final do século XVIII, com as revoluções

²⁰ LEFF, op. cit., p.11.

²¹ Idem.

²² LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis, RJ: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.

americana e francesa, e as definições imaginárias de direitos iguais para todos os seres humanos. Paralelamente, as concepções ocidentais sobre a natureza, influenciadas pela visão dualista do cristianismo e o cientificismo que se inaugura com Descartes, passarão a sofrer os primeiros arranhões. A concepção arcádica e poética do pároco inglês Gilbert White, que propunha uma forma de vida simples e em harmonia com a natureza, e a concepção racionalista e taxonômica de Carl Linnaeus, são considerados já pelo autor marcos do ambientalismo em construção²³.

O que chamo uma estética ambientalista surgirá, então, no século XIX, do encontro (fortuito?) da preocupação dos naturalistas por conhecer melhor a natureza com a preocupação democrático-revolucionária (contextualizada historicamente pelas revoluções do século XVIII nos Estados Unidos e na França) pelos direitos do homem. Pode assim afirmar-se que a comoção produzida pela reivindicação política de direitos para todos os homens por igual, junto ao conhecimento do vínculo natural entre o homem e as outras espécies, geram as condições para que se possam ser melhor avaliadas as ameaças e danos que as sociedades humanas estavam produzindo na natureza.²⁴

Ao mesmo tempo, Héctor Leis aponta para uma divisão já explícita em duas correntes básicas nesse pensamento ambientalista embrionário, e que possuiria ressonância até os dias de hoje. Uma delas, de caráter mais radical e biocêntrico, seria a linha cujo primeiro antecedente é reconhecido no pároco Gilbert White, com sua visão arcádica da natureza, que tendeu para a idéia de que os seres humanos não têm nenhum direito especial em relação ao restante da natureza. A essa corrente, filiam-se, segundo o autor, o romantismo de Henry Thoreau e John Muir no século XIX até os pensadores atuais da *deep ecology*. A outra seria a corrente historicamente dominante do ambientalismo, a mais aceita, de um tipo mais moderado e antropocêntrico. De um caráter mais racionalista e taxonômico, derivado de Linnaeus, "iria popularizar-se rapidamente através de teorias e posições como as de Darwin que, se bem instalavam o homem em uma maior interdependência com a natureza, ao mesmo tempo continuavam preservando sua posição privilegiada frente ao resto das espécies."²⁵

Da mesma forma, Antonio Carlos Diegues, em *O mito moderno da natureza intocada*²⁶ aponta para o desenvolvimento dessa polaridade no interior do ambientalismo. Nos Estados Unidos essa discussão girou entre as denominações Conservacionismo e Preservacionismo, mas cujos posicionamentos teriam também se manifestado em outros países.

²³ Ibid., p.58, 59.

²⁴ Ibid., p.61.

²⁵ Ibid., p. 60.

²⁶ DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

Com base na sua experiência como funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU), e com apoio de farta literatura sobre as questões ambientais, incluindo autores de história ambiental, Diegues escreveu uma crítica ácida aos preservacionistas ao tentar demonstrar a vinculação entre tais idéias preservacionistas e as conseqüências nas políticas ambientais adotadas em países do mundo todo, especificamente no que se refere a criação de parques ou áreas naturais protegidas. Diegues combateu o que chama de “importação de modelos de parques nacionais norte-americanos” pelos países pobres, pois muitas vezes a criação desses parques gera um processo violento de expulsão das “populações tradicionais”²⁷ que habitavam esses parques, mesmo sendo estes freqüentemente responsáveis pela preservação dessas áreas até então.

Na elaboração dessa crítica ao modelo de parques adotado, Diegues discute as idéias ambientalistas que deram origem a noção de *wilderness*, a noção da natureza intocada e idealizada, o substrato teórico para a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, o primeiro parque nacional do mundo. Sem ignorar o peso do desenvolvimento das ciências naturais na Europa, o autor também analisa o contexto histórico dos Estados Unidos no século XIX, com grandes áreas florestais no Oeste, de onde os indígenas em grande parte já tinham sido removidos, fontes promissoras de progressos futuros na concepção da época. Tudo isso contribuiu para compor a noção de *wilderness* (mundo selvagem) elaborada em pensadores preservacionistas norte-americanos como Henry Thoreau, George Marsh e John Muir, e que teve ressonância no século XX, segundo Diegues, em Aldo Leopold, Rachel Carson e outros.²⁸

Diegues enfatiza os mitos sobre a natureza que esses pensadores preservacionistas criaram, ou expressaram tão veementemente, forjando um pensamento ecocêntrico ou biocêntrico. Esses pensadores teriam imaginado a existência de um Ser Transcendente no interior da natureza, e dessa forma teriam concebido uma natureza com valor por si própria, independentemente dos valores ou utilidades que os seres humanos atribuem a ela.

Por outro lado, os conservacionistas, representados na figura do engenheiro florestal Gifford Pinchot, acentuavam a necessidade do uso racional dos recursos naturais, de forma a garantir o seu uso futuro, evitar o desperdício e permitir uma equidade no acesso desses recursos. Para essa corrente, a natureza não tem valor por si própria, mas apenas enquanto

²⁷ A noção de “populações tradicionais” mencionada aqui é a mesma utilizada por Diegues. Ibid., p. 87, 88. No subcapítulo 3.2 discutimos mais detalhadamente o conceito de “populações tradicionais.”

²⁸ Ibid., p.26-34.

recurso útil a sobrevivência e bem-estar humano, sendo por isso denominada de antropocêntrica.²⁹

Assim como os preservacionistas, os conservacionistas também tiveram profunda influência no ambientalismo posterior, nos debates do ecodesenvolvimento nos anos 1970, como nas discussões das Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente em 1972 e 1992, e em publicações internacionais como a *Estratégia Mundial para a Conservação*, da UICN/WWF (1980), e *Nosso Futuro Comum* (1986).³⁰

Mas foram as idéias preservacionistas nos Estados Unidos, e também a sua disseminação por outros países, que teriam sido responsáveis pela adoção do modelo predominante de áreas naturais protegidas desprovidas de moradores, baseadas no mito da natureza intocada. Esse modelo tem gerado uma série de conflitos com as populações que habitavam ou habitam essas áreas, e que por sua vez, também possuem mitos sobre a natureza.

A nosso ver, a crítica de Diegues aos pressupostos preservacionistas do ambientalismo é pertinente para o amadurecimento e adaptação dessas concepções sobre a natureza à realidade contemporânea, principalmente no que se refere a realidade social e econômica dos países pobres. No entanto, existe o problema de que essa proposta crítica aos preservacionistas seja também utilizada como pretexto contra qualquer tipo de área natural restrita a presença humana. Enquanto observamos *O mito moderno da natureza intocada* galgando várias edições, ficamos também imaginando que tipo de leitura tem sido feita desse livro.

A leitura de Diegues dos autores ditos “ecocêntricos” enfatiza a fluidez das idéias de pensadores como Thoreau no século XIX, para as políticas ambientais opressivas dos governos contemporâneos em relação às populações tradicionais que habitam esses locais. Como se essa violência do Estado, também cometida em ocasiões de construções de hidrelétricas e estradas, de retirar pessoas a força para criar áreas naturais intocadas já estivesse de alguma maneira embutida no ambientalismo de Thoreau e Muir, por exemplo.

Na verdade, é difícil imaginar o que Thoreau (1817-1862), pensador particularmente crítico em relação ao papel do Estado na interferência da liberdade individual, abolicionista e autor do ensaio “A desobediência civil”, teria pensado de o Estado tomar como bandeira a criação de áreas naturais protegidas em detrimento de populações locais.

As diversificadas fontes literárias que influenciaram as idéias de Thoreau sobre a natureza, incluem textos sagrados de hindus, chineses, persas, hebreus e cristãos, mitologia e

²⁹ Ibid., p.29.

³⁰ Ibid., p.29, 30.

filosofia grega e romana, e ainda poetas ingleses e o romantismo europeu, o que torna complicado generalizações simplificadas.³¹ Aliado a isso, as suas experiências radicais, como passar dois anos vivendo em relativo isolamento em torno do lago Walden, vivendo do que plantava e pescava, e ocupando seu tempo com passeios, leituras e meditações sobre a natureza. Das anotações desse período em que viveu em uma pequena cabana construída por ele mesmo, surgiu Walden, o seu texto mais conhecido.

Para Thoreau a natureza não era algo desprovido de espiritualidade, como tendeu a encarar-la cada vez mais a biologia moderna derivada do racionalismo e taxonomismo de Linnaeus. Sua filosofia buscava reconhecer o sublime, a(s) divindade(s) em plantas, animais e em elementos do mundo físico, como o lago Walden. Os seres humanos não estavam excluídos desse esquema, mas eram encarados apenas como mais um elemento dessa totalidade transcendental, retirando-o do lugar filosoficamente central que lograva se auto-atribuir na cultura ocidental.

Como sucede com a maioria das pessoas, percebi, e continuo percebendo em mim, um instinto voltado para as coisas elevadas ou, como se diz, para a vida espiritual, e outro voltado para uma categoria primitiva e para a vida selvagem. Reverencio ambos, pois amo igualmente o bem e a vida natural.³²

Astrid Cabral, tradutora de Walden na edição da Aquariana, assim interpretou a visão de natureza de Thoreau:

Bem coerente com sua condição de autor romântico, Thoreau nos apresenta a natureza não como o cenário impessoal a nos emoldurar mas como o alvo de uma experiência pessoal e direta, alicerçada na emoção. Para ele o homem não está acima da natureza, mas é parte integrante dela. A cosmovisão de Thoreau não propõe nenhuma hierarquia com o homem no ápice feito dono ou rei do mundo. Afirma sim, que “a natureza do homem não difere muito daquela nos animais”.³³

Por esse motivo, Thoreau tem sido frequentemente lembrado como uma fonte de inspiração do ambientalismo recente das últimas décadas.³⁴ Mas mesmo a ligação de forma direta entre as idéias de Thoreau e o ambientalismo recente nos parece bastante empobrecedora, pois ofusca as especificidades da filosofia do autor, bem como os elementos filosóficos originais do ambientalismo recente. De qualquer forma, nos parece problemático ler a obra de Thoreau buscando somente entender a sua concepção de natureza, independentemente das suas idéias políticas.

³¹ THOREAU, Henry David. **Desobedecendo: a desobediência civil & outros escritos**. Tradução, organização e introdução: Jose Augusto Drummond. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p.21,32.

³² THOREAU, Henry David. **Walden, ou a vida nos bosques**. Tradução: Astrid Cabral. São Paulo: Aquariana, 2001. p. 206..

³³ Ibid., p.9.

³⁴ THOREAU, Henry David. Desobedecendo, op. cit. p.29.

Em relação a John Muir (1838-1914), cuja obra ainda não foi traduzida para o português, Diegues e outros autores o consideram uma espécie de sucessor de Thoreau, pela sua concepção espiritualizada, ou romântica, da natureza. Muir é lembrado por ter um papel ativo na criação do parque de Yosemite, em 1890, e por ser um dos fundadores de uma organização ambientalista existente até hoje, o *Sierra Club*.³⁵ Defendia a proteção de áreas “virgens” frente ao avanço fatal da colonização americana no Oeste.³⁶

Essas idéias preservacionistas, segundo Diegues, também se apoiaram na obra de cientistas naturais como Darwin e Haeckel no século XIX. Durante o século XX, as posições preservacionistas teriam continuado a influenciar uma série de pensadores, cientistas, políticos e mais recentemente organizações não-governamentais.³⁷ A questão não levantada por Diegues e que nos parece importante é, em que medida, organizações não-governamentais, empresas e governos se apropriaram da(s) cosmovisão(ões) dos preservacionistas para levar a cabo seus interesses de controle territorial, controle das populações, e garantia de lucros e negócios pela apropriação da biodiversidade. Talvez ao invés de buscar a origem do eco-autoritarismo nos inspirados preservacionistas norte-americanos, Diegues e outros deveriam analisar as próprias razões econômicas e políticas, calcadas em outros tipos de mitos, que certas ONG's, governos e empresas têm para expulsar e desrespeitar os direitos das populações tradicionais.

A ênfase de Diegues em relação aos mitos sobre a natureza que os preservacionistas teriam criado também dá margem a minimizar outros mitos criados pela cultura ocidental, segundo diversos autores, para estabelecer o lugar privilegiado dos seres humanos em relação ao restante dos seres vivos. Esses mitos antropocêntricos também poderiam ser relacionados, como tem sido feito, a uma série de mazelas ambientais e sociais.

Dessa maneira, historiadores ambientais e outros intelectuais têm procurado demonstrar a ligação entre os mitos de criação e fundação da humanidade contidos nos textos sagrados das grandes religiões ocidentais (judaísmo, cristianismo e islamismo), e os problemas ambientais globais. Clive Ponting, em *Uma História Verde do Mundo*, dedica um capítulo do livro para explicar os modelos de pensamento dos europeus como justificativas para os padrões no uso dos recursos naturais. Entre os aspectos analisados estão as religiões, a idéia de *progresso* e os valores subjacentes às políticas econômicas. No entanto, para Ponting o aspecto primordial nesses conjuntos de valores que os europeus criaram e difundiram sobre

³⁵ DIEGUES, op. cit., p.31, 32. LEIS, op. cit., p. 65.

³⁶ Para uma reflexão sobre as idéias ambientalistas de John Muir ver WORSTER, Donald. **John Muir e a paixão moderna pela natureza**. Tradução: Jó Klanovicz. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p.84-96.

³⁷ DIEGUES, op. cit., p.31-34.

o relacionamento entre os seres humanos e o restante da natureza, é o cristianismo, que teve por sua vez influência não só do judaísmo, quanto das filosofias gregas e romanas antigas.

Os pensadores cristãos antigos e medievais aceitaram, quase que sem dúvidas, a visão herdada da literatura judaica de que Deus dera aos seres humanos o direito de explorar as plantas, os animais e o mundo inteiro para seu benefício. A natureza não é vista como sagrada, estando portanto aberta à exploração pelos seres humanos, sem quaisquer remorsos de ordem moral – na realidade, os seres humanos têm o direito de usá-la como melhor lhes aprouver. Deus está representado tipicamente como acima e separado do mundo, e o que importa, acima de tudo, é o relacionamento do indivíduo com Deus e não com o mundo natural.³⁸

Hector Leis também tratou dos aspectos religiosos que influenciaram as formas dominantes de representar a natureza. A respeito do relacionamento entre os seres humanos e a natureza, predomina nas grandes religiões monoteístas, segundo o autor, a noção da não-sacralização da natureza:

O Ocidente é monoteísta, o que quer dizer que se constituiu “divinizando” a ordem social humana. O monoteísmo serve como perfeita justificação para os homens dominarem a natureza, à medida que sua doutrina está praticamente obrigada a reduzir a divindade à imagem do homem, tornando este (voluntária ou involuntariamente) numa espécie “escolhida”. Chama a atenção que os pensadores da modernidade (dentro de um espectro que inclui desde sociólogos até teólogos) negam ou aceitam a existência de Deus, mas quase nunca registram as consequências da crença num Deus monoteísta que leva inevitavelmente a concentrar o sagrado na espécie humana. Eles são indiferentes ao fato de os ensinamentos de Moisés, Cristo e Maomé estarem dirigidos a tornar sagradas convenções preocupadas apenas com a convivência social (“não roubarás”; “multiplicai-vos sobre a terra”; “ama a teus inimigos como a ti mesmo”; etc.), independentemente das consequências boas ou perversas para com as outras espécies do planeta. A maioria dos pensadores da modernidade são muito mais indiferentes ou ignorantes ainda para o fato de os ensinamentos de Dioniso, Shiva e Exu (entre outros) estarem dirigidos, pelo contrário, a transgredir qualquer convenção social em função de redescobrir as leis divinas que regem o universo, para melhor harmonizar a humanidade com ele.³⁹

No entanto, Hector Leis e Clive Ponting concordam que existiram tradições minoritárias dentro do cristianismo que tenderam a relativizar o papel de destaque dos seres humanos dentro do plano geral da criação. Dentre elas Ponting destaca as idéias de Francisco de Assis, que não partilhava da crença de que os seres vivos haviam sido criados por Deus de acordo com a utilidade humana dos mesmos.⁴⁰

Nas décadas mais recentes, à luz do desafio ambiental contemporâneo, autoridades religiosas e teólogos, como Leonardo Boff, vem revisando a interpretação corrente do

³⁸ PONTING, op. cit., p. 241.

³⁹ LEIS, op. cit., p.188.

⁴⁰ PONTING, op. cit., p. 243.

Genêsis, e portanto, do significado da criação do mundo, do lugar da natureza e dos seres humanos.⁴¹

Por outro lado, Clive Ponting sustenta que existem outras tradições religiosas mundiais, incluindo as mitologias de povos primitivos, com cosmovisões bastante diferentes do lugar dos seres humanos e da natureza:

Outras tradições religiosas mundiais não colocam os seres humanos em uma posição especial e dominante. O pensamento taoísta chinês enfatiza a idéia de um equilíbrio de forças, tanto nos indivíduos quanto na sociedade. Ambos deveriam tentar viver de uma forma equilibrada e harmoniosa com o mundo natural. A tradição indiana, como está exemplificada em textos como, por exemplo, os Upanishads e religiões como o jainismo e o budismo, está estabelecida em uma visão radicalmente diferente do mundo. Todas as criaturas, incluindo os seres humanos, são vistas como parte de um mundo sofredor, todas necessitando passar por ciclos contínuos de existência, nos quais, através do karma e da reencarnação, as ações de uma vida afetam a seguinte. É dada uma importância especial à compaixão por todas as criaturas aprisionadas nesse ciclo de existência. Os seres humanos encontram-se em uma posição especial, mas não por serem os governadores do mundo em nome de Deus e sim por serem as únicas criaturas capazes de melhorar, devendo, conseqüentemente, fazer o melhor uso possível dessa rara oportunidade de escapar a esse ciclo de sofrimento. [...] O centro dessa linha de pensamento não é o domínio sobre o mundo, mas a idéia do sofrimento e da necessidade da compaixão universal.⁴²

Diante dessa incompatibilidade entre as religiões monoteístas ocidentais e valores ambientais, Leis afirma que o ambientalismo vem buscando não só uma maior aproximação com as filosofias orientais, como vinha fazendo Thoreau e os transcendentalistas já no século XIX, mas também “inventando” novas formas de entender o mundo natural e os seres humanos. O exemplo mais conhecido disso é a teoria de Gaia, elaborada pelo médico-físico-químico James Lovelock na década de 1970, que pensou o planeta Terra como um gigantesco organismo vivo, “que se equilibrava sozinho quando era perturbado.”⁴³

Já Simon Schama, em *Paisagem e Memória*, aposta em outras saídas para a crise ambiental. Schama elaborou uma profunda crítica a história ambiental norte-americana, que teve a proeza de atribuir um papel ativo à natureza na história dos Estados Unidos, mas não conseguiu escapar, segundo o autor, da visão corrente do quadro desolador da natureza como sendo irremediavelmente violada pela civilização ocidental ao longo da história. Schama argumenta que talvez não seja necessário “inventar” novos mitos para resolver o impasse civilizatório gerado pela crise ambiental, pois os velhos mitos “pagãos” do Ocidente nunca foram completamente suprimidos, bastaria prestarmos mais atenção nisso.

⁴¹ LEIS, op. cit., p.182-186.

⁴² PONTING, op. cit., p.252,253.

⁴³ LEIS, op. cit., p.189. LOVELOCK, James. **Gaia: A New Look at Life on Earth**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

Pois, embora esses textos geralmente afirmem que a cultura ocidental evoluiu, abandonando seus mitos da natureza, estes, na verdade, nunca desapareceram. [...] Os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas – da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada –, na verdade estão a nossa volta, vivos e passando bem; resta saber onde procurá-los. O que *Paisagem e memória* procura ser é um modo de olhar, de redescobrir o que já possuímos, mas que, de alguma forma, escapa-nos ao reconhecimento e à apreciação. Meu objetivo é apresentar não mais uma explicação do que perdemos e, sim, uma exploração do que ainda podemos encontrar.⁴⁴

A própria tradição preservacionista norte-americana, instauradora de Yosemite e Yellowstone como locais “sagrados”, parece ser algo muito mais rico e complexo que uma meia dúzia de personagens, em que normalmente são lembrados Henry Thoreau, John Muir e Aldo Leopold. O jornalista e alpinista norte-americano Jon Krakauer lidou com a noção preservacionista ao investigar a história do jovem americano Christopher McCandless, que ficou conhecido pela ampla cobertura da imprensa norte-americana a sua morte. Krakauer levanta a questão do que teria motivado o jovem de 22 anos de classe média alta da Virgínia a sair de casa sem avisar os pais, doando todo o dinheiro de suas economias para uma instituição de caridade, pedindo carona pelas estradas, atravessando todo o país, vivendo muitas vezes de pesca e caça, dormindo ao relento, e por fim sendo encontrado morto em uma região isolada do Alasca em setembro de 1992. Não se contentando com as respostas rápidas da opinião pública, Krakauer não acreditava na hipótese de distúrbios psicopatológicos e conflitos graves com os pais que o rapaz recém formado na Universidade Emory, em Atlanta, pudesse apresentar.

Na sua juventude nos anos 1970, menciona Krakauer, também tinha muita coisa em comum com a história de McCandless, quando era um alpinista apaixonado, que gastava tudo o que recebia em empregos braçais temporários para passar semanas sozinho ou com amigos em montanhas isoladas do Alasca, na Europa e no Himalaia. Também possuía uma notável predisposição ao risco e ao desafio.⁴⁵

Em *Into the wild*, publicado no Brasil pela Companhia das Letras com o título *Na Natureza Selvagem*⁴⁶, o autor apresenta o resultado de uma série de entrevistas e investigações sobre a trajetória aventureira do jovem nos dois anos que passou perambulando e convivendo com todo tipo de gente marginalizada da sociedade americana, gente que vive das “sobras da sociedade afluyente.” Segundo Krakauer, o jovem buscava experiências de contato intenso com a natureza, não somente no sentido de florestas ou locais desprovidos de seres humanos, mas

⁴⁴ SCHAMA, op. cit., p.24.

⁴⁵ KRAKAUER, Jon. **Sobre homens e montanhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁴⁶ KRAKAUER, Jon. **Na Natureza Selvagem: a dramática história de um jovem aventureiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

de uma vida despojada de excessos materiais e repleta de desafios. Um de seus planos era passar uma temporada em um local isolado do Alasca, vivendo praticamente somente do que conseguiria caçar e coletar. Apesar do risco dessa aventura e de ter superestimado sua capacidade, Krakauer admite que o jovem estivesse bem preparado quanto às adversidades naturais do glacial Alasca. “Com efeito, se não fosse por um ou dois erros aparentemente insignificantes, ele teria saído da floresta em agosto de 1992 de maneira tão anônima quanto entrou nela em abril.”⁴⁷

A história de McCandless, jovem admirador de Thoreau e Tolstói, seria somente mais uma história sensacionalista se o autor não tivesse consciência de que se trata de lidar com um fenômeno mais amplo da cultura norte-americana. Mesmo se levarmos em conta que se trata de uma análise não acadêmica de um jornalista, Krakauer procura não só narrar a história do jovem a partir dos escritos que ele mesmo deixou, mas também a fazer comparações com outros tipos desajustados da sociedade e admiradores dos aspectos rudes da natureza, desde Thoreau e Muir no século XIX, até outros nomes mais desconhecidos durante todo o século XX, e que não deixaram uma obra escrita.⁴⁸

Mesmo se levarmos em conta que muitos dos sujeitos, incluindo McCandless, analisados por Krakauer não tinham uma relação direta com o ambientalismo, com a militância ecológica, as motivações de busca de experiências cruas de contato com a natureza dessas pessoas, de alguma forma ajuda a entender a “alma” do preservacionismo norte-americano.

Diferentemente de Muir e Thoreau, McCandless foi para longe da civilização não para pensar sobre a natureza ou o mundo em geral, mas para explorar o terreno interior de sua alma. No entanto, ele logo descobriu o que Muir e Thoreau já sabiam: uma estada demorada na natureza selvagem dirige inevitavelmente nossa atenção tanto para fora tanto quanto para dentro, e é impossível viver da terra sem desenvolver, ao mesmo tempo, uma compreensão sutil dela e de tudo que ela sustenta e um forte laço emocional com ela.⁴⁹

* * *

Acreditamos que todos esses embates e cooperações entre as diversas tendências do ambientalismo, permeadas de mitos biocêntricos e antropocêntricos, como vimos, acabam tendo ressonância de alguma maneira, na pesquisa acadêmica de diversas áreas, incluindo na história. Para tornar ainda mais complexo esse quadro, José Augusto Pádua sugeriu, com base em pesquisas que estão sendo feitas em vários países, que o ambientalismo teve na verdade

⁴⁷ Ibid., p.10.

⁴⁸ Para uma lista e comentários de Krakauer sobre esses “desajustados” ver capítulos 8 e 9. Ibid.

⁴⁹ Ibid., p.191.

uma importância muito maior do que se pensa, até mesmo antes das décadas de 1960 e 1970, e se desenvolvendo inclusive nas regiões coloniais:

A consciência crítica diante da destruição ambiental costuma ser identificada como um fenômeno do mundo contemporâneo, uma consequência das grandes transformações – tanto objetivas quanto subjetivas – que acompanharam a expansão planetária da civilização urbano-industrial. No caso do Brasil, em particular, ela tende a ser considerada uma realidade recente e importada, uma difusão do debate europeu e norte-americano das últimas décadas. Existe toda uma nova historiografia, no entanto, que vem retrocedendo em alguns séculos a cronologia da controvérsia ambiental. E que também vem destacando a importância das colônias tropicais européias como um dos espaços privilegiados para o seu aparecimento. Tais descobertas estão provocando uma rediscussão profunda sobre as origens e a identidade da consciência ecológica no universo da modernidade.⁵⁰

Um Sopro de Destruição é a constatação empírica do autor, através da análise de grande quantidade de textos de diversos intelectuais, da riqueza do pensamento ambiental brasileiro. Analisando textos de vários intelectuais do país, desde o final do século XVIII até a abolição da escravidão no final do século XIX, Pádua estabelece as trocas intelectuais desses autores com o iluminismo europeu, passando por autores como José Bonifácio, que desenvolveu uma crítica ambiental bastante elaborada. Identifica inclusive tendências diferenciadas dentre esses críticos, como aqueles que defendiam a abolição da escravidão para a superação dos problemas ambientais e os que não acreditavam na resolução desses mesmos problemas por esse meio.

Um dos autores analisados é André Rebouças, responsável pela construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba (1885), que teve influência significativa no comércio da araucária, como veremos adiante. Rebouças seria o primeiro brasileiro a pensar na criação de parques nacionais no Brasil, propondo já em 1876, apenas quatro anos após a criação do parque de Yellowstone nos Estados Unidos, a instalação de parques nacionais no Salto do Iguaçu e nas Sete Quedas, no Paraná, e na Ilha do Bananal, no rio Araguaia.⁵¹ Esse seria um exemplo da circulação do debate ambiental para além do eixo Europa - Estados Unidos.

1.3 O ambientalismo das últimas décadas.

O ambientalismo das últimas décadas, principalmente a partir da década de 1960, adquire um caráter muito mais complexo, com uma maior diversificação das pessoas envolvidas, dos assuntos discutidos e das ações concretas e posicionamentos tomados. A

⁵⁰ PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002. p.10.

⁵¹ Ibid., p.270, 271.

chegada da questão ambiental em um nível mais profundo às políticas estatais, ao mercado e a própria organização de cidadãos de vários países em organizações não-governamentais traz novos elementos a caracterização desse fenômeno no universo da modernidade.

Os anos 60, portanto, marcaram o aparecimento de um novo ecologismo em contraposição à antiga “proteção da natureza”, cujas instituições provinham do século XIX (sociedades de proteção da natureza, da vida selvagem, dos animais etc.). Esse novo ecologismo provinha de um movimento de ativistas que partiam de uma crítica da sociedade tecnológico-industrial (tanto capitalista quanto socialista), cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza. [...] As questões ecológicas passaram a ser uma das bandeiras de luta, ao lado do antimilitarismo/pacifismo, direitos das minorias etc.⁵²

Hector Leis também apontou para um profundo mal-estar nessa década em relação aos valores e práticas correntes, tanto da sociedade capitalista quanto socialista, o que teria levado ao aparecimento de movimentos de reivindicação pela “paz, pelas questões de gênero, pelos direitos humanos e das minorias e pelo meio ambiente, entre outras.”⁵³ E a História enquanto disciplina também não poderia ficar ileso a esse fenômeno, que escapou em muito ao debate acadêmico. José Augusto Pádua, nos anos 1980, sintetizou bem a diversidade desse ambientalismo no seu livro *O que é ecologia*, que ainda é uma boa referência para a introdução no debate ambiental:

Os grupos e indivíduos que mencionamos acima chegaram à perspectiva ecologista por diversos caminhos. Alguns deles viveram intensamente o espírito de rebeldia dos anos 60, o movimento *hippie*, a contracultura, o maio de 68. Outros vieram do movimento ecológico tradicional, do pacifismo, do feminismo, de grupos espirituais, das lutas políticas pela transformação social e de muitos outros campos. Houve também os que chegaram ao Ecologismo pela reflexão acadêmica nos seus campos específicos de conhecimento: economistas, biólogos, filósofos, sociólogos, médicos, etc. Gradualmente esses indivíduos e grupos, aparentemente tão diversos, foram percebendo que ocupavam um espaço cultural semelhante no mundo moderno, que seus objetivos se identificavam em claros denominadores comuns, e que da síntese de suas aspirações estava nascendo um novo projeto cultural e social, envolvendo um redirecionamento dos diversos aspectos da vida humana.⁵⁴

Em *A Modernidade Insustentável*, Hector Leis sugeriu cinco eixos fundamentais para se compreender o ambientalismo nas últimas décadas. Seriam estes: 1) As ciências e o debate ambientalista; 2) A revolução ambiental da sociedade civil; 3) A chegada da ecologia ao Estado; 4) O mercado e o desenvolvimento sustentável; 5) A globalização e a espiritualização do ambientalismo.⁵⁵

⁵² DIEGUES, op. cit., p.39.

⁵³ LEIS, p.98.

⁵⁴ PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antonio. **O que é ecologia**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. Coleção primeiros passos; 16. p.38,39.

⁵⁵ Esses eixos se referem aos títulos dos capítulos 5 a 9 do livro. LEIS, op. cit.

O debate científico em diversos campos refletiu e ao mesmo tempo influenciou em vários aspectos no debate ambiental. Um dos exemplos mais conhecidos é a discussão entre os biólogos americanos Paul Ehrlich e Barry Commoner nos anos 1960 e 1970. Enquanto Ehrlich projetava para o futuro de maneira dramática a problemática do crescimento populacional como um fator de degradação e colapso ecológico em escala global, Commoner defendia a posição de que o problema não estava no aumento populacional, mas na tecnologia destrutiva empregada atualmente, o que exigiria mudanças.⁵⁶

Outro debate de bastante repercussão foram as idéias do crescimento zero, na década de 1970, tanto no que se refere ao controle do crescimento da população, quanto da economia, divulgadas em documentos elaboradas pela revista britânica *The Ecologist*, com o apoio de uma série de cientistas ingleses. Da mesma forma, mas com uma concepção mais reformista, o Clube de Roma (um grupo institucionalizado de cientistas, políticos e empresários, com representatividade em vários países), elaborou, com a colaboração do MIT (Massachusetts Institute of Technology) uma série de documentos sobre a necessidade de limitar o crescimento da economia e da população para a solução dos problemas ambientais globais.⁵⁷

Da mesma forma podem ainda ser mencionados os desenvolvimentos da economia ecológica, com as tentativas de internalizar no cálculo econômico os bens e serviços oferecidos pela natureza, para que o processo produtivo leve em conta as condições de produção oferecidas pelos ecossistemas.⁵⁸

Outro campo fundamental, e que ao mesmo tempo influencia o ambientalismo e contribui para novos rumos tomados por este, é o terreno das etnociências, o que inclui a antropologia ecológica, a etnotecnologia, a etnoecologia e a etnolingüística.⁵⁹ Ao mesmo tempo em que as idéias ambientalistas mais antigas de valorização dos povos “primitivos” têm contribuído para o interesse pelas etnociências, estas tem questionado as estratégias de conservação da natureza que não levem em conta a sobrevivência da diversidade cultural das populações indígenas ou autóctones, ou das populações tradicionais, como preferiu Antonio Carlos Diegues.

A nosso ver deve-se rejeitar tanto a visão utilitarista da conservação, pela qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia moderna, quanto a visão estritamente preservacionista baseada no pressuposto de que, colocando-se de lado áreas naturais para conservação, automaticamente se garantirá a integridade biológica. Em países subdesenvolvidos, a conservação poderá ser mais bem alcançada com a real integração e participação das populações tradicionais que,

⁵⁶ Ibid., p.80-82.

⁵⁷ Ibid., p.82-84.

⁵⁸ Sobre a economia ecológica ver LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Capítulo 3.

⁵⁹ Ibid., capítulo 19.

como afirmado anteriormente, em grande parte foram responsáveis pela diversidade biológica que hoje se pretende resguardar.⁶⁰

Além desses desenvolvimentos independentes das várias ciências à luz da questão ambiental, também se formulou a necessidade da interdisciplinaridade para a solução dos problemas ambientais. O envolvimento das ciências humanas teve profunda influência nessas questões, que estavam mais restritas a competência das ciências biológicas. Nesse sentido, a história ambiental, como definida por Donald Worster ou Enrique Leff, incorpora essa necessidade fundamental para a abordagem dos problemas ambientais.

Outra questão importante do ambientalismo nas últimas décadas vem sendo o envolvimento da sociedade civil, expressando-se claramente na criação de organizações não-governamentais, tanto de abrangências locais e nacionais, quanto mundial.

É conhecido o fato de que nas décadas de 60 e 70 várias questões sociais e políticas criaram um clima de participação cidadã e ativismo individual na maioria dos países, como nunca tinha sido observado em anos anteriores. Obviamente, o ambientalismo beneficiou-se muito deste clima revolucionário que ia desde a contracultura dos *hippies* do Primeiro Mundo até a guerrilha do Terceiro Mundo, comprometendo desde os estudantes e classes médias até os profissionais e classes baixas.⁶¹

Dentro dos movimentos ambientalistas ainda se formaram diferentes tendências. A primeira ONG ambientalista de proporções mundiais, de acordo com Leis, foi o WWF (World Wildlife Fund), fundada em 1961. Estava restrita inicialmente a países europeus, e era formada por cientistas ligados a antiga IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza). Trabalhava com projetos de preservação de espécies, criação de áreas naturais protegidas e educação ambiental.⁶²

Por outro lado, a criação do *Greenpeace* em 1971 por um grupo de pessoas protestando contra testes nucleares na costa do Alasca, e também do *Friends of the Earth*, em 1969, significou uma ampliação cada vez maior das temáticas envolvidas pelas ONG's ambientalistas. Os Guerreiros do Arco-Íris, como se autodenominaram os primeiros ativistas do *Greenpeace*, partiram dos protestos nucleares para abranger uma série de assuntos como o aquecimento global, o desmatamento, a poluição dos oceanos, a proteção de espécies em extinção (as baleias, por exemplo). Pautados pelo princípio da não-violência em seus protestos, o *Greenpeace* e o *Friends of the Earth* também assumiram uma posição mais

⁶⁰ DIEGUES, p.159.

⁶¹ LEIS, op. cit., p. 102,103.

⁶² Ibid., p. 101,102.

radical de autonomia do que o WWF, não aceitando doações de instituições públicas e privadas, apenas de indivíduos.⁶³

A partir desses exemplos mais expressivos, surgiram milhares de ONG's ambientalistas, que cada vez mais vem apresentando interesses os mais diversos, inclusive as que se relacionam explicitamente ao que tem sido chamado de neoliberalismo ambiental.

O ambientalismo recente não só revolucionou o caráter das organizações da sociedade civil, mas também o Estado e o mercado. A partir da Conferência de Estocolmo em 1972, cada vez mais os Estados passaram a incorporar a questão ambiental em seus programas e instituições estatais, embora isso de imediato significasse muito pouco em termos de resolução concreta de problemas ambientais:

Para perceber o salto do ambientalismo a partir de Estocolmo-72, pode-se comparar o número de países que tinham programas ambientais antes e depois da conferência. Em 1971, apenas 12 países contavam com agências estatais para cuidar do meio ambiente. Dez anos depois, mais de 140 países tinham criado órgãos administrativos nessa área.⁶⁴

Nos anos 1980, com a gestação do conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente a partir da criação da Comissão Mundial para o Meio Ambiente pela ONU, gerando o Relatório Brundtland, o ambientalismo parecia estar no centro das preocupações. As novas preocupações de harmonizar o desenvolvimento e as questões ambientais inserem o ambientalismo em um debate muito mais complexo do que vinha sendo feito até então. E parece que nesse momento, as questões ambientais começam a ser apropriadas por outras racionalidades, como diria Enrique Leff, que não uma racionalidade ambiental.

O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve as políticas ambientais nos ajustes da economia neoliberal para solucionar os processos de degradação ambiental e o uso racional dos recursos ambientais; ao mesmo tempo, responde à necessidade de legitimar a economia de mercado que resiste à explosão, à qual está predestinada por sua própria "ingravidéz" mecanicista. Assim, precipitamo-nos para o futuro sem uma perspectiva clara para desconstruir a ordem antiecológica herdada da racionalidade econômica e para caminhar para uma nova ordem social, orientada pelos princípios de sustentabilidade ecológica, democracia participativa e racionalidade ambiental.⁶⁵

Nesse sentido as propostas críticas do ambientalismo começam a ser internalizadas pela ordem econômica dominante, neutralizando assim, os projetos de mudança para uma nova realidade social e ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade passam a ser amplamente usados na prática como justificativas para manter o desenvolvimento, mas agora com algumas questões ambientais a serem observadas. Assim, as

⁶³ Ibid., p.106, 107, 108.

⁶⁴ Ibid., p.131.

⁶⁵ LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**, op. cit. p.28.

questões ambientais passam de uma proposta crítica para transformar a sociedade e a forma de produção em um problema e uma limitação pelo mercado, e também como oportunidades de negócio para novos setores da economia voltados para a satisfação das novas demandas “verdes” da sociedade.

Se nos anos 70 a crise ambiental alertou para a necessidade de frear o crescimento diante da iminência do colapso ecológico, agora o discurso neoliberal afirma que já não existe contradição entre ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado se convertem no meio mais certo e eficaz de internalizar as condições ecológicas e os valores ambientais ao processo de crescimento econômico. Nesta perspectiva, os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação de capital. Para a proposta neoliberal teríamos que atribuir direitos de propriedade e preços aos bens e serviços da natureza para que as clarividentes leis do mercado se encarreguem de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável com equidade e justiça.⁶⁶

Diante desse quadro, Enrique Leff argumenta a necessidade dos movimentos ambientalistas incorporarem novas demandas em suas reivindicações, em aliar os objetivos de conservação da natureza e controle da poluição as questões de equidade e justiça social. Segundo Leff, os movimentos ambientalistas precisam levar em conta essas demandas sociais, especialmente no Terceiro Mundo, para superarem o que chama de enfoque estritamente “ecologista”, e dessa forma estarem comprometidos efetivamente com a construção de uma nova racionalidade econômica. Do contrário, os movimentos ambientalistas preocupados apenas com as questões de conservação da biodiversidade, sem considerar os problemas econômicos e sociais, correm o risco de se tornarem apenas setores especializados de uma mesma racionalidade econômica que em essência é ambientalmente destrutiva.

Provavelmente a história ambiental, em suas bases epistemológicas, diante do novo discurso do neoliberalismo ambiental, que ameniza ou dá outros sentidos para a crise ambiental, também corra esse mesmo risco, de se ver esvaziada de uma proposta realmente crítica de sociedade e de desenvolvimento.

1.4 Lendo historiadores ambientais.

Tendo em vista as considerações feitas acima pensamos que a história ambiental deve de algum modo se relacionar com o *ethos* ambientalista, e dessa forma compartilhar com as idéias ambientalistas de toda essa tradição que tentamos resumir acima. Se não formos incluir esse repensar no lugar tradicionalmente central que a modernidade estabeleceu para os seres humanos no conjunto dos seres vivos, e também a gravidade dos problemas ambientais

⁶⁶ Ibid., p.22.

contemporâneos, a história ambiental acaba bastante esvaziada de sentido crítico, ou no mínimo, se transformando em apenas uma subespecialidade de outras formas já consolidadas de abordagem. Nesse sentido, não é a temática em si que define o caráter original da história ambiental, mas o diálogo com essas reflexões bastante diversificadas que o ambientalismo tem feito da relação seres humanos - natureza.

Dessa forma, nos caminhos específicos que essa pesquisa sobre o desmatamento das florestas de araucária no Médio Iguaçu trilhou, fomos percebendo o quanto já foi escrito sobre o desmatamento e a economia madeireira das florestas de araucária no Sul do Brasil. No entanto, essa história econômica da madeira, como podemos chamá-la, é bastante diferente de um trabalho de história ambiental. Isso faz com que a temática do desmatamento das florestas de araucária, aparentemente já razoavelmente estudada, nos pareça, na verdade, um campo novo de pesquisa.

Os trabalhos com que nos deparamos durante a pesquisa, já citados na Introdução, e que poderíamos englobar nessa definição de história econômica da madeira incluem: *A madeira em Santa Catarina*, de R. P. Eduardo; *A madeira na economia paranaense*, de A. M. Lavallo; *A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava*, de C. F. C. Luz; *Madeiras, Balsas e Balseiros*, de E. Bellani; *Ciclo da Madeira*, de N. Thomé.⁶⁷ Embora esses trabalhos não tenham esgotado, pelo que pudemos perceber pelas fontes encontradas, de maneira alguma o assunto estritamente econômico da produção e comércio de madeira, eles não apresentam uma discussão a partir do ponto de vista de colocar o meio ambiente como objetivo central da análise. A perspectiva desses trabalhos, de forma geral, era estabelecer a importância crescente que o produto “madeira” vinha tendo nas economias locais, estaduais e até nacional. O produto “madeira”, tratado de forma bastante abstrata, é pouco mencionado na sua relação concreta com o ecossistema das florestas de araucária, e assim, com os desmatamentos e a degradação ambiental produzidas por esse processo econômico. O interesse principal desses trabalhos era explicar a importância do produto “madeira”, entendida como mais uma mercadoria gerada pela economia, ao lado da banana, dos tecidos, da produção agrícola e industrial em geral, e dessa maneira, entender o papel desse produto no crescimento e desenvolvimento (conceitos também bastante abstratos) geral da economia.

Mesmo assim, esses trabalhos constituem referências fundamentais em um trabalho como este ou outros que pretendam estudar a história das florestas de araucária no Sul do país, pelas fontes documentais pesquisadas, pelos dados estatísticos e metodologias. Como exemplo, o *Ciclo da Madeira*, de Nilson Thomé, que apresenta um amplo estudo de fontes e

⁶⁷ EDUARDO, op. cit. LAVALLO, op. cit. LUZ, op. cit. BELLANI, op. cit. THOMÉ, op. cit.

análise historiográfica sobre “a história da devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na região do Contestado no século XX”, o subtítulo do livro. Embora nesse livro, publicado em 1995 já apareça alguma coisa do debate ambiental recente, a idéia geral da importância econômica do produto “madeira” persiste.

O norte-americano Warren Dean, em *A ferro e fogo*, sugeriu que essa nossa discussão regional da perspectiva da história econômica da madeira tenha, na verdade, um alcance muito maior:

Uma modalidade de história florestal tem sido escrita na América do Norte e nela a floresta aparece como matéria-prima para o comércio de madeira e nada mais. A floresta é uma reserva viva de madeira. Esses relatos estão repletos de intencionalidade humana, transbordantes de ambição saciada, o enredo do teatro e do folclore, mas neles as florestas não são reconhecíveis em sua entelúquia, como sociedades compostas de milhares de espécies de plantas e animais. Essas histórias de um breve momento na passagem das nações pela experiência da "fronteira" não narram o encontro com o mundo natural mas a representação de uma fase na evolução de suas atividades e organizações técnicas. Na Europa, foram escritas ricas “histórias florestais”, sensíveis às particularidades locais e aos projetos humanos, e cautelosas na explicação do comportamento e do ser das formas de vida que as constituem.⁶⁸

O norte-americano John Perlin, em sua *História das Florestas*⁶⁹, em que analisa a importância da madeira para diversos usos por várias civilizações da Antigüidade, até Estados modernos como a Inglaterra e os Estados Unidos, também se aplica em grande medida a essa corrente. Conquanto estivesse interessado em enfatizar a imprevidência e ganância com que as civilizações da Antigüidade e Estados modernos atacassem suas florestas para obtenção de uma série de produtos feitos de madeira, para obtenção de lenha como combustível doméstico e para o funcionamento das indústrias ou mesmo para venda de madeiras serradas, Perlin também narra uma história repleta de "intencionalidade humana", onde o principal é entender as fases de ascensão e declínio das sociedades relacionados a exploração de suas reservas florestais. Não há o reconhecimento das florestas em sua entelúquia.

Em contraste, Warren Dean fez em *A ferro e fogo* uma “história ecológica vigorosa”, nas palavras de Stuart Schwartz, onde acentua a importância da Mata Atlântica na história do Brasil. O autor, um brasileiro que já tinha se ocupado de temas como a industrialização de São Paulo e o sistema escravista da *plantation* no século XIX, é um exemplo do que José

⁶⁸ DEAN, Warren. op. cit., p. 22.

⁶⁹ PERLIN, John. **História das florestas: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

Augusto Pádua mencionou sobre os intelectuais “que chegaram ao ecologismo pela reflexão acadêmica nos seus campos específicos de conhecimento.”⁷⁰

Depois de abordar esses temas nas décadas de 1960 e 1970, Dean começou a se interessar pelo campo emergente da história ambiental, publicando artigos a respeito e realizando estudos interdisciplinares. Assim, surgiu *O Brasil e a Luta pela borracha* em 1987, uma das primeiras obras de história ambiental sobre o Brasil, mesmo se considerarmos as contribuições bem mais antigas de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Nesse livro, como resultado de suas leituras interdisciplinares, Dean sustentou, diferentemente dos que se utilizavam de explicações econômicas e sociais para a decadência da borracha no Brasil, “os problemas ecológicos inerentes ao relacionamento entre a *Hevea brasiliensis* [seringueira] e um fungo nativo que praticamente impossibilitava no Brasil a organização e a produção em sistema de *plantation*.”⁷¹

Em *A ferro e fogo*, Warren Dean se embrenhou em um trabalho de ampla pesquisa de fontes e de literatura sobre a história da devastação do complexo aglomerado de ecossistemas que tem sido chamado de Mata Atlântica. Abordando igualmente um período amplo de tempo, desde as relações entre os indígenas e a Mata Atlântica desde cerca de 10 mil anos atrás até as pressões recentes da urbanização sobre os remanescentes florestais, *A ferro e fogo* é antes uma introdução a problemática da história florestal no Brasil que uma pesquisa acabada, que esgota um assunto:

Esta história da Mata Atlântica não é uma história natural: ou seja, não é uma explicação das criaturas da floresta e das relações que estas mantêm entre si. É, antes, um estudo da relação entre a floresta e o homem. A percepção, o aprendizado e a experiência limitados do autor e a opacidade e dispersão de muitas fontes históricas, sem dúvida ofuscaram em diversos pontos muitas interações importantes entre o homem e seu ambiente natural. Mesmo assim, a intenção foi a de retratar a Mata Atlântica como algo mais que uma atraente reserva de recursos ou um desafio à ambição humana. Talvez as deficiências da pesquisa se mostrem tão inspiradoras a outros historiadores quanto seus eventuais méritos.⁷²

Quanto à abordagem, Warren Dean revisita muitos temas bem conhecidos da história do Brasil, como a questão da mineração em Minas Gerais, a cafeicultura no Sudeste, o desenvolvimento urbano e industrial e até o “desenvolvimentismo” das últimas décadas, introjetando a questão ambiental e o lugar da floresta, que geralmente é esquecida pela historiografia na sua importância histórica. Esse lugar da floresta é entendido em toda a sua radicalidade não-antropocêntrica ou biocêntrica, que não se limita a fazer uma história da contribuição da Mata Atlântica, ou dos produtos e serviços úteis que ela tem “feito” a

⁷⁰ PÁDUA, O que é ecologia. op. cit., p.39.

⁷¹ DEAN, op. cit. p.14.

⁷² Ibid., p.28.

sociedade brasileira. Ou uma história da Mata Atlântica que integrasse um esquema mais amplo de história das representações sobre a natureza no Brasil. Nesse sentido, Warren Dean constrói um quadro bastante complexo de interação seres humanos - natureza, abrangendo indígenas, fazendeiros, caboclos, criadores de gado, mineradores, cientistas naturais, políticos, industriais até ambientalistas das últimas décadas. Todos envolvidos, de uma forma ou de outra, nesse processo histórico de construção da sociedade e do Estado brasileiro à custa de uma das mais ricas biodiversidades do mundo.

Embora *A ferro e fogo* nos pareça a história de uma tragédia, de alguma coisa que foi irremediavelmente perdido, o livro não se torna essencialmente desanimador se não acreditarmos na fatalidade histórica do homem como essencialmente destruidor do meio ambiente, como vem tentando mostrar os novos movimentos ambientalistas baseados no resgate dos saberes sobre a natureza que populações autóctones construíram. Mesmo se levarmos em conta que Warren Dean pudesse não concordar em muitos pontos com esses setores do movimento ambientalista.

Contemporâneo ao trabalho de Warren Dean, José Augusto Drummond, em *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*⁷³ apresenta uma abordagem e questões semelhantes de *A ferro e fogo*, mas limitando-se ao Estado do Rio de Janeiro, e elaborando uma pesquisa mais aprofundada sobre os parques nacionais instaurados naquele Estado. Assim como Dean, José Augusto Drummond também parece se nutrir de uma desconfiança quanto ao papel dos indígenas e outras populações tradicionais na sua capacidade de preservação do meio ambiente:

Uma visão exageradamente romântica da mente mítica sustenta que ela faz dos povos míticos [povos primitivos] agrupamentos humanos ecológicos ou ambientalistas, eximindo-as dos impactos sobre os seus ambientes. É bem mais realista reconhecer que os povos míticos têm restrições culturais ao consumo ampliado de muitos recursos naturais, mas que nunca deixam de usá-los sistematicamente, de acordo com uma escala de necessidades geralmente modesta.⁷⁴

No entanto, existe também uma série de autores que apostam sim na revalorização das culturas tradicionais como formas de estabelecer pelo menos, uma relação menos conflitante entre seres humanos e meio ambiente.⁷⁵ Em geral, tanto Warren Dean quanto José Augusto Drummond admitem a capacidade maior de convivência entre seres humanos e natureza no longo período de exclusiva ocupação indígena do território brasileiro.⁷⁶

⁷³ DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

⁷⁴ Ibid., p.46.

⁷⁵ Ver os trabalhos citados por Antonio Carlos Diegues. DIEGUES, op. cit.

⁷⁶ As relações entre indígenas e meio ambiente serão mais discutidas no capítulo 3.

Outro historiador ambiental norte-americano que também foi bastante utilizado nessa pesquisa é Alfred Crosby, com a sua obra *Imperialismo Ecológico*. Esse livro abre, principalmente para quem estuda o processo de colonização européia no Sul do Brasil, novos caminhos de pesquisa para entender não só os aspectos que favoreceram ou desfavoreceram o estabelecimento dos colonos europeus no Sul, mas também o impacto ecológico da instalação desse modo de vida. Ao analisar as razões do sucesso dos europeus em se estabelecer e expulsar/massacrar as populações nativas de diversas regiões do mundo, Crosby vai além das explicações sobre as “vantagens” culturais ou tecnológicas dos europeus. O autor argumenta que é preciso levar em conta toda a biota portátil, ou os animais, plantas e microorganismos que os europeus levaram consigo para as Neo-Europas para compreender mais adequadamente a razão do seu rápido estabelecimento.⁷⁷

Embora se trate de um referencial importante para essa e futuras pesquisas, pelos vários aspectos relacionados aos animais domésticos, as plantas cultivadas e “daninhas”, e as doenças trazidas pelos europeus, julgamos necessário fazer uma observação quanto ao caráter geral do livro. Embora suas teses pareçam bastante convincentes é preciso se atentar para a orientação etnocêntrica do autor:

As Neo-Europas, coletiva e individualmente, são da maior importância, mais importantes do que as suas dimensões, a sua população e até a sua riqueza indicariam. Têm uma agricultura extraordinariamente produtiva e, com a população do mundo caminhando para os 5 bilhões e mais, são vitais para a sobrevivência de muitas centenas de milhões de pessoas. As razões dessa produtividade incluem a inegável virtuosidade de seus fazendeiros e cientistas agrícolas, mas também várias circunstâncias fortuitas que precisam ser explicadas.⁷⁸

As responsabilidades dos neo-europeus exigem uma sofisticação ecológica e diplomática sem precedentes: habilidade política no campo e nas embaixadas, e uma verdadeira grandeza de espírito. Perguntamo-nos se a compreensão que os neo-europeus têm do mundo está à altura do desafio imposto pelo estado atual da nossa espécie e da biosfera. A compreensão deles advém de uma convivência com um a quatro séculos de fartura – um episódio único em toda a história registrada da humanidade.⁷⁹

O que Crosby quer dizer com “as responsabilidades dos neo-europeus...”, ou “...estado atual da nossa espécie e da biosfera.”? Inicialmente, a forma “descontraída” de Crosby em narrar ao longo do livro as devastações ambientais e os genocídios causados pelas doenças européias parecem uma forma de o autor evitar um sentimentalismo excessivo em relação a

⁷⁷ As regiões analisadas por Crosby como Neo-Europas, onde os europeus conquistaram e se estabeleceram, e até hoje constituem a maioria da população, segundo o autor, incluem a América do Norte (Estados Unidos e Canadá), sul da América do Sul (Argentina, Uruguai e os Estados do Sul do Brasil), Austrália e Nova Zelândia. CROSBY, op. cit., p.13-18.

⁷⁸ Ibid., p.268.

⁷⁹ Ibid., p.270.

essas tragédias, como foi o caso do contato dos europeus com indígenas da América, Austrália e outros lugares. No entanto, a freqüente exposição desse “estilo” discursivo, aliado as freqüentes citações de passagens da Bíblia e elementos da cultura cristã, nos faz lembrar de algumas igrejas fundamentalistas cristãs nos Estados Unidos e outros países, que até hoje defendem idéias racistas da superioridade e da necessidade ou “missão” dos “brancos” de administrar o mundo. O capítulo que mais transparece essa possível argumentação é o capítulo final da conclusão (p.259-270), especialmente as páginas 268 a 270.

Alguém poderia dizer que estamos exagerando, mas em geral, infelizmente Crosby se esquiva em abordar o profundo problema ético que foi o imperialismo ecológico narrado por ele, que causou destruições sociais, culturais e ambientais nos mais variados lugares.

Por outro lado, Clive Ponting em *Uma História Verde do Mundo*, aborda esse mesmo “imperialismo ecológico” de uma maneira bem diferente, e conclui pela revisão da ordem econômica mundial a fim de evitar o colapso ambiental, e não simplesmente um repensar das “responsabilidades dos neo-europeus” para o futuro do planeta, como se o Terceiro Mundo não tivesse importância nas medidas tomadas ou a serem adotadas para a resolução de problemas sociais e ambientais. Abordando esses mesmos aspectos da expansão européia para diferentes regiões do mundo, e a destruição de inúmeras populações nativas e de uma parte da vida selvagem mundial, Ponting prefere narrar esse processo enfatizando essas violências e perdas. No final do capítulo sobre a expansão européia pelo mundo, Ponting afirma:

A expansão européia foi um desastre para os povos nativos daquelas regiões do mundo que não conseguiam sobreviver como entidades independentes ou quase independentes ou restringir a quantidade de contato europeu. Alguns, como os aborígenes da Tasmânia, foram exterminados, outros sofreram uma grande queda em seu número, através de várias combinações de doenças, guerras, álcool e destruição econômico-social. Todos viram sua cultura nativa e modo de vida minados e freqüentemente destruídos pelos europeus, decididos a impor seus próprios valores sobre eles. Essa saga de deslocamentos e destruições não ficou confinada aos primeiros estágios da expansão e colonialismo europeus, mas continuou por todo o século XVIII, entrando pelo XIX. Ainda continua em muitas regiões do mundo, quando novos estados independentes continuam a atacar as poucas tribos ainda existentes no mundo que ainda tentam manter seu antigo modo de vida.⁸⁰

No capítulo sobre a destruição da vida selvagem em nível mundial, Ponting também narra nessa mesma perspectiva:

Os efeitos da expansão européia – de seus povos, suas plantas e seus animais – foi de amplo alcance e irreversível. A vida selvagem mundial nunca mais foi a mesma. Muitas espécies foram levadas à extinção ou ficaram tão reduzidas que mal podiam sobreviver em algumas áreas muito limitadas. Vários animais e plantas de origem

⁸⁰ PONTING, op. cit., p.234, 235.

européia espalharam-se pelo mundo, desequilibrando os ecossistemas naturais e causando a extinção e declínio de muitas espécies nativas.⁸¹

Acreditamos que essa perspectiva de Ponting tem a vantagem de se relacionar de uma maneira mais crítica com a questão ambiental, pois aborda o assunto sem algum tipo de eufemismo que daria margem a interpretações mais fatalistas como a de Crosby. Pois para esse último, a expansão e o domínio europeu foi praticamente uma fatalidade biológica ou natural, enquanto Ponting enfatiza as condições culturais, técnicas, econômicas e biológicas também em que os europeus estavam imersos, e que ensejaram e forneceram as justificativas para todo tipo de violência.

Da mesma forma, o livro *A ferro e fogo* de Warren Dean, se pode ser criticado por não escapar do “quadro desanimador”, como afirmou Schama, da destruição inevitável do planeta sugerida pela história ambiental norte-americana, também permite concluir que a destruição do meio ambiente, da diversidade biológica e da diversidade cultural não deveria ser pensada ou realizada no nosso dia-dia como algo irreversível, a fatalidade, missão ou destino dos seres humanos ou do Ocidente, pois senão “realmente estamos presos no mecanismo de nossa autodestruição.”⁸² Como afirmou Warren Dean: “Para o homem, a coexistência com a floresta tropical sempre foi problemática. **Antagonismo não é, em nenhum momento, parte necessária da relação**, mas a ‘limpeza’ da floresta não é mero ditame do preconceito ou orgulho cultural ou de arranjos políticos e sociais imprevidentes.”⁸³

Para encerrar o capítulo ainda vamos comentar uma última questão referente ao livro de Warren Dean, que constitui ainda, passados dez anos de sua publicação, a principal referência e motivação para quem for pesquisar sobre a história das florestas no Brasil.

Embora a floresta de araucária também seja incluída legalmente nesse conjunto de ecossistemas chamado Mata Atlântica, Warren Dean fez ao longo de *A ferro e fogo* muito poucas considerações sobre essa floresta subtropical. Levando-se em conta os limites propostos hoje para a Mata Atlântica⁸⁴, que abrangia originalmente 1.350.000 km², distribuídos em 17 Estados, não é de se estranhar que Warren Dean na verdade não tenha conseguido dar conta da extensão e diversidade da Mata Atlântica. Na prática, a análise de

⁸¹ Ibid., p.285,286.

⁸² SCHAMA, op. cit., p.23,24.

⁸³ DEAN, op. cit., p.24. (grifo nosso).

⁸⁴ A abrangência da Mata Atlântica foi estabelecida pelo Decreto Federal 750, de 1993. A Mata Atlântica envolve uma série de ecossistemas bastante diferentes, como a floresta de araucária ou Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, Campos de Altitude e outros ecossistemas associados. Não é nosso objetivo aqui entrar na polêmica sobre a definição de Mata Atlântica estabelecida pelo Decreto 750. Ver Atlas da Mata Atlântica em <www.sosmatatlantica.org.br>

Warren Dean se relaciona com a Mata Atlântica contida nos atuais São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, e ainda no Sul da Bahia e Norte do Paraná.

Nesse trecho do livro, a região típica da floresta de araucária, principalmente localizada no Sul do país, é chamada por Dean de “segmento montanhoso ao sul dominado por coníferas”:

Nesta história, pouca menção terá o extremo norte da floresta, acima dos treze graus sul, ou do segmento montanhoso ao sul dominado por coníferas. Trata-se de limites justificáveis apenas em termos práticos; *ars longa, vita brevis*. Fontes dispersas e inacessíveis, multiplicidade de jurisdições políticas, distâncias imensas e restrições orçamentárias estenderam o tempo necessário a reunir material para este estudo truncado muito além do normalmente esperado de um único pesquisador sem assistentes. Talvez estas omissões estimulem outros historiadores a pesquisar esse vasto domínio natural de maneira local e minuciosa. Enquanto isso, ...⁸⁵

⁸⁵ DEAN, op. cit., p.28.

Capítulo 2

Percorrendo a Araucarilândia

...o leitor não incorrerá em grande erro ao tomar essa região central pelo todo; ela contém mais de sete décimos da área da Mata Atlântica e quase todos os aspectos de sua história de assentamento humano são típicos também na área restante.⁸⁶

O nosso objetivo nesse capítulo será demonstrar as características biológicas e históricas peculiares da floresta de araucária, e dessa maneira entender como *A ferro e fogo* não pôde dar conta, na verdade, como sugere a citação acima, das questões próprias a essa formação florestal. A floresta de araucária, apesar de ter uma série de características naturais e de padrões de assentamento humano semelhantes aos outros ecossistemas da Mata Atlântica abordados por Warren Dean, apresenta também questões fundamentalmente diferentes, tanto em relação aos seus aspectos biológicos ou ecológicos, quanto em relação à história da exploração desse ecossistema. Além disso, esse panorama geral ajuda a entendermos e fazermos relações com as questões específicas do desmatamento na região do Médio Iguaçu, a fim de que também não fiquemos limitados a assuntos muito localizados e que aparentemente não teriam correspondência com uma realidade mais abrangente.

2.1 As florestas de araucária no Sul do Brasil.

A floresta de araucária, ou Floresta Ombrófila Mista, ocupava até o final do século XIX cerca de 200 mil km², distribuídos pelos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e algumas áreas menores no Sul de São Paulo e na Serra da Mantiqueira. (na divisa entre São Paulo, Minas Gerais e alcançando o Sul do Rio de Janeiro)⁸⁷, além da província de Misiones, na Argentina (divisa com Santa Catarina) e alguns outros pontos isolados de Minas Gerais. Essas áreas geralmente se localizam em altitudes entre 500 e 1200m nos planaltos do Sul e em altitudes ainda mais elevadas na Serra da Mantiqueira, onde as temperaturas baixas, associadas às condições de alta pluviosidade favorecem esse tipo de vegetação bastante peculiar.

A presença da Araucária ou Pinheiro (*Araucaria angustifolia*), com seu tronco reto e sua copa característica, sobressaindo acima da altura média da floresta, imprime uma fisionomia inconfundível a esse tipo florestal. Além dessa, espécies como a Imbuia (*Ocotea porosa*), a Canela lageana (*Ocotea pulchella*), a Erva mate (*Ilex paraguariensis*), o Butiá

⁸⁶ Ibid., p.28. A citação é continuação da citação da página anterior.

⁸⁷ GUERRA et al., op. cit., p.87.

(*Butia eriospatha*), a Bracatinga (*Mimosa scabrella*), o Xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e tantas outras contribuem para a caracterização desse ecossistema. Na verdade, a grande complexidade da formação florestal, com variadas composições vegetais conforme a região, e os muitos pontos de contato entre ele e as florestas “vizinhas”, ou os ecossistemas em seu entorno, tornam a caracterização da floresta de araucária algo bastante complicado. Dessa forma, “a delimitação deste bioma é definida exclusivamente pela presença do pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*)(Bertol) Kuntze.”⁸⁸

Embora descrita por uma série de viajantes naturalistas desde o século XIX, como Saint-Hilaire, Ave-Lallemant, Bigg-Wither, Lindman, a escassez de pesquisas botânicas aprofundadas sobre a floresta de araucária, segundo P. R. Castella e R. M. Britez, contribuem ainda mais para as dificuldades em se conhecer a biodiversidade e entender a diversidade de situações da vegetação que compõe o ecossistema.⁸⁹ Sem contar a situação das pesquisas sobre a fauna que habita essa floresta, que é ainda bastante incipiente.⁹⁰ Isso tem a agravante de que as pesquisas mais recentes e futuras se deparem com os remanescentes bastante fragmentados e degradados da atualidade.

Os botânicos Roberto Miguel Klein e Raulino Reitz identificaram diferentes agrupamentos ou sub-bosques que acompanham a araucária em todo o planalto sul-brasileiro:

- I. Araucária e campo.
- II. Araucária e associações pioneiras.
- III. Araucária e *Ocotea pulchella* (Canela lageana).
- IV. Araucária e *Ocotea porosa* (Imbuia)
- V. Araucária e Mata Pluvial⁹¹

Cada uma dessas associações é composta de diferentes espécies arbóreas, bem como apresenta diferentes condições de desenvolvimento do pinheiro e das outras espécies. Assim, a Araucária e campo caracteriza as regiões de campos de altitude no Sul do Brasil, que geralmente são cercados pela floresta de araucária. Essas regiões de clima bastante frio e solos geralmente rasos constituem-se remanescentes, segundo Klein, de condições climáticas antigas.⁹² Como exemplos podem ser mencionados os campos de Lages, São Joaquim, Curitibanos e Campos Novos em Santa Catarina, os campos de Palmas, Guarapuava e Ponta Grossa no Paraná, e os de Bom Jesus e Vacaria no Rio Grande do Sul.

A associação Araucária e associações pioneiras já constitui uma forma mais complexa, e ocorre em duas situações. Uma é a infiltração do pinheiro e outras espécies arbóreas em

⁸⁸ CASTELLA; BRITZ, op. cit., p.7.

⁸⁹ Ibid., p.11.

⁹⁰ CIMARDI, Ana Verônica. **Mamíferos de Santa Catarina**. Florianópolis: FATMA, 1996.

⁹¹ KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. **Sellowia** 12 (12): 17-44, 1960. p.25.

⁹² Ibid.

nascentes, baixadas e nas margens de rios e córregos nas áreas dos campos de altitude, constituindo-se os capões, ilhas de matas em meio às gramíneas rasteiras. Nesses capões se desenvolvem as espécies Aroeirinha (*Schinus weinmanniifolius*), Aroeira salsa (*Sch. Molle*), Guaperê (*Clethra scabra*), Guabirobeira (*Campananesia xanthocarpa*), Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Bracatinga (*Mimosa scabrella*), entre outras. Outra situação é a associação do pinheiro em áreas de várzeas, principalmente nas planícies marginais aos grandes rios. Esse é o caso da região do curso médio do rio Iguaçu, que possui amplas várzeas inundáveis pelas cheias, com poucas e baixas espécies arbóreas, em que predomina o Branquilha (*Sebastiania klotzschiana*).⁹³

A terceira associação descrita por Klein é a das matas dominadas pela *Araucaria angustifolia* com a *Ocotea pulchella*. Essa é a associação mais comum das matas de araucária no Sul do Brasil, sendo encontradas por Klein nos Campos de Palmas, no Paraná; nos municípios de Chapecó, Irani, Campo Erê, Campos Novos, Curitibanos, Lages e São Joaquim, em Santa Catarina; e em Vacaria, Bom Jesus e São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul. Já é uma mata mais densa e complexa que as associações anteriores, sendo as espécies mais comuns: Guaçatunga (*Casearia decandra*), Canela sebo (*Ocotea puberula*), Guaraperê (*Lamanonia speciosa*), Gramimunha (*Weinmannia paulliniaefolia*), Camboatá (*Matayba elaeagnoides*), Açoita cavalo (*Luehea divaricata*), Camboatá (*Cupania vernalis*), Pessegueiro bravo (*Prunus sellowii*) e outras.⁹⁴

A associação Araucária e *Ocotea porosa* (Imbuia) é igualmente característica de uma ampla região que vai de Mafra e Curitibanos, passando por Porto União até Caçador em Santa Catarina, e também se estendendo por “toda a parte central do Estado do Paraná.”⁹⁵

A *Ocotea porosa* vulgarmente denominada por Imbuia ou Embuia, é uma árvore cujos troncos são muito grossos e as mais das vezes bastante retorcidos, alcançando comumente uma altura de 20 metros, formando em cima largas e densas copas, que formam uma cobertura contínua e bastante fechada.⁹⁶

Além da Imbuia, em alguns locais dessa associação também é bastante numerosa a Sapopema (*Sloanea lasiocoma*). As espécies mais características são: Cedro (*Cedrela fissilis*), Canela sebo (*Ocotea puberula*), Erva mate (*Ilex paraguariensis*), Açoita cavalo (*Luehea divaricata*), Caúna (*Ilex theezans*), Guaçatunga (*Casearia decandra*), Guabiju (*Eugenia pungens*), e outras.⁹⁷

⁹³ Ibid., p.28-32.

⁹⁴ Ibid., p.33-36.

⁹⁵ Ibid., p.36.

⁹⁶ Ibid., p.36.

⁹⁷ Ibid., p.37.

Por fim, a associação Araucária e Mata Pluvial compreende as florestas em que ainda aparece o pinheiro, mas no sub-bosque predominam as espécies da Floresta Estacional Decidual e Semi-Decidual, outrora características de amplas áreas do norte do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Também ocorre esse tipo de associação no contato da Floresta de Araucária com a Floresta Ombrófila Densa (a mata latifoliada das regiões litorâneas, também chamada Mata Atlântica *stricto sensu*), na borda oriental das Serras do Mar e Geral, em Santa Catarina e no Paraná.⁹⁸

Klein e outros botânicos e estudiosos, como o padre Balduino Ramo, Reinhard Maack, Kurt Hueck, Malme, Pouwels e H. P. Veloso, sustentaram em suas pesquisas a hipótese “de que a vegetação sul-brasileira, em grande parte, não corresponde às condições climáticas e edáficas regionais.”⁹⁹ Isso quer dizer que as florestas de araucária existentes antes das devastações sistemáticas no século XX já apresentavam elementos em desacordo com o clima e o solo, revelando, segundo Klein, relictos ou características antigas resultantes de situações climáticas também antigas. Castella e Britez também citam trabalhos que abordaram as mudanças climáticas ocorridas em épocas geológicas passadas, e que teriam influenciado na distribuição e composição da floresta de araucária. Embora os ancestrais da Araucária remontem à era anterior a deriva continental, o que explicaria a atual dispersão da família pelo Brasil, Chile e na Oceania, foram as mudanças climáticas ocorridas nos últimos 50 mil anos as responsáveis pelas características recentes da floresta de araucária.

Ledru *et al.* (1996), através de datações de ocorrência de pólen, salienta a existência de um clima árido e frio há 50 mil anos. A partir de 45 e 33 mil anos aumentou a umidade e constatou-se a presença de *Araucaria angustifolia*, *Drimys brasiliensis* e *Cyathea*.¹⁰⁰

Após uma série de oscilações climáticas de longo prazo nos últimos milhares de anos, o clima em geral teria se tornado mais úmido e quente, o que teria gerado um certo desequilíbrio nas florestas de araucária.¹⁰¹ Nesse sentido, Klein e outros propuseram uma interpretação da floresta que levasse em conta os seus aspectos dinâmicos, enfatizando que as associações acima descritas estavam em constante transformação. Assim, o tipo de vegetação

⁹⁸ Conforme estudo citado por P. R. CASTELLA; R. M. de BRITTEZ, op. cit., p.11. “[...] a flora arbórea da Floresta Ombrófila Mista é composta por aproximadamente 352 espécies, das quais 13,3 são exclusivas, 45,7% ocorrem preferencialmente, enquanto 41,0% são preferenciais e características de outras regiões fitoecológicas, ocorrendo inexpressivamente nessa.” Esses dados sugerem a importância dessas áreas de contato da floresta de araucária com outros ecossistemas, e também o quanto esses ecossistemas diferentes têm em comum, e sugerindo talvez a idéia de que não seja um absurdo considerar a floresta de araucária como pertencente à Mata Atlântica, como querem alguns. Evidentemente discutir essa questão é mais complexa do que apresentar esse simples dado, e não vamos nos aprofundar nessa polêmica.

⁹⁹ KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil. *Sellowia*, Itajaí, v.36, p.5-54, 1984. p.6.

¹⁰⁰ CASTELLA; BRITTEZ, op. cit., p.11.

¹⁰¹ KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil, op. cit. CASTELLA; BRITTEZ, op. cit., p.11.

mais antigo seriam os campos naturais, que estariam diminuindo devido ao avanço do pinheiro e de outras árvores, favorecidos pelo aumento da temperatura e da umidade. Da mesma forma, a associação Araucária e *Ocotea pulchella* (Canela lageana) estaria, de acordo com as observações de Klein, sendo gradativamente substituída pelas espécies características da associação Araucária e *Ocotea porosa* (Imbuia). Por sua vez, essa última associação estaria sendo também substituída pelas espécies da Floresta Estacional Decidual e Semidecidual e da Floresta Ombrófila Densa, do litoral.

Dentro dessa hipótese, a própria araucária seria uma árvore que representa um clima antigo mais frio e seco, e nesse sentido, o seu ambiente natural estaria cada vez mais reduzido pelo avanço de outros ecossistemas. Como a araucária é uma espécie pioneira, ou seja, precisa de um ambiente descampado ou com boa luminosidade para o seu crescimento quando jovem, ela não conseguiria mais se regenerar nos ambientes densos, fechados das associações da *Ocotea pulchella*, *Ocotea porosa* e nas matas de contato com as florestas pluviais. Assim, Klein observou nessas matas fechadas a freqüente incidência de grandes exemplares adultos e velhos, mas encontrou muito poucos pinheiros jovens que estivessem se desenvolvendo por baixo das densas copas das imbuias, canelas e outras.

Os únicos locais em que a araucária estaria conseguindo se regenerar normalmente seria no ambiente dos campos naturais, sem o sombreamento de outras árvores e favorecidos pelas mudanças climáticas de aumento da temperatura e da umidade.¹⁰²

Se essas explicações, resultados de anos de observações e viagens desses botânicos e estudiosos, enriquecem a compreensão do ecossistema, durante o século XX esse processo lento de mudança da vegetação contrasta vivamente com o rápido processo de destruição da floresta de araucária, que simplificou bastante as características naturais da formação florestal e provavelmente alterou, pelos novos elementos introduzidos na paisagem (como o *pinus*, as grandes lavouras de monocultura, as cidades), o sentido dessa dinâmica. Esses estudiosos, ao mesmo tempo em que lançavam o olhar para o passado mais distante nessas pesquisas sobre a dinâmica da floresta de araucária, também alertavam sobre a destruição eminente do ecossistema, levado a cabo pelas serrarias e pela agricultura.

Klein, em 1960:

Segue como corolário, ser de máximo interesse para a nação brasileira, dispensar maiores cuidados a uma espécie de tão alto valor econômico, já que se encontra seriamente ameaçada, não só pela intensa exploração por parte do homem, como também pelo ambiente climático atual. Urge, pois, sejam feitos estudos mais profundos e empregados meios adequados, a fim de salvar o Pinheiro do extermínio completo.¹⁰³

¹⁰² KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil, op. cit.

¹⁰³ KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro, op. cit. p.43.

Roberto Klein e o padre Raulino Reitz também fizeram uma descrição interessante da Araucária na *Flora Ilustrada Catarinense*, uma enciclopédia botânica organizada por Reitz, com a colaboração de cerca de 60 especialistas no assunto.¹⁰⁴ Essas observações também ajudam a entender as condições de sobrevivência dessa espécie e dessa forma, relacionar com as questões históricas recentes da exploração econômica da araucária.

A *Araucaria angustifolia* é classificada na família das Araucariáceas, representadas no mundo todo, por 2 gêneros (*Araucaria*, *Agathis*), com um total de 32 espécies. Na América do Sul, ocorrem somente duas espécies, a *Araucaria angustifolia* e a *Araucaria araucana*, característica da região de Valdivia, no Chile. O próprio nome Araucária provém, segundo Klein e Reitz, da região de Arauco, no Chile, *habitat* da *Araucaria araucana*.

A *Araucaria angustifolia* se destaca na floresta de araucária por ser a árvore mais alta do ecossistema, geralmente com troncos retos medindo de 20 a 50 metros de altura. O diâmetro das árvores adultas e velhas mede normalmente de 1 a 2 metros, mas há registros de árvores maiores. A espécie é geralmente dióica, ou seja, as flores masculinas e femininas não se localizam na mesma árvore. “Durante os primeiros 20 a 40 anos e principalmente nas árvores novas, a copa dos pinheiros possui forma cônica, que se distingue das formas das árvores adultas e velhas, que transgridem paulatinamente para copas em forma de umbela.”¹⁰⁵ Embora desde cedo já produza as pinhas e as sementes (pinhões), a idade média de um pinheiro adulto, de acordo com Klein e Reitz, é de 140 a 200 anos, “passando dificilmente da idade dos 300 anos os pinheiros mais velhos, cujas alturas estão acima dos 40 metros e cujos diâmetros passam dos 150 cm.”¹⁰⁶

A polinização geralmente ocorre em setembro. As pinhas chegam a maturação aos 24 meses, mais comumente em abril e maio, mas variando de fevereiro a dezembro, conforme a variedade. Klein e Reitz identificaram nove variedades de *Araucaria angustifolia*, cujos nomes populares são: Pinheiro Elegante, Pinheiro São José, Pinheiro Caiová, Pinheiro Macaco, Pinheiro Brasileiro, Pinheiro Preto, Pinheiro Rajado, Pinheiro de Ponta Branca, Pinheiro Branco.¹⁰⁷

A diversidade dessas variedades se reveste de grande importância para a fauna da floresta, pois apresentam épocas diferenciadas para o amadurecimento dos pinhões, que representam um alimento valioso para diversas espécies de mamíferos e aves. Por sua vez, o

¹⁰⁴ REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M. Araucariáceas. **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí, 1966.

¹⁰⁵ Ibid., p.27.

¹⁰⁶ Ibid., p.28. De acordo com Carlos R. Sanquetta e Alexandre F. Tetto, a idade em que os pinheiros começam a produzir pinhões varia de 10 a 20 anos. SANQUETTA, Carlos R.; TETTO, Alexandre F. **Pinheiro-do-Paraná: lendas & realidades**. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1999. p.81.

¹⁰⁷ KLEIN, R. M.; REITZ, R. Araucariáceas, op. cit., p.9-14.

pinheiro depende desses animais para disseminar suas pesadas sementes, fadadas ao raquitismo se não conseguirem germinar em local mais apropriado.

Essa complexa interdependência é narrada por Klein e Reitz da seguinte maneira:

É nos seres vivos, especialmente nas aves e nos roedores que vamos encontrar os principais agentes de disseminação do pinhão, para não falar no índio que tendo no pinhão um grande alimento involuntariamente deixa cair, cá ou lá, um pinhão. [...] Entre as aves sobressai a barulhenta gralha como a maior benfeitora da propagação da Araucária, pois tem como hábito esconder algum pinhão após sua refeição, para reserva. Esquece-se dando vez à germinação da semente. Cerca de uma meia dúzia de espécies de galhas vivem na Araucarilândia brasileira acompanhando indiscretamente o homem intruso da floresta com seus gritos desagradáveis e malcriados. A gralha azul (*Cyanocora caeruleus* Vieillot), de plumagem azul e topete preto é que contribui mais na disseminação do pinhão.[...] A família dos Psitacídeos que povoa ricamente os pinhais é aqui representada especialmente pelos papagaios, maitacas, maracanãs e tirivas. A sua ruidosa refeição é feita não somente sobre os pinheiros, mas também sobre outras árvores mais distantes.[...] Entre os animais de pêlo cremos que os roedores são os que disseminam mais os pinhões. Entre eles se distingue a cutia, à qual, na Amazônia é quase exclusivamente atribuída a disseminação da Castanha do Pará. Roe o “oriço” libertando a semente e após sua refeição carrega algumas castanhas para longe enterrando-as como reserva. Esquece muitas sementes, exatamente como faz a gralha. Também outros roedores como ratos, preás, ouriços, pacas e, porque não citar o lampeiro serelepe, por aqui mais conhecido como coati-côco, são animais que exercem mais ou menos o mesmo papel de disseminadores do pinheiro. Ao observador acurado não escapa o fato de os pinheiros muitas vezes nascerem entre pedras ou em tocos de pau o que sugere terem sido as sementes levadas pelo roedor ao seu esconderijo. Sem dúvida o macaco e o mono também desempenham grande papel nesta tarefa. Temos ante nós mais um cativante capítulo sobre a interdependência entre os reinos vegetal e animal. O soberbo pinheiro não podendo ajudar-se a si mesmo na disseminação de suas pesadas sementes, torna-se humilde servindo de alimento a tantos animais e mesmo ao homem.¹⁰⁸

Essa entusiástica descrição de Klein e Reitz ainda pode ser acrescentada pelas relações desses animais com animais carnívoros, que assim dependem indiretamente dessa fonte de alimento das suas presas. A bióloga Ana Verônica Cimardi realizou interessante pesquisa sobre os mamíferos em Santa Catarina, identificando inúmeras espécies que outrora existiram no Estado e que hoje são raras ou extintas, não só pela caça intensa, mas pela destruição de seus *habitat* naturais.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Ibid., p.25,27. Sobre a menção ao descuido do índio na disseminação do pinhão, é provável até que tenha sido um ato intencional a disseminação do pinheiro, a exemplo de outros casos de interação entre indígenas e plantas no Brasil. Essa questão será mais discutida no capítulo 3.

¹⁰⁹ Um mamífero extinto do Estado de Santa Catarina, de acordo com a bióloga é o Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), e que “agora ocorre somente na Amazônia, região central e partes contíguas do nordeste, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.” Entre os animais que provavelmente não ocorrem mais em território catarinense, Cimardi cita o Lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a Ariranha (*Pteronura brasiliensis*), e o Veado-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*). Entre os mamíferos outrora comuns e hoje raros ou ameaçados de extinção, Cimardi menciona o Puma (*Felis concolor*), a Anta (*Tapirus terrestris*), o Porco-do-mato-queixada (*Tayassu albirostris*), Porco-do-mato-cateto (*Tayassu tajacu*), Veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), Veado-mateiro (*Mazama americana*), Veado-virá (*Mazama gouazoubira*), Veado-bororó (*Mazama rufina*), a Cutia (*Dasyprocta azarae*), a Paca (*Agouti paca*) e outros. CIMARDI, op. cit. p. 38, 48, 57, 63, 74, 75, 78-80,

2.2 A machado, fogo e moto-serra: a história e a devastação das florestas de araucária.¹¹⁰

Antes de traçarmos em linhas gerais o processo histórico de desmatamento da Floresta de Araucária, ocorrido principalmente no século XX, vamos comentar ainda algumas questões introdutórias de caráter biológico ou natural que consideramos bastante importante para explicar a história em grande parte peculiar, em relação a outros tipos florestais da Mata Atlântica ou do Brasil, da exploração da floresta de araucária.

Em primeiro lugar é preciso ressaltar as qualidades da madeira da araucária, que se presta a uma infinidade de utilidades, fora o aproveitamento de outras partes da árvore além do tronco:

Seus usos mais comuns são taboado, vigamentos, pranchões, caixas, móveis, cabos de vassoura e de ferramentas, palitos de dentes e de fósforo, fabricação de compensados, pasta mecânica e celulose, papel, matéria plástica, lã e seda artificiais, instrumentos de música, instrumentos de adorno, artigos de esporte, separadores para acumuladores, caixas de ressonância de piano, tacos de nós, mourões, telhas de taboinhas, etc. Os galhos e refugo, e especialmente o “nó de pinho” servem para lenha e combustível de caldeiras. O mesmo “nó de pinho” convenientemente preparado serve para belíssimas obras artísticas de tornearia de que temos, no Estado, importantes fábricas. A resina serve de base para a fabricação de vernizes, terebentina, acetona, ácido pirolenhoso e outros produtos químicos.¹¹¹

Aliado a essas qualidades “natas” da madeira da araucária, uma série de estudiosos e autoridades políticas ressaltaram o grande volume de madeira comercializável por área na floresta de araucária. Embora em geral a floresta apresente grande heterogeneidade de espécies, como descrevemos acima, impressionava os observadores a expressiva presença da araucária, que em alguns locais, como na borda oriental do planalto catarinense, chegavam a apresentar pinhais bastante densos com mais de 200 araucárias por hectare.¹¹²

81-84, 97, 98. Ver também a Lista Oficial de Animais Ameaçados de Extinção no Brasil. <www.ibama.gov.br> Ver também o Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná, que apresenta muitas informações sobre os animais ameaçados de extinção. MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. **Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná**. Curitiba: Governo do Paraná, SEMA/IAP, 2004. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/index.shtml>>. Acesso em: 22 fev 2006.

¹¹⁰ Esse título é semelhante aos títulos de nossas pesquisas de Iniciação Científica com a professora Eunice Sueli Nodari, pois apresenta uma série de reflexões que já fazíamos durante a sua realização. NODARI; CARVALHO, op. cit.

¹¹¹ KLEIN, R. M.; REITZ, R. Araucariáceas, op. cit., p.21. Segundo Romário Martins em 1944, o pinheiro "substitui com vantagens todas as utilidades dos pinhos americano, canadense, sueco e do famigerado pinho-de-riça, que por longos anos importamos como sendo o melhor da espécie." MARTINS, Romario. **Livro das Árvores do Paraná**. 2ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004. p.151.

¹¹² REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M.; REIS, Ademir. **Madeiras do Brasil**. Florianópolis: Ed., Lunardelli, 1979. p.248.

Miranda Bastos, Chefe do Setor de Inventários Florestais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, se referiu a floresta de araucária como “a mais generosa fonte de um recurso natural doada pelo Céu ao nosso país”, ao citar os estudos de inventários florestais realizados pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) no início da década de 1960, e que apontavam para um maior volume de madeira de valor comercial por hectare nessa floresta do que outras florestas brasileiras, como a floresta amazônica. Além desse dado, Miranda Bastos ressaltava a boa aceitação no mercado externo da madeira da araucária e as facilidades técnicas dos madeireiros em trabalhar com uma madeira bastante conhecida, “fácil de serrar e plainar.”¹¹³

Nilson Thomé, em *Ciclo da Madeira*, cita dados dos inventários florestais realizados pelo projeto RADAMBRASIL em florestas primárias ainda existentes na década de 1970 na região de Caçador (SC), e observa que:

...nos relictos então existentes foi encontrada uma média de 516,00 m³ de madeira por hectare, sendo que 428,00 m³ recaíam sobre pinheiros com diâmetro acima de 25 centímetros e 60,00 m³ sobre a imbuia. Comparando-se este resultado com a média de 215,00 m³ de madeira por hectare, encontrada na Amazônia, pode-se afirmar que não houve na América do Sul um potencial madeireiro igual. Os levantamentos dendrométricos realizados nos Andes da Patagônia, Argentina, também mostraram médias bastante inferiores.¹¹⁴

Essas informações provavelmente já eram percebidas, ainda que não tão precisamente calculadas, muito antes desses inventários.¹¹⁵ Ainda na década de 1950, o engenheiro agrônomo-silvicultor Eudoro H. Lins de Barros, que havia sido chefe da Divisão de Florestamento e Reflorestamento do Instituto Nacional do Pinho, analisou a questão:

A região da Araucária, como passaremos a chamá-la, representa atualmente, no setor florestal, uma riqueza real, superior às matas da Amazônia, pela relativa facilidade de exploração das madeiras nela existentes, espécies diversas valiosas cujas aplicações não oferecem qualquer dúvida aos industriais madeireiros, como também por ali se encontrar na verdade, a mais importante reserva da América do Sul. Reconhecemos que a extensão das florestas da Amazônia é incomensurável e que nos dias atuais representam um potencial de madeiras valiosas, contudo, as espécies ali existentes, encontram-se dispersas na vastidão das matas tropicais, muito ricas botanicamente, mas que apresentam sérios obstáculos à exploração específica de determinadas essências, preferidas atualmente pelas múltiplas indústrias que utilizam a madeira como matéria prima, pelo simples motivo de que essas essências só se encontram de longe em longe.¹¹⁶

¹¹³ BASTOS, A. de Miranda. O drama da floresta de pinheiro brasileiro. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.13. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1961. p.69, 70.

¹¹⁴ THOMÉ, op. cit., p.28.

¹¹⁵ Romário Martins já observava isso em 1944. MARTINS, op. cit. p.157.

¹¹⁶ BARROS, op. cit., p.14.

Esses aspectos naturais do ecossistema são imprescindíveis para se explicar a velocidade da devastação da floresta de araucária, bem como a riqueza econômica gerada pela madeira da araucária no século XX.

Nesse sentido, entendemos como necessário para uma pesquisa como essa, as leituras interdisciplinares. Donald Worster reconheceu a importância do contato interdisciplinar para as pesquisas em história ambiental:

O historiador ambiental, além de fazer algumas perguntas novas, precisa aprender a falar algumas línguas novas. Sem dúvida, a mais estranha dessas línguas é a dos cientistas naturais. [...] No seu conjunto, as ciências naturais são instrumentos indispensáveis para o historiador ambiental, que precisa sempre começar com a reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem.¹¹⁷

No caso dessa pesquisa, a análise do trabalho de biólogos, engenheiros florestais, engenheiros agrônomos, geógrafos e sociólogos que escreveram sobre a floresta de araucária é que permite a própria construção da problemática geral da pesquisa. De outra forma, a relevância da questão da devastação das florestas de araucária no século XX passa pelo contato com essas disciplinas, e não se prende apenas as recentes discussões políticas em torno da legislação florestal ou da criação de Unidades de Conservação na área da formação florestal.¹¹⁸ A leitura desses trabalhos é fundamental para se entender, ainda que de forma superficial, dada a escassez de pesquisas sobre esse ecossistema, como eram as florestas de araucária antes dos processos massivos de desmatamento iniciados no final do século XIX e início do século XX e que levaram esse bioma, antes cobrindo cerca de 200 mil km² do planalto sul-brasileiro, aos remanescentes fragmentados da atualidade, que perfazem entre 2 e 4% da área original.¹¹⁹

Além disso, não podemos compreender adequadamente, sem o contato com esses trabalhos, a magnitude do problema do desmatamento, e isso vale para outros tipos florestais, sem saber o que significa uma floresta bem preservada, quais as suas funções na manutenção do equilíbrio ecológico de uma região, incluindo o clima, os solos, os recursos hídricos. Para além dessa visão utilitarista dos "favores" que a floresta presta às sociedades humanas, a

¹¹⁷ WORSTER, Para fazer história ambiental. op. cit., p.202, 203.

¹¹⁸ Atualmente, sob pesada resistência política de setores tradicionais como fazendeiros e madeireiros, o governo federal está tentando implantar oito unidades de conservação na área do ecossistema, nos Estados do Paraná e Santa Catarina. No Paraná, estão previstas as unidades: Parque Nacional dos Campos Gerais (23.000 ha), Reserva Biológica das Araucárias (16.078 ha), Refúgio da Vida Silvestre do Rio Tibagi (31.698 ha), Reserva Biológica das Perobas (11.000 ha) e Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas (16.445 ha). Duas das oito foram criadas recentemente, e estão localizadas em Santa Catarina; Parque Nacional das Araucárias, em Ponte Serrada e Passos Maia, com 12.841 ha, e Estação Ecológica da Mata Preta, em Abelardo Luz, com 6.563 ha. <www.rma.org.br> Acesso em: 20 jan. 2006.

¹¹⁹ GUERRA et. al., op. cit., p.87.

leitura dos cientistas naturais serve para compreendermos a dinâmica e lógica própria de toda a biodiversidade que nos rodeia, cujas espécies teriam tanto direito a vida como nós, se formos adotar um princípio ético para além do antropocentrismo.¹²⁰

Se por um lado existiram fatores naturais que explicam o sucesso econômico na exploração da formação florestal, como apontamos acima, também foram apontados aspectos naturais que dificultaram a exploração do ecossistema, ou de outra forma, preservaram as florestas até épocas mais recentes. Um dos aspectos freqüentemente mencionados é o relevo da região da araucária, bastante acidentado e que dificultava a comunicação e o transporte de cargas para o litoral e os portos, devido à barreira da Serra do Mar e da Serra Geral. Além disso, há a questão do sentido geral Leste-Oeste de quase todos os principais rios da região, impossibilitando em muitos casos o uso desse meio de transporte. A. Aubreville, Inspetor geral de Águas e Florestas das Colônias da França, observador estrangeiro acostumado as condições de exploração florestal nas colônias francesas na África, abordou essa questão das dificuldades da exploração do pinho em sua visita a região da araucária., em 1948:

Esta tem contra si a topografia da região e a natureza do solo. O planalto meridional brasileiro apoia-se e alteia-se a leste sobre os maciços graníticos da Serra do Mar; desce suavemente em direção ao interior formando uma parte da bacia do rio Paraná. A inclinação geral é, portanto, no rumo de oeste, de modo que os grandes rios afluentes do Paraná, que têm as nascentes na Serra do Mar, a algumas dezenas de quilômetros do oceano, correm de leste para oeste, afastando-se da costa. Esses rios são, além do mais, cortados de cachoeiras, de sorte que o sistema hidrográfico não se presta para um escoamento da madeira por via fluvial em direção ao mar, nem para o interior. O transporte para os portos marítimos tem assim, de ser efetuado por estrada de ferro ou rodovia. Para atingir esses portos, partindo do interior do planalto, é mister atravessar o obstáculo da Serra do Mar, que termina, na costa, em elevações abruptas. Rodovias e ferrovias, ao chegarem à Serra do Mar, têm de descer, em algumas dezenas apenas de quilômetros, 700-800 metros, o que as obrigam a terem um traçado muito sinuoso e inclinado. Não são, por conseguinte, vias de evacuação que permitam um grande tráfego comercial.¹²¹

Se o escoamento da madeira da araucária ainda era realizado com grandes dificuldades em meados do século XX, imagine-se no final do século XIX, antes da construção das ferrovias e quando não existiam caminhões. Apesar da significativa população indígena, de variadas etnias, que habitava as florestas de araucária, e também da ocupação já bem antiga de

¹²⁰ Para uma reflexão ética interessante sobre a idéia do papel central dos seres humanos no conjunto dos seres vivos, ver SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução: Marly Winckler; revisão técnica: Rita Paixão. Ed. rev. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.

¹²¹ AUBREVILLE, A. A floresta de pinho do Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1949. p.32,33. Embora muitos rios do interior da Araucarilândia fossem bastante encachoeirados, impossibilitando na maior parte dos seus cursos o transporte fluvial, e incluindo aí o rio Iguaçú, o rio Uruguai e o rio Paraná se constituíram em canais viáveis de escoamento da produção madeireira de pinho e outras madeiras das florestas latifoliadas com destino a Argentina e Uruguai. Mesmo assim, esse transporte fluvial de toras e madeira serrada sofria várias limitações de ordem natural, conforme explicamos mais adiante.

amplas regiões dessa floresta por caboclos com suas pequenas roças de subsistência e extração de erva mate, fazendeiros criadores de gado, vilas e cidades, e uma colonização européia incipiente, acreditamos que é mais razoável demarcar o início da devastação das florestas de araucária por volta do final do século XIX. Não é a questão de negar que indígenas e caboclos tenham alterado as florestas, como até frisaremos em capítulo seguinte, afirmando que tenham convivido de forma totalmente harmônica com a natureza. É provável que tenham causado mudanças profundas no ecossistema, interferindo na disseminação das espécies da flora e nas populações da fauna, embora sejam raras pesquisas que abordem a relação indígenas - floresta de araucária. Além do mais, interferir na natureza é totalmente diferente de destruir, de erradicar a cobertura vegetal pela extração total ou seletiva das árvores, ou do uso do fogo em amplas áreas, sem que se permita a regeneração natural do ecossistema.

Dessa forma, se formos procurar marcos para o início do processo de devastação das florestas de araucária, parece que teve papel fundamental para a arrancada desse processo a construção da Estrada da Graciosa em 1873, ligando Curitiba a Antonina, e a estrada de ferro Curitiba – Paranaguá, construída em 1885 por André Rebouças, acrescida do ramal Morretes – Antonina (1891).¹²² A partir da instalação dessas possibilidades de transporte começaram a surgir as primeiras serrarias a explorar a madeira da araucária. Por muitos anos essas serrarias ficaram limitadas à região do primeiro planalto paranaense, na região de Curitiba, e o Brasil era grande importador de madeira até a época da I Guerra Mundial.¹²³

Romário Martins (1874-1948), intelectual e político paranaense atento às questões florestais, e que se tornou com o passar dos anos severo crítico da maneira incontrolada com que as serrarias estavam cortando as matas de araucária, apresentava uma opinião bastante favorável à expansão da modesta atividade madeireira no início do século XX. Durante o 2º Congresso Nacional de Agricultura, realizado no Rio de Janeiro em 1908, Romário Martins fez um discurso de defesa do pinho brasileiro, das suas excelentes qualidades como madeira, e criticou o governo por incentivar o uso de pinhos estrangeiros, e também cobrou deste um maior apoio à produção madeireira paranaense. Entre os dados de comercialização de madeira que apresentou, relativo ao ano de 1906, verifica-se que o Paraná havia exportado para outros Estados e para Montevideu e Buenos Aires, apenas 240 mil tábuas de pinho. Sobre essa produção fez o seguinte comentário:

Bem se vê que isto não é ainda um coeficiente de produção na altura da capacidade que o povo paranaense tem revelado para o trabalho, nem tão pouco do imenso *stock*

¹²² CASTELLA; BRITZ, op. cit., p.13.

¹²³ LAVALLE, op. cit., p.46.

florestal do Paraná. Convêm dizer que taes madeiras foram preparadas em 73 serrarias, montadas em varios pontos do Estado, representando uma somma consideravel de sacrificios e de capitaes, mercedores de toda a consideração.¹²⁴

Essa defesa da produção madeireira e exaltação da classe madeireira contrastam com as posições que passou a sustentar décadas mais tarde, revelando também a rapidez desse processo de exploração das matas.

Alguns autores têm enfatizado a importância do momento da I Guerra Mundial para o súbito aumento da produção madeireira e exploração das matas de araucária no Sul do Brasil.¹²⁵ Vários fatores contribuíram para essa elevação da produção. Entre eles não só a impossibilidade de importação do pinho estrangeiro para o triunfo da comercialização da araucária no mercado interno e na Argentina¹²⁶, mas também uma série de mudanças que estavam ocorrendo no planalto sul-brasileiro nos primeiros anos do século XX.

Nesse sentido, a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande teve tanta influência na ascensão da produção madeireira quanto às condições econômicas geradas pela I Guerra Mundial. Projetada desde o final do século XIX como estratégica para a proteção e povoamento dos “sertões” do sul do país, a estrada de ferro foi inaugurada em 1910, num total de 1.403 km entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), cortando amplas extensões de matas praticamente inexploradas do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ligando Santa Maria (RS) a São Paulo, e dessa forma também ao Rio de Janeiro. Ainda contava com vários ramais, entre os quais o ramal de União da Vitória (PR) a São Francisco do Sul (SC), inaugurado em 1917, e que também atravessava densos pinhais em extensas planícies próximas ao rio Iguaçu.¹²⁷

Nesse ramal, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária da empresa construtora da ferrovia, instalou em Três Barras em 1911 a maior serraria da região da Araucária, e segundo vários autores, “a maior serraria da América do Sul”¹²⁸, atestando ao mesmo tempo os ousados empreendimentos do Trust Farquhar (empresas controladas pelo empresário norte-americano Percival Farquhar) e o enorme potencial madeireiro das matas de

¹²⁴ MARTINS, Romario. **O Pinho do Paraná e as suas necessidades**. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica, 1909. p.11.

¹²⁵ Cf. LAVALLE, op. cit.; EDUARDO, op. cit.

¹²⁶ CASTELLA; BRITTEZ, op. cit., p.13.

¹²⁷ THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: história da ferrovia no contestado**. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p.66,119.

¹²⁸ Os autores que consultamos sobre o movimento do Contestado e que repetem essa afirmação. THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.131.; THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p. 67.; VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado**. 2ª ed. Caçador (SC): Universidade do Contestado - UnC, 2000. p. 48.; DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.; TONON, Eloy. **Ecossistema do Contestado: Rebelião Sertaneja**. Palmas (PR): Kaygangue, 2002. p.35.

araucária. A Lumber, como também é chamada, ainda instalou outras serrarias, em Calmon (SC), e em Jaguariaíva (PR),¹²⁹ e por muitos anos constitui-se na liderança da produção/exploração madeireira nas florestas de araucária.

Além da Lumber, a ferrovia tornou possível e economicamente viável a construção de um grande número de serrarias, em uma extensa área da floresta de araucária que ia da região de Jaguariaíva e Ponta Grossa no Paraná, passando pelo Planalto Norte de Santa Catarina e vale do Rio do Peixe (SC) até o norte do Rio Grande do Sul. A frente dessas iniciativas em montar serrarias estavam antigos coronéis locais e principalmente um grande número de imigrantes europeus e seus descendentes, tanto os que estavam se instalando nos “sertões” que estavam sendo “desbravados” pela ferrovia, quanto os que já tinham acumulado algum capital em negócios pelas cidades. Embora em muitos casos a colonização européia da Araucarilândia retroceda em alguns anos ou décadas a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, como nos arredores de Curitiba e Ponta Grossa, em vários locais do Vale do Iguaçu e também na Serra Gaúcha, em alguns a ferrovia trouxe na “bagagem” os colonos, como no vale do rio do Peixe, e em áreas do atual Planalto Norte de Santa Catarina. Esses colonos, ao introduzirem todo o seu modo de vida, incluindo a sua biota portátil, como chamou Crosby, também produziram profundas transformações na paisagem, tanto quanto, talvez, a indústria madeireira.¹³⁰

Assim, o crescimento da produção madeireira na época da I Guerra Mundial precisa ser explicado dentro desse contexto mais amplo e complexo do que as razões estritamente econômicas de valorização da araucária pela impossibilidade da importação do pinho estrangeiro.

De qualquer forma, esse contexto internacional favorável estimulou ainda mais esse processo de utilização da floresta para a transformação em produtos madeireiros. Os próprios países europeus passarão a importar cada vez mais madeiras para a reconstrução das cidades arrasadas pela guerra.

¹²⁹ Em Calmon, de acordo com THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p. 54, existiam 4 serrarias da Lumber. Enquanto isso, a historiografia em geral sobre a Guerra do Contestado fala em uma serraria da Lumber na região de Calmon. A partir da análise dos Relatórios da Lumber e de outras fontes localizamos também uma serraria da Lumber em Jaguariaíva (PR), e que não é mencionado pela historiografia. APESC. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization, Abril de 1917. 11p.

¹³⁰ Uma publicação de 1924, exaltando comerciantes e industriais paranaenses, especialmente os madeireiros, revela um grande número de imigrantes proprietários de serrarias no Estado. Cf. EMPRESA EDITORA BRASIL. **A vida fecunda dos municípios do Paraná**. São Paulo: Capri & Olivero, 1924.

Tabela 1 – Exportação de pinho (1911-1967).

COMÉRCIO INTERNACIONAL	
Exportação de Pinho do Brasil	
Anos	Toneladas
1911	4.412
1912	3.736
1913	11.932
1914	5.809
1915	30.719
1916	71.126
1917	45.713
1918	152.021
1919	71.621
1920	84.885
Década de 1910	481.974
1921	72.036
1922	100.774
1923	143.243
1924	112.907
1925	95.844
1926	79.939
1927	88.791
Década de 1920	950.296
1937	205.262
Década de 1930	1.594.194
1947	476.412
Década de 1940	3.766.140
1957	769.416
1967	1.053.900 m ³

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1948. p. 458. INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1958. p.11. INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 19. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1968. p.23.

Os dados acima demonstram o grande salto da produção madeireira a partir de 1915, e que passou a crescer ainda mais ao longo das décadas seguintes, apenas oscilando conforme as condições favoráveis ou desfavoráveis do mercado, ou seja, devido principalmente a fatores cambiais, de superprodução ou de concorrência com madeiras de outros países.

A partir da década de 1910 a produção madeireira e o avanço sobre a floresta de araucária aumentam por várias razões. Uma das razões óbvias é o próprio avanço da colonização européia para as regiões mais distantes da Araucarilândia, como o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Os colonos sejam eles alemães, italianos, poloneses,

ucranianos ou brasileiros, por todos os lugares onde se estabeleceram desmataram (se as árvores já não tivessem previamente sido removidas pelas serrarias e pelo fogo) amplas áreas das matas de araucária de seus pequenos lotes para poderem cultivar suas lavouras de trigo, milho, centeio, aveia, e também produzir pastagens para os rebanhos de bovinos, cavalos, suínos e ovelhas. Muitas vezes ao menos as árvores mais grossas eram cortadas e vendidas às serrarias que se instalavam simultaneamente à inauguração das colônias, mas também acontecia de toda a floresta ser cortada e limpada para ser queimada, como foi mais comum na região da Floresta Estacional Semidecidual do Norte e Oeste do Paraná, para os plantios do café.¹³¹ Também o próprio aumento populacional das colônias mais antigas significou uma pressão crescente sobre os remanescentes florestais das áreas já “desbravadas”.

Até parece um anacronismo criticar a colonização com base nas preocupações ambientais “recentes”¹³², pois os colonos muitas vezes precisaram desmatar e instalar suas lavouras e criações para sobreviver naquele ambiente hostil, do contrário estariam fadados a fome e a miséria. No entanto, não nos parece muito proveitoso, dentro de uma perspectiva de revisão da história por valores ambientais, continuarmos a repetir a histórica épica dos imigrantes desbravando os “sertões”, como tem sido feito de maneira explícita, ou às vezes não tão evidente. Esse discurso do pioneirismo do imigrante tem encoberto outros personagens históricos, como indígenas e caboclos. Além disso, do ponto de vista ambiental, o modo de vida pioneiro, de devastação quase completa de florestas em avançado estágio de sucessão ecológica, que parece se reproduzir hoje nas bordas da Amazônia, tem se revelado insustentável, já que as fronteiras agrícolas ou as grandes extensões de florestas nativas já não existem mais, pelo menos no Sul do Brasil.

Na questão da produção madeireira, os melhoramentos técnicos das serrarias significaram ao mesmo tempo uma ampliação da capacidade de produção e de desmatamento. A Lumber, por exemplo, já usava desde a década de 1910 na serraria de Três Barras serras-

¹³¹ SANQUETTA; TETTO, op. cit., p. 54, se referindo a informações de Raulino Reitz, Roberto Klein e Ademir Reis, afirma: “No ano de 1874 foi implantada a colonização italiana no planalto [do Rio Grande do Sul], área onde predominavam vastos e densos agrupamentos de florestas com pinheiros seculares. No início da colonização italiana, o pinheiro-do-Paraná era utilizado de forma generalizada nas casas dos colonos, onde tudo era confeccionado com madeira de pinho, desde os linhamentos, esquadrias, paredes, soalho e telhado, até a mobília. Sem maiores aplicações locais e ainda sem demanda no mercado externo, pinheiros seculares e gigantescos eram derrubados e posteriormente queimados para dar lugar aos terrenos de cultivo do milho, do trigo e da parreira.” A obra citada por Sanquetta e Tetto como fonte dessa informação é: REITZ, R.; KLEIN, R. M.; REIS, A. **Projeto Madeira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1983. Na região de União da Vitória também encontramos indícios de que no início da colonização de Cruz Machado muitas áreas foram desmatadas sem o aproveitamento da madeira. “Lugares onde foram feitas roças, nas queimadas muitas dessas árvores foram derrubadas, outras secavam e queimavam, pois não havia serrarias nem boas estradas para aproveitar estas madeiras.” Cf. ROCKENBACH, Irene Fryder. **Dados históricos e memórias de Cruz Machado**. Cruz Machado: S/D, 1996. p. 100.

¹³² Já discutimos no capítulo 1 a noção equivocada que localiza o ambientalismo como um fenômeno das últimas décadas, principalmente a partir da década de 1960, e que seria importado da Europa e dos Estados Unidos.

fitas, um tipo de serra com capacidade de produção muito maior do que as serras "de centro" e "Tissot", usadas pelos madeireiros daquela época.

Quando as pequenas serrarias adaptaram-se à serragem com quadros franceses da marca "Tissot", houve aumento médio de 30% na produção, passando a média diária de pinheiros serrados com os novos locomóveis de sete para dez. Na virada dos anos 20/30, vendo que as serrarias apresentavam baixa produção ante os colossais pinhais, muitos madeireiros substituíram então as velhas serras "de centro" e "Tissot" pelas modernas fitas (já usadas pela Lumber desde 1913); para isso, tiveram que substituir os locomóveis por novos, de maior potência, de 60, 80 e até de 200 HP, o que representou maior produtividade por unidade. Ficava para trás o tempo em que caboclos desdobravam o pinheiro por clivagem, quando, depois de cortar as árvores a machado, lascavam as toras com cunhas, obtendo as necessárias tábuas, tabuinhas e ripas.¹³³

Na verdade, as primeiras serrarias da região da Araucária, no final do século XIX e início do século XX, nem de longe lembram as indústrias madeireiras atuais. Na maioria os "engenhos de serrar", como eram chamados, eram pequenos galpões com serras movidas a roda d'água, cujas toras eram serradas manualmente e transportadas com grandes sacrifícios em carroças puxadas por pares de bois ou cavalos. Aos poucos, esse caráter artesanal, da serraria instalada nas colônias ou até em locais isolados, muitas vezes serrando madeira apenas para o consumo local (construção de pontes, casas, igrejas e estábulos), cede lugar para empreendimentos maiores, de maior aplicação de capital e tecnologia, em que o madeireiro também se voltava para o retorno financeiro objetivando a venda da madeira serrada nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo, ou aos portos, destinando-se a exportação. Nesse sentido, podemos afirmar que após a I Guerra Mundial montar serrarias se tornou uma atividade econômica lucrativa para os empreendedores interessados, e não estava mais ligado, em geral, apenas às necessidades locais de madeira serrada.

Um outro aspecto tecnológico importante é o aparecimento dos caminhões no final da década de 1920 e início da década de 1930, que vão trazer uma progressiva independência dos madeireiros em relação à ferrovia para o escoamento da produção.¹³⁴ Embora fossem veículos bastante limitados na sua capacidade de carga, que não se comparam nem de longe aos caminhões atuais¹³⁵, e também tivessem que enfrentar estradas lamacentas em épocas que não existiam estradas asfaltadas, os caminhões deram ainda assim mais segurança aos madeireiros, uma vez que a própria ferrovia (São Paulo – Rio Grande) acabou ficando cada

¹³³ THOMÉ, *Ciclo da Madeira*, op. cit., p.78.

¹³⁴ LAVALLE, op. cit., p.54,55. DEAN, op. cit., p.265.

¹³⁵ Os registros de impostos de 1950 da prefeitura de Porto União, indicam uma capacidade de carga dos caminhões entre 1.500 e 7.000 kg, sendo a maioria na faixa entre 3 e 5 mil kg. Nas décadas de 1930 e 1940, a capacidade média dos caminhões era provavelmente ainda mais baixa. Prefeitura de Porto União. Livro Imposto de Licença Veículos, 1950.

vez mais sucateada e não tinha condições de atender as solicitações de vagões para a produção crescente de madeira. Eram comuns nas primeiras décadas do século XX, reclamações sobre o possível favorecimento que a estrada de ferro concedia à produção madeireira da Lumber, e também a demora e a falta de vagões para atender as solicitações dos madeireiros, gerando prejuízos econômicos aos madeireiros e grandes desperdícios de madeira, pois as tábuas serradas de pinho empilhadas por meses na beira dos trilhos, sob a ação do sol e da chuva, rapidamente se deterioravam.

Os caminhões certamente foram muito importantes para os madeireiros nas regiões mais distantes das ferrovias, como o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e mesmo nas áreas distantes dos municípios criados nas margens dessas ferrovias, como União da Vitória (PR), Porto União (SC) e Caçador (SC). No caso do Oeste de Santa Catarina, o problema de transporte foi em parte resolvido pela construção das balsas no rio Uruguai e seus afluentes, que consistiam em imensas jangadas de toras amarradas entre si, que desciam o rio Uruguai com destino a Argentina, onde a araucária e outras madeiras da Floresta Estacional Decidual, característica das altitudes mais baixas do Oeste de Santa Catarina, eram comercializadas. Mas mesmo esse sistema de transporte tinha vários problemas, a começar pela dependência das cheias ou de boas vazões do rio Uruguai, além dos perigos e habilidades exigidas dos balseiros para superarem as inúmeras corredeiras e imprevistos do percurso fluvial. Esse sistema também privilegiava o transporte de toras, enquanto que a madeira serrada em tábuas seria mais valorizada no mercado comprador.¹³⁶

Uma parte da produção madeireira extraída das matas de araucária no Sudoeste do Paraná também era levada ao porto fluvial de Foz do Iguaçu, às margens do rio Paraná, onde também era conduzida em formas de balsa rio Paraná abaixo até Buenos Aires.¹³⁷

Mas é principalmente na região de Lages que os caminhões tiveram uma importância fundamental. A região era desprovida de ferrovias até a década de 1970, e enquanto a ferrovia São Paulo – Rio Grande passava a dezenas de quilômetros a oeste, o litoral a leste estava igualmente de difícil acesso, devido à barreira da Serra Geral. Nesse sentido, essas dificuldades de transporte é que explicam a exploração da mata em época mais tardia nessa região, bem como no Centro-oeste e Sudoeste do Paraná. A melhoria das estradas e o aumento no número e na capacidade dos caminhões certamente foram fatores importantes para que a região de Lages viesse a se tornar nas décadas de 1940 e 1950 um dos principais (senão o

¹³⁶ BELLANI, op. cit. Sobre o problema da dependência das cheias do rio Uruguai e seus afluentes, Rosemari Eduardo afirmou que “ocorreu por vezes não se verificar o fenômeno em períodos superiores à 2 anos, ficando a madeira depositada nas barrancas dos rios.” EDUARDO, op. cit., p.69.

¹³⁷ LAVALLE, op. cit., p.18. Assim como no Oeste de Santa Catarina, as altitudes mais baixas do Sudoeste do Paraná eram cobertas por florestas latifoliadas, nesse caso a Floresta Estacional Semidecidual.

principal) centros de produção madeireira da Araucarilândia.¹³⁸ Licurgo Costa mencionou haver em 1954 somente no extenso município de Lages 154 serrarias.¹³⁹

Assim, de maneira geral, conforme Rosemari Eduardo, “o transporte de madeiras desde os anos 50 é realizado pelo sistema rodoviário, em proporções bastante superiores ao sistema ferroviário.”¹⁴⁰ Nessa década também apareceram as motos-serra, uma tecnologia de conteúdo simbólico na questão do desmatamento, mas que na verdade surge em uma época em que este já estava bastante consolidado e avançado.¹⁴¹

Figura 1 – Pinheiro de 1,15 metro de diâmetro sendo derrubado na floresta da fábrica Irani. (Irani-SC, 1957).



FONTE: HEINSDIJK, D. Volumes do Pinheiro – tabelas de volume e outros dados sobre o pinheiro brasileiro no Estado de Santa Catarina. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.11. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1959. p.189.

¹³⁸ NODARI, Eunice S; CARVALHO, Miguel M. X. de; CESCO, Susana; DALLANORA, Cristina. Araucária e riqueza: a devastação das florestas da região de Lages. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2004, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: ANPUH. p. 79-82.

¹³⁹ COSTA, Licurgo. **O continente das lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. v.3. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p.954.

¹⁴⁰ EDUARDO, op. cit., p.66.

¹⁴¹ Nilson Thomé fala no aparecimento da moto-serra nessa década. Cf. THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p.161.

Em meados do século XX também começaram a ficar cada vez mais comuns a formação de grandes empreendimentos industriais madeireiros na região da Araucária. Enquanto que a Lumber “reinava” sozinha na produção madeireira no início do século XX, começaram a surgir grupos empresariais possuidores de várias serrarias espalhadas pelo interior da Araucarilândia, como mencionou João Kretzen em 1951, em *As grandes potências econômicas no Estado do Paraná*.¹⁴² Kretzen lista uma série de grupos industriais que possuíam serrarias e outras fábricas de beneficiamento de madeira (fábricas de caixas, de compensados, de cabos de vassoura) espalhadas por diversos municípios da região da araucária no Paraná. Desde grupos menores como a Serrarias Anciutti S.A, com 4 serrarias nos municípios de Irati, Teixeira Soares e União da Vitória, e também a Cia. Pinheiro, Indústria e Comércio, com 8 serrarias, até grupos industriais mais poderosos, com capitais em outros ramos de atividade, como é o caso da Indústrias Reunidas F. Matarazzo, segundo Kretzen naquela época, “a maior organização industrial da América Latina”, e que possuía uma serraria no município de União da Vitória.¹⁴³ Paulo Lago também observou essa tendência em Santa Catarina, e menciona o caso da Indústria e Comércio de Madeiras Battistela S.A., com sede na cidade de Lages, e possuidora em 1968, de 10 serrarias naquela região.¹⁴⁴

Esses grupos empresariais se formavam paralelamente a tendência do beneficiamento ou elaboração crescente dos produtos madeireiros. Enquanto a produção madeireira do passado se resumia praticamente a venda de toras inteiras, ou mais frequentemente tábuas, vigamentos e outras peças de madeira serrada, a partir da década de 1940, passam a se introduzir novos processos técnicos para elaboração de “novos” produtos madeireiros, inicialmente pasta mecânica, e depois compensados, celulose e papel, que proporcionavam lucros muito maiores aos empresários e com um volume menor de madeira como matéria-prima do que o necessário nas serrarias tradicionais (madeira serrada).¹⁴⁵

Ao mesmo tempo, os novos processos técnicos, que demandavam maiores investimentos, se adaptavam bem a realidade desses grupos empresarias, que podiam assim reunir uma maior quantidade de capital do que o antigo madeireiro isolado na floresta. Enquanto muitos madeireiros tradicionais entravam em declínio pelo esgotamento dos pinhais em muitos locais da Araucarilândia nas décadas de 1960 e 1970, novos grupos empresariais

¹⁴² KRETZEN, João. *As grandes potências econômicas no Estado do Paraná*. 2 ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil, 1951.

¹⁴³ Ibid., p.146, 181, 221.

¹⁴⁴ LAGO, Paulo F. *Santa Catarina: a terra, o homem e a economia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1968. p.302.

¹⁴⁵ Na verdade, muitos desses “novos” produtos já eram fabricados no país há bastante tempo, mas apenas em algumas indústrias isoladas, de produção diminuta e baixa capacidade técnica.

emergiam em fábricas de papel, papelão, celulose e móveis. Como exemplos desses novos grupos empresariais madeireiros surgidos ou em ascensão econômica a partir da década de 1950, podemos citar a Celulose Irani, a Olinkraft, Celulose e Papel S.A., a Klabin e a Rigesa S.A.

Paulo Lago também fez considerações sobre a dinâmica espacial desse novo tipo de empreendimento madeireiro em relação às tradicionais serrarias:

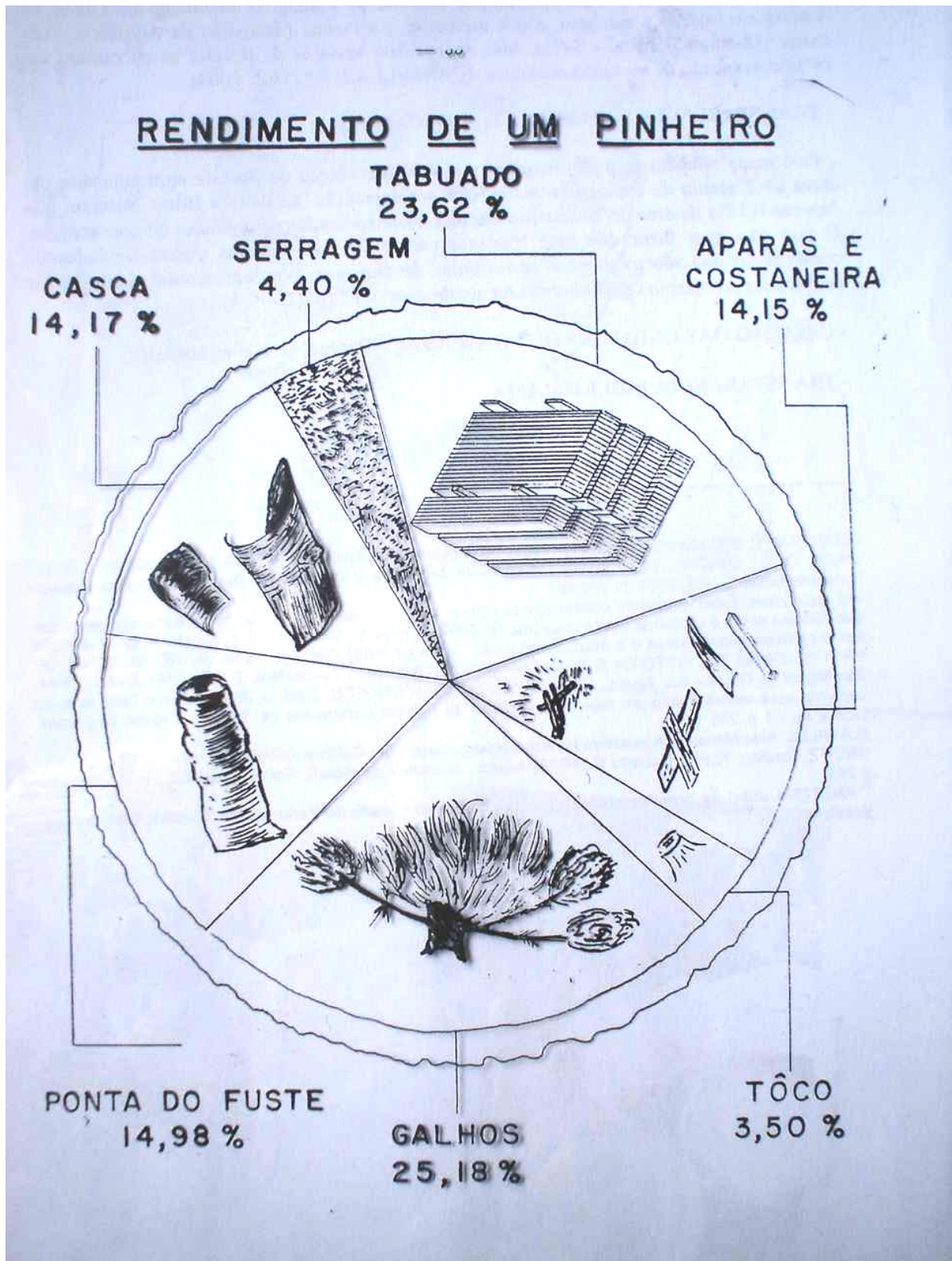
Enquanto a economia florestal se restringe ao corte de árvores para que as toras sejam levadas às serrarias, que as processam em tábuas, barrotes, caibros, é inevitável que procurem se localizar nas proximidades dos recursos existentes, reduzindo custos de transporte de massas pesadas que serão apenas parcialmente aproveitadas. [...] As serrarias são unidades relativamente simples, podendo ser desmontadas e transferidas para outros locais de maior densidade de recursos arbóreos industrializáveis. Desse modo, o caráter ambulatório é resultante habitual. Uma indústria de celulose e papel é, no entanto, exigente quanto à diversidade de equipamento e instalações. A remoção acarreta problemas consideráveis, mesmo quando se poderá contar com infraestruturas de energia e de circulação.¹⁴⁶

Em que pese toda essa racionalização e modernização da produção, isso não significa que o ritmo da devastação passou a diminuir. Os dados de exportação da Tabela 1 mostram que a exploração do ecossistema estava mais intensa do que nunca nas décadas de 1950 e 1960.

O desperdício de madeira no corte das árvores também continuou muito alto por algum tempo. A seguir temos o estudo citado em 1956 pelo engenheiro agrônomo silvicultor Eudoro H. Lins de Barros:

¹⁴⁶ LAGO, Paulo F. **Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. p.273, 274.

Figura 2 – Rendimento de um pinheiro.



FONTE: BARROS, Eudoro H. Lins de. **Recursos Florestais da Bacia Paraná-Uruguaí**. São Paulo: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1956. p.35.

Portanto, só nas operações realizadas dentro do mato, são perdidos 57,83% em cada pinheiro, e em cada tora enviada para a serraria mais 18,50%, restando, apenas, como parte comerciável 23,62%, o que aliás demonstra o quanto são precárias as nossas condições de exploração e primitivas as serrarias do Sul ou melhor, de todo o Brasil.¹⁴⁷

Além disso, Eudoro Barros comenta o problema da exploração de pinheiros muito jovens, de até 15 cm de diâmetro pelas fábricas de pasta mecânica e celulose, e que interferia na regeneração das florestas.¹⁴⁸

A intensificação desses processos de evolução das técnicas madeireiras, dos transportes, aliado a concentração de capital, assim como a chegada da colonização até os locais mais isolados, levou aos índices impressionantes de produção e desmatamento nas décadas de 1950, 60 e 70, quando se percebeu de forma geral, o esgotamento das florestas de araucária. Em muitos locais, como no primeiro planalto, e em muitas regiões do segundo planalto paranaense, assim como no Rio Grande do Sul, esse esgotamento foi sentido mais cedo. Apesar disso, como observou Rosemari Eduardo, os índices de produção se mantiveram elevados, pois muitos madeireiros migravam dos locais já desmatados para as regiões onde ainda existiam florestas de araucária primárias:

O Estado do Rio Grande do Sul apresentou razoável produção até os anos 1950-51, passando porém a registrar queda, cada vez mais acentuada, o que se justifica, uma vez que as reservas riograndenses, sendo menores, depois de sofrerem intensa exploração, acabaram por esgotar-se. Isto provocou a transferência de madeireiros com suas serrarias para os Estados de Santa Catarina e do Paraná, cujas reservas lhes pareciam intermináveis. Assim, enquanto a produção do Rio Grande do Sul caía, a dos outros Estados sulinos aumentava. Sabe-se que as regiões do centro-oeste catarinense e do sudoeste do Paraná foram invadidas nos anos seguintes pelos madeireiros provenientes do Rio Grande do Sul. Note-se que, em sua maioria, são descendentes dos imigrantes italianos localizados no final do século XIX no planalto do Rio Grande do Sul e que desde o começo da colonização eram serradores, passando esta atividade de pai para filho.¹⁴⁹

Assim, não é de se estranhar que a madeira da araucária tenha representado tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, durante vários anos, um dos principais produtos de exportação. No Paraná a madeira da araucária representou o segundo produto das exportações no período entre as guerras mundiais. E em Santa Catarina, as madeiras em geral representaram por muitos anos entre as décadas de 1930 e 1970 o principal produto de exportação da economia.¹⁵⁰ Em nível nacional a araucária também representou por muito tempo a principal madeira exportada pelo país, superando em muito outras madeiras, fazendo

¹⁴⁷ BARROS, op. cit., p.37.

¹⁴⁸ Ibid., p.39.

¹⁴⁹ EDUARDO, op. cit., p.47.

¹⁵⁰ Ibid., p.33, 39. LAVALLE, op. cit. No caso do Rio Grande do Sul não pesquisamos dados a respeito da importância da madeira na economia daquele Estado. De qualquer maneira, a extensão das matas de araucária e a produção madeireira foram bem menores do que no Paraná e em Santa Catarina. Ver Mapa 1.

dessa floresta uma fonte de riqueza estratégica. Assim se referiu nos anos 1960 o botânico alemão Kurt Hueck, que estudou todos os tipos florestais da América do Sul, analisando os dados de exportação de madeira pelo Brasil:

Em 1963 foram 1.224.000 m³. Deste total, 1.121.000 m³ foram de araucária, isto é, 92%. Nos outros anos a porcentagem da araucária no total exportado estava entre 85 e 90%. Estes números mostram a importância das matas de araucária do Sul do Brasil para a economia do país. Comparada a ela, a exportação de madeiras amazônicas é insignificante.¹⁵¹

Tabela 2 - PRODUÇÃO DE 1967 - Guias emitidas pelas Delegacias Estaduais do IBDF.

UNIDADES FEDERADAS	PINHO SERRADO (em m ³)	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS (em m ³)
São Paulo	–	316.983
Paraná	1.911.975	417.121
Santa Catarina	1.480.957	96.363
Rio Grande do Sul	225.498	2.497
Total	3.618.430	832.966

FONTES: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1968. p.8.

Note-se que o Estado de São Paulo provavelmente já tinha liquidado praticamente todas as matas primárias de araucária, não apresentando nenhuma produção para essa madeira. No entanto, tinha uma produção considerável em “outras madeiras”, que incluía não só árvores da Floresta Estacional Decidual e Semidecidual e da Floresta Ombrófila Densa do litoral, mas também outras espécies comercialmente valorizadas da Floresta de Araucária, como a Imbuia (*Ocotea porosa*) e o Cedro (*Cedrela Fissilis*) (nativo tanto nas matas de araucária quanto nas florestas latifoliadas). Os Estados do Paraná e Santa Catarina, com as maiores reservas naturais da espécie, conforme o Mapa 1, também tinham a maior parte da produção. A própria organização da tabela pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), separando a araucária das “outras madeiras” sugere a importância muito maior dessa espécie para a economia madeireira.

Desse total de pinho “produzido” ou retirado das matas (3.618.430 m³), foi exportado 1.005.535 m³ (madeira serrada), na maioria para a Argentina, tradicional compradora do pinheiro.¹⁵² De acordo com o IBDF existiam no Sul do país, em 1967, 3.247 serrarias

¹⁵¹ HUECK, Kurt. **As florestas da América do Sul: Ecologia, composição e importância econômica**. Ed. da UnB, Polígono (SP), 1972. p. 237.

¹⁵² A Argentina importou nesse ano de 1967 565.089 m³ de pinho serrado dos Estados do Sul, ou cerca de 55% do total exportado. Desde antes da I Guerra Mundial, a Argentina se tornou a principal compradora da madeira

exportadoras de pinho.¹⁵³ Em comparação, todas as outras serrarias exportadoras de madeira do país, incluindo as que existiam no Sul mas que trabalhavam exclusivamente com “outras madeiras”, exportaram apenas 73.828 m³.¹⁵⁴ Desses 73 mil, 10.401 m³ eram de Imbuia (*Ocotea porosa*), árvore característica de extensas regiões da floresta de araucária.

Esses dados mostram claramente a importância da araucária para a economia madeireira, e que já vinha de longa data, pelo menos desde a I Guerra Mundial. Miguel Guerra *et al.* afirmaram que a araucária foi o produto madeireiro mais importante do Brasil até a década de 1970.¹⁵⁵

Os dados da Tabela 2 também se referem à produção e exportação de madeira serrada. Embora já estivessem em curso, como argumentamos, um processo crescente de transformações técnicas no sentido de um maior beneficiamento da madeira, a madeira da araucária e outras madeiras eram ainda comercializadas e exportadas principalmente na forma de madeira serrada. Mais de 90% das madeiras brasileiras era exportada dessa forma, ou ainda em toras, e para a araucária esse índice não muda.¹⁵⁶

Rosemari Eduardo argumenta convincentemente que os dados de produção do INP e do IBDF em geral devem estar muito aquém da realidade, admitindo que deveria haver muitas serrarias isoladas na floresta funcionando na clandestinidade.

A indústria madeireira é, entre as indústrias de pequeno porte, uma das que mais facilmente pode esconder-se do controle fiscal. Isolada na floresta, com frequência, estas indústrias atuam na clandestinidade. Diante disto pode afirmar-se que jamais se soube ou se saberá o que foi realmente produzido em madeira no Brasil. Os dados que existem correspondem, no caso de Santa Catarina, quanto ao número de serrarias, 70 à 80% da realidade.¹⁵⁷

Mesmo entre as serrarias legalizadas, muito da produção escapava ao controle do INP e do IBDF pela alegação de produção para o consumo local.¹⁵⁸

da araucária no exterior, e muitas das crises e momentos de euforia na exportação de pinho estão relacionadas a impasses e acordos comerciais entre Brasil e Argentina. Cf. LAVALLE, op. cit.

¹⁵³ Esse total de 3.247 é a somatória das serrarias exportadoras que trabalhavam exclusivamente com o pinho (2.773) e as serrarias mistas (474), que trabalhavam com pinho e outras madeiras. Cf. INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.19. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1968. p.VII.

¹⁵⁴ Para se chegar ao total exportado pelas serrarias que trabalhavam com outras madeiras (73.828 m³), subtraímos o valor total da exportação de madeira serrada do país em 1967 (1.079.364 m³) do valor total da exportação de pinho serrado (1.005.536 m³). *Ibid.*, p. LI, LII.

¹⁵⁵ GUERRA *et al.*, op. cit., p. 88.

¹⁵⁶ Cf. INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.19, op. cit., p.LI.

¹⁵⁷ EDUARDO, op. cit., p.8.

¹⁵⁸ “Os dados do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, sobre produção geral de madeiras, comprovam que realmente os dados do INP e do IBDF estão aquém da produção real de madeiras no Estado. Os dados do Departamento Estadual de Estatística foram aferidos com base nas guias de produção para fins fiscais e assim foram considerados com maior segurança.” *Ibid.*, p.3. Existiam em 1967 nos 3 Estados sulinos, de acordo

Da mesma forma em relação aos dados de exportação para a Argentina, cujo escoamento da madeira era realizado através dos rios Uruguai e Paraná, e também pela fronteira seca. Era freqüente nessa região o contrabando, especialmente nas primeiras décadas do século, devido talvez a ausência da fiscalização em relação à produção e transporte de madeira. Assim, o volume de madeira de araucária exportado para a Argentina deve ter sido muito maior do que os dados oficiais do INP e do IBDF.¹⁵⁹

Mesmo assim, esses índices oficiais indicam uma frenética atividade madeireira na região das florestas de araucária e revelam o quanto ainda se cortava de madeira, pois amplas áreas da Araucarilândia já estavam esgotadas, ou não tinham mais condições de abastecer o trabalho e esforço incansável das máquinas das serrarias. Isso significava que as regiões ainda não devastadas fossem atacadas com muito mais intensidade nesse avanço final sobre as florestas de araucária.

Nilson Thomé afirma que a partir da década de 1960, os madeireiros, cada vez mais desesperados pela escassez da matéria-prima, começaram a cortar pinheiros cada vez mais jovens, de até 20 ou 30 cm de diâmetro, que só rendiam ripas ao invés de tábuas.¹⁶⁰

Daí à década de 70, os madeireiros que já haviam extraído das suas matas as árvores de maior porte, e que, para abastecer suas serrarias compravam pinheiros de terceiros, diante da alta valorização do “pinhal em pé” lançaram-se aos pinheiros jovens, até que estes também rarearam. A produção, então, caiu vertiginosamente a contar de 1975 e o custo da matéria-prima “pinheiro” atingiu níveis absurdos, com tendência ainda de alta, devido a pouca oferta da mesma. Isto fez com que as madeiras serradas subissem na mesma proporção, atingindo níveis de 120% ao ano. O encarecimento da madeira de pinho fez com que o mercado se retraísse, abrindo perspectivas para produtos de outras espécies, as latifoliadas, e logo a seguir, das árvores exóticas que recém haviam sido plantadas, como o Pinus.¹⁶¹

Assim, tem sido apontado como o esgotamento geral das florestas de araucária para a produção madeireira por volta da década de 1970, embora, como já afirmamos, em regiões específicas esse esgotamento já vinha sendo sentido desde a década de 1950.¹⁶²

O governo federal, também prevendo a escassez da árvore que trouxe riqueza durante décadas aos madeireiros, instaurou em 1967 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em substituição ao antigo Instituto Nacional do Pinho (INP). Juntamente com a criação do novo órgão, e reconhecendo as fracassadas tentativas de reflorestamento do INP

com os dados do IBDF, 2.560 serrarias destinadas unicamente ao consumo local. INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.19, op. cit., p.VII.

¹⁵⁹ EDUARDO, op. cit., p.29, 82.

¹⁶⁰ THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p.112.

¹⁶¹ Ibid., p.142.

¹⁶² Os autores que apontam esse esgotamento na década de 1970, além de Thomé, incluem Rosemari Eduardo e Miguel Guerra et al. Warren Dean também comenta rapidamente sobre o esgotamento das florestas de araucária na década de 1970. DEAN, op. cit., p.288,289.

com a *Araucaria angustifolia*, o governo militar de Castello Branco instituiu em 1966, bem ao modo dos governos militares, um generoso programa de incentivos fiscais aos reflorestamentos com espécies do gênero *Pinus*, principalmente.¹⁶³

O incentivo fiscal previa o abatimento do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas que realizassem o reflorestamento. Esse “reflorestamento” incluía até árvores frutíferas exóticas¹⁶⁴, e era exigido por lei apenas um “mínimo de 1% de essências típicas da região, especialmente as mais valiosas.”¹⁶⁵ As condições financeiras favoráveis significaram na prática o plantio de amplas áreas de “reflorestamentos” (na verdade monoculturas de árvore) de pinus em áreas que eram originalmente cobertas pela floresta de araucária. As espécies do gênero *Pinus*, como *Pinus elliotti* (a mais usada) e *Pinus taeda*, já vinham sendo testadas com sucesso em estações experimentais paulistas pelo menos desde a década de 1950. A espécie se revelou mais tarde muito bem adaptada ao ambiente do planalto sul-brasileiro, e apresenta um crescimento significativamente mais rápido do que a araucária e outras espécies nativas da Floresta Ombrófila Mista. Inclusive o pinus cresce mais rapidamente na região do planalto sul-brasileiro do que em seus próprios países de origem.¹⁶⁶ Embora tenha sido criticada inicialmente pelo caráter indubitavelmente inferior de sua madeira em relação às espécies nativas, com o tempo a tecnologia madeireira fez “milagres” de tratamentos químicos e industriais para consertar os aspectos mais perecíveis da madeira dessas espécies.

Hoje em dia o pinus acaba sendo muito útil, pois talvez não teríamos mais condições de suprir as nossas “necessidades” de produtos oriundos da madeira com as madeiras nativas, pois senão em pouco tempo todos os remanescentes ainda existentes estariam exterminados. Talvez se a araucária tivesse recebido todo o investimento em pesquisa que recebeu o pinus, a história teria sido diferente. Além do mais, ainda não foram pesquisados a fundo seus impactos nos recursos hídricos e na fauna e flora dos ecossistemas nativos. Além de que,

¹⁶³ DECRETO-LEI n.289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. In: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.18. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1967.p.11-18.

¹⁶⁴ Aproveitando os incentivos fiscais, empresários formaram grandes pomares de macieira em Fraiburgo-SC, que nas últimas décadas tem se destacado como o principal pólo produtor de maçãs no país. Para acompanhar o processo histórico de substituição da floresta de araucária por pomares de maçã em Fraiburgo ver KLANOVICZ, JÓ; NODARI, Eunice S. **Das Araucárias às Macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC**. Florianópolis: Insular, 2005.

¹⁶⁵ LEI n.5.106, de 2 de setembro de 1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. DECRETO n.59.615, de 30 de novembro de 1966. Regulamenta a Lei n.5.106, de 2 de setembro de 1966. Art. 5º, § 1º. “Nenhum projeto de florestamento ou reflorestamento será aprovado pelo DRNR [Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura] se não prever um programa de plantio mínimo de 1% (um por cento) de essências típicas da região, especialmente das mais valiosas.” In: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.18, op. cit., p. 37-45.

¹⁶⁶ Ver os estudos citados por THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p.148.

como qualquer planta comercial, a exemplo da soja, o avanço dos “reflorestamentos” de pinus representa uma ameaça a integridade dos remanescentes da floresta de araucária, assim como da possibilidade das áreas devastadas serem regeneradas pelo processo natural da sucessão ecológica. Os bosques de pinus, mesmo aqueles que hoje em dia crescem quase ao acaso na beira das estradas, impedem a regeneração natural da mata nativa, pois a luz não chega ao solo e a espessa camada de suas folhas secas no chão dificulta muito a germinação e crescimento de qualquer árvore ou arbusto. Também existe a questão dos “reflorestamentos” de pinus estarem ocupando áreas valiosas que poderiam estar sendo utilizadas para a produção de alimentos, para a reforma agrária, ou para o próprio repovoamento da araucária.

O plantio da araucária para a produção madeireira (“reflorestamento”) não pode ser totalmente descartado, e classificado *a priori* como de baixo retorno financeiro, como indicam os estudos feitos por Miguel Guerra *et al.* com base inclusive nos reflorestamentos de araucária de grandes empresas como a Araupel S.A. e a Klabin.¹⁶⁷

Além disso, a araucária tem a vantagem de, fora a madeira, produzir alimento. Miguel Guerra *et al.* demonstraram através de estudo de caso, que a produção de pinhões nas áreas de campos naturais, chamada pelos autores de Savana Parque, onde as araucárias normalmente produzem mais pinhas, é economicamente mais importante do que o uso da madeira. Na conclusão do estudo os autores afirmam:

Assim, a renda total corrigida para a exploração do pinhão de R\$ 3.026,20 seria 22% maior que a renda obtida num sistema de exploração de madeira, mostrando que em Savana Parque a exploração dos pinhões a longo prazo é mais rentável do que a exploração da madeira, ao mesmo tempo que reduz a pressão de corte sobre os relictos existentes. Um sistema de exploração que integra a exploração da pecuária, apicultura, beneficiamento dos produtos agrícolas e produção de pinhão na região de Savana Parque pode apontar para a sustentabilidade ecológica, econômica e social.¹⁶⁸

Mas é importante não se perder de vista que, embora o pinus já estivesse sendo plantado em larga escala a partir do final da década de 1960, essas árvores só foram estar em condições de corte na década de 1980.¹⁶⁹ Enquanto isso, a floresta de araucária ia sendo aproveitada quase até a extinção. Ao mesmo tempo, é provável que muitas serrarias, que não tinham se adaptado às novas condições técnicas, estavam falindo nessa época de escassez de matéria-prima.

No Paraná, Estado com a maior reserva natural da Araucarilândia, de acordo com os levantamentos da FUFEP (Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná) existia em 1978 apenas 3.166 km² (ou 4,29%) de floresta de araucária original. Em Santa Catarina o

¹⁶⁷ GUERRA, et al., op. cit., p.90-95.

¹⁶⁸ Para ver os detalhes dos cálculos desse estudo de caso ver Ibid., p.96,97.

¹⁶⁹ THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p.137.

inventário da FUPEF localizou apenas 1.801 km² (3,18%), e no Rio Grande do Sul 656 km² (1,38%).¹⁷⁰ Para 1980, o IBGE avaliou em 2.696 km² os remanescentes no Paraná, que correspondiam a 3,65% da área original da floresta no Estado.¹⁷¹

Com base em imagens de satélite e viagens de observações, Castella e Britez fizeram em 2004 a estimativa que consta da Tabela 3 do que resta da floresta de araucária (chamada pelos autores de Floresta com Araucária) no Paraná, o Estado mais afetado por esse processo histórico de desmatamento.

Tabela 3 - A Floresta com Araucária no Paraná.

ÁREA DE OCORRÊNCIA	Áreas em há	% da área do Estado (19.972.926 ha)
Área da Floresta com Araucária mais o campo	11.589.138	58,0
Área dos campos	3.293.389	16,5
Área da Floresta com Araucária	8.295.750	41,5
FLORESTA COM ARAUCÁRIA	Área em há	% ecorregião
Estágio inicial	1.164.425	14,04
Estágio médio	1.200.168	14,47
Estágio avançado	66.109	0,80
Predomínio de pinheiros	75.783	0,91
Reflorestamento	503.756	6,07
CAMPO	Área em há	% ecorregião
Estágio inicial	140.392	4,26
Estágio médio	84.057	2,55
Estágio avançado	7.888	0,24
Predomínio de pinheiros	2.411	0,07
Reflorestamento	49.217	1,49

FONTE: CASTELLA, Paulo R.; BRITZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais/** Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.17.

Os Estágios inicial, médio e avançado correspondem aos estágios ecológicos sucessionais, indicando o grau de conservação em que se encontram as florestas. Assim, enquanto os estágios inicial e médio representam principalmente áreas degradadas em

¹⁷⁰ SANQUETTA; TETTO, op. cit., p.43,44.

¹⁷¹ CASTELLA; BRITZ, op. cit., p.13.

recuperação, apresentando pouca ou nenhuma árvore velha ou de grande porte, o estágio avançado representa as florestas que sofreram um grau menor de intervenção antrópica, como extração seletiva de madeira e extração de erva mate. Dessa maneira, as áreas em estágio avançado apresentam árvores maiores (mais velhas) e também uma maior biodiversidade. No entanto, os autores afirmam que não existem mais florestas de araucária como as que haviam no final do século XIX, no início do período da devastação do ecossistema:

Cabe salientar, a não existência de resquícios do que seria uma Floresta com Araucária primitiva, apenas relatos de pessoas que puderam presenciar a existência imponente destes pinhais, ou seja, muito já se perdeu em termos de biodiversidade em relação a estas florestas.¹⁷²

Na Tabela 3 Castella e Britez também separam a área do campo (campos naturais), do restante da floresta de araucária, indicando a percentagem das áreas de capões de mata em seus diferentes estágios sucessionais em relação à área total dos campos. Também é notável a extensão dos “reflorestamentos” na região da floresta de araucária, chegando a 552.973 ha, ou 7,56% da área da formação florestal.¹⁷³

Castella e Britez, ao propor os estágios sucessionais, e explicar o que entendem por isso, identificam melhor, mais qualitativamente, o que sobrou da floresta de araucária do que um simples dado. Isso também ajuda a explicar os dados diferentes das estimativas dos remanescentes florestais (inclusive para a Mata Atlântica em geral), que variam assim, conforme a metodologia utilizada. Essa análise mais aprofundada de Castella e Britez provavelmente ainda não foi realizada para o conjunto das florestas de araucária, e além do mais, reconhecidas as dificuldades de pesquisa, talvez seja uma análise ainda um tanto superficial, por abordar praticamente as questões da flora arbórea, com poucas considerações sobre outros vegetais (como lianas, epífitas e ervas em geral) e sobre as populações da fauna, que, como afirmado, sequer foram bem estudadas.

Em décadas anteriores, utilizando variadas metodologias, nem sempre explicitadas, também existiram estudiosos que observavam e estimavam o processo de devastação e os remanescentes florestais existentes.

¹⁷² Ibid., p.19.

¹⁷³ Esse número é alcançado somando os reflorestamentos da região Floresta com Araucária com os reflorestamentos da região Campo, na Tabela 3.

Tabela 4 - Evolução da cobertura da Floresta com Araucária no Paraná

Ano	Floresta c/ Araucária (há)	Remanescente (%)	Área do Estado (%)
1890*	7.378.000	100,0	36,9
1930*	3.958.000	53,6	19,8
1937*	3.455.400	46,8	17,3
1950*	2.522.400	34,2	12,6
1955*	2.203.200	29,9	11,0
1960*	2.043.200	27,7	10,2
1963**	1.567.700	21,2	7,8
1965*	1.593.200	21,6	8,0
1973****	433.500	5,9	2,2
1974****	316.620	4,3	1,6
1977*****	151.620	2,1	0,8
1984****	269.631	3,7	1,3

* MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1968.
** DILLEWJIN, F. **Inventário do Pinheiro no Paraná**. Curitiba: CERENA/CODEPAR, 1966.
**** FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ – FUPEF. **Inventário do pinheiro no sul do Brasil**. IBDF, 1978.
**** INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – IBDF. **Inventário Florestal Nacional: Florestas Nativas – Paraná/Santa Catarina**. Curitiba: FUNPAR, 1984.

FONTE: CASTELLA, Paulo R.; BRITZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**/ Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.19.

Como se vê, esses autores e institutos governamentais apresentaram dados de remanescentes florestais bastante inferiores aos dados de Castella e Britz (tabela acima). Isto se explica pela diferença na metodologia empregada por esses autores nas décadas de 1960, 1970 e 1980, que quantificavam em geral florestas primárias intocadas ou em bom estado de conservação, desconsiderando-se as matas devastadas, e que estavam em regeneração nos estágios iniciais de sucessão ecológica.¹⁷⁴

¹⁷⁴ Seria muito exaustivo explicitar as particularidades da metodologia de cada uma dessas avaliações dos remanescentes florestais. Para ver os detalhes cf. Ibid., p.19,20.

Em relação ao possível aumento da cobertura vegetal a partir de 1977, Castella e Britez afirmam que na verdade, “não houve um aumento na cobertura florestal do Estado” nas últimas décadas.¹⁷⁵

Nessa polêmica discussão sobre o que realmente sobrou da floresta de araucária, seria ainda mais difícil estimar o que foi perdido em termos de biodiversidade ou mesmo a área devastada, uma vez que não existe nem mesmo um consenso sobre a área “original” da floresta de araucária¹⁷⁶. Essa última questão é reforçada pela dificuldade hoje existente em reconhecer em áreas devastadas ou de agricultura o antigo *habitat* da araucária, como é na região próxima a cidade de Campo Mourão (PR), onde já é um pouco difícil imaginar, diante das lavouras de monocultura a perder de vista, que ali existia uma floresta de araucária exuberante no passado.

2.3 A crítica ambiental na Araucarilândia.

O processo histórico de devastação da Floresta de Araucária, apesar de ter se mostrado incontrolável ao longo do século XX, foi alvo de severas críticas e preocupações de observadores contemporâneos a esse processo.

O Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941, já sinalizava uma preocupação governamental com a rápida devastação das florestas de araucária e a necessidade de ao menos promover e fomentar o reflorestamento. No entanto, semelhante ao atual ambíguo conceito de desenvolvimento sustentável, o INP era encarregado de ao mesmo tempo defender os interesses da produção madeireira (o desenvolvimento), através da criação de medidas legais e incentivos, e também "promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros"¹⁷⁷ (sustentável, sustentabilidade).

Essa dualidade nos objetivos do novo órgão, também característica do conceito de desenvolvimento sustentável, alimentou infelizmente a ilusão de que seria possível compatibilizar os interesses dos madeireiros com a preservação, ainda que em parte, do ecossistema. Como poderia o desenvolvimento ser sustentável, se ele é o causador da degradação ambiental? Como afirmou Enrique Leff, o desenvolvimento pode ser sustentável, mas desde que ele seja “outro” desenvolvimento, baseado em outros saberes, em outras ou

¹⁷⁵ Ibid., p.20.

¹⁷⁶ Ibid., p.20. Ver também a diferença apresentada nas duas tabelas (Tabela 3 e Tabela 4). Na primeira os dados da floresta de araucária “original” apresentados por Castella e Britez apontam para 8.295.750 ha, enquanto na segunda, os dados da floresta de araucária “original” são de Maack, num total de 7.378.000 ha.

¹⁷⁷ DECRETO-LEI n.4.813, de 8 de outubro de 1942. Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Art. 3º. In: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O Instituto Nacional do Pinho: origem da criação e desenvolvimento das atividades da autarquia madeireira. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 1, op. cit., p.43,44.

novas racionalidades econômicas.¹⁷⁸ Ou seja, podemos assim identificar nos propósitos do INP um antecedente dessa questão um tanto falaciosa da simples compatibilização entre desenvolvimento e preservação ou conservação do meio ambiente.

Era quase evidente que defender os interesses madeireiros implicaria em aprofundar e facilitar os meios que os madeireiros necessitavam para devastar e enriquecer com a floresta de araucária. Na prática, nem mesmo aos madeireiros o INP conseguia agradar, sendo constantemente acusado de ineficiente pelas imprensas locais. Rosemari Eduardo avaliou que a própria criação do INP sugere a força política que a classe madeireira sulina estava representando na década de 1940, forçando o governo a criar órgãos representantes de seus interesses.¹⁷⁹

Entre as medidas tomadas pelo INP estava a proibição em 1947, da comercialização de toros de araucária, a fim de gerar um melhor aproveitamento econômico das matas, pois muitos madeireiros argentinos estavam comprando os toros e então beneficiando essa madeira em compensados, por exemplo, e dessa forma, concorrendo por mercados com os madeireiros brasileiros que estavam beneficiando a madeira.¹⁸⁰ O INP também estabeleceu na década de 1940, cotas de produção para os Estados e as serrarias, a fim de evitar as crises de superprodução, que forçavam os preços para níveis muito baixos e geravam assim, desperdício de recursos naturais.¹⁸¹ As cotas também serviram para compatibilizar a produção dos madeireiros as possibilidades reais do transporte ferroviário, que muitas vezes não tinha vagões suficientes e infra-estrutura em geral para o escoamento da produção.

O INP também levantou diversos dados sobre a produção e comercialização madeireira, destacando-se os inventários florestais, que estimavam o número de pinheiros industrializáveis existentes em cada município da Araucarilândia.¹⁸²

Na verdade, o próprio decreto de reorganização do INP em 1942 indicava a caracterização do órgão como um representante das classes madeireiras, e muito pouco direcionado para uma concepção de preservação do patrimônio florestal como pertencente a todos, incluindo não só àquelas gerações. O decreto estabelece as responsabilidades do INP em fomentar o reflorestamento através do incentivo aos madeireiros e da criação de hortos para distribuição de mudas e divulgação das técnicas de plantio (Art. 25, 26 e 27). No entanto,

¹⁷⁸ LEFF, **Saber Ambiental**, op. cit.

¹⁷⁹ EDUARDO, op. cit. p. 31.

¹⁸⁰ LAVALLE, op. cit. p.76,77.

¹⁸¹ EDUARDO, op. cit., p.32.

¹⁸² Para as estimativas em Porto União e União da Vitória ver Tabela 7.

o decreto sequer menciona as ações possíveis do INP em relação ao Código Florestal de 1934 ou aos códigos florestais que já haviam sido decretados no Paraná e em Santa Catarina.¹⁸³

Para realizar o reflorestamento, uma das medidas tomadas pelo INP, talvez a principal, tenha sido a criação de Parques Florestais. Eram áreas já devastadas, de tamanhos variáveis e espalhadas pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que o órgão adquiriu para plantar a *Araucaria angustifolia*. Em 1944 foi iniciado o plantio da araucária no primeiro parque florestal, em Campo Largo, entre o primeiro e segundo planalto paranaense, com 490 hectares. Até 1953 já havia 8 parques, num total de exíguos 11.888 hectares.

Um dos resultados esperados dos parques, além da distribuição de mudas e divulgação de técnicas de plantio da araucária, era servir como modelos da viabilidade do cultivo e repovoamento da *Araucaria angustifolia*. No entanto, o engenheiro R. L. Rogers, designado por um acordo entre a FAO e o governo brasileiro para aconselhamento em pesquisa florestal, ao visitar os parques do INP em 1953, narrou uma situação bastante desanimadora dos trabalhos realizados. Descreveu uma série de falhas no plantio da araucária, provavelmente resultado da falta de pesquisas sobre a espécie, e também a ausência de profissionais especializados trabalhando nos parques.¹⁸⁴

De uma perspectiva retrospectiva, as tentativas do INP em "reflorestar", ou em plantar a *Araucaria angustifolia* podem ser analisadas em geral como fracassadas, pois embora muitos dos parques tenham se tornado hoje Unidades de Conservação do ecossistema¹⁸⁵, os parques não conseguiram cumprir com o seu objetivo de fomentar o "reflorestamento", ou a monocultura da araucária na verdade, através da divulgação das técnicas silviculturais de plantio e da distribuição de mudas. Muitos observadores contemporâneos tinham consciência de que os reflorestamentos do INP somados a algumas poucas empresas madeireiras

¹⁸³ DECRETO-LEI n.4.813, de 8 de outubro de 1942. Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Art. 25, 26 e 27. In: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O Instituto Nacional do Pinho: origem da criação e desenvolvimento das atividades da autarquia madeireira. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 1, op. cit., p.38-48. No Paraná, a Lei n. 706, de 1º de abril de 1907, tornou-se o primeiro código florestal do país. Cf. MARTINS, **Livro das árvores do Paraná**, op. cit., p.13. Em Santa Catarina, o Decreto-lei n.132, de 11 de julho de 1938, "determina providências para defesa do patrimônio florestal", em consonância com o Código Florestal da União. In: APESC. SANTA CATARINA. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1938. Não temos informações sobre alguma lei ou decreto do governo do Rio Grande do Sul a respeito das florestas durante a primeira metade do século XX.

¹⁸⁴ ROGERS, R. L. Problemas silviculturais da *Araucaria angustifolia*: relatório ao governo do Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p. 308-326.

¹⁸⁵ Os parques do INP, 10 ao total, com a extinção desse órgão e a criação do IBDF, passaram em 1968 a se enquadrar na categoria de Florestas Nacionais. Essa modalidade de Unidade de Conservação não é de uso totalmente restrito, permitindo a exploração econômica sob determinadas regras. De acordo com o IBAMA, "é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas." Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 20 fev 2006.

particulares como a Companhia Melhoramentos de São Paulo, a Companhia Matarazzo e a Klabin, constituíam-se de "uma gota no oceano" em face do ritmo da devastação.¹⁸⁶

Entretanto, as ações do INP com essas tentativas de reflorestamento e a publicação a partir de 1948 dos Anuários Brasileiros de Economia Florestal, ao menos estimularam e ao mesmo tempo refletiam um rico debate sobre o problema da devastação da floresta de araucária que estava em curso. Os anuários de economia florestal são constituídos de diversos artigos escritos por geógrafos, engenheiros agrônomos, botânicos, funcionários do INP, políticos, pesquisadores estrangeiros e funcionários de madeireiras que discutiam variados assuntos relacionados a economia florestal, como técnicas madeireiras, política florestal, ecologia dos ecossistemas, desmatamento e parques florestais. Além disso, apresentam no final do volume, amplos quadros estatísticos relativos aos trabalhos de controle e fiscalização (ainda que parcial) realizados pelo INP.

Nesses anuários, publicados pelo INP de 1948 a 1965, e em 1967 e 1968 pelo IBDF, transparece um rico debate sobre a questão da devastação da floresta de araucária.¹⁸⁷ Diversos autores alertavam sobre a velocidade do processo de devastação e a falta de correspondência nas ações de reflorestamento. Alguns, entre eles, o geógrafo alemão Reinhard Maack faziam previsões que mais tarde se mostraram realistas, sobre a devastação quase completa da floresta de araucária. Sobre as matas do Paraná, incluindo a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Ombrófila Densa, Maack afirmava em 1952:

Se a desmatação continuar no mesmo ritmo, os restantes 89.405 quilômetros quadrados de matas virgens desaparecerão no máximo em 40 anos. Madeira para a indústria existirá apenas por cerca de 25 anos, pois nem todas as árvores nas áreas de matas calculadas servem para a indústria.¹⁸⁸

O engenheiro Zygmunt Wieliczka, diretor do departamento florestal da Klabin, também comentou essas previsões em 1951, sobre as florestas de araucária, que já estavam esgotadas em regiões específicas, como no Rio Grande do Sul:

É segredo público, que os pinheirais rio-grandenses já estão no ponto de acabar por completo. E assim, em breve desaparecerão todos os pinheirais do Brasil, caso continuemos a considerar este importantíssimo problema de braços cruzados, pois dos Algarismos acima [baseados em Paulo Ferreira de Souza] surge a triste perspectiva, de que, sem uma grandiosa ação de reflorestamento, em 40-45 anos os pinheirais sulinos ter-se-ão extinguido.¹⁸⁹

¹⁸⁶ A expressão "uma gota no oceano" é de CIFRÉ, William. O corte do pinho no Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p.129.

¹⁸⁷ Em 1965 não foi publicado o anuário, cujo último volume foi o de 1968, apenas 1 ano após a criação do IBDF.

¹⁸⁸ MAACK, Reinhard. Plano de Proteção das florestas do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 5. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1952. p.64.

¹⁸⁹ WIELICZKA, Zygmunt. O problema dos pinheirais brasileiros. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 4. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1951. p.38.

Embora muitos desses autores fizessem críticas aos madeireiros, a agricultura de queimada, e outros aspectos, lamentando a devastação, é importante não se perder de vista que a natureza dessa crítica era calcada em argumentos produtivistas. Ou seja, o desmatamento era pensado em geral não pelo valor intrínseco da natureza que estava sendo agredida, mas em relação a um recurso natural que estava se extinguindo, e freqüentemente desperdiçado, sem um aproveitamento otimizado.

Semelhante ao que José Augusto Pádua observou em *Um sopro de destruição* para os intelectuais dos séculos XVIII e XIX, a maioria dos "críticos ambientais" da região da Araucária realizaram uma crítica ambiental calcada no antropocentrismo, no racionalismo produtivo, e dentro da esfera aceitável da política e da economia.¹⁹⁰ Ou seja, essas críticas tinham o propósito para esses autores, de atentar para uma mudança política e tecnológica que favorecesse a modernização da produção, otimizando o uso do recurso natural, e ao mesmo tempo fomentasse os reflorestamentos necessários a continuação indefinida desse ciclo econômico. Muitos davam a entender que o reflorestamento era apenas o plantio da araucária, não tendo importância a manutenção ou repovoamento de toda a biodiversidade da floresta de araucária, demonstrando as concepções antropocêntricas em que estavam apoiados, em que a floresta de araucária significava, em geral, somente um instrumento para o progresso econômico do Sul madeireiro.

É necessário que a indústria esteja aparelhada para a utilização do maior volume possível de madeira de cada árvore abatida. Sem a execução de um plano industrial, não será possível pensarmos em preservação a não ser pela proibição do corte. Neste caso, seria necessário proibir também as colonizações em zonas de florestas e, ainda, o preparo de áreas de cultura nas zonas de mato. Estas medidas somente seriam possíveis se as florestas fossem todas desapropriadas. Considerando a complexidade do problema e a gravidade das conseqüências de um "laissez-faire" e "laissez-passer", tomamos a liberdade de sugerir como medida imediata e de real alcance econômico: a execução de um plano de industrialização que permita um equilíbrio de rendimento, cortando menos árvores e as aproveitando melhor.¹⁹¹

Uma ilustração do quanto essa crítica estava permeada de uma visão antropocêntrica e produtivista é a própria ascensão do pinus na década de 1960, quando muitos vão deixar de recomendar o reflorestamento da araucária, pois estavam espantados pela descoberta de um "produto" substituto melhor, mais ágil, e nessa lógica, o importante mesmo seria garantir o futuro da indústria madeireira.

¹⁹⁰ Cf. PÁDUA, *Um Sopro de Destruição*, op. cit., p.13.

¹⁹¹ SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS E MARCENARIAS NO ESTADO DO PARANÁ. Defesa das florestas pelo melhor aproveitamento industrial. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*. n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p. 394,395.

Embora seja um tanto empobrecedor polarizar muito as posições dos críticos entre os mais antropocêntricos e os mais ecocêntricos, um autor que se destacava nesse debate por uma crítica ambiental para além desse produtivismo era o geógrafo Reinhard Maack. Maack criticou abertamente a indústria madeireira pelas devastações que estava causando, e alertava na década de 1950, quando ainda não se tinha clareza de uma solução para o fim eminente das reservas de araucária, o perigo do Estado do Paraná ter de importar madeira no futuro, realidade em parte verificada hoje:¹⁹²

Contudo, desde que se proclamou, há cem anos, a emancipação política do nosso Estado, a indústria madeireira não tomou nenhuma medida no sentido de compensar os consumos anuais através do replantio e reflorestamento, nem mesmo se preocupou em proteger grandes regiões de capoeira para garantir uma regeneração natural da mata. Dado este procedimento irresponsável, a indústria madeireira está se destruindo a si mesma e, mais ainda, está a franco caminho para transformar, em poucos decênios, um país exportador de madeiras em importador deste produto. Nem palavras floreadas, nem otimismo podem encobrir o fato de que as futuras gerações do Paraná terão que importar madeira durante um período de cem anos, mesmo que atualmente se desse início a um intenso e extenso reflorestamento.¹⁹³

Diante da notável capacidade e adaptabilidade do pinus nas décadas de 1960, 70 e seguintes, e diante das profundas transformações tecnológicas da indústria madeireira nas décadas seguintes, o tempo acabou mostrando que Maack estava em parte equivocado nessa previsão sombria de importação de madeira. Hoje a indústria madeireira, em condições tecnológicas totalmente diferentes do que há 50 anos tem capacidade de atender boa parte da demanda por produtos oriundos da madeira no Brasil, e ainda exportar. No entanto, os Estados do Sul, outrora ricos em madeiras nobres, hoje são abastecidos também com significativas quantidades de madeiras nobres trazidas da Amazônia.¹⁹⁴

O importante a reter dessa afirmação de Maack era a crítica aberta aos madeireiros por destruir um patrimônio natural do Sul do Brasil.

Outro aspecto que destoava na crítica ambiental de Maack era a sua oposição ao modelo de reflorestamento adotado pelo INP e pelos madeireiros. Maack defendia o plantio

¹⁹² Os Estados do Sul, outrora ricos em madeiras nobres, hoje são abastecidos por madeiras nobres vindas da Amazônia. No entanto, a maior parte das necessidades de produtos de madeira é atendida pelos "reflorestamentos" de pinus iniciados no final da década de 1960.

¹⁹³ MAACK, Reinhard. O aspecto fitogeográfico atual do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p. 34.

¹⁹⁴ Citando estimativas do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), um relatório recente do Greenpeace sobre o desmatamento na Amazônia, apresenta os seguintes dados sobre o destino da madeira processada mecanicamente na região. 64% são destinados ao mercado interno brasileiro e 36% são exportados. O Estado de São Paulo consome 15% de toda essa madeira, o Nordeste 7%, o Centro-Oeste 4%, 11% são consumidos na própria Amazônia Legal, e por fim 27% são consumidos em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conjuntamente. Cf. LERER, Rebeca; MARQUESINI, Marcelo. **Tolerância zero: chega de madeira ilegal. Por que a exploração de madeira na Amazônia está fora de controle.** Greenpeace Brasil: Dezembro de 2005. p. 8. Disponível em: <www.greenpeace.org.br>. Acesso em: 12 jan 2006.

de variadas espécies no terreno como condição de bom desenvolvimento das árvores. Além disso, defendia a criação de "grandes reservas de matas virgens", especialmente para o fornecimento de sementes.

O melhor, mais barato e mais rápido método de reflorestamento é a regeneração natural do mato pela conservação da capoeira. Esta regeneração natural pode ser favorecida por meio de semeadura de árvores de madeiras úteis, como a araucária e o cedro, entre outras. Desta maneira se consegue a restauração do círculo natural da água com maior rapidez do que pelo reflorestamento em filas, em pequeno espaço. Das atuais experiências de reflorestamento por plantações enfileiradas de uma única espécie vegetal, como por exemplo, de *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Ktze. (= *A. brasiliiana* Rich), nunca resultará madeira para as indústrias madeireiras; praticamente, obtém-se apenas madeiras para a fabricação de celulose e lenha. A araucária com tronco liso, não ramificado, tão importante para a indústria madeireira, cresce melhor nas associações naturais da mata mista. Portanto, deve-se partir da capoeira, como base para uma regeneração natural da mata de araucária, ou de uma silvicultura organizada, fundamentada na plantação de mata mista de araucária, cedro, imbuia, etc., com crescimento de vegetação rasteira para fornecimento de lenha.¹⁹⁵

Maack vinha fazendo desde a década de 1930 levantamentos das áreas de florestas devastadas no Paraná, incluindo as florestas latifoliadas do litoral, do norte e do oeste do Estado, e que são tomados como referência até hoje. (ver Tabela 4). Essa devastação, segundo o geógrafo, estava provocando alterações climáticas no Estado, pois o ciclo da água estava alterado, causando invernos mais secos em geral.¹⁹⁶ Ao mesmo tempo que o governo parecia sinalizar alguma preocupação com o desmatamento e incentivando, ainda que minimamente, o reflorestamento, Maack alertava que na verdade, o governo exercia uma política claramente favorecedora do desmatamento:

A mata virgem e o mato secundário atualmente não gozam da proteção do governo, pois as leis de imposto no Paraná favorecem a destruição da mata. O imposto territorial sobre a mata virgem e a capoeira, no Paraná, é o dobro do que para campo e terras de produção. [...] Para conseguir abatimento de 100% no imposto, é suficiente derrubar a mata e formar pasto, porque assim trata-se de terra de cultura, na opinião da legislação. Enquanto que às terras em produção ou terras em preparo, cabe apenas a metade do imposto territorial do Estado do Paraná, as terras com mato não tem nenhum abatimento, pagando imposto total de 6 por mil do valor do terreno.¹⁹⁷

A crítica ambiental de Maack e de outros se mostrou, de maneira geral, portanto, bastante expressiva nos anuários de economia florestal, publicados pelo INP a partir de 1948, embora ela já estivesse se manifestando em jornais locais antes dessa época.

Como exemplo de crítica ambiental anterior aos debates nos anuários de economia florestal está a obra *Araucarilândia*, escrita por F. C. Hoehne e publicada em 1930. Hoehne,

¹⁹⁵ MAACK, Reinhard. Plano de Proteção das florestas do Paraná, op. cit., p. 66.

¹⁹⁶ MAACK, Reinhard. As conseqüências da devastação das matas no Estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**. v. 8. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, 1953. p. 437-455.

¹⁹⁷ MAACK, Reinhard. Plano de Proteção das florestas do Paraná, op. cit., p. 66.

com o apoio do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, do Estado de São Paulo, fez uma rápida viagem de 26 dias em 1928 pela região da araucária, a *Araucarilândia*, como preferiu o viajante. Botânico experiente e que já tinha feito uma série de viagens pelo interior do país, Hoehne fez em *Araucarilândia* uma descrição emotiva, romântica da floresta de araucária, e das ameaças a floresta pelos desmatamentos generalizados. Embora tenha visitado principalmente regiões marginais a estrada de ferro no Paraná e em Santa Catarina, devido a exigüidade do tempo da expedição, Hoehne elaborou nessa obra uma profunda crítica a devastação da floresta de araucária, que já tomava proporções alarmantes, segundo o autor, em plena década de 1920. Em *Araucarilândia*, Hoehne se destaca da maior parte da crítica ambiental da região da araucária por sugerir uma visão de natureza espiritualizada, romântica, se aproximando das vertentes biocêntricas, em que os seres humanos deveriam considerar também os muitos benefícios do meio natural para a vida humana.

As selvas naturais e virgens encerram vidas e riquezas, cujo verdadeiro valor e importância real, ainda se não podem avaliar devidamente. Protege-las é defender um patrimônio, que, uma vez perdido, jamais pode ser adquirido, quer pela força, quer pelo dinheiro. Salvar as florestas, tanto quanto possível, é garantir maiores possibilidades e recursos para a agricultura, indústria e comércio; é edificar uma nação e assegurar vida aos seus filhos. O direito de cada indivíduo acaba onde começa o de outro. Uma geração tem de respeitar o direito da advinda. A nenhuma assiste a faculdade de destruir ou reduzir as possibilidades de vida e gozo a aquela que a sucede. O homem precisa entender que é parte colaborante, elemento do conjunto de vidas de sobre a face da terra e saber que, se se excede, deixando de respeitar o direito alheio, as consequências serão sentidas, não somente pelos oprimidos e prejudicados, mas mesmo por ele e por todo o conjunto. O direito de viver assiste a cada ser; mas, o de abusar, a nenhum deles.¹⁹⁸

Sobre a floresta de araucária, em pleno final da década de 1920, Hoehne já teve nessa rápida viagem a sensibilidade de perceber a dimensão do desmatamento e o futuro da floresta de araucária:

Isso que vemos passar em todo Brasil, verifica-se em todas as localidades que percorremos da "Araucarilândia", onde penetra a locomotiva. As suas florestas desaparecem sem grandes benefícios para os seus habitantes. E, dentro de alguns decênios, só subsistirão as capoeiras, que logo serão sucedidas pelas taperas. Urge que os governos oponham um dique à onda devastadora de madeiras, que ameaça transformar nossa terra em um deserto. [...] A inspeção feita por nós *in loco* foi bastante rápida. Não tivemos tempo para visitar localidades mais afastadas da linha férrea. Mas, para falarmos sobre a iminência do perigo, que os processos da exploração de madeiras no Paraná e Santa Catarina fatalmente aduzirão, enxergamos o suficiente.¹⁹⁹

A crítica ambiental implacável de Hoehne incluía madeireiros, fazendeiros, agricultores imigrantes e caboclos, pela mesma imprevidência e falta de parcimônia em atacar

¹⁹⁸ HOEHNE, op. cit., p. 5.

¹⁹⁹ Ibid., p. 6.

as florestas. Quanto aos indígenas, o naturalista apresentou uma visão muito mais favorável, enfatizando os laços interdependentes entre aqueles e as florestas de araucária, com certa simpatia rousseuniana.²⁰⁰ Também merece ser mencionado a sua defesa da criação de parques nacionais e outras formas de reservas naturais, não só na Araucarilândia, como em outros ecossistemas do país.²⁰¹

Outro antecedente e expoente particularmente importante nessa crítica ambiental anterior a década de 1940 foi o intelectual e político Romário Martins (1874-1948).²⁰² Martins pôde verificar em vida a transformação rápida da vegetação no Paraná, que possuía intermináveis pinheirais no final do século XIX, até a década de 1940, quando já se comentava o esgotamento em futuro próximo das florestas de araucária. Enquanto no 2º Congresso Nacional de Agricultura, realizado em 1908 no Rio de Janeiro, Martins fez um elogio aos madeireiros paranaenses e defendeu um maior apoio do governo para o incremento da produção, no fim de sua vida, em 1944, o autor publica o *Livro das árvores do Paraná*, onde revisa a opinião defendida no congresso de agricultura:

A situação, porém, mudou. Ao injusto desinteresse pelo pinho nacional ocorreu, anos depois, essa contínua agitação da qual tem resultado a imoderada exploração das nossas florestas de pinheiros e o descaso absoluto pelo replantio da mesma espécie, ao ponto de haver no Estado 578 serrarias devastadoras, e, na sua área de extermínio, nenhum bosque de reflorestamento!²⁰³

Romário Martins, em seus mandatos como deputado estadual no Paraná, logrou juntamente com o deputado João David Pernetá, apresentar um projeto de Código Florestal, que se tornou o primeiro a ser promulgado no Brasil.²⁰⁴ Como tantas outras leis estaduais ou federais, promulgadas para conter o desmatamento a partir de então, Romário Martins lamenta a inoperância do Código:

Esse Código logrou a aprovação legislativa e a sanção presidencial. E transformado na Lei n.706, de 1º de abril do citado ano [1907], ficou constituindo mera decoração da legislação paranaense, como, aliás, tantas leis visadoras de interesse público. A existência do Código protetor do mais rico patrimônio natural do Estado não impedia em coisa nenhuma que as florestas continuassem a ser impunemente devastadas pela

²⁰⁰ A questão da defesa romântica do indígena geralmente tem sido descrita como ligada a idéia do bom selvagem de Rousseau. Embora não tenhamos conhecimento da obra do filósofo francês, acreditamos que essa questão foi muito banalizada, colocada em termos muito superficiais. Hoje em dia, temos visto, por exemplo, que tendências do ambientalismo e da pesquisa acadêmica em etnobiologia tem apontado para a boa convivência entre populações indígenas e conservação do meio ambiente. Rotular essas tendências em adeptos da idéia do "bom selvagem" nos parece bastante empobrecedor ao debate. Essa questão será mais esmiuçada no capítulo 3.

²⁰¹ Ibid., p.14.

²⁰² Romário Martins inclusive, de acordo com Hoehne, forneceu uma série de informações e auxílios ao naturalista em sua expedição. Ibid., p. 8, 9, 15.

²⁰³ MARTINS, *Livro das árvores do Paraná*, op. cit., p.157.

²⁰⁴ Ibid., p.13.

pseudo indústria das serrarias. Foi como se não existisse. A mentalidade política do Paraná não comportava ainda a preocupação pelos problemas do futuro.²⁰⁵

Romário Martins ainda apresentou um projeto de lei para a limitação e a regularização da caça e da pesca, isso já em 1924, quando era difícil alguém imaginar que algum animal da floresta um dia estaria extinto.

Em 1926, em novo projeto de lei, Martins reorganizou o código florestal citado, fixando providências governamentais para o reflorestamento, o imposto sobre árvore abatida, o incentivo fiscal para o plantio da bracatinga e prevendo a criação de reservas naturais, ou unidades de conservação. O projeto não era rigoroso como são assim consideradas as legislações ambientais atuais, ficando o Estado com a responsabilidade de fomentar o reflorestamento, a partir da assistência técnica e da distribuição de mudas, e estabelecendo uma série de incentivos fiscais para os madeireiros em acordo com as determinações do projeto. Chama atenção a concepção de floresta como riqueza pública, tanto das presentes como das futuras gerações, e dessa forma entendido, não poderia ser destruído pelo interesse econômico de curto prazo do madeireiro.

O imposto estabelece imposto especial por árvore abatida e exportada, tendo em vista que a exploração de madeiras florestais não seguida de replantio constitui um prejuízo para a riqueza pública que deve ser o quanto possível diminuído ou de qualquer modo conveniente corresponder a um benefício de ordem geral. Na ordem financeira, o projeto institui, assim, o imposto de 3\$000 por exemplar de pinheiro ou de outra qualquer espécie de madeira industrial, abatido e exportado (exceção da imbuia), e de 10\$000 por imbuia, nas mesmas condições, tomada por base a produção de 2 m³ de madeira por exemplar; e na ordem econômica, incita ao replantio sob a forma de insenção do imposto ora criado, dadas as condições do Art. 22. Como não se pode propor o replantio da imbuia porque essa espécie em 200 anos ainda não estaria em condições de suceder, para a indústria, os formidáveis e preciosos exemplares da sua espécie atualmente abatidos, o projeto para ela mantém o imposto criado, sem a vantagem que para as demais espécies proporciona. [...] Uma imbuia abatida e remetida para fora do Estado é um valor, como o do ouro, que jamais se reproduz na sua jazida.²⁰⁶

Como veio a ocorrer com a aprovação do código florestal nacional de 1934, pelo governo federal, os códigos florestais promulgados no Paraná e em Santa Catarina nas décadas seguintes não tiveram a mínima influência nos desmatamentos, que só eram interrompidos temporariamente se os madeireiros tivessem certeza de que não teriam condições de vender a madeira, por ocasião das crises econômicas.²⁰⁷

²⁰⁵ Ibid., p.93.

²⁰⁶ Ibid., p.124.

²⁰⁷ Hoehne, sobre os códigos florestais anteriores a década de 1930 já promulgados em São Paulo, no Paraná e também pelo governo federal, afirma: “As leis votadas e condensadas nos códigos florestais do Governo Federal, dos Estados do Paraná e São Paulo, são magníficas quanto ao seu teor, mas são letra morta diante do que observamos.” HOEHNE, op. cit., p. 6.

De maneira geral, podemos corroborar as palavras de Warren Dean sobre a ineficácia do Código Florestal de 1934, como uma questão que perdurou até às décadas mais recentes, senão até hoje:

As falhas do Código Florestal logo se evidenciaram. Um proprietário poderia cortar madeiras de lei valiosas e alegar que tinha cumprido sua obrigação de replantar simplesmente permitindo que nascesse capoeira em seu lugar. Os tribunais decidiam que um proprietário que havia reduzido a floresta em sua terra a um mínimo de um quarto podia então vender esta fração com floresta; o novo proprietário desfrutaria do direito de derrubar três quartos de sua aquisição - e assim por diante, até, provavelmente, o último broto de árvore. As firmas industriais facilmente se furtavam a sua obrigação de replantar contratando empreiteiros independentes, que não eram sujeitos pelo código. O governo federal, além disso, dispunha de recursos insuficientes para cumprir o código. A Guarda Florestal prevista não se instalou; em seu lugar, esperava-se que as forças policiais empreendessem a proteção florestal como um encargo adicional.²⁰⁸

Hoje em dia, sem levar em conta a rapidez e a dimensão desse processo de devastação da floresta de araucária no século XX, muitos políticos e autoridades se apressam em criticar as atuais leis ambientais, mais restritivas e em condições de fiscalização mais eficazes em relação aos antigos códigos florestais. Muitos alegam que as leis ambientais acabam impedindo o "desenvolvimento", tirando abusivamente o "direito dos proprietários sobre o que é seu", de cortar árvores como bem entender dentro de suas propriedades. O fato é que as florestas nativas estariam condenadas à extinção nesse hipotético "laissez-faire". Na verdade, foi a destruição por umas poucas gerações de um ecossistema cujos remanescentes são ainda um "patrimônio" das atuais e futuras gerações que permitiu a riqueza e a sobrevivência de muitos, incluindo suas famílias, dos que criticam hoje as leis ambientais. Isto não quer dizer que estas não possam ser criticadas pela necessidade de uma série de ajustes e por definir e atribuir mais justamente as responsabilidades de cada setor envolvido (fazendeiros, agricultores familiares, madeireiros e cidadãos urbanos).

Mesmo essa capacidade maior de fiscalização dos órgãos ambientais atuais pode ser relativizada, pois a madeira de origem ilegal continua frequente não só no Brasil, como em vários países do mundo.

A produção ilegal e predatória de madeira não é uma característica particular ao Brasil, mas um fenômeno histórico e de alcance global. Estima-se que 90% da madeira produzida na Indonésia em 2004 seja ilegal. Na Rússia, o índice de ilegalidade no setor madeireiro varia entre 60 e 90%. Na República dos Camarões, metade da produção madeireira é criminosa e, em Gana, não há madeira de origem legal. No caso da Amazônia Brasileira, há décadas a produção ilegal de madeira continua destruindo a floresta sem que isso signifique melhoria da qualidade de vida para as populações que dependem dela. [...] O último dado governamental sobre madeira ilegal é de 1997. A então Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), hoje Abin (Agência Brasileira de

²⁰⁸ DEAN, op. cit., p.277.

Inteligência), ligada à Presidência da República, calculou na época que 80% da madeira amazônica tinha origem ilegal. De lá para cá, apesar das várias iniciativas governamentais de ordenamento do setor, a situação melhorou muito pouco.²⁰⁹

Na floresta de araucária, a situação provavelmente é melhor, já que o Estado está mais presente na região em relação à Amazônia, e também por que as florestas primárias praticamente não existem mais. Mas os desmatamentos ilegais dos remanescentes para pastagens, lavouras, produção de carvão, “reflorestamentos” de pinus, ou para o uso madeireiro continuam, como atestam as freqüentes reportagens na imprensa.²¹⁰

Da mesma forma, em relação ao debate político no ano de 2005 a respeito da criação de unidades de conservação na área da floresta de araucária. O governo federal tem encontrado forte resistência para a criação de algumas unidades de conservação na área do ecossistema, localizadas nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Atualmente a Rede de ONG's da Mata Atlântica está fazendo uma campanha para a garantia da criação de unidades de conservação na área da formação florestal. A reação política contrária a criação desses parques, como estamos acompanhando também na região de União da Vitória, tem mobilizado uma série de deputados, madeireiros e fazendeiros, cujas famílias construíram o seu poder político e econômico em parte através da exploração desse ecossistema. Segundo os engenheiros florestais Paulo R. Castella e Ricardo M. de Britez, no caso do Paraná, onde havia a maior extensão de matas de araucária no país, as unidades de conservação atualmente cobrem 14.413 ha, ou 0,17% da área original do ecossistema. “O que não quer dizer que esse total represente florestas, muitas dessas unidades de conservação não são totalmente constituídas de florestas, pois apresentam muitas áreas degradadas ou mesmo com reflorestamento de exóticas.”²¹¹

Muitos aspectos importantes do processo histórico da devastação da floresta de araucária e da crítica ambiental, como a questão do consumo crescente de lenha pelas ferrovias e pelas cidades, e os desmatamentos provocados pelo avanço da agricultura moderna da revolução verde a partir da década de 1960, não foram abordados nesse capítulo. A crítica ambiental sobre esse processo de devastação, assim como o contexto de criação e de aplicação ou não dos códigos florestais e das unidades de conservação também mereceria uma análise bem mais aprofundada do que a apresentada aqui. Pelo menos houve essa tentativa de

²⁰⁹ LERER; MARQUESINI, op. cit. p.6.

²¹⁰ Citamos na Introdução um conjunto de reportagens reunidas por nós sobre os desmatamentos ilegais da floresta de araucária.

²¹¹ CASTELLA; BRITTEZ, op. cit., p.22. Para a campanha da Rede de ONG's da Mata Atlântica ver <www.rma.org.br/sosaraucarias>. Acesso em: 20 jan. 2006.

entender esse processo de desmatamento da floresta de araucária como um único fenômeno, para além das temáticas das historiografias regionais dos estados sulinos. Para isso, muito contribuiu a nossa participação nos projetos de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) elaborados pela professora Eunice Sueli Nodari²¹², que ao abordar a história do desmatamento em diferentes regiões de Santa Catarina, ao mesmo tempo oportunizou perceber as particularidades da relação seres humanos - floresta de araucária em regiões diferentes, como no Oeste de Santa Catarina e na região de Lages.

Assim como Warren Dean fez um grande trabalho de pesquisa em *A ferro e fogo* ao abordar a história da devastação da Mata Atlântica, principalmente as matas contidas nos atuais São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, ainda é um desafio para o futuro escrever uma história da devastação das florestas de araucária, que seria muito interessante para reunir os esforços de pesquisa já feitos em contextos mais locais.²¹³ Pelo menos essa foi a intenção desse capítulo, demonstrar as particularidades ecológicas da floresta de araucária, bem como do processo histórico de desmatamento do ecossistema, que envolveu outros tipos de assentamento humano (colonização européia em pequenas propriedades) e de uso dos recursos naturais (intensa atividade madeireira), em relação a outros ecossistemas da Mata Atlântica.

²¹² NODARI; PAEGLE; CARVALHO, op. cit. NODARI; CARVALHO. **A machado, fogo e moto-serra: a história da devastação das florestas do Oeste de Santa Catarina – a atuação das colonizadoras (Companhia Territorial Sul Brasil e Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso)**, op. cit. NODARI; CARVALHO. **Araucária: símbolo de uma era – o planalto de Lages**, op. cit.

²¹³ Entre os trabalhos que abordam o desmatamento das florestas de araucária em contextos locais estão CARVALHO, Miguel M. X. de; NODARI, Eunice S. Os colonos europeus e a Floresta de Araucária no Médio Vale do Iguaçu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina (PR). **Anais**. Londrina: ANPUH. 1 CD-ROM. NODARI; CARVALHO; CESCO; DALLANORA, op. cit. NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. A atuação das empresas colonizadoras e o desmatamento do Oeste de Santa Catarina. ENCONTRO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1., 2004, São Miguel do Oeste – SC. **Anais**. São Miguel do Oeste: UNOESC. p. 35-41. CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre "progresso" e transformação ambiental**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2004. KLANOVICZ; NODARI, op. cit. BUBLITZ, Juliana. A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina (PR). **Anais**. Londrina: ANPUH. 1 CD-ROM. BELLANI, op. cit. EDUARDO, op. cit. LAVALLE, op. cit. LUZ, op. cit. THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit.

Capítulo 3

As florestas de araucária no Médio Iguaçu antes da ferrovia

“... hay en aquella tierra muy grandes pinares, y son tan grandes los pinos, que quatro hombres juntos, tendidos los brazos, no pueden abrazar uno...”

Pero Hernandez, 1541, cronista da expedição de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca

3.1 Chegando ao Médio Vale do Iguaçu.

O rio Iguaçu nasce nas proximidades de Curitiba, na escarpa ocidental da Serra do Mar e deságua cerca de 900 km abaixo em Foz do Iguaçu, no rio Paraná, poucos quilômetros abaixo das famosas cataratas. A bacia hidrográfica abrange 70.799 km², dos quais 13.470 km² são os afluentes da margem catarinense até União da Vitória e 57.329 km² em território paranaense. O rio atravessa os três planaltos paranaenses, formando assim inúmeras corredeiras e saltos, hoje em parte inundados pelas três usinas hidrelétricas ao longo do seu curso. Em União da Vitória, no curso médio do rio, após ser fortalecido por afluentes importantes como o rio Negro, o Potinga e o Timbó, o Iguaçu apresenta cerca de 300 metros de largura e uma vazão média de 400 m³/seg.²¹⁴

A região de União da Vitória se localiza no final do segundo e início do terceiro planalto paranaense, sendo a serra da Esperança o divisor dos referidos planaltos. O rio Iguaçu, para vencer tal barreira, atravessa vales estreitos formando corredeiras e saltos a partir de Porto Vitória, a 25 km a oeste de União da Vitória, contrastando com a parte leste, em que o rio é acompanhado desde a região de São Mateus do Sul por extensas planícies em suas margens. Da mesma forma, ao descer das regiões mais elevadas do norte de União da Vitória e sul de Porto União, os afluentes do Iguaçu na região formam inúmeras cachoeiras, destacando-se o Salto do rio dos Pardos, com cerca de 70 metros de altura.

Os municípios de União da Vitória e Porto União, objeto dessa pesquisa, abrangiam até a década de 1950, uma área de aproximadamente 5.000 km², englobando as áreas atuais dos municípios de Cruz Machado (PR), Paula Freitas (PR), Porto Vitória (PR), Calmon (SC), Matos Costa (SC), Irineópolis (SC) e uma parte dos municípios de Bituruna (PR) e Caçador

²¹⁴ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1968. p. 281, 282.

(SC). Todos esses municípios e cidades já foram distritos ou localidades de União da Vitória e Porto União. O próprio município de Porto União também foi desmembrado de União da Vitória em 1917, após o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, e que definiu as atuais fronteiras entre os dois Estados.²¹⁵

Essa extensa área que tem por centro o rio Iguaçu, é quase toda escoada para esse rio, com exceção de uma pequena área de Calmon e de Caçador, pertencentes à bacia do rio do Peixe, afluente do rio Uruguai. Os principais afluentes do rio Iguaçu na região são os rios Timbó, Pintado, Jangada, na margem esquerda, e Palmital e da Areia, na margem direita.

Embora existam áreas planas, principalmente as extensas planícies da parte leste dos municípios, atuais Paula Freitas (PR) e Irineópolis (SC), em geral o relevo é bastante montanhoso, predominando as altitudes acima de 1.000 metros em Porto União, e acima de 900 metros em boa parte de União da Vitória, especialmente na atual Cruz Machado (PR).²¹⁶

As altitudes mínimas e máximas variam de 700-750 metros nas margens do Iguaçu até cerca de 1.200 m na Serra da Esperança, em União da Vitória, e em alguns pontos de Matos Costa e Calmon, em Porto União.

Em função da grande variedade de altitudes, o clima também pode variar bastante quanto à temperatura. As temperaturas em Matos Costa frequentemente estão entre as mais baixas de Santa Catarina, com geadas freqüentes e até neve ocasionalmente, enquanto nas margens do Iguaçu, a menor altitude e a freqüente incidência de neblina no inverno, dificultam a formação das geadas. Na parte mais baixa do município de União da Vitória, no atual sudoeste do município de Cruz Machado, as condições climáticas inclusive favorecem o cultivo de cana de açúcar. A temperatura média anual varia de 15 a 19° C, com até mais de 25 geadas por ano nas altitudes mais altas.²¹⁷ Em geral o clima é úmido, com um volume de precipitação médio em torno de 1.400 a 1.600 mm anuais.²¹⁸

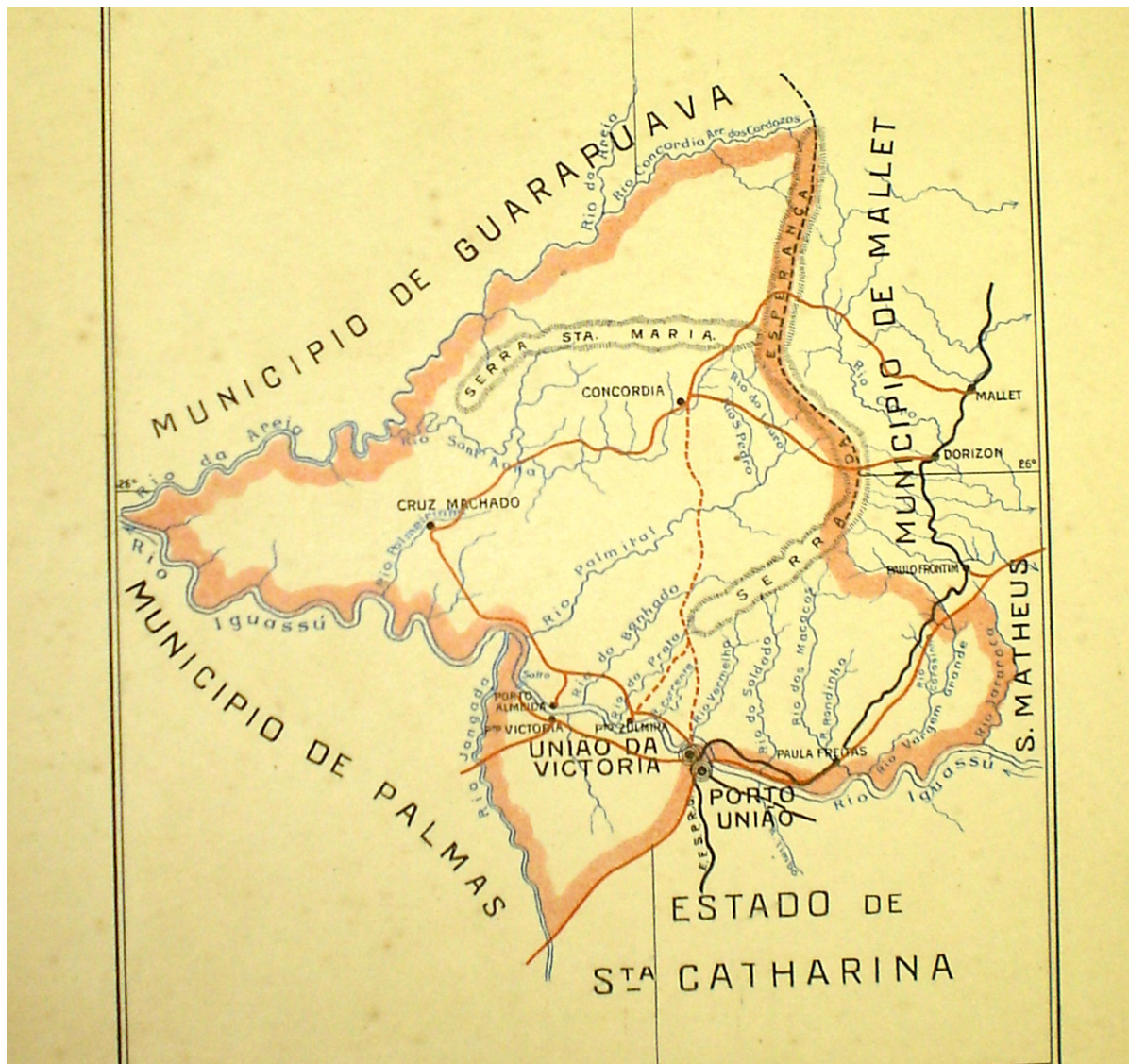
²¹⁵ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957. p.65-67, 130-133, 287-292, 516-520.

²¹⁶ Ibid., p. 132, 289.

²¹⁷ CASTELLA; BRITZ, op. cit., p. 196.

²¹⁸ SANTA CATARINA; Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Florianópolis: SEPLAN, 1991. p. 94.

Mapa 3 – Município de União da Vitória em 1929.



FONTE: Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

BPEPR. Mapa do município de União da Vitória. Organizado pelo Departamento de Geografia e Geologia, 1929.

Na vegetação dos municípios de Porto União e União da Vitória predominava a floresta de araucária, na formação Araucária e *Ocotea Porosa* (Imbuia), de acordo com Klein.²¹⁹ Nas áreas mais altas de Matos Costa e Calmon existem campos naturais acompanhados dos capões de mata. Nas margens do Iguaçu, especialmente a leste das cidades de União da Vitória e Porto União, existiam extensas várzeas, que avançavam mais de 1 km da margem do rio, com árvores baixas e formações bastante escassas em número de espécies arbóreas, predominando o branquilha (*Sebastiania klotzschiana*). A maior parte dessas várzeas foi desmatada e drenada, e hoje está ocupada com as mais amplas lavouras de monocultura dos municípios, como milho e soja, favorecidas pelo relevo plano dessas áreas. Da mesma forma, essas várzeas se estendiam em trechos significativos das margens de afluentes do Iguaçu, como o rio Timbó, o rio Pintado e o rio Vermelho.²²⁰

Atualmente as cidades vizinhas de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), separadas apenas por um trilho de trem no centro da cidade, possuem juntas cerca de 80.000 habitantes, e ainda apresentam um setor industrial expressivo no ramo da madeira, sendo a agricultura comercial de grande escala pouco expressiva, desfavorecida pelo clima frio e pelo relevo montanhoso. Há, no entanto, um grande potencial para o turismo ecológico, com as dezenas de cachoeiras da região e para o desenvolvimento da agroecologia, favorecida pela presença significativa da agricultura familiar na região.²²¹

3.2 Natureza, índios e caboclos.

Por ocasião da aração das lavouras e terraplanagem para construções, muitos agricultores têm encontrado uma série de artefatos indígenas, como pontas de flecha, machados, pedaços de cerâmica, atestando a inegável presença indígena na região em lugares que hoje nem se imaginaria a sua presença. Sérgio Ferreira dos Santos realizou um interessante trabalho arqueológico no vale do rio Vermelho, afluente da margem direita do Iguaçu, dando continuidade ao trabalho arqueológico de Igor Chmyz naquela mesma micro-

²¹⁹ KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro, op. cit., p.36.

²²⁰ Ver Mapa 7. Fragmento do mapa fitogeográfico do Estado do Paraná, construído por Reinhard Maack em 1950.

²²¹ No dia 22 de março (Dia Mundial da Água) de 2005, o jornal A Notícia publicou uma reportagem sobre a abundância de cachoeiras e nascentes em Porto União. “Apesar da escassez de chuvas verificadas em todo o Estado, o município de Porto União, no Planalto Norte, goza de uma posição privilegiada entre os demais municípios brasileiros. Um instituto ecológico francês já catalogou o território de Porto União como o de maior potencial hídrico em número de fontes e nascentes e em volume de água cristalina no mundo. O município possui catalogadas mais de 130 cachoeiras, algumas com mais de 70 metros, como a do Rio dos Pardos, dezenas de rios e riachos. [...]” RIBEIRO, Adriano. Porto União tem o maior potencial hídrico do mundo. Suplemento ANVerde. **A notícia**. 22 mar. 2005. p.4.

bacia na década de 1960. Após a análise dos vários artefatos indígenas encontrados, o autor concluiu que o vale do rio Vermelho foi ocupado por grupos tribais diferentes e em datas cronológicas diferentes, sendo a datação mais antiga de presença humana registrada pelo autor naquele local entre 3 e 4 mil anos atrás.²²²

Também é conhecido o fato de que os Xokleng habitavam tradicionalmente a região do interior de Porto União. Em *Conhecendo Porto União*, publicado entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990²²³, as autoras obtiveram informações da índia D. Maria, na época, a pessoa mais velha da reserva Catequese, como era chamada segundo as autoras, a área de confinamento indígena criada pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em Porto União. D. Maria teria explicado da seguinte maneira a presença dos Xokleng na região de Porto União:

Sem precisar datas (não nos responsabilizamos por elas, já que foram fornecidas pela D. Maria, índia mais velha da catequese, com aproximadamente 100 anos), houve um conflito entre os índios guaranis e botocudos, na Região de Palmas e Mangueirinha, por questão de limites. Os guaranis venceram essa luta e obtiveram o direito de ficar na Região, com os botocudos tendo que se retirar vindo para o Quaty [local da reserva]. Como o conflito se estendeu até a Serra Taquara Verde, sem conhecer bem a região ou, ainda, por vontade própria, eles acabaram chegando até as terras da Serra Chata, em Matos Costa. De lá, alguns foram trazidos para o Quaty e outros, que não estavam reunidos no dia, ficaram na região, deslocando-se sozinhos para a Barra Grande e Santa Cruz do Timbó, onde atacavam os colonos.²²⁴

De qualquer forma, aceitando ou não essa versão, Walmir da Silva Pereira, com base em documentos do arquivo do estado do Paraná, apontou inúmeros conflitos entre os Xokleng e os primeiros fazendeiros dos campos de São João (atual Matos Costa), já na década de 1880.²²⁵ Os Xokleng, de acordo com relatos esparsos na historiografia local, viviam também nas planícies próximas ao rio Iguazu e no vale do rio Timbó, ocorrendo vários casos de conflitos com os primeiros agricultores da região de Valões (atual Irineópolis) e no início da colonização europeia na região de Santa Cruz do Timbó, no vale desse rio.²²⁶

²²² SANTOS, Sérgio Ferreira dos. *Arqueologia no vale do rio Vermelho*. 2000. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR. p.118, 119.

²²³ CARNEIRO, Delci Maria Kliemann; ZANETTE, Dilce Maria; ZONTA, Solange Maria da Conceição de Araújo. *Conhecendo Porto União*. S/D. Esse livro tem uma clara orientação didática a alunos do ensino básico do município e também não apresenta o perfil de uma pesquisa acadêmica rigorosa. Embora possam existir erros nesse livro, ele tem o mérito de apresentar uma pesquisa significativa de fontes históricas locais.

²²⁴ *Ibid.*, p.76.

²²⁵ PEREIRA, Walmir da Silva. *A ferrovia São Paulo - Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 1995. p. 47, 60. Os Xokleng, do grupo lingüístico Jê, viviam em amplas áreas do planalto catarinense e sua cultura remonta, segundo Pereira, a cerca de 5.000 anos atrás.

²²⁶ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p.166, 167.

Um mapa do Estado do Paraná de 1896, encomendado pelo governo do Estado, também aponta para a presença dos Botocudos, como eram chamados os Xokleng, em vasta extensão do atual planalto norte de Santa Catarina. Chama atenção, no fragmento desse mapa, reproduzido a seguir, a caracterização de parte da área do Porto da União (como também era chamado União da Vitória) como um “sertão desconhecido”.

Mapa 5 – Fragmento do mapa do Estado do Paraná em 1896, organizado por ordem do governador José Pereira Santos Andrade.



FONTE: Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

BPEPR. Mappa do Estado do Paraná organizado por ordem do governador Dr. José Pereira Santos Andrade. Pelos Engenheiro militar Alberto Ferreira de Abreu, Eng. civil Candido Ferreira de Abreu, Eng. geog. Manuel Francisco Ferreira Correia. Desenhado por Marcos Leschard Desenhista da Secretaria das Obras Publicas e Colonização do Estado de accordo com todos os documentos officiaes e dados fornecidos pelos trabalhos de diversas commissões até o anno 1896.

O presidente da província do Paraná, Alfredo d’Escagnolle Taunay, fez em 1886 uma das primeiras viagens com barco a vapor rio Iguaçu abaixo, com o intuito de chegar a vila de União da Victoria, na época uma simples freguesia da comarca de Palmas, envolta em florestas exuberantes. A partir das anotações de viagem Taunay escreveu o texto *Excursão no*

rio Iguassu, um relato interessantíssimo sobre a paisagem do vale do Iguazu no final do século XIX. Ao chegarem à embocadura do rio Timbó, nos limites atuais de Porto União, os ocupantes da embarcação tiveram a idéia de navegar por aquele rio, segundo Taunay, ainda não explorado pelos brancos.

Approximava-se a boca do magestoso Timbó e apareceu entre nós a idea, logo aceita, de faze-lo sulcar pelo vapor, pois até então fora sua corrente virgem de qualquer embarcação, ainda canoas, pelo terror que inspirão as margens, infestadas de índios bravios. [...] E o vapor sulcou sereno e por dia esplendido aquellas águas, por entre margens impollutas do machado, fazendo a cada momento voar, ahi sim, muita caça e aves aquáticas, rodeado enfim de todos os signaes de que jamais havia sido essa região explorada.²²⁷

Na viagem de volta a Curitiba, relata Taunay que pouco depois de passarem pela embocadura do Timbó, desceram em terra para abastecer o vapor, e nesse momento:

De repente, bem distinctamente ecoou prolongado, embora longínquo, som de uma buzina dentro da matta virgem, respondido logo á maior distancia por outro. Erão avisos e signaes dos bugres; e, de descuidados que estávamos, tornámos-nos de prompto attentos, não que houvesse perigo real, mas pela novidade das impressões que recebíamos alli, perto, em contacto quase com a selvageria e indomável pertinácia do gentio, cujo rancor e ferocidade tinham tristonho attestado nas cruces erguidas á beira do rio.²²⁸

Durante a construção da estrada de rodagem entre Palmas e União da Vitória, a partir de 1884, também apareceram notícias frequentes de ataques dos Xokleng. Cleto da Silva também aponta ataques dos Botocudos no vale do Pintado em 1895 e no vale do Timbó em 1906. Sobre o ataque no Pintado em 1895:

Em fins do ano 1895, nas proximidades da Fazenda Pintado, os índios botocudos atacam a moradia de Francisco Guimarães (conhecido por Chico Brabo), onde massacram ferozmente a esposa, um casalzinho de filhos e um cunhado. Chico Brabo era genro de Salvador Bueno de Camargo. Achava-se o referido Chico Brabo na roça, distante de sua morada mais de uma légua, quando, à tarde, ao regressar, se lhe deparou o quadro fantasticamente tétrico, inconcebível mesmo! [...] A vindita não se fez esperar. Poucos dias depois, uma grande turma de “vaqueanos”, chefiada por Chico Brabo e por seu sogro Salvador Bueno, dava caça à tribo de botocudos, no seu aldeamento, quasi que dizimando-a. A pena de Talião fora severamente aplicada!...²²⁹

Ainda em 1915, o jornal Missões, de União da Vitória, dirigido também por Cleto da Silva, publicou notícia sobre os Botocudos em Palmas e os conflitos com fazendeiros. No título da matéria:

²²⁷ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. **Curiosidades naturaes do Paraná e Excursão no rio Iguassu**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1890. p.45.

²²⁸ Ibid., p.51.

²²⁹ SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. União da Vitória: ed. do autor, 1933. p.73. Cleto da Silva foi um influente deputado estadual e liderança política da região.

Em Palmas os índios botocudos assassinam barbaramente o Cel. Domingos Pacheco, o capitão Cândido Mendes de Souza, e mais trez empregados do posto de catechese.²³⁰

Walmir Pereira também cita vários documentos relacionados aos ataques dos Xokleng aos operários e aos trabalhos de construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, no trecho União da Vitória ao rio Uruguai, na primeira década do século XX, incluindo conflitos próximos a São João e Porto União.²³¹

Em 1918, um pequeno grupo de cerca de 50 indígenas²³² foi então confinado em terreno de 150 alqueires (ou 363 ha)²³³, na margem do rio dos Pardos, em Calmon, pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Portanto, contemporaneamente ao confinamento dos Xokleng em Ibirama (SC), no vale do Itajaí. A criação dessas áreas simboliza a conquista definitiva do território Xokleng pela sociedade nacional, com o avanço da colonização e o povoamento oficial, como afirma Pereira sobre as áreas indígenas criadas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul:

Essas áreas foram criadas com objetivo e orientação idêntica às áreas paranaenses, quer dizer, confinamento dos indígenas visando à liberação de território às várias agências de expansão da sociedade nacional.²³⁴

Sem citar fontes, em *Conhecendo Porto União*, as autoras apresentam algumas informações sobre a cultura material dos Xokleng na reserva:

Viviam da caça, da pesca e da plantação de mandioca (em larga escala, proporcionalmente ao número de nativos). Soube-se, mais tarde, que tinham vontade, também, de plantar milho, pois viam nas roças dos vizinhos, mas não tinham coragem de pedir explicação aos colonos. Então, roubavam as espigas verdes, plantavam o milho, mas nada nascia, pelo que achavam que era planta exclusiva de branco. Criavam animais domésticos de pequeno porte. [...] Eram extremamente religiosos, tendo um respeito muito grande pelo sol, pela lua, pelo relâmpago e outros, considerados como divindades, além de Deus, o Deus Maior. [...] Iam rezar nas grutas existentes na região, de onde traziam objetos e armas (lança) que achavam. Os homens proviam a aldeia de alimentação e fabricavam as armas para caça. As mulheres, além de cuidar das crianças, fazer comida, etc., trabalhavam fabricando cestos, balaios, redes para carregar crianças, peneiras, etc., que trocavam com os colonos. Como não possuíam utensílios domésticos, usavam para tudo os cestos e balaios. Para carregar água, tomemos o exemplo, os balaios eram revestidos, por dentro, de uma camada de

²³⁰ BPEPR. Em Palmas os índios botocudos assassinam barbaramente o Cel. Domingos Pacheco, o capitão Cândido Mendes de Souza, e mais trez empregados do posto de catechese. *Missões*. União da Vitória, 25 set. 1915.

²³¹ PEREIRA, op. cit., p. 64-66.

²³² De acordo com o livro *Conhecendo Porto União*, e baseado provavelmente em depoimento da índia mais velha D. Maria, eram nessa época “aproximadamente 85 famílias, com mais de 200 índios.” A reserva era conhecida como Catequese. CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 176.

²³³ Esse dado é de MILIS, Hermínio. *Monografia de Porto União*. Organizado por José Fagundes e Joaquim Osório Ribas. Palmas: Kaygangue, 2002. p. 63. Segundo *Conhecendo Porto União*, a área reservada para os Xokleng era de 200 alqueires. (ou 484 ha). CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 176. Atualmente essa área, não regularizada até hoje, segundo Pereira, possui 828,7 ha. Cf. PEREIRA, op. cit., p.120-124, 131.

²³⁴ PEREIRA, op. cit., p. 118.

cera de abelha. Os copos passavam pelo mesmo processo. Havia um feiticeiro para tratar dos doentes, porém o Capitão [como era chamado o chefe do grupo] possuía uma plantação de ervas que usava para fazer chás e receitas.²³⁵

Nas explicações desse livro sobre a cultura dos Xokleng na reserva, infelizmente não são mencionadas as fontes, de modo que fica autorizado pelos leitores até pensar em aspectos fantasiosos imaginados pelas autoras a respeito dos índios. Da mesma forma, o descuido com a linguagem dificulta entender as interferências e trocas culturais entre indígenas, caboclos, colonos e as autoridades políticas e religiosas dos brancos nessa época do confinamento.²³⁶

O jornalista Hermínio Milis escreveu em 1943 um interessante trabalho sobre a história de Porto União e sobre a realidade do município naquela época. Nesse trecho faz um pequeno comentário sobre a situação dos Botocudos estabelecidos na área indígena do rio dos Pardos desde 1918, embora preconceituoso, como outros relatos citados anteriormente:

Ocupando uma grande área de terras (150 alqueires), pertencente à firma H. Hacher & Cia, encontram-se aldeados, há muitos anos, num recanto da margem direita do rio dos Pardos, mais de duas dúzias de índios da tribo dos Botocudos, os quais têm por “cacique” ao *Capitão Cuplí* o único desses indígenas que se apresenta com “batoque”. Cuidados, a princípio, pelo Delegado João Pereira Gomes (vulgo João Serrano), viram-se esses índios, há cerca de quatro anos, desprotegidos com a remoção daquele catequista, até que, convidado pelo Chefe da 9ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, começou de assistir ao Toldo o Sr. José Zipperer Sobrinho que, ainda hoje, atende ao mesmo. Dão-se os Botocudos dos Pardos não só ao cultivo da área de terras que habitam, senão também doutras glebas particulares, que trabalham, por empreitadas. Cortam lenha, que vendem; criam suínos e outros animais que são, igualmente, mercenciados, de preferência, em Matos Costa. Seus usos e costumes são hoje os mesmos do homem nacional da lavoura, ou melhor, dos nossos caboclos, sendo que, dentre esses bugres, mais de um já se encontra casado com mulher descendente daqueles. Não há notícia, entre nós, de ter sido o toldo do rio dos Pardos invadido, em 1940, ou mesmo em outra qualquer época, por índios provindos de Palmas e Clevelândia, conforme se lê nas publicações do D.E.E. *Aspectos Catarinenses e Serviço de Informação*, este último correspondente ao mês de maio de 1942. Assim, e dando-se fé no que nos afirmam antigos moradores de Caúna e de Matos Costa, a notícia enviada ao Departamento Estadual de Estatística careceu de fundamento, porquanto, os índios que habitam o rio dos Pardos são ainda os mesmos, ali chegados, em correria do Taió.²³⁷

A partir dessa época, de acordo com *Conhecendo Porto União*, as terras da reserva, não regularizadas, passaram a ser invadidas por posseiros e por madeireiros, que exploravam madeira nesse local.²³⁸ De acordo com esse livro, a reserva se resumia a 20 alqueires (ou 48,4 ha) no início da década de 1990, demarcados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e

²³⁵ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 177-179.

²³⁶ Para um estudo mais aprofundado na cultura material Xokleng ver VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2004.

²³⁷ MILIS, op. cit., p.63,64.

²³⁸ Walmir Pereira afirma que passou a haver corte de madeira em grande escala na área indígena a partir dos anos 1970. PEREIRA, op. cit., p.134.

contava com apenas 17 pessoas. “Muitos morreram e outros tantos abandonaram a reserva, indo para a região de Ibirama.”²³⁹

De acordo com o trabalho mais recente de Walmir da Silva Pereira, escrito em 1995, e segundo o autor, o primeiro a focalizar sistematicamente o grupo do rio dos Pardos, existiam nesse ano “em torno de 46 pessoas” na reserva, cujas terras não teriam sido regularizadas até aquele ano.²⁴⁰ Walmir Pereira também constatou que apenas três pessoas da comunidade falavam a língua nativa, “fato que por si só já confere grau de dificuldade considerável para qualquer tentativa de levar a pesquisa na língua nativa.”²⁴¹ A escassez de informações sobre a área indígena atualmente nos impede de fazermos maiores considerações sobre a situação dos Xokleng do rio dos Pardos, cuja memória é bastante apagada ou desconsiderada pela historiografia local. A situação de marginalidade dessa cultura no espaço da sociedade local contemporânea fica evidente nos acampamentos de lona preta frequentemente construídos pelos índios nas instalações abandonadas da rede ferroviária, na área central de Porto União e União da Vitória. É mais um exemplo de erosão das culturas tradicionais frente ao avanço da modernidade.

Embora a historiografia local privilegie bandeirantes paulistas do século XVIII, coronéis, fazendeiros e imigrantes dos séculos XIX e XX nas “origens” de Porto União e União da Vitória, ainda vamos comentar um segundo grupo social marginalizado, e que também se caracterizou por uma história de ocupação bem antiga das florestas de araucária nessa região. Os caboclos²⁴² habitaram, como sugerem fontes e alguns livros, os “sertões” da região muito antes dos colonos imigrantes, dos fazendeiros e madeireiros.²⁴³ Entretanto, semelhante ao caso do Oeste de Santa Catarina, os caboclos acabam, na maioria das vezes, ficando de fora da memória oficial de muitas regiões, como apontou Telmo Marcon:

A região, no entanto, não estava vazia, pois muitos caboclos e luso-brasileiros nela sobreviviam dos abundantes recursos existentes na natureza e/ou cultivando pequenos roçados. Com a crescente migração para o Oeste, na década de 1930, alguns grupos constituídos por colonos, madeireiros e colonizadoras, conquistaram uma posição hegemônica, identificados posteriormente como sendo os inauguradores da história

²³⁹ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 179.

²⁴⁰ PEREIRA, op. cit., p.122, 131.

²⁴¹ Ibid., p.14.

²⁴² Entendemos a denominação caboclo com um significado próximo ao usado por Paulo Pinheiro Machado, como se referindo mais a condição de agricultor pobre e posseiro do planalto, do que a uma condição étnica. “Utilizo a palavra ‘caboclo’ no mesmo sentido empregado pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclos.” MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p.48.

²⁴³ MACHADO, op. cit. RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no vale do Iguçu**. Curitiba: S/D, 1973.

propriamente dita. Grande parte da historiografia dominante consagra, ainda hoje, um destaque especial à presença destes sujeitos, corajosos desbravadores e inauguradores da história regional.²⁴⁴

Embora os coronéis e fazendeiros possam até ser considerados os primeiros habitantes não-índios de algumas regiões da Araucariândia, como nas regiões dos campos naturais de Lages, Curitibanos, Campos Novos em Santa Catarina, e Guarapuava e Palmas no Paraná, nas exuberantes matas de araucária circundantes, que tornavam esses campos meras ilhas isoladas, os caboclos podem ser considerados pioneiros entre os não-índios.

A chegada dos caboclos e dos fazendeiros a região de União da Vitória está ligada a descoberta dos campos de Palmas no início do século XIX, o que teria sido, segundo a versão mais corrente, obra dos fazendeiros oriundos de Guarapuava. A criação de gado naqueles campos, entretanto, era realizada com enormes dificuldades de transporte do gado a ser comercializado e para o provimento de sal e outras mercadorias. A longa rota dos tropeiros partia de Palmas em direção a Guarapuava, ao norte, e então a Ponta Grossa e Sorocaba ou Curitiba.²⁴⁵

Desde as primeiras décadas do século XIX, entretanto, buscava-se um caminho alternativo pelo sul, que seria evidentemente mais curto, embora houvesse uma dificuldade considerável em transpor o rio Iguaçu. Assim, relata a historiografia que em 1842, a expedição do fazendeiro Pedro da Siqueira Cortes, encontrou um vau no local da atual cidade de União da Vitória que favorecia a passagem do gado, e estabeleceu uma picada entre Palmas e Palmeira. Essa picada, cada vez mais utilizada com o crescimento da economia do gado em Palmas, passou a ser um fator de atração das populações caboclas para as suas margens, pois uma parte da população cabocla vivia de serviços temporários nas fazendas de criação dos campos, e na maior parte do ano, habitavam suas posses no interior da floresta de araucária, abrindo clareiras para o estabelecimento de pequenos roçados de milho, feijão e outras culturas e também criando pequenos rebanhos.²⁴⁶ O escritor Alvir Riesemberg, em um livro de considerável pesquisa bibliográfica e de fontes afirmava o caráter marginal do caboclo habitante da floresta, em relação ao fazendeiro ocupante dos campos, na segunda metade do século XIX:

O que se procurava era o campo – o campo desdobrado em extensão suficiente para a criação de rebanhos numerosos. Mas o arranjo e a manutenção de uma fazenda de gado era tarefa dispendiosa que só poderia ser cometida por pessoas abastadas, com capital bastante para a aquisição de animais de ventre e preparação do terreno. Além

²⁴⁴ MARCON, Telmo. Espaço e cultura: os caboclos e a constituição da região. In: **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003. p. 69.

²⁴⁵ RIESEMBERG, op. cit., p.40.

²⁴⁶ Ibid., p.39-50.

disso, era necessário organizar a defesa contra o assalto do gentio que senhoreava a região. Vê-se desde já que não eram os mais ricos, mas exatamente aqueles que não poderiam povoar de gado os campos recém-descobertos, aqueles que não poderiam formar “sociedades” povoadoras os que se localizaram nas margens da estrada de Palmas, onde os termos de declaração de posse assinalavam “terras lavradas”, “faxinais”, “capoeiras”, “catanduvás” e “ervais”, e onde as pastagens são pequenas e escassas. Aí está um dos primeiros aspectos do povoamento do vale do Iguaçu. Com raras exceções, na verdade, aqueles posseiros constituíam os excedentes pobres das margens dos campos gerais. Não se podiam dar, pois, a grandes cometimentos, e o pouco que tentassem nas lavouras e nos ervais não lhes poderia dar múltiplos elevados.²⁴⁷

Paulo Pinheiro Machado também avaliou o papel marginal dos caboclos em relação à pujança econômica da pecuária dos campos, e assim observou a proeminência dos fazendeiros em Lages, contrastando com a vida modesta do caboclo das áreas de mata do interior de Curitiba e do planalto norte de Santa Catarina.

O fato de o planalto ser uma região de fronteira, no sentido de ser a frente de um processo específico de apropriação e colonização de terras, deu oportunidade para o estabelecimento, a partir de 1870, de uma importante camada social de pequenos e médios lavradores independentes, normalmente posseiros (mas muitos com posses legitimadas), principalmente nas regiões de matas e capoeiras do planalto médio e norte, nos vales dos rios Marombas, Taquaruçu, Paciência, Canoinhas, Timbó, Peixe e Iguaçu, regiões a oeste e norte do município de Curitiba. Esses lavradores, provenientes tanto do Paraná como do Rio Grande do Sul, aproveitavam os excedentes de suas lavouras e criações para vender víveres aos tropeiros em trânsito; praticavam a criação de suínos em encerras nos pinheirais (os quais eram alimentados com espigas de milho no verão e engordados pelos próprios pinhões que caíam no inverno). Mais ao norte, nos vales dos rios Canoinhas e Paciência, e à oeste, em Campos Novos, também colhiam as folhas de erva-mate de ervais nativos e devolutos, para o beneficiamento doméstico e a venda a representantes de casas comerciais do litoral. Indiretamente, a coleta e beneficiamento da erva-mate produzida no planalto catarinense, em regiões mais próximas ao rio Uruguai, estavam associados à economia das tropas de mulas, de forma semelhante ao que ocorria no planalto gaúcho.²⁴⁸

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), planta abundante em muitas regiões da floresta de araucária, mas que alcança também outros ecossistemas e regiões, foi/tem sido um recurso vital para as populações caboclas do planalto. A colheita e o beneficiamento das folhas eram realizados pelos caboclos em condições técnicas primitivas e então revendidas a comerciantes, fazendeiros e tropeiros para ser exportada. O surto econômico da erva-mate, expressivo até a década de 1930, levou posseiros a se estabelecerem nos lugares mais remotos da floresta de araucária, originando futuras vilas e cidades.²⁴⁹ Fontes como essa a seguir sugerem a ocupação bem anterior (em relação ao povoamento oficial) de locais distantes por esses posseiros.

²⁴⁷ Ibid., p.54, 55.

²⁴⁸ MACHADO, op. cit., p.69, 70.

²⁴⁹ Ibid., p.70.

CONTRACTO celebrado entre os srs. Manoel Nogueira e Lufrido Costa, como abaixo se declara.

Aos três dias do mez de Junho de mil novecentos e nove, nesta Secretaria d'Estado dos Negócios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario sr. dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, commigo Manoel Antonio Cordeiro, I ° official da Directoria de Terras e Colonisação, compareceu o sr. Brasilino Moura, como procurador do sr. Lufrido Costa, afim de assignarem o presente contracto referente ao arrendamento de cinco mil hectares de terras de heruaes, sob as clausulas seguintes:

I.^a – Os arrendatários ficam com o direito de extrahir herua-matte durante o praso de oito annos em um terreno com a extensão de cinco mil hectares, situado na zona comprehendida, desde a foz do Santo Antonio do Iguassu até ao Capanema; por este acima a procurar as cabeceiras do arroio denominado Flores, deste ponto em linha recta até a foz do rio das Antas no Uruguay e finalmente descendo este rio até a foz do Pepiry-Guassú. [...].²⁵⁰

A região descrita nesse contrato está contida nos atuais extremo sudoeste do Paraná e extremo oeste de Santa Catarina.

De acordo com o censo de 1890, o recém-criado município de União da Vitória, que envolvia uma área então de mais de 5 mil km², apresentava uma população de 2.533 habitantes. As categorias étnicas estabelecidas pelo censo distribuíam essa população entre “Branços”(1.383), “Pretos”(157), “Caboclos”(495) e “Mestiços”(457), embora não estejam claros os critérios para se atribuir às pessoas essas categorias.²⁵¹

Um dos debates mais instigantes das etnociências para a história ambiental e o ambientalismo é a relação entre populações tradicionais e preservação da natureza. Enrique Leff propõe o resgate dos saberes indígenas e de comunidades rurais tradicionais como uma forma de construção de uma nova racionalidade ambiental no mundo contemporâneo, baseado nos princípios de equidade, diversidade cultural e sustentabilidade ecológica. E as etnociências, segundo o autor, têm um grande potencial nesse resgate de saberes, pela experiência e métodos próprios dessas disciplinas. O sentido dessa busca ainda tem alguma

²⁵⁰ PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 1909 pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário dos negócios de obras públicas e colonisação. Curitiba: Typographia d' A Republica, 1910. p.117.

²⁵¹ IBGE - Curitiba. Censo de 1890. O município de União da Vitória, desmembrado de Palmas, foi instalado oficialmente em 27 de março de 1890. A somatória dessas categorias do censo alcança 2.492 habitantes para o total do município e não 2.533. Essa diferença se explica pela dificuldade de leitura que tivemos do referido censo, cujo documento estava bastante apagado. Mas o número total de 2.533 era perfeitamente legível, sendo o erro (pequeno) contido em alguma dessas categorias. Pelo fato do censo identificar 495 “caboclos” na população total não significa que essa população de posseiros e lavradores pobres não fosse maior, conforme o conceito de caboclo discutido anteriormente, e também pelas possíveis dificuldades dos recenseadores chegarem aos locais mais isolados.

relação com as histórias desses grupos, pois muitas culturas e tradições acabaram minadas com o avanço da modernidade.

Ao mesmo tempo isto enfrenta o problema do resgate dos saberes desconhecidos, das memórias esquecidas, de tudo aquilo que já não pervive nas práticas nem se expressa nos discursos atuais das comunidades rurais. Surge assim a necessidade de um método para olhar o invisível, para descobrir os rastros dos saberes erodidos e resgatar a memória das tradições e práticas arrasadas pela violência da certeza do poder dominante (Pérez Taylor, 1996). Aí se acham enterradas como marcas ainda indecifráveis o que os ecólogos vêem com mais clareza nas rachaduras do solo e nas belezas enganosas dos desertos: os efeitos da modernização na destruição ecológica e cultural por não ter valor atual no mercado, porque com o tempo este valor se volatiliza no esquecimento, porque se desarticula das práticas cotidianas. Coloca-se assim o problema de reintegrar a tradição e a história do saber nas práticas atuais das comunidades, para a reapropriação de seu patrimônio de recursos naturais e culturais.²⁵²

Essa proposta de resgate da cultura indígena implica também para Leff o entendimento das estratégias de poder próprias dos etnocientistas e dos resultados inesperados que a apropriação do saber indígena pelo mercado pode ocasionar. Assim, para Leff, não é qualquer modalidade de etnociência que estaria comprometida com um projeto de uma nova racionalidade ambiental.²⁵³ O que o autor argumenta, como na citação acima, é que esse resgate dos saberes tradicionais esteja acompanhado da reapropriação do patrimônio dos recursos naturais e culturais por essas populações, o que significa o fortalecimento dos movimentos sociais camponeses e indígenas.

Para o autor, a sustentabilidade ecológica, especialmente nos países do Terceiro Mundo, está estritamente relacionada ao fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas e outras culturas tradicionais, assim como ao reconhecimento de seus direitos aos territórios e culturas ancestrais. Ou seja, a questão ambiental só poderia ser “resolvida” dentro da questão da luta pela manutenção da diversidade cultural.

Antonio Carlos Diegues, em *O mito moderno da natureza intocada*, listou as seguintes características para as populações tradicionais:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

²⁵² LEFF, **Saber Ambiental**, op. cit., p.273, 274.

²⁵³ Leff propõe no decorrer do livro que uma série de disciplinas acadêmicas, entre elas as etnociências, teria um potencial em colaborar na construção de uma nova racionalidade ambiental e social, mas desde que incorporassem mudanças profundas em seus paradigmas, métodos e objetivos, fertilizados pelos debates ambientais recentes. Ibid.

- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) auto-identificação²⁵⁴ ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

No caso do Brasil, segundo o autor, as populações tradicionais incluem caiçaras do litoral da Mata Atlântica, seringueiros da Amazônia, indígenas, inúmeros grupos de pescadores do litoral e sítiantes do nordeste. Pelo fato de serem chamados de tradicionais não significa que essas populações não estejam em constante transformação cultural e econômica, e especialmente nas últimas décadas, com o avanço da urbanização, da modernização da agricultura e da expansão das fronteiras agrícolas.

Assim como Leff, Diegues enfatiza que a questão da conservação da natureza não pode ser vista independentemente das populações tradicionais, pois de acordo com uma série de estudos dessa linha, as características “naturais” da Mata Atlântica e da Amazônia, por exemplo, foram em grande medida alteradas ou influenciadas por essas populações, como a introdução de espécies de outras regiões, domesticação e semi-domesticação de plantas e alterações do solo. E mais, essas populações teriam sido as responsáveis pela conservação desses biomas, pois as unidades de conservação criadas nas últimas décadas coincidem, de acordo com Diegues, com os territórios tradicionais dessas populações.

Essa visão de Leff e Diegues, que é partilhada por uma série de autores, principalmente ligados as etnociências e a antropologia, tem como premissa fundamental a noção de que os seres humanos não destroem a natureza em qualquer contexto cultural e, pelo contrário, têm até condições de aumentar a biodiversidade de uma determinada região. Ou seja, não é parte da natureza humana destruir o meio ambiente ou reduzir a biodiversidade, pois isso depende das condições econômicas, sociais e culturais dos grupos humanos. Um extremo hipotético dessa corrente de pensamento seria a idéia de que os seres humanos teriam

²⁵⁴ DIEGUES, op. cit., p.87, 88.

condições de viver em harmonia total com a natureza. Por esse motivo, os autores dessa linha também foram tachados por sustentar uma idéia de *Selvagem Ecologicamente Nobre*.²⁵⁵

Em um outro extremo, de acordo com o antropólogo William Balée, estariam os defensores da idéia do *Homo devastans*, com a premissa de que os seres humanos em qualquer contexto cultural, mesmo nas culturas primitivas do paleolítico, acabam destruindo o meio ambiente ou no mínimo empobrecendo a biodiversidade. Os autores dessa corrente têm procurado enfatizar os aspectos ecologicamente destrutivos dos modos de vida das populações primitivas, como o uso da queimada em áreas florestais e campos naturais, a hipótese das extinções de grandes animais no Pleistoceno pela caça intensiva e a abertura de clareiras nas matas primárias para a prática da agricultura.²⁵⁶

Por outro lado, os autores associados à idéia do *Selvagem Ecologicamente Nobre* têm desenvolvido pesquisas que apontam para o possível incremento da biodiversidade nas áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas em várias partes do mundo. Balée admite que ambas essas correntes estejam baseadas em dogmas, conceitos teóricos apenas, e que não existem evidências empíricas suficientes para sustentar a posição de uma ou outra corrente.²⁵⁷

Entre os inúmeros estudos citados por Balée sobre povos indígenas em várias partes do mundo, o autor analisa a interação com o meio natural de grupos indígenas na Amazônia.

As paisagens que eu chamo devolutas representam uma projeção da cultura na natureza através do tempo. Estas são paisagens vivas, mesmo se elas têm sido tradicionalmente (e erroneamente) entendidas como florestas primárias por engenheiros florestais, ecologistas, e fitogeógrafos igualmente. Terras devolutas exibem muitas espécies, incluindo algumas daquelas mencionadas acima em comparação com *apêtê*, que não ocorrem em parte alguma na *terra firme*. Elas são tão biologicamente ricas como as florestas altas na mesma região, mas elas abrigam muitas espécies únicas, e muitas mais que somente ganham importância ecológica em áreas perturbadas pela agrofloresta indígena. Estas espécies podem ser coletivamente consideradas como semi-domesticadas. Enquanto que terras devolutas e suas espécies constituintes não existiriam sem manejo florestal indígena, pode ser concluído que o manejo florestal indígena tem de fato intensificado a diversidade ambiental e biológica da região dos Ka'apor, dado que não há evidência para extinções de plantas e animais naquela região. [...] Em outras palavras, o manejo florestal tradicional dos Ka'apor (e sem dúvida o de outros povos indígenas da Amazônia) questiona a doutrina do *Homo devastans*, mesmo que também não forneça prova do *Selvagem Ecologicamente Nobre*. A questão é que não existe evidência para mostrar que seres humanos são biologicamente programados, ou de algum outro modo, sobredeterminados, para ser ou administradores ou destruidores da diversidade de formas de vida não-humanas.²⁵⁸

²⁵⁵ Ecologically Noble Savage, em inglês. BALÉE, William. **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p.18.

²⁵⁶ Ibid., p.18,19.

²⁵⁷ Ibid., p.22.

²⁵⁸ Ibid., p.21,22.

Os resultados desses estudos mencionados por Balée nos permitem afirmar como hipótese que os indígenas e caboclos habitantes da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu e outros lugares provavelmente não causaram grande destruição da floresta. Isso não significa que os madeireiros e colonizadores tenham se deparado quando da sua chegada com florestas virgens primitivas. Na verdade, as matas de araucária exuberantes que os primeiros madeireiros e colonizadores conheceram, e que frequentemente imaginaram como florestas virgens intocadas, já eram o resultado de séculos de interação entre diversas culturas indígenas e a formação florestal. Assim, é razoável supor que essas florestas haviam sofrido alterações pelas atividades indígenas de queimada, caça, plantio, domesticação e semi-domesticação, extrativismo, agricultura, embora isso não tenha significado a devastação ou destruição de grandes extensões do ecossistema.

Balée afirma que tem predominado na antropologia, e conseqüentemente no imaginário sobre os indígenas, uma noção ahistórica de convivência entre povos primitivos e florestas virgens. Esses povos são imaginados como vivendo por séculos em condições imutáveis ou quase imutáveis em relação às interações com os seus meios naturais.²⁵⁹ Assim, enquanto na Europa medieval e na Ásia sucediam-se guerras, monarquias, conquistas, epidemias, descobertas, o passado pré-colombiano da América tropical é geralmente imaginado como um quadro congelado do índio portador de uma cultura primitiva vivendo no interior de uma grande selva tropical, ambos (homem e natureza) praticamente imutáveis há séculos.

Nesse sentido, pesquisas feitas por antropólogos têm mostrado interações fundamentais entre meio ambiente e culturas indígenas no Brasil. Balée, com base em uma série de estudos em línguas indígenas, também argumenta que muitas culturas indígenas passaram por modificações significativas nos séculos imediatamente posteriores a chegada dos europeus. As bandeiras paulistas de apresamento, o poder das novas doenças introduzidas pelos europeus e guerras entre grupos indígenas teriam levado a uma lenta regressão de uma sociedade de agricultores para uma sociedade de caçadores e coletores em muitos casos. Entre os exemplos, o autor cita o caso dos Guarani, que apresentavam uma densidade populacional bastante expressiva no atual Paraná e que acabaram fugindo para o Paraguai com as expedições dos bandeirantes. Assim, uma nova população indígena de caçadores e coletores acabou ocupando a área antes habitada por uma sociedade sedentária de agricultores bastante complexa.

²⁵⁹ BALÉE, W. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. **Conservation of Neotropical Forests**. New York: Columbia University Press. p.35.

Esse seria o caso de muitas outras regiões da América tropical, segundo o autor, onde sociedades indígenas sedentárias bastante complexas e populosas praticando agricultura, minadas por doenças, invasões e guerras, acabaram se dispersando e cedendo ou regredindo a uma cultura nômade de caça e coleta. Mas, como salienta o autor, esse foi um processo lento, ocorrido nos últimos 4 ou 5 séculos.²⁶⁰

O processo de regressão agrícola tem sido claramente inexplorado. Não parece ser frequentemente um abrupto, mas preferencialmente uma gradual transição do sedentarismo através do semi-nomadismo até o completo nomadismo. A dependência em dadas espécies de plantas diminui com o passar do tempo, até sobrar somente um ou dois cultivos e finalmente nenhum. Um desses cultivos finais parece ser o milho.²⁶¹

É nesse contexto que o autor entende o papel importante do milho como agregador de populações entre vários grupos indígenas, incluindo os Botocudos:

Entre vários povos macro-Gé como os Botocudos, Tapuias, Kayapó central, e os Akwe-Xavante, a colheita do milho unia a sociedade. De outro modo, os membros da tribo se dispersavam em pequenos grupos para coleta, caça e pesca.²⁶²

Essa hipótese da regressão de vários grupos indígenas sedentários e agrícolas, por razões históricas, a pequenos bandos de caça e coleta, ainda permite a Balée afirmar que muitas espécies “nativas” de vários ecossistemas brasileiros, na verdade, foram manejados (domesticados ou semi-domesticados) por várias culturas indígenas, não só pelas mais recentes, como pelas do passado pré-colombiano. Assim, ao lado de plantas reconhecidas como cultivos indígenas como mandioca, milho, amendoim, pimentas, abóboras, batata doce, abacaxi, caju, inhame, o autor levanta a hipótese de que muitas outras espécies nativas da Mata Atlântica ou da Amazônia podem ter sido manejadas ou distribuídas deliberadamente pelas culturas indígenas. Entre os exemplos cita a palmeira Jerivá (*Syagrus romanzoffiana* – Cham.), nativa na floresta de araucária e em vários outros ecossistemas brasileiros, e a importância que essa árvore tinha para vários grupos indígenas:

O *Jerivá* é extremamente variado em sua constituição física e ocorre numa ampla variedade de climas, solos e altitudes. Sua ampla dispersão pode de fato ter sido relacionado a influência humana, dada a sua ocorrência frequente em campos de pousio e terras devolutas. Nos anos 1980, o *jerivá* é visto quase somente em áreas perturbadas. Os Héta usavam as palmeiras *jerivá* para muitos fins utilitários. Frutas de palmeira, em geral, eram descritas como se constituindo “a base da dieta” dos Héta, dos quais aquelas do *jerivá*, que eram permanentes, eram as mais importantes. Os Héta consumiam o mesocarpo, a semente, e o palmito do *jerivá*. Eles usavam as cascas

²⁶⁰ Outro autor que trabalha nessa perspectiva é CLEMENT, Charles R. 1492 and the loss of amazonian crop genetic resources. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany** 53(2). 1999. p.188-202.

²⁶¹ BALÉE, W. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America, op. cit., p.39.

²⁶² Ibid., p. 40.

como um recipiente. Todo cesto, corda, tiras para carregar criança, esteiras para dormir, e linhas de pesca derivavam da fibra e/ou das folhas dessa palmeira.²⁶³

A importância das frutas das palmeiras na alimentação indígena nos faz pensar também na presença significativa da palmeira butiá (*Butia eriospatha*), cujos frutos são mais gostosos que os do jerivá (na opinião dos autores), na região de transição entre a floresta de araucária e os campos de Palmas, a oeste de União da Vitória. Os bosques dessa palmeira “nativa” devem ter impressionado muito os primeiros fazendeiros, pois o próprio nome Palmas é derivado dessa palmeira.²⁶⁴

Isso sem falar na Araucária, cujos pinhões eram fonte importante na alimentação de vários grupos indígenas, e que provavelmente sofreu alguma influência em termos da dispersão da espécie pelos grupos indígenas.²⁶⁵

Quanto aos caboclos, que habitaram a floresta de araucária e outros ecossistemas por um período de tempo consideravelmente menor do que os indígenas, também é possível fazer algumas considerações importantes sobre as interações entre essas populações e o meio natural. E também em que medida desenvolveram (inconscientemente?) um modo de vida ecologicamente sustentável.

A agricultura dos caboclos representou uma continuidade do processo de desenvolvimento das técnicas e de domesticação de plantas da agricultura indígena, mas também acrescida de elementos europeus e africanos. Nesse sentido, a coivara, ou a queima da vegetação primária ou secundária é herdeira do modo indígena de produzir as roças.

Entre as espécies agrícolas domesticadas pelos indígenas e herdadas pelos caboclos, Paulo Soderó Martins menciona a mandioca (*Manihot esculenta*), batata doce (*Ipomoea batatas*), taioba ou taiá (*Xanthosoma* sp.), apiá (*Maranta lutea*), araruta (*Maranta arundinacea*), inhame ou cará (*Dioscorea alata*), cupá (*Cissus gongylodes*) e amendoim (*Arachis* sp.).²⁶⁶

²⁶³ Ibid., p. 44, 45.

²⁶⁴ RIESEMBERG, op. cit., p.39, 40. O sabor agradável dos seus frutos e a fisionomia inconfundível dessa palmeira deve ter influenciado pelo menos nos nomes de certas localidades. Segundo Jó Klanovicz e Eunice Nodari, o primeiro nome da cidade de Fraiburgo era Butiá Verde. Mas em 1959 as autoridades consideraram o nome impróprio, e tendo em vista o poder econômico e político dos Frey na localidade, rebatizaram o local de Fraiburgo. “No nosso entender, a principal motivação com relação à mudança do nome da localidade residia na implementação do discurso modernizador, por meio da utilização de um nome ‘estrangeiro’ e que remetia, simbolicamente, a uma ‘europeização’, em detrimento de um nome indígena, Butiá. A palavra burgo remetia à noção de cidade permanente, oficial, sólida, espaço da burocracia, das leis, da burguesia, da ordem, espaço no qual se engendra a civilização.” KLANOVICZ; NODARI, op. cit., p.36.

²⁶⁵ Warren Dean chega a mencionar essa hipótese da influência indígena na dispersão da Araucária. Ver DEAN, op. cit., p.43.

²⁶⁶ MARTINS, Paulo Soderó. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; OREN, D. C.; D’INCAO, M. A. (eds.) **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p.372. Essas plantas foram mais provavelmente domesticadas por

Longe do estigma tradicionalmente imputado a agricultura cabocla e indígena, como sendo uma agricultura sem método, primitiva, que opta pelo menor esforço com o uso da queimada, Paulo Sodero Martins enfatiza o caráter bem adaptado ao meio natural dessa agricultura. Nesse trecho, o autor explica a importância dos órgãos subterrâneos das plantas (a parte comestível das plantas mencionadas acima):

O uso dos órgãos subterrâneos é uma adaptação cultural dos agricultores dos trópicos em resposta aos problemas de armazenamento inerentes a climas quentes e úmidos. Nesses climas, produtos de colheita armazenados se deterioram muito rapidamente. Em contraposição aos grãos, as raízes não precisam ser colhidas todas ao mesmo tempo numa estação específica. As plantas podem ser deixadas intactas na roça por longo tempo, e as raízes podem ser colhidas gradualmente a medida que sejam necessárias. O ritmo de colheita é então ditado pelo homem, e não pela planta, pois o armazenamento é feito na natureza (armazenamento pré-colheita, que seria uma contradição em termos, para outros tipos de agricultura) e o abastecimento de alimentos pode ser garantido para o ano todo, prescindindo de um sistema artificial de armazenamento agrícola. O armazenamento pré-colheita, embaixo da terra, apresenta como vantagem adicional um maior grau de proteção contra a predação, que é um dos problemas clássicos de outros tipos de agricultura, particularmente a cereicultura nos trópicos. Como consequência do uso predominante dos órgãos subterrâneos, não há competição entre as partes usadas para a reprodução das culturas, que são os caules e gomos (órgãos aéreos), e as partes usadas para a alimentação (órgãos subterrâneos), o que proporciona uma maior flexibilidade para o sistema agrícola. Poderíamos falar de uma *disjunção agrônômica* entre a produção e a reprodução. O agricultor pode propagar uma planta antes mesmo de colher o produto dessa planta. No caso de grãos, como milho, trigo, arroz, isso já não acontece: o homem tem que deixar de consumir uma parte dos grãos para usar como propágulo para o próximo plantio. [...] Como indicamos acima, os sistemas agrícolas tradicionais desenvolvidos em regiões temperadas e secas diferem bastante daqueles desenvolvidos nos trópicos úmidos. As civilizações dos climas temperados e secos domesticaram cereais para obter uma fonte de carboidratos. Nos trópicos úmidos, em vez de cereais, as civilizações foram baseadas em raízes e outros órgãos subterrâneos.²⁶⁷

Martins também menciona a habilidade dos caboclos no desenvolvimento de variedades e melhoramento genético das plantas cultivadas. Estudando o desenvolvimento de variedades de mandioca entre caboclos e grupos indígenas pesquisados pelo autor nas décadas de 1980 e 1990 na Amazônia e na Mata Atlântica, contabilizou a existência de 220 variedades.²⁶⁸

A guerra do Contestado (1912-1916), que se desenrolou por uma extensa área do planalto catarinense, atraindo pessoas de regiões distantes para os redutos, também ensejou uma série de pesquisadores a entenderem, entre outras questões, as motivações místicas dos caboclos. Oswaldo Cabral sugeriu uma concepção animista ou de adoração às forças da

indígenas das terras baixas da América do Sul, ou seja, excluindo-se as plantas domesticadas por indígenas andinos e meso americanos como a batata e o milho, por exemplo.

²⁶⁷ Ibid., p.373, 374.

²⁶⁸ Ibid., p.376.

natureza como parte da religiosidade dos caboclos²⁶⁹, o que se expressava nas fontes de água santas, cavernas santas, árvores em forma de cruzes.

Os monges que percorreram o planalto desde meados do século XIX até a época da guerra do Contestado, com os seus ensinamentos, rezas e práticas de cura constituíram-se em paradigmas de práticas e comportamentos na população sertaneja, o que também evidenciava as próprias crenças e utopias dessa população. Existiram pelo menos três monges nesse período, realizando batismos e pregando um catolicismo popular, com ensinamentos morais envolvendo aspectos familiares, da sociedade e também da natureza.

O primeiro João Maria havia sido preso e expulso do Rio Grande do Sul em 1849 pelas autoridades por temerem a concentração de pessoas em torno do curandeiro.

Dali em diante, João Maria iria evitar concentrações de fiéis em torno de sua pessoa, e viveria em constante peregrinação. Era comum o monge peregrino parar ao largo das casas; normalmente em baixo de uma árvore, dormindo ao relento. Não comia carne, só frutas, verduras e leite. Em suas andanças, levava um cajado, vestia roupas de riscado simples e usava um boné de pele de jaguatirica. Dizia que andava pelos sertões para pagar uma penitência.²⁷⁰

O segundo monge foi João Maria de Jesus, peregrinando entre 1890 e 1908 por várias regiões do planalto, como os campos de Palmas, o vale do rio do Peixe, e pelo interior e vilas dos municípios de Campos Novos, Lages, Curitibanos, Porto União, Rio Negro e Canoinhas. Segundo Paulo Pinheiro Machado, o segundo monge ainda dava especial atenção aos sinais da natureza.²⁷¹

O pesquisador Euclides Felipe recolheu junto ao capelão Emídio Conceição em Curitibanos alguns mandamentos de João Maria conhecidos como “Leis da Natureza”, e que abordavam princípios éticos em relação a plantas, animais, respeito ao próximo e a palavra dada.²⁷² Alguns deles:

- I – Não se deve queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- II – É errado jogar palha de feijão nas encruilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende...
- III – Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- IV – Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.
- V – As casas e as propriedades de quem incendeia as matas, um dia também hão de virar em cinzas.

²⁶⁹ CABRAL, Oswaldo R. **João Maria: uma interpretação da campanha do contestado**. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

²⁷⁰ MACHADO, op. cit., p. 164.

²⁷¹ Ibid., p. 167, 168.

²⁷² Ibid., p. 168, 230. Os mandamentos são atribuídos ao segundo monge, segundo Paulo Pinheiro Machado, mas em geral a população acredita/acreditava em um único João Maria.

- VI – A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir ou urinar na água, é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe.
- VII – O Pai da Vida é Deus. A Mãe da Vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.
- VIII – Quem não sabe ler o livro da Natureza é analfabeto de Deus.
- IX – As horas de chuva são as horas de Deus. É quando a Mãe-Natureza vem trazer água para seus filhos na Terra.
- X – O cavaleiro que passar perto de lagoa ou cruzar uma corrente de água e não der de beber ao animal, morrerá com a garganta seca.
- XI – Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
- XII – Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento caça o alheio. É criminoso. Será punido.
- XIII – Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadez.
- XIV – Não se chama nomes feios à criação. Ela obedece ao instinto, que é a linguagem da Mãe Natureza.
- XV – Quem encilha animal com ‘mata’ no lombo... cuidado com as costas.
- XVI – Não se tira leite sem deixar um teto cheio ao leiteiro.
- XVII – Não se tira mel sem deixar alguns favos para as abelhas.²⁷³

João Maria de Jesus, segundo a tradição, passou em 1896, uma estadia rápida em cavernas no Morro da Cruz, nos arredores da então vila de União da Vitória, e nesse local foram estabelecidas fontes de águas santas, sendo ainda hoje venerado na região.²⁷⁴

Dos ensinamentos dos monges, é razoável supor que a religiosidade cabocla abrangia algum padrão de ética no relacionamento ser humano – natureza, embora seja difícil de relacionar tais concepções a prática cotidiana de agricultura e de manejo dos recursos naturais da floresta de araucária realizadas pelos caboclos.

Embora seja plausível conceber que o modo de vida dos caboclos não tenha causado grandes devastações da floresta de araucária naquele momento anterior a chegada da ferrovia e da colonização, isso não significa que esse modo de vida em qualquer contexto pode ser considerado ecologicamente sustentável ou não destrutivo, pois senão estaríamos construindo mais uma categoria ahistórica, congelada no tempo. Afinal, o modo de vida do caboclo, cultivando pequenos roçados e extraindo erva-mate no interior da floresta de araucária, também foi se modificando à medida que se operavam transformações profundas na sociedade como um todo, como a chegada da ferrovia, da colonização européia e mais tarde as modernas técnicas agrícolas da revolução verde.

²⁷³ MANDAMENTOS da Natureza. Dourados (MS): Fundação Cultural R. Sovierzoski e Fundação Florestal Edgard Victor Gobbo, 1999. 39 p. No total são 29 mandamentos. Os demais se referem ao respeito ao próximo e a palavra dada.

²⁷⁴ TONON, Eloy. Os monges no imaginário coletivo. **Luminária**, União da Vitória, n.6. 2003. p.7-17. SILVA, op. cit., p.74, 75.

3.3 Fazendeiros e colonos.

Ao mesmo tempo em que crescia a população cabocla no vale do Iguazu, principalmente em torno da picada Palmas – União da Vitória – Palmeira, também se expandia a pecuária nos campos de Palmas, e os fazendeiros paulatinamente foram migrando e se apossando das terras a leste, na região de União da Vitória.

O fazendeiro Pedro da Siqueira Cortes, que teria sido o primeiro europeu a atear fogo aos campos de Palmas²⁷⁵, e que teria sido de acordo com a historiografia o descobridor do vau no rio Iguazu, já havia estabelecido benfeitorias e provavelmente fazenda de criar em meados do século XIX nos campos de São João (atual Matos Costa):

Escritura de venda de Campo que fazem Pedro de Siqueira Cortes e sua mulher Donna Gertrudes Balbina da Gloria, a Domingos Ferreira Maciel, presente e a Antonio Ferreira Maciel, por seu Procurador Pulicarpio Antunes Ferreira, como abaixo se declara. Saibão quantos este Publico instrumento de Excriptura publica virem que sendo no anno de Nassimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cinquenta e quatro aos cinco dias do mez de Fevereiro do dito anno, nesta villa de Guarapuava, termo da Villa de Castro da Província de São Paulo – [...] e pelos ditos vendedores me foi dito em presencia de duas Testemunhas que ao diante são nomeadas e assignadas, que herão senhores e legítimos possuidores de duas partes de campos em lugar denominado São João no Distrito de Palmas, com os limites seguintes, de hum lado divide com os campos pertencentes a uma Sociedade de varias dos Curitibanos por um lageado denominado Caxuêrinha, de outros lados acha-se ainda em commum com as partes da Sociedade do lado de Palmas, cujas as duas partes de campos com seus competentes logradores e mais bemfeitorias ali existentes vendião como de facto vendido tinhão a Domingos Ferreira Maciel e a Antonio Ferreira Maciel pelo preço e quantia de dois contos e seis centos mil reis, que ao fazer desta havião recebido em moeda corrente deste império e por estarem pagos e satisfeitos lhes traspasavão todo o poder e domínio que tinhão em ditos campos[...].²⁷⁶

E também uma série de outras fazendas na região de União da Vitória foi sendo comprada ou concedida pelo Império no final do século XIX e pelo governo dos Estados do Paraná e Santa Catarina a partir da República.²⁷⁷ As fazendas eram instaladas em áreas geralmente já habitadas pelos caboclos, e tinham o efeito provável de promover a vinda de novos posseiros pelas oportunidades de trabalho e de meios de subsistência oferecidos.²⁷⁸

²⁷⁵ MAACK, *Geografia física do Estado do Paraná*, op. cit., p. 57.

²⁷⁶ APESC. Processos de Terras (Porto União). Interessado João Baptista Carneiro. Localidade Fazenda São Pedro.

²⁷⁷ A partir da constituição republicana de 1891 as terras devolutas passaram a ser concedidas ou vendidas pelos Estados e não mais pela União.

²⁷⁸ Afirmamos isso com base nas conclusões de Paulo Pinheiro Machado em *Lideranças do Contestado*. MACHADO, op. cit., p. 63, 64. “Não é nossa preocupação investigar o nome dos indivíduos pioneiros destas regiões [planalto serrano catarinense]. Os nomes tradicionalmente escolhidos como pioneiros são de indivíduos que promoveram o primeiro registro oficial sobre tal região, normalmente grandes fazendeiros ou chefes militares, deixando-se de lado tropeiros, posseiros e lavradores anônimos que geralmente precedem a chegada do mundo oficial.”

As práticas de compadrio e o modelo coronelista de outras regiões do planalto certamente foram elementos importantes na vida dessas fazendas, permeadas de posseiros extraíndo erva-mate, cultivando lavouras de subsistência e criando pequenos rebanhos, em troca de favores na lavoura e nos serviços do cuidado do gado dos coronéis.²⁷⁹ Algumas fontes sugerem explicitamente essas trocas de favores, como esse memorial de 1900 da Fazenda São Pedro, que abrangia uma ampla área ao sul do rio dos Pardos:

Memorial descritivo da medição e demarcação das terras requeridas por Anna Joaquina dos Santos, a título de legitimação de posse adquirida por herança de Simeão Cardoso Paes.

[...]

Área cultivada: Vinte e quatro mil hectares (ou sejam 240.000.000 m²)

Área inculta: 8.417 hectares e 3.615 metros quadrados (ou sejam 84.173.615 m²)

Área total: 32.417 hectares e 3.615 metros quadrados (ou sejam 324.173.615 m²)

[...]

Qualidade e extensão dos campos, mattos e capoeirões:

Os campos, mattos e capoeirões são de boa qualidade. Os campos foram avaliados em quatro mil hectares, os fachineas em vinte mil hectares e os mattos e capoeirões em oito mil hectares. Os herveas são velhos e não estão tratados. Nas costas dos rios dos Pardos e Timbó encontra-se madeira de lei.

[...]

Culturas existentes e produção media annual:

As culturas existentes no terreno são as do milho, feijão, mandioca e fumo. A produção media annual. 5.000 litros de milho, 6.000 litros de feijão, 1.000 litros de farinha e 400 kilogrammas de fumo em rolo.

Trabalhadores empregados na lavoura:

Os trabalhadores empregados na lavoura são os posseiros, aggregados e alguns camaradas que se empregam simultaneamente no serviço da lavoura e no campo, em numero de dose ordinariamente, e sendo esse numero augmentado em cazos extraordinários.

Systema de serviço:

O systema de serviço é o do salário. A possessão não tem subdivisões, é occupado por alguns dos posseiros e aggregados que a desfrutam em cummum.

Natureza dos terrenos e culturas a que se adaptão:

O terreno é de campo, matto, herveas, capoeirões e terras de lavoura. Adapta-se a cultura de cereaes, leguminosas, próprias da zona a cultura do fumo e outras.[...]

Condições hydrographicas:

A principal aguada que banha a área medida é o rio Timbó, antigo Canoinhas[...]. Seus principais afluentes no terreno são os rios Cachoeiras, Taimbé que deságua com o nome de arroio dos Índios, rio dos Pardos e os arroios Xaxim, Palmeira, Tigre, Volta Grande e Serra.[...] O rio dos Pardos nasce em terreno da fazenda do Capão Alto, faz barra no rio Timbó divide a área medidas das fazendas de S. Roque, Campo Alto, S. Domingos e dos terrenos do Cap. José Joaquim Firmino [...].²⁸⁰

A fazenda possuía ainda de acordo com o memorial, 1.000 cabeças de gado vaccum, 100 cabeças de gado muar e 100 cabeças de gado cavalari. O que fica evidente nesse memorial

²⁷⁹ Para uma explicação mais detalhada do coronelismo no planalto de Lages ver Ibid., p.57-122.

²⁸⁰ APESC. Processos de Terras (Porto União). Interessado João Baptista Carneiro. Localidade Fazenda São Pedro.

e também em outros do final do século XIX e início do século XX pesquisados por nós é que a atividade madeireira não tinha expressão alguma, embora sejam mencionados frequentemente as “madeiras de lei”. As enormes dificuldades de transporte para levar essa madeira para fora da região e a própria ausência de um mercado comprador da araucária naquela época já eram motivos suficientes para explicar isso.

A baixa densidade populacional dessas fazendas, assim como dos terrenos devolutos, as pequenas lavouras cultivadas para a subsistência dessas populações e a criação de gado em áreas de campos naturais não tinham grande impacto sobre as florestas de araucária, embora os fazendeiros buscassem também expandir os campos através do uso das queimadas. As árvores frequentemente só eram cortadas para a construção de benfeitorias da fazenda como casas, galpões e cercas, não tendo uma aplicação comercial de larga escala, como aconteceu mais tarde. No memorial da fazenda São Pedro também é descrito que a única “indústria explorada no terreno é a pastoril”, sugerindo a importância da pecuária, e contrastando com as décadas posteriores em que as fazendas da região passam a ser valorizadas principalmente em função do número de pinheiros que continham.²⁸¹

Um primeiro passo na reversão a essa tendência parece estar associado com a chegada em 1880 de Amazonas de Araújo Marcondes (1847-1924), o coronel Amazonas, como é conhecido na historiografia. Era filho do fazendeiro de Palmas, Francisco Ignácio de Araújo Pimpão. O coronel Amazonas é lembrado principalmente por ter instalado a navegação fluvial com barcos a vapor no rio Iguaçu. Já realizada desde há alguns anos por canoas, a navegação fluvial com barcos a vapor, inaugurada em 1882, trouxe grandes mudanças na economia e na sociedade de União da Vitória e do vale do Iguaçu. Com uma capacidade de até 5.600 arrobas de erva-mate (16.800kg), os barcos a vapor impulsionaram o comércio da erva e mais tarde contribuíram no escoamento de madeira serrada no trecho navegável do Iguaçu, que ia de Porto Amazonas a Porto Vitória, num total de 239 km. Além disso, os barcos penetravam também nos principais afluentes do Iguaçu nesse percurso, como o rio Negro, o Potinga e o Timbó.²⁸²

Os barcos a vapor ainda trouxeram uma caldeira para a instalação em 1884 da primeira serraria de União da Vitória e de toda a região, de propriedade do coronel Amazonas,

²⁸¹ Segundo reportagem do Jornal Missões havia em 1910, 14 fazendeiros no município de União da Vitória. BPEPR. União da Vitória. **Missões**. União da Vitória, 02 jul. 1910. p.2.

²⁸² RISEMBERG, op. cit., p.74. MAACK, **Geografia física do Estado do Paraná**, op. cit., p. 281. Para maiores detalhes sobre a navegação fluvial no rio Iguaçu ver RISEMBERG, Alvir. 90 anos de navegação à vapor do rio Iguaçu e Negro. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. V. XVIII. Curitiba, 1973. p.41-65.

localizada na margem direita do Iguaçu, em frente ao porto de atracação das embarcações.²⁸³ Essa serraria era provavelmente destinada principalmente ao consumo local de madeira serrada, pois o comércio da madeira da araucária ainda era muito incipiente e sofria pesada concorrência com os pinhos estrangeiros. Até 1910, apenas outras duas serrarias iriam ser construídas, sugerindo o caráter de indústria para o abastecimento das necessidades locais de madeira serrada, pois o comércio da araucária ainda não havia se transformado em uma fonte de lucro expressiva, e o próprio comércio da erva-mate era considerado muito mais importante.²⁸⁴

Alvir Riesemberg afirmou que “com o estabelecimento da navegação a vapor, o comércio do mate começou a se avolumar e a indústria da madeira se iniciou no vale.”²⁸⁵ Mas esse início da indústria madeireira é mais simbólico, ligado a instalação dessa primeira serraria em 1884 pelo coronel Amazonas. Com base na conjuntura daquela época, explicitada no capítulo 2, é mais razoável supor que aquela serraria era um pequeno engenho de serra, de capacidade de produção bastante pequena, como era o caso de outros engenhos de serra daquela época na Araucarlândia.

Além do mais, a navegação fluvial no rio Iguaçu não resolvia as enormes dificuldades para o transporte de madeira serrada, pois a madeira teria de ser desembarcada em Porto Amazonas, a uma distância considerável de Curitiba, que também estava separada do litoral, como mencionado, pelo obstáculo natural nada simples da Serra do Mar. Acrescente-se a isso, a baixa capacidade de carga dos barcos, mais adequados para o transporte de erva-mate, e a lenta velocidade desenvolvida rio acima (de 6 a 12km/h).²⁸⁶ Ainda havia o problema das estiagens: “Não raras vezes esta navegação é interrompida pela baixa das águas.”²⁸⁷

Inicialmente explorando uma casa comercial, rapidamente Amazonas Marcondes adquiriu a fazenda Passo do Iguaçu, na margem direita do Iguaçu, onde instalou outras serrarias anos mais tarde. Vindo a ter grande prestígio político na região, exerceu bastante

²⁸³ Essa serraria também foi provavelmente uma das primeiras serrarias da Araucarlândia, embora não tenhamos encontrado nenhuma fonte sobre ela, apenas o relato sem maiores detalhes de Cleto da Silva, e que tem sido repetido em sucessivas obras pela historiografia local. SILVA, op. cit., p.50.

²⁸⁴ De acordo com uma reportagem do jornal *Missões* de 1910, existiam apenas 3 serrarias naquele ano em União da Vitória. BPEPR. União da Victoria. *Missões*. União da Vitória, 02 jul. 1910. p.2.

²⁸⁵ RIESEMBERG, *A instalação humana no vale do Iguaçu*, op. cit., p.58.

²⁸⁶ RIESEMBERG, 90 anos de navegação à vapor do rio Iguaçu e Negro, op. cit., p.54.

²⁸⁷ IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v.3. p.130. Uma matéria no jornal *Missões*, em 1915, também comentava o problema das secas e a interrupção no tráfego dos barcos: “Que via, porém, massante era a fluvial, e que ainda o é, quando o Iguassu, em consequência das prolongadas secas, diminui o seu volume d’água, interceptando assim a marcha dos vaporesinhos, devido as suas corredeiras em diversos pontos. Todavia, não é o nosso intuito, pôr de margem a utilidade que nos presta a navegação fluvial. Serve ella e muito, as populações ribeirinhas, que vivem da extracção da herva-matte, em grande quantidade exportada por essa via.” BPEPR. Chroniqueta. *Missões*. União da Vitória, 09 out. 1915. p.1.

influência na criação da Intendência Municipal de União da Vitória em 1890, se desmembrando de Palmas, e se tornou o primeiro prefeito (presidente da Intendência) do município.²⁸⁸

O coronel Amazonas ainda é lembrado por ter trazido os primeiros colonos europeus em 1881, um grupo de 24 famílias, na maioria alemães, vindos de São Francisco do Sul.²⁸⁹

A colonização européia no vale do Iguaçu se inicia nos arredores de Curitiba e progressivamente vai se estendendo para o oeste, até chegar a União da Vitória no final do século XIX. As primeiras colônias mencionadas por Alvir Riesemberg para os arredores de União da Vitória foram Antônio Cândido e General Carneiro, ambas formadas de poloneses e instaladas em 1892.²⁹⁰ Essas colônias ficavam às margens da Estrada de Palmas, que vinha sendo construída desde 1884. “A divisão dos lotes e a localização dos colonos destas duas fundações estiveram a cargo da comissão militar que abria a estrada de Palmas.”²⁹¹

Uma terceira colônia de estrangeiros foi organizada pela prefeitura no rocío em 1895, área vizinha à vila de União da Vitória a qual foi dada o nome de Alberto de Abreu. Também surgiram colônias organizadas por particulares, como a Vila Zulmira, a 9 km a oeste de União da Vitória, constituída de italianos, em propriedade do engenheiro João Teixeira Soares. Nessa colônia, dirigida por Artur Baroncini, era proposta a cultura do trigo e a viticultura.²⁹²

Outros exemplos de iniciativas de particulares eram o General João Soares Neiva de Lima e o Capitão Francisco de Azevedo Muller, que em suas terras fundaram em 1907 os núcleos coloniais Coronel Amazonas e Vitória, na maior parte com descendentes de alemães, e atualmente conhecidos como Colônia Amazonas e Porto Vitória.²⁹³

Logo em seguida aparece a colônia federal Cruz Machado, inaugurada em 1910, e nas palavras de Alvir Riesemberg “a maior fundação colonial do Estado”. Inicialmente formado de uma imensa maioria polonesa, aos poucos também se juntam a estes várias outras nacionalidades, principalmente brasileiros e alemães. Localizado em terras devolutas ao norte do rio Palmital, os lotes urbanos e rurais demarcados cobriam uma área de 71.432 hectares, e em 1911 já apresentava uma população de 4.474 habitantes.²⁹⁴

E assim várias outras colônias vão surgindo nas três primeiras décadas do século XX em União da Vitória e em Porto União (a partir de 1917). Nesse último podem ser

²⁸⁸ SILVA, op. cit., p.46, 55, 56, 59.

²⁸⁹ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p.169. Enquanto isso, o escritor Cleto da Silva dá a entender que se trata de 24 pessoas e não famílias. SILVA, op. cit., p.47.

²⁹⁰ O censo de 1890 não indica nenhum estrangeiro na população de União da Vitória, o que sugere a chegada da colonização européia já no final do século XIX. Ver IBGE-Curitiba. Censo de 1890.

²⁹¹ RIESEMBERG, **A instalação humana no vale do Iguaçu**, op. cit., p.104, 105.

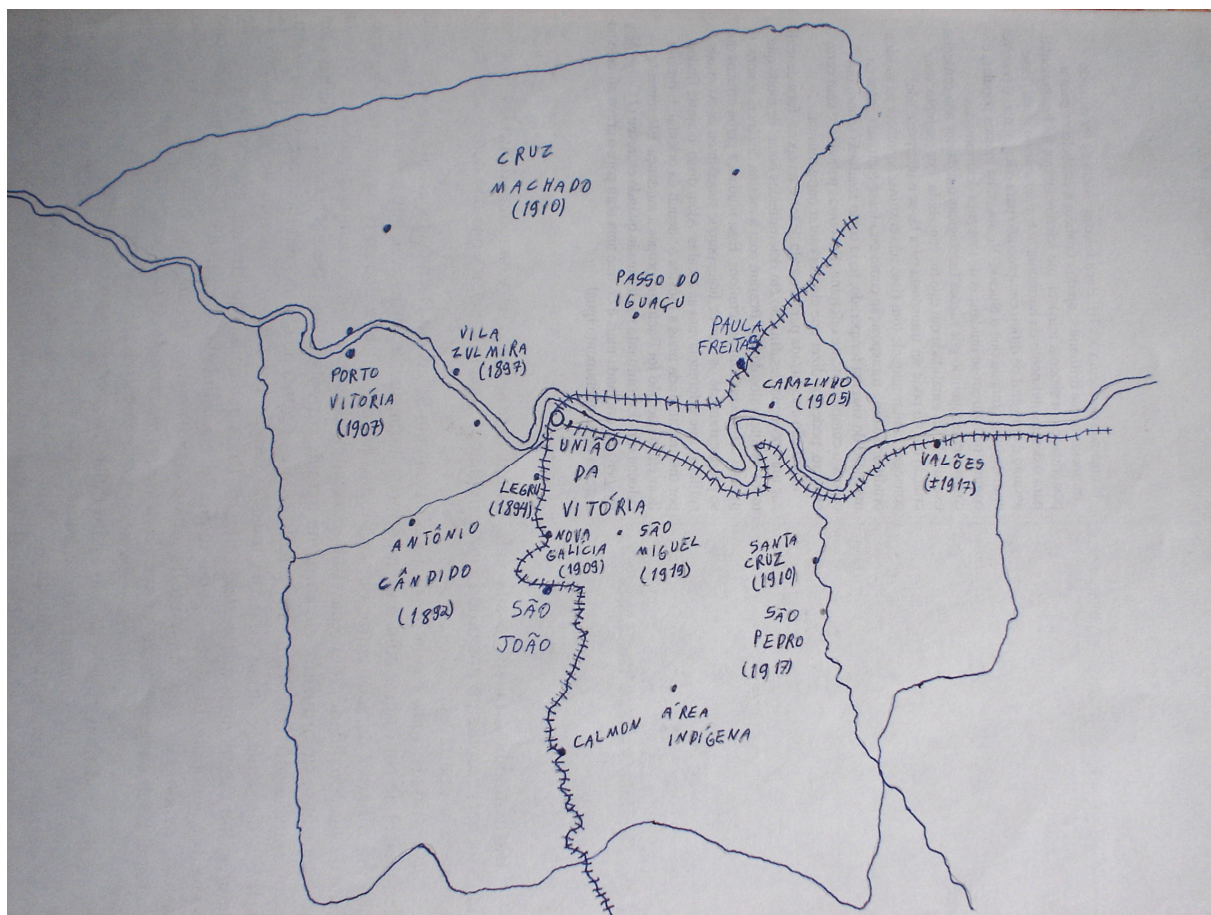
²⁹² Ibid., p.105.

²⁹³ Ibid., p.106.

²⁹⁴ Ibid., p.107, 108.

destacadas Legru (1894), Nova Galícia (1908), Santa Cruz do Timbó (1910), São Pedro do Timbó (1917), Maratá (1918), São Miguel da Serra (1919) e outras, na maioria formadas de poloneses, alemães e ucranianos e seus descendentes.²⁹⁵

Mapa 6 - Área antiga dos municípios de União da Vitória e Porto União, localizando as principais colônias e localidades.



FONTE: Desenho do autor.

Esse surto colonizador na região em grande parte é motivado pela chegada da ferrovia São Paulo - Rio Grande em 1904 a União da Vitória.

Essas colônias também têm como consequência a fragmentação das enormes fazendas que existiam no município, e os pequenos lotes dos colonos, estabelecendo o seu modo de vida, vão ocupando os espaços “vazios” do interior dos municípios, onde “só havia mato”, ou um “sertão desconhecido” Com isso a população indígena e de posseiros caboclos vão ficando cada vez mais encurralados nos locais mais inóspitos da região, até serem de uma forma ou de outra “incorporados” ao povoamento oficial.

²⁹⁵ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit. p. 149-151, 154, 155, 163, 164, 166, 167.

Esse novo momento, da chegada da colonização, coincidindo com a chegada da ferrovia e das serrarias, passa a significar o início de um processo de rápida exploração da floresta de araucária na região, seja por atividades madeireiras, como por desmatamentos para a agricultura e pecuária.

Capítulo 4

Derrubando as florestas

Quando pela primeira vez remei nas águas do Walden, o lago era totalmente cercado de pinheiros altos e espessos, além de bosques de carvalho, e em algumas de suas enseadas trepadeiras haviam enlaçado as árvores à beira d'água, formando arcos sob os quais o barco podia passar. Como as colinas que lhe contornam o litoral são íngremes e os bosques que as cobriam eram muito altos, parecia um anfiteatro para alguma espécie de espetáculo silvestre a quem na extremidade oeste o olhasse de cima. [...] Agora, desaparecidos os troncos de árvores no fundo, as velhas canoas de madeira e os escuros bosques ao redor, os habitantes do povoado, que mal sabem onde fica o lago, em vez de irem banhar-se ou beber água nele, estão pensando em canalizá-la a fim de lavar com ela suas louças. Uma água que deveria pelo menos ser tão sagrada como a do Ganges! Ganhar o Walden dando uma volta na torneira ou puxando uma rolha! Esse demoníaco Cavalo de Ferro, cujo ensurdecedor relincho ouve-se através de toda a cidade, enlameou Boiling Spring (Fonte Fervente) com os cascos, e foi ele quem pastou até o fim todos os bosques na costa do Walden; esse cavalo de Tróia com mil homens na barriga, introduzido por gregos mercenários! Onde está o defensor da pátria, o Mouro da Mouraria, para ir a seu encontro em Deep Cut (Corte Fundo) e enfiar a lança vingadora entre as costelas da enfatuada praga?

Henry David Thoreau

4.1 Derrubando as florestas: a chegada da ferrovia e as primeiras serrarias.

Ao lado da incipiente colonização européia, a chegada da ferrovia São Paulo - Rio Grande ao Médio Vale do Iguaçu promoveu uma série de mudanças econômicas, sociais e ecológicas. Se a ferrovia Curitiba – Paranaguá, construída em 1885, como mencionado, praticamente favoreceu o primeiro impulso na exploração econômica das florestas de araucária no Sul do Brasil, a ferrovia São Paulo – Rio Grande intensificou enormemente esse processo, permitindo que amplas áreas do interior dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul fossem “abertos” para a colonização européia e a exploração madeireira. A ferrovia São Paulo – Rio Grande penetrou no coração da Araucarilândia, tornando possível um processo rápido de devastação de amplas áreas da floresta de araucária.

Os Estados brasileiro e argentino disputavam territórios a oeste de Palmas no século XIX. A Argentina reivindicava como seus territórios uma grande área dos atuais oeste de

Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Apenas em 1895, com a solução favorável ao Estado brasileiro a questão de Palmas, como ficou conhecida, os dois países reconheceram e definiram os limites atuais entre Brasil e Argentina.

Mas já no final do Império o governo brasileiro parecia interessado em garantir a posse e incentivar a colonização de amplos terrenos devolutos existentes a oeste de União da Vitória.

Em 1889, no final do regime imperial, o engenheiro João Teixeira Soares, construtor da ferrovia Curitiba – Paranaguá, havia recebido a concessão mediante decreto para organizar uma companhia a fim de construir e também usufruir de uma ferrovia entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), com diversos ramais previstos. Para tanto, o governo ainda concedeu “à referida companhia a garantia de juros de seis por cento (6%) durante trinta (30) annos para o capital que for necessário à construcção da linha principal, até ao máximo de trinta e sete mil contos (37.000:000\$)...”.²⁹⁶

De acordo com Nilson Thomé, havia ainda uma série de vantagens oferecidas aos construtores:

A cláusula I fixava em 90 anos o prazo do privilégio para a exploração da Ferrovia, e além disso, estabelecia a cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionais, inclusive os compreendidos em sesmarias e posses, numa zona máxima de 30 quilômetros para cada lado das linhas, desde que a área total cedida e demarcada não viesse a exceder a média uma faixa de nove quilômetros para cada lado da extensão total, a serem utilizados em colonização dentro de 50 anos. Concedia ainda direito de desapropriação e preferência para a lavra de minas na zona privilegiada.²⁹⁷

Essas vantagens foram alteradas por uma série de decretos posteriores, e a redução de 15 km de cada lado da estrada para o limite máximo da cessão das terras ocorreu já em abril de 1890. No entanto, essas condições iniciais já revelam as amplas somas de recursos e bens (incluindo terras e florestas) públicos generosamente oferecidos pelos governos às companhias particulares envolvidas nos serviços de construção e usufruto da ferrovia e na colonização das terras marginais.

Quanto às florestas de araucária, como sugere a citação a seguir, inicialmente eram vistas pelos empresários e acionistas brasileiros, franceses, ingleses e norte-americanos das diversas empresas²⁹⁸ que assumiram a construção da ferrovia, como um recurso em potencial,

²⁹⁶ Decreto 10.432, de 9 de novembro de 1889. In: THOMÉ, **Trem de ferro**, op. cit., p. 41.

²⁹⁷ *Ibid.*, p.42.

²⁹⁸ “Em 1890, João Teixeira Soares constituiu a Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens, com capital europeu, para a qual passou a concessão da ferrovia Itararé – Santa Maria [...]”. Em 1891, a maior parte da linha, entre Itararé (SP) e Cruz Alta (RS), foi transferida para a Companhia Industrial dos Estados do Brazil. Em 1894, a concessão da linha Itararé - Cruz Alta passou para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Essa última ainda transferiu a concessão da ferrovia para a Brazil Railway Company, fundada em Portland,

uma riqueza ainda a ser explorada, e que apenas a chegada da ferrovia aos densos pinhais não garantia a exploração econômica das matas. Em 1900, o presidente da companhia, Antonio Roxo de Rodrigues, argumentou que, apesar dos densos pinhais atravessados pela ferrovia em construção, havia ainda uma série de empecilhos desde os custos da mão de obra e do transporte até as condições técnicas da mesma:

Em todo o percurso da linha sul [Ponta Grossa a Antonio Rebouças] é a herva matte o principal producto de exportação, e, embora a estrada percorra uma zona rica de madeiras de construção e marcenaria, o elevado salário do pessoal jornalheiro e as despesas consideráveis de transporte pelas estradas São Paulo – Rio Grande e Paraná, accrescidas com as exigidas com baldeações em Ponta Grossa, retardarão por algum tempo a exportação desse producto, que por si só, poderia dar a nossa estrada grande renda. Parece-me que o interesse mutuo das duas empresas deveria aconselhar, além do trafego mutuo de vehiculos, a que a estrada São Paulo – Rio Grande está obrigada pelo seu contracto, sensível redução nas respectivas tarifas para as grandes expedições de madeira, constituindo desta arte um incentivo ao desenvolvimento de tão importante gênero de consumo, que, para prova de nossa indolência, ainda importamos do estrangeiro. As madeiras de grande comprimento não podem vir ao litoral devido às condições technicas no trecho da serra da Estrada de Ferro Paraná.²⁹⁹

É provável que, de maneira geral, a madeira da araucária ainda não tinha alcançado mercados e preços compensadores, o que explica as dificuldades apontadas serem até aquele momento um desestímulo a produção madeireira.

Em todo caso, em 1903, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande adquire a autorização do governo para a exploração das densas florestas de araucária cortadas pela São Paulo – Rio Grande.³⁰⁰ Já em 1895, a diretoria da empresa construtora da ferrovia deixava claro aos acionistas as “espessas matas virgens” que a ferrovia iria desbravar, tanto no vale do Rio do Peixe e interior de Porto União, quanto no Sul do Paraná:

Ao longo d’este trecho [do rio Uruguai ao rio Iguazu] os terrenos estão desertos; mas contêm espessas mattas virgens com grande quantidade de madeiras excellentes para construcções. Não se encontra por alli povoação algum...[...]. A partir do rio Claro [próximo a atual Mallet-PR], a linha segue com direcção ao rio Bonito, atravessando sempre grandes mattas virgens, ...³⁰¹

Estado de Oregon (EUA), em 1906. A Brazil Railway Company, controlada pelo Sindicato Farquhar, concluiu a construção da linha tronco em 1910. Para maiores detalhes ver *Ibid.*, p.45,73.

²⁹⁹ APEPR. **Exposição Financeira e Technica apresentada aos accionistas em maio de 1900 pelo presidente da E. F. São Paulo – Rio Grande Antonio Roxo de Rodrigues.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1900. p.14, 15. A ferrovia só iria alcançar União da Vitória em fins de 1904. A Estrada de Ferro Paraná, mencionada na citação, se refere a ferrovia entre Paranaguá e Ponta Grossa, passando por Curitiba. E as condições técnicas a que se refere a citação é a severa inclinação da Serra do Mar, que dificultava grandes carregamentos.

³⁰⁰ THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.123.

³⁰¹ APEPR. **Exposição Financeira e Technica sobre a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande apresentada pela directoria aos senhores accionistas em maio de 1895 na Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895. p.14, 15.

A iniciativa concreta de exploração madeireira das florestas partiu do Sindicato Farquhar, que desde 1906, através da Brazil Railway Company, estava encarregado da construção da ferrovia. O Sindicato Farquhar, liderado pelo empresário norte-americano Percival Farquhar, possuía grandes quantidades de capitais em vários países do mundo, incluindo na América Latina. No Brasil, o grupo atuava em várias regiões do país, e em diversos ramos de atividade, com o estabelecimento de empresas de fornecimento e distribuição de energia, de navegação, de construção de portos, colonização e inúmeras ferrovias.³⁰² Nilson Thomé afirma que somente em terras o Trust Farquhar chegou a adquirir 250.000 km² no Brasil.³⁰³

Na época em que a Brazil Railway passou ao comando da construção da ferrovia, estava sendo iniciados a construção do trecho União da Vitória ao Rio Uruguai, e também quase todo o ramal de União da Vitória a São Francisco do Sul estava por fazer.³⁰⁴ Essas regiões, hoje contidas no Estado de Santa Catarina, estavam em disputa com o governo do Paraná, e possuíam amplas extensões de florestas de araucária praticamente inexploradas e escassas povoações.

Aproveitando o andamento das obras e verificando o potencial econômico do empreendimento, o Sindicato Farquhar organiza em 1909, em Miami (EUA),

a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, para desenvolver os serviços de colonização das terras ao longo da estrada de ferro, e para explorar os grandes pinhais existentes na região dos vales dos rios Negro, Iguaçu, Timbó, do Peixe, e Canoinhas, dentre os principais que atravessavam a zona contestada por Santa Catarina e pelo Paraná.³⁰⁵

Até 1913, de acordo com Nilson Thomé, a recém criada empresa já havia adquirido cerca de 3.248 km² (ou 324.800 hectares) de terras nas regiões marginais a ferrovia a preços bem compensadores em vista do futuro empreendimento. Desse total, 1.800 km² (180.000 hectares) se localizavam na região do atual município de Três Barras (SC), onde instalou "o maior complexo industrial de exploração madeireira da América do Sul, nunca igualado em toda a história, com equipamento trazido diretamente da Europa e dos Estados Unidos, e importando a tecnologia canadense."³⁰⁶

Cerca de 517 km² (51.700 hectares) foram adquiridos na região da estação ferroviária de Calmon, em terras que após o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina passaram a pertencer ao município de Porto União. Ali, a Lumber, como a empresa também é chamada,

³⁰² THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.71-77.

³⁰³ Ibid., p.75.

³⁰⁴ Ibid., p. 83, 110, 111.

³⁰⁵ Ibid., p.123.

³⁰⁶ Ibid., p.125.

construiu outras quatro serrarias menores³⁰⁷, destinadas a serrar madeira para exportação e também para fornecerem dormentes e madeira serrada para as instalações da ferrovia em construção. A serraria junto à estação de Calmon é freqüentemente lembrada nos livros de história por ter sido incendiada pelos rebeldes em 1914, demonstrando o envolvimento da Lumber na Guerra do Contestado. Um ano depois, a serraria é reconstruída.³⁰⁸

O restante das terras (931 km²) se dividia em diversas glebas que após o acordo de limites pertenciam aos municípios de Canoinhas e Porto União.

Além dessas áreas, a Lumber ainda adquiriu um terreno na região dos Campos Gerais do Paraná, na região do município de Jaguariaiva (PR), onde também montou uma serraria, e que não é mencionado pela historiografia, revelando a ausência de uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema.³⁰⁹

A grande serraria da Lumber em Três Barras começou a funcionar em 1911, apenas um ano após a conclusão da linha tronco Santa Maria a Itararé e antes mesmo da conclusão do ramal União da Vitória a São Francisco do Sul. Desde o início essa serraria se destacava na atividade madeireira realizada até então nas matas de araucária pelos sofisticados processos técnicos que empregava. De acordo com Nilson Thomé, tinha capacidade de produção de 300 m³ de madeira serrada por dia³¹⁰, e empregava cerca de 800 trabalhadores³¹¹, na maioria imigrantes ou seus descendentes. Numa época em que inexistiam caminhões para o transporte das toras até as serrarias, a Lumber investiu em construção de ferrovias particulares dentro de suas propriedades, e contava com grandes guinchos movidos a vapor para puxar as toras distantes até 300 metros da ferrovia.³¹²

Além das serrarias, outra fonte de lucro da empresa, como está evidente no seu próprio nome, era a colonização, ou loteamento das áreas já desmatadas. Grande número de imigrantes se instalou nessas áreas. Para manter a disciplina em toda a estrutura montada pela empresa e garantir a posse da terra através da expulsão dos posseiros caboclos, a empresa

³⁰⁷ Nilson Thomé, em *Trem de Ferro*, dá a entender que se trata de 5 serrarias na região de Calmon. Ibid., p.136. Em *Ciclo da Madeira* admite serem 4 serrarias. Cf. THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p. 54. Enquanto isso, a historiografia sobre a Guerra do Contestado fala em 1 serraria da Lumber na região de Calmon.

³⁰⁸ THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.137.

³⁰⁹ APESC. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization. Abril de 1917. 11p.

³¹⁰ THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.125. Por outro lado, Eloy Tonon, sem citar a fonte, afirma que "a serraria de Três Barras cortava, em 1912, 900 metros cúbicos de madeira por dia." TONON, Eloy. **Ecos do Contestado: Rebeldia Sertaneja**, op. cit., p. 35. Talvez Tonon esteja se referindo ao volume de madeira cortado nas matas, enquanto Thomé se refira a produção final de madeira serrada.

³¹¹ Paulo Pinheiro Machado apresenta um número diferente. A partir de folhas de pagamentos da Lumber encontradas no Arquivo do Estado de Santa Catarina, Paulo afirma trabalharem na serraria de Três Barras 400 trabalhadores permanentes, além de "grande número de caboclos", sob empreitada, para corte e transporte das toras. MACHADO, op. cit. p.151.

³¹² THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.125, 126.

dispunha de um corpo de segurança de mais de 300 guardas, segundo Paulo Pinheiro Machado, superior a todo o Regimento de Segurança do Estado de Santa Catarina.³¹³

Além disso, a Lumber se aliou aos coronéis locais e lideranças políticas importantes do Paraná e Santa Catarina no intuito de administrar os negócios sem maiores problemas:

A Brazil Railway e sua subsidiária Lumber desenvolveram um cuidadoso processo de cooptação das lideranças políticas dos respectivos estados para evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas. O vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, foi advogado da Lumber enquanto exercia este cargo público. [...] O jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era, em 1916, representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina.³¹⁴

Sendo assim, não é de se estranhar que a chegada da Lumber ao planalto tenha causado grandes conflitos com a população sertaneja, promovendo a expulsão violenta de inúmeros posseiros do vale do Iguazu e devastando os ervais nativos dos quais os caboclos dependiam em grande medida como fonte de renda. O corte e arraste das grandes toras de pinheiros causavam estragos consideráveis nos ervais. Nesse sentido, uma série de livros tem demonstrado o papel expressivo da Lumber para a eclosão do movimento sertanejo do Contestado. É por esse viés da Guerra do Contestado, cuja temática vem despertando grande interesse nos últimos anos, aliás, que a Lumber é mais conhecida.³¹⁵

Mas a empresa estrangeira também se liga a uma dinâmica e fenômeno de longo prazo, e de importância e interesse igualmente crescente na atualidade, pouco estudado pela historiografia, que é a questão da devastação das florestas de araucária no Sul do Brasil no século XX. Nesse sentido, a empresa promoveu tanto uma atuação violenta contra a população sertaneja, gerando condições para a rebelião cabocla, quanto no ecossistema que sustentava essa população, iniciando um processo de alteração dramática da paisagem, talvez irreversível.

Embora com o passar dos anos a Lumber fosse apenas uma entre as centenas de serrarias a explorar as matas de araucária no planalto sul-brasileiro, é importante não perder de vista o papel de liderança na produção que exercia, e o exemplo de competência técnica e industrial que significava.

É preciso também levar em consideração a época da instalação e início do funcionamento da serraria de Três Barras, 1911, portanto antes da chegada da ferrovia à região e inauguração do ramal de União da Vitória a São Francisco do Sul.³¹⁶ Nessa época, a

³¹³ MACHADO, op. cit. p.152.

³¹⁴ Ibid., p.149.

³¹⁵ Ibid. TONON, op. cit. VALENTINI, op. cit., p. 48.; DERENGOSKI, op. cit.

³¹⁶ Paulo Pinheiro Machado, provavelmente baseado em Todd Diacon, afirma que a serraria de Três Barras entrou em funcionamento em novembro de 1911. MACHADO, op. cit., p. 162. DIACON, Todd A. *Millenarian*

produção de madeira de pinho era ainda muito incipiente, bem como a exportação, e o Brasil até o período da I Guerra Mundial era grande importador de madeira.³¹⁷ A atividade madeireira estava em seus primeiros passos, e muito pouco do conjunto das matas de araucária havia sido alterado.

Nesse contexto, a Lumber surge como uma grande empresa em um ramo novo da economia regional e nacional, quando as técnicas e o volume de produção das serrarias eram ainda extremamente limitados, e a madeira do pinheiro brasileiro tinha conquistado poucos mercados. Assim, podemos apresentar uma hipótese a ser estudada de que a empresa foi, se levarmos em conta o caráter mais artesanal e local dos engenhos de serras existentes até então, uma espécie de pioneira da indústria madeireira, que consolidou a trajetória e a utilização das florestas de araucária no planalto sul-brasileiro como um ramo altamente lucrativo de negócio para o capitalista interessado em montar serraria. Essa tendência de utilização da floresta para transformação em produtos madeireiros se intensifica justamente nesse momento, como podemos acompanhar pelos dados da tabela sobre exportação de madeira apresentado no capítulo 2 (Tabela 1).

Em União da Vitória a ferrovia chegou em 1904, com a ponte ferroviária sobre o Iguaçu sendo construída no local do antigo vau dos tropeiros. Mas a chegada dos trilhos não significou um despertar imediato para a atividade madeireira, conforme sugerem algumas fontes, o que reafirma a importância da instalação da Lumber como propulsora da exploração madeireira da floresta de araucária.

O censo de 1906, elaborado pelo governo federal, aponta 108 serrarias e carpintarias para o Estado do Paraná, na maioria concentrados nos municípios de São José dos Pinhais (26), Curitiba (13) e Araucária (7), e onde se encontravam as serrarias e carpintarias mais produtivas (no valor monetário da produção).³¹⁸ Em Santa Catarina, o censo descreve apenas 3 “grandes serrarias”, localizadas em Laguna, Itajaí e Nova Treviso, acompanhado de uma nota de advertência: “Além destas grandes serrarias existem no Estado cerca de 500 pequenos engenhos nos Municípios de S. Bento, Joinville, Blumenau, Itajahy, Brusque, Camboriu,

vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991. Por outro lado, Nilson Thomé afirma em *Ciclo da Madeira* que a chegada da ferrovia em Canoinhas em 1913 é que possibilitou a instalação da maquinaria da serraria. THOMÉ, *Ciclo da Madeira*, op. cit., p.54. De qualquer forma, o ramal de União da Vitória a São Francisco do Sul só foi concluído em 1917, devido à paralisação das obras com os ataques e sabotagens dos rebeldes durante a Guerra do Contestado. THOMÉ, *Trem de Ferro*, op. cit., p. 115.

³¹⁷ THOMÉ, *Ciclo da Madeira*, op. cit., p. 110.

³¹⁸ O maior valor monetário de produção de algumas serrarias também devia ser o resultado de um maior consumo de madeira. Ironicamente, os três nomes dos municípios se referem a floresta de araucária, pois Curitiba, significava na língua Guarani, de acordo com Romário Martins, abundância de pinheiros, pinheiral. MARTINS, *Livro das árvores do Paraná*, op. cit., p.157. Hoje, Araucária e São José dos Pinhais integram a região metropolitana de Curitiba.

Tijucas, Nova Trento, Biguassú e outros.”³¹⁹ Pelos municípios citados, a nota dá a entender que esses pequenos engenhos estavam localizados principalmente (em maior número) nos municípios do litoral, área de ocorrência natural da Floresta Ombrófila Densa. Embora já tivéssemos notícias isoladas de alguns engenhos de serra na região de Lages a partir do final do século XIX, esses dados do censo sugerem por si só o estágio mais avançado da indústria madeireira na floresta de araucária no Paraná, especialmente na região do primeiro planalto paranaense (região de Curitiba).³²⁰

Em União da Vitória, o censo registra as seguintes serrarias e carpintarias:

Tabela 5 – Serrarias e carpintarias em União da Vitória, 1906.

Proprietários	Capital	Força	Valor da Produção	Nº. de operários
Francisco Azevedo Muller	14:000\$	9 C. V.	10:000\$000	5
Amazonas A. Marcondes	18:000\$	18 C. V.	30:000\$000	9
João Ihlenfeld	15:000\$	10 C. V.	16:000\$000	7

FONTE: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v.3. p. 75.

A serraria do Coronel Amazonas persistia desde 1884 portanto, aparecendo então outros dois estabelecimentos.

No entanto, o problema de analisar os dados do censo é que ele se refere a “Serrarias e carpintarias”, sem especificar quais eram exclusivamente serrarias ou carpintarias, ou ainda se funcionavam no mesmo estabelecimento as duas atividades. O trabalho das serrarias envolvia normalmente o corte das árvores na mata, o transporte até o engenho e o desdobramento das toras em tábuas, ripas, pranchões e vigamentos. Enquanto isso, as carpintarias envolviam principalmente o trabalho mais elaborado de produzir peças de madeira como móveis e utensílios. É provável que muitas tivessem essa dupla função nesse momento, que era mais adequado para o atendimento das necessidades locais de peças de madeira. Diante da impossibilidade de muitos desses municípios de trazer madeira de regiões distantes, os estabelecimentos dessa natureza tinham de apresentar uma maior versatilidade para realizar as demandas locais.

³¹⁹ IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985**, op. cit., p.115.

³²⁰Ibid., p.73-76, 115.

Esse panorama artesanal da indústria madeireira no início do século XX contrasta com as décadas posteriores, em que a tendência foi uma especialização cada vez maior, com surgimento de padrões mais rígidos de medidas, qualidades da madeira, e tipos de peças e produtos derivados da madeira. A própria exploração descomunal e desproporcional que a *Araucaria angustifolia*, em relação a outras espécies da Floresta Ombrófila Mista, passou a sofrer nas décadas seguintes já sugere essa tendência de racionalização da produção, que buscava um “produto” de madeira (seja tábua serrada, pasta mecânica, papel ou outro) cada vez mais “perfeito” e uniforme. Em contraste, a produção madeireira daquela época, exceto a destinada a exportação, provavelmente aproveitava um número maior de espécies madeiráveis, conforme a natureza e a destinação das peças e objetos de madeira.

Os dados de “força” e o número de operários das serrarias também revelam, ao compararmos com a Lumber, o caráter artesanal desses engenhos de serra, como também eram chamados. Enquanto os três engenhos mencionados pelo censo como “grandes serrarias” de Santa Catarina, possuíam 37, 70 e 20 operários, na serraria da Lumber em Três Barras havia, de acordo com Nilson Thomé, 800 empregados.³²¹

No entanto, com a chegada da ferrovia a muitas dessas regiões, os pequenos engenhos de serra têm a oportunidade de começar a comercializar madeira com Curitiba, São Paulo e até para a exportação. Uma notícia do jornal *Missões*, de 1910, já sinaliza o crescimento da exploração madeireira em União da Vitória e a venda de madeira serrada para outras regiões:

Eis as maiores fontes de renda deste Município: a herba-matte e a madeira que são exportadas para a Capital a primeira e, não só para esta como para outros estados a segunda. Contamos actualmente com três engenhos de serra de propriedade dos Snrs. Innocencio & Comp. “na cidade” Manoel Theodoro Saraiva em “S. João dos Pobres” e do coronel Amazonas Marcondes nas Formigas sendo que em poucas semanas será inaugurado outro de propriedade deste ultimo na “Encrusilhada” e, organizado para produzir diariamente 40 duzias de taboas, este engenho congênere, a outras existentes em diversas localidades do Estado, terá além de suas serras verticaes e circular, uma cepilhadeira.³²²

Provavelmente a serraria localizada em Formigas não era a mesma serraria pioneira de 1884 instalada nas margens do Iguaçu pelo coronel Amazonas.³²³

³²¹ Ibid., p.115. THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.125.

³²² BPEPR.União da Victoria. *Missões*. União da Vitória, 02 jul. 1910. p.2. Em comparação à nova serraria a ser instalada pelo coronel Amazonas, a produção da serraria da Lumber, em Três Barras, que entrou em funcionamento em 1911, era de “cerca de 300 metros cúbicos de madeira, obtendo um rendimento médio de 19 tábuas de 12 polegadas por 5,60 metros de comprimento, mais o aproveitamento, totalizando mil dúzias de madeiras diversas.” THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.125. A localidade de São João dos Pobres, também chamada de São João, passa a ser chamada de Matos Costa em 1938.

³²³ De acordo com um mapa de 1938, a localidade de Formigas se localizava a meio caminho entre União da Vitória e Paula Freitas, nas margens do Arroio do Soldado. BPEPR. Diretoria de Terras e Colonização. Mapa do Município de União da Vitória. Organizado pela comissão encarregada da revisão territorial do Estado. 1938. Um mapa da Colônia Passo do Iguaçu, de 1947, localiza as terras dos herdeiros do coronel Amazonas. Nesse

Os nomes diferentes, com exceção de Amazonas Marcondes, em relação ao censo de 1906 sugerem que o censo se referia a duas carpintarias (Francisco de Azevedo Muller e João Ihlenfeld) e apenas a uma serraria para aquele ano.³²⁴ De fato, a ferrovia chegou em União da Vitória em 1904, e ainda estava chegando em São João por volta de 1906, de modo que fica difícil acreditar que o engenho de serra de Manoel Theodoro Saraiva tenha sido instalado antes de 1906 ou 1907, dado as dificuldades de superar o relevo montanhoso entre União da Vitória e São João.

Essas conclusões reforçam a idéia da importância da chegada da ferrovia para o primeiro impulso da economia madeireira em União da Vitória, cujos engenhos de serra ainda estavam mais provavelmente em locais próximos a mesma, como é o caso do engenho do coronel Amazonas e de Innocencio & Cia.

Até o final da década de 1910, quando se nota um crescimento notável da exploração madeireira em várias regiões da floresta de araucária no Sul do Brasil, motivada em parte pela conjuntura econômica mundial da I Guerra, a indústria madeireira na região parece estar ainda bastante limitada, com um raio de atuação bastante tímido ante os extensos pinhais que deveriam existir no município até o século XX.

Mas na esteira da ferrovia e da colonização européia, a sociedade e o meio ambiente local vinham experimentando mudanças profundas. Um dos mais severos indicativos foi a Guerra do Contestado. Não se resumindo a uma questão mística de retorno de um messias, o conflito espelhava as profundas transformações no acesso à terra em todo o planalto catarinense, em que os indígenas já estavam praticamente fora de questão enquanto ameaça aos agentes oficiais de povoamento, e os caboclos agora estavam cada vez mais encurralados entre o poder crescente dos coronéis (os fazendeiros), e o avanço da colonização européia. Além disso, a construção da ferrovia, tanto da linha tronco quanto do ramal de União da Vitória a São Francisco ensejou um processo de grilagem e usurpações de terras, e também gerou uma grande massa de desempregados ao término da construção da mesma.³²⁵

Assim, iniciaram-se uma série de ajuntamentos populacionais nos redutos ao norte de Curitiba, que esperavam a volta de São João Maria, e se defendiam dos ataques das tropas

mapa, a fazenda Formigas também aparece como mais próxima de Paula Freitas do que de União da Vitória. Arquivo FAFI. Caixa Série: Demarcação-Divisão 1946-1973. Auto 2535/47. Mapa da Colônia Passo do Iguçu. 1947. Essas observações reforçam a idéia de que a serraria instalada em 1884, em frente ao porto de atracação de embarcações não era a mesma instalada em Formigas. Talvez essa primeira serraria tenha sido desmontada e remontada em Formigas alguns anos mais tarde. Cleto da Silva menciona que a caldeira trazida em 1884 foi vendida em 1933 para a firma madeireira Viúva Meneghelo, Marchiori & Cia. SILVA, op. cit., p.50, 51.

³²⁴ Cleto da Silva menciona que o barco a vapor "Tupy" foi construído pelo proprietário do mesmo João Ihlenfeld. Em 1901, o barco começou a ser usado na navegação. Ainda de acordo com Cleto da Silva, o Sr. João Ihlenfeld faleceu em União da Vitória em 1908. SILVA, op. cit., p.83.

³²⁵ MACHADO, op .cit. p.146, 148.

do governo estadual e federal, promovendo constantes mudanças de locais. No círculo vicioso de violência gerado pelo conflito entre os sertanejos e o exército e como medidas emergenciais de manutenção dos redutos, uma série de fazendas e localidades foram assaltadas pelos sertanejos.

Segundo Paulo Pinheiro Machado, um grupo numeroso de sitiantes e posseiros do vale do rio Timbó, dentre outras regiões do planalto, se juntaram à vida nos redutos. O próprio vale do Timbó, onde já havia uma colonização incipiente, foi palco da formação de redutos.³²⁶

Em União da Vitória, ao sul do Iguaçu, vários locais foram atacados pelos sertanejos, destacando-se a destruição da serraria da Lumber junto à estação ferroviária de Calmon, incendiada pelos rebeldes em setembro de 1914. Também São João foi atacada pelos sertanejos, onde ocorreram furtos de gado das fazendas e conflitos com tropas do governo.³²⁷ Também diversas estações de trem entre União da Vitória e Canoinhas foram tomadas pelos sertanejos.³²⁸

Em maio de 1914, o chefe caboclo Elias de Moraes assim respondeu ao capitão Matos Costa sobre as exigências dos “fanáticos”:

Os redutos se dispersariam depois de liquidados os coronéis Arthur de Paula, Fabrício Vieira, Chiquinho de Albuquerque, Amazonas Marcondes, Affonso Camargo, Pedro Ruivo, os irmãos Michiniovsk da estação Escada e outros, e ainda depois da restituição das vidas das mulheres e crianças mortas em Taquaruçu.³²⁹

O coronel Arthur de Paula e Souza, que chegou a ser prefeito de União da Vitória, também possuía em sua fazenda Santa Leocádia, nas margens do Iguaçu, e entre Valões e Canoinhas, uma serraria nessa época. Essa serraria, de acordo com Nilson Thomé, foi incendiada pelos rebeldes em 1914. O próprio coronel Arthur de Paula também acabou morrendo em confrontos com os rebeldes em sua fazenda.³³⁰

³²⁶ Ibid., p.246.

³²⁷ Nessa ocasião ocorreu a morte do capitão Matos Costa, cujo nome substituiu em 1938 o nome antigo do distrito de São João.

³²⁸ Paulo Pinheiro Machado afirmou que “se fosse objetivo dos rebeldes a tomada de Porto União da Vitória, isto poderia ter sido feito naquele momento sem maiores dificuldades.” MACHADO, op. cit., p.263, 265.

³²⁹ PEIXOTO, Demerval. **A campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. v.1.p.156. In: MACHADO, op. cit., p. 246, 247.

³³⁰ SILVA, op. cit., p.78. THOMÉ, **Ciclo da Madeira**, op. cit., p.68.

Figura 3 - Serraria da fazenda Santa Leocádia em Canoinhas, incendiada pelos rebeldes em 1914.



FONTE: FAFI.

Como se vê pela imagem, as serrarias dessa época, com exceção da Lumber, eram de proporções bastante modestas.

A época da Guerra do Contestado, como já discutimos no capítulo 2, portanto, coincide com o surgimento da atividade madeireira em amplas áreas da floresta de araucária, alterando os próprios interesses econômicos dos coronéis da região, agora observando as riquezas que a terra com mato poderia oferecer, em contraposição aos antigos fazendeiros pecuaristas dos campos de Palmas e São João. Nesse contexto, ainda parece estar pouco explorado a questão da economia madeireira como um fator a mais do conflito do Contestado.³³¹

Paulo Pinheiro Machado inclusive afirma que nos vales dos rios Timbó, Tamanduá e Paciência, a luta dos caboclos se orientava no sentido de combater o poder crescente dos coronéis Fabrício Vieira e Artur de Paula e Souza, “que desejavam estender suas propriedades e sua influência política sobre aquelas regiões.”³³²

³³¹ Paulo Pinheiro Machado menciona que havia 3 engenhos de serra em Canoinhas em 1914, com 36 operários. Esse número contrasta com as décadas posteriores em que Canoinhas se destacaria como um dos pólos madeireiros da Araucarilândia. MACHADO, op. cit., p.154.

³³² Ibid., p.257. O rio Tamanduá é um afluente do Timbó.

Assim, a luta dos caboclos se dava num contexto de apropriação de terras por coronéis e pela colonização européia, de mudanças profundas na sociedade local, portanto, e as próprias florestas de araucária não ficariam ilesas a esse contexto:

A maioria dos sertanejos rebeldes compartilhava de uma visão mística sobre o processo de construção de uma nova ordem social que convivia com uma nítida compreensão de que lutavam contra interesses dos ricos e poderosos, organizados em torno do Estado. Há vários indícios deixados por ações e falas dos últimos líderes que encaminham para um entendimento neste sentido.³³³

Os conflitos entre sertanejos e tropas do exército e dos coronéis na região também ocasionaram o atraso na conclusão do ramal ferroviário de União da Vitória a São Francisco do Sul, com inúmeras sabotagens organizadas pelos sertanejos, sendo terminado apenas em 1917. Esse ramal significou um grande encurtamento da distância para os portos do Atlântico, o que deve ter incentivado ainda mais a construção de serrarias na região.³³⁴

Após o término da guerra, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina foi resolvida em 1916, cujas razões e conflitos não cabem analisar aqui, e definiram-se as fronteiras atuais entre os dois Estados. O Estado de Santa Catarina instituiu quatro novos municípios: Porto União, Mafra, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó.

Com isso, não só o município, mas também a cidade de União da Vitória foi dividida, sendo a cidade de Porto União originada em 1917 a partir de um pedaço da cidade vizinha. O novo município de Porto União abrangia uma área bastante extensa, desde a atual cidade de Caçador no Sul, até ao atual município de Irineópolis, no Leste.³³⁵ Aparentemente essas mudanças políticas isoladamente não tiveram repercussões profundas na exploração madeireira da floresta de araucária na região.

Findada a Guerra do Contestado, até ao final da década de 1910, surgiram mais algumas serrarias em Porto União e União da Vitória, e aos poucos a atividade madeireira começa a ganhar fôlego. Em 1914, no distrito de Paula Freitas, o padre José Lechner associado a Godofredo Grolman, montam o primeiro engenho de serra da localidade.³³⁶ Em 1916, Arthur Caesar Júnior, descrito por Hermínio Milis como fundador do distrito de Poço Preto, “a convite do fazendeiro Salvador Bueno de Camargo que, dispondo de grandes pinhais, lhe aproveitou as aptidões para, juntos, montarem, naquele mesmo ano, uma serraria que foi a primeira da localidade, seguindo-se-lhe, mais tarde, outras, ...”³³⁷

³³³ Ibid., p.295.

³³⁴ THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.115,119.

³³⁵ MILIS, op. cit., p.49.

³³⁶ SOUZA, Fredericindo Marés de. **Os fundamentos históricos do Município de Paula Freitas**. Curitiba: Arte e Letra, 2004. p.87, 93, 94.

³³⁷ MILIS, op. cit., p.54.

No ano de 1918, a conjuntura econômica da I Guerra Mundial favorece uma elevação espantosa no preço do pinho, o que encorajou “a montagem de inúmeras novas serrarias” em toda a floresta de araucária no Sul do Brasil. O total exportado nesse ano só seria superado em 1937³³⁸, embora a capacidade de transporte do sistema ferroviário já não estivesse mais acompanhando o ritmo da produção, havendo queixas de favorecimento ao transporte da produção madeireira da Lumber.³³⁹ Chama a atenção, a partir dos dados abaixo, o enorme desperdício e deterioração da madeira que os *stocks* deveriam apresentar, pois na maioria dos casos as pilhas de madeira ficavam ao sabor das intempéries:

Produção do Pinho

Existem funcionando n’este Estado [Paraná], 174 Serrarias com a capacidade de produção mensal de 2118 vagons equivalentes a 18 milhões de pés cúbicos ou 42.000 metros cúbicos; em Santa Catarina, 52 Serrarias com a capacidade de produção de 664 vagons mensaes equivalentes a 5 milhões de pés cúbicos ou 13 mil metros cúbicos, assim discriminados:

PARANÁ

174 Ser. prod. pés/cub. 18.000.000

SANTA CATHARINA

52 Ser. prod. pés/cub. 5.000.000 Total 23.000.000 mensaes,

ou, 276 milhões annuaes incluídas as Serrarias da Brazil Lumber Co. Ld.

A produção das Serrarias desta Companhia está avaliada:

No PARANÁ em pés/cub. 800.000

S. CATHARINA em pés/cub. 2.500.000

3.300.000

Restam 19.700.000

para a produção annual das outras serrarias dos outros dois Estados, mas que effectivamente estão produzindo metade devido á paralysação do consumo e ás difficuldades de transportes. Calculamos que o stock visível do pinho em Janeiro deste anno para esses dois Estados seria de 100.000.000 de pés, devido a falta de transporte pela Estrada de Ferro. Apesar de não termos dados sufficientes avaliamos também a produção mensal do Rio Grande em 10.000.000 de pés e pela defficiencia de transporte que alli se verifica na linha Auxiliaire, mais intensa que em nossa Rede-Viação Férrea Paraná-Santa Catharina, pode-se calcular que o stock de pinho n’aquelle Estado deve ser também de cerca de 100.000.000 de pés cúbicos, ou sejam, 200.000.000 para os três Estados productores.³⁴⁰

Note-se a produção significativa das serrarias da Lumber em comparação às mais de 200 serrarias existentes no Paraná e em Santa Catarina. Em Santa Catarina, a produção madeireira da Lumber representava 50% do total nessa época. A maior parte dessa produção era devida certamente a grande serraria de Três Barras, mas também deveria haver uma produção significativa nas serrarias de Calmon, no município de Porto União.

³³⁸ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1948. p.458. Ver também a Tabela 1.

³³⁹ “Só se ouvia fallar no transporte das madeiras da Lumber Co., e os nossos industriaes com os seus enormes stocks apodrecendo.” BPEPR. Centro dos Industriaes de Madeira do Paraná. **Relatório apresentado em sessão ordinária do Conselho Director em 31 de março de 1919 por Ennio Marques director em exercicio**. Curitiba: Livraria Mundial. p.11, 13.

³⁴⁰ Ibid., p.6, 7.

Ao lado das serrarias da Lumber, no município de Porto União, na nascente povoação de Rio Caçador, atual cidade de Caçador, Luiz Tortato e José Gioppo montavam em 1918 a primeira serraria da localidade.³⁴¹ Em Vila Nova do Timbó, em 1919, Cezar Amin & Irmão montam serraria.³⁴² Do mesmo ano também é a serraria de Daniel F. Schumann³⁴³ e a serraria na nascente colônia de São Miguel da Serra, pertencente a Leopoldo Bohnenberger e Pedro Paulo Rochemback.³⁴⁴

Enquanto os primeiros madeireiros eram principalmente coronéis e fazendeiros tradicionais da região, a partir da Guerra do Contestado aparecem cada vez mais imigrantes e comerciantes madeireiros.

Na década de 1920 acrescenta-se a estas um grande número de serrarias, e a indústria madeireira consolida-se não só no Médio Vale do Iguazu como em toda a região da floresta de araucária.

A partir de fontes como jornais de Porto União, o censo de 1920, alvarás da prefeitura de Porto União, livros da historiografia local e registros de impostos de indústrias e profissões da prefeitura de União da Vitória, fazemos a seguir uma lista dos madeireiros existentes na década de 1920. Como advertência só lembramos que pelas freqüentes lacunas encontradas nessa documentação, essa lista não pode ser considerada perfeita ou sem omissões.

União da Vitória

Aff?eri Balardine (*Concordia, 1926*); Barão & Cia (*Jararaca, 1927*); Felipe Abrahão (*Carazinho, 1927*; *Vargem Grande, 1924*); Gaebler & Irmão (*Colonia Victoria, 1927*); Gonçalves de Sá (2 serrarias, 1 em *Faxinal, 1927*, e outra em *Paula Freitas, 1927*); João Braatz (*Cruz Machado, 1924*); Julia Amazonas ou Viuva Amazonas (*União da Vitória, 1926*; em 1927 2 engenhos); Leoncio Alves (*Cruz Machado, 1924, 1926*; *Palmeirinha, 1927*); Pedro Paulo Rockenbach (*São Miguel da Serra, 1919*; *Cruz Machado, 1926, 1927*; *Rio das Antas, Cruz Machado, 1938, 1943*); Schnoor & Scheidt (*Colonia Victoria, 1927*); Sulzbach & Balardini (*Concordia, 1927*); Trintrim & Miranda (*Jararaca, 1927*);

Porto União

A. David (ilegível) & Cia. (*São João, 1925*); Abrahão Fenianos (ilegível). (*Villa Nova do Timbó, 1923*); Alfredo Kochemberger e L. Schreiner (*Rio Caçador, 1920*); Angelo Locatelli. (*Rio 15 de Novembro, Taquara Verde, 1924*); Antonio Daldin - Serraria Rocio (*Estrada Nova Galícia - 1920, 1925, 1931*); Antonio Gasparim Filho (*Poço Preto, 1927*); Betara (ilegível) Ribeiro. (1923); Busse & Klirigelfus. (ilegível) (*Herciliópolis, 1925*); Calil Jorge & José João

³⁴¹ THOMÉ, *Ciclo da Madeira*, op. cit., p.76.

³⁴² Prefeitura de Porto União. Alvará n.71. Licença a Cezar Amin para abrir uma Serraria no lugar denominado Villa Nova do Timbó. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 24 de Maio de 1919.

³⁴³ Prefeitura de Porto União. Alvará n.65. Licença a Daniel F. Schumann para abrir uma Serraria a Vapor e armazém de secos e molhados de 3ª classe. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 25 de Março de 1919.

³⁴⁴ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p.150, 151. A colônia de São Miguel da Serra foi oficialmente fundada em 1919.

(ilegível). (*São João, 1925*); Carlos Nofuveir (ilegível). (*1923*); Daldim & Ribeiro. (*São João dos Pobres, 1922*); Dequech & Cia. (*São João, 1928*); Dziecinny & Comp. (*Fazenda Escada, 1924*); Emil Künzel (*Poço Preto, 1920*); Emilio Weschel (ilegível). (*Maratá, 1923*); Felipe Kamporst (*Santa Cruz, 1920*); Ferreiro Pibles (ilegível). (*São João, 1923*); Flaviano Baptista Marein (ilegível). (*distrito de Valões, 1921*); Francisco Behlau. (*São Miguel, 1925, 1942*); Francisco Straube. (*distrito de Valões, 1921*); Frederico Schmidt & Comp. (*Maratá, 1926*); Geraldo Rodrigues. (*1926*); H. Sirssek (ilegível). (*Santa Cruz, 1924*); Hans & Wolden - Serraria São João (*Lança - 1920; 1929*); J. Paiva & Cia. (*Lança, 1924*); Joaquim Domit - Serraria São Jorge (*Valões, 1935; ± 1925*); Jorge Alfredo Rochambergt. (*distrito de Taquara Verde, 1922*); José Bueno Affonso. (*São João, 1927*); José Cassimin Sureok & Comp (ilegível). (*Nova Galícia, 1923*); José Sinder. (*Valões, 1923*); José Zipperer Sobrinho & Cia (*Santa Cruz, 1929, 1932*); Laurindo Ribeiro. (*São João, 1926*); Leopoldo Werle. (*São Miguel, 1923*); M. Lepper & Cia. 1924, 1925. (*São João, 1924, 1925*); Manoel de Souza Pinto (*São João, 1928; 1930; 1932*); Mathias Vogel. (*São Miguel, 1923*); Medeiros Pereira & Cia - Serraria Bella Vista (*Fazenda Bella Vista - 1920*); Nicolau Frederico Kerber (*Maratá, 1929*); Nivaldo de Almeida & Cia. (*Poço Preto, 1921*); Otto Schmidt & Cia (ilegível). (*São Miguel, 1925*); Pedro Gusso. (*São João, 1925*); Reseck Jacob. (*São João, 1923*).³⁴⁵

É preciso lembrar que esses madeireiros listados se referem apenas a década de 1920. Nas décadas seguintes o número de serrarias cresce ainda mais. Para evitar equívocos e apontar simplesmente um número de serrarias nessa época é preciso fazer algumas considerações a respeito. Algumas dessas serrarias tinham vida curta, seja por falência, associação com outros madeireiros ou mesmo mudança de município ou região, em função de negócios com terras ou esgotamento dos pinhais.

A lista dos madeireiros de Porto União é bem mais extensa do que a de União da Vitória. A princípio isso se deve a uma questão de acesso às fontes, pois tivemos a sorte de encontrar e sermos contemplados com todos os alvarás expedidos pela prefeitura desde 1917 (ano da instauração do município) até décadas posteriores, cuidadosamente encadernados e em bom estado de conservação. No caso de União da Vitória, a lista foi construída principalmente a partir do livro de registros de indústrias e profissões dos anos de 1926 e 1927, e livros da historiografia local. Assim, é provável que a lista de União da Vitória seja um pouco mais extensa.

Mas não está descartada a possibilidade de que a atividade madeireira fosse mais intensa no interior de Porto União, que, de acordo com o censo de 1920 era ligeiramente mais populosa que a vizinha paranaense. Enquanto Porto União apresentava uma população de 12.068 habitantes, União da Vitória, após ser dividida pelo acordo de limites, apresentava em

³⁴⁵ Os nomes ilegíveis se referem a alguns dos alvarás da Prefeitura de Porto União. As datas e as localidades indicam o ano em que os madeireiros aparecem nas fontes analisadas. Alvarás da Prefeitura de Porto União; Prefeitura de União da Vitória. Lançamento do Imposto de Industrias e Profissões da Câmara Municipal de União da Vitória 1925-1926; IBGE – Florianópolis. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Censo Industrial - Relação dos estabelecimentos industriaes recenseados em 1º de Setembro de 1920; CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit.; EMPREZA EDITORA BRASIL, op. cit.; THOMÉ, *Ciclo da Madeira*, op. cit.

1920 10.527 habitantes.³⁴⁶ O município de Porto União também se beneficiava de duas estradas de ferro cortando o interior do município (a linha sul e o ramal de São Francisco) e de dois rios navegáveis (Iguaçu e Timbó, parcialmente), enquanto União da Vitória era atravessado apenas lateralmente pela linha tronco, o que deveria ocasionar dificuldades muito maiores de transporte da madeira.³⁴⁷ Mesmo assim, em regiões distantes da ferrovia em União da Vitória, como a colônia Cruz Machado, também estavam aparecendo as primeiras serrarias na década de 1920, em parte certamente motivados pela expressiva população colonial da região, que demandava madeira serrada para diversos fins.

Para fazer alguma idéia de como funcionavam as serrarias nesse período, transcrevemos aqui uma parte do inventário do engenho (serraria) Palmeirinha, realizado em 1925, de João Braatz e Leoncio Alves, localizado em Cruz Machado.

	valor
1 Turbina de força de 80 Cavallos	20:000.000
1 Transmissão de 15 ° com 3 poleias	150.000
1 “ “ 1.5 ° “ 2 “	120.000
1 1. “ 5 mt “ 3 “	190.000
1 “ “ 4 “ “ 3 “	160.000
1 Serra Seircular com Eixo e Poleias	150.000
1 Quadro de Serra “Tisot” com Armação	500.000
3 Transmissões de Avansamento da serra	250.000
[...]	
1 Carro para receber as toras c/ trilhos, dentes e grampos	750.000
2 Serras 1 nova e outra usada	200.000
1 Moinho para Cereaes, com todos seus pertences	8:000.000
2 Formões	10.000
[...]	
1 Barracão de 13 Mt por 20	10:000.000
1 Barril C/ 67 kilos Óleo Grosso K. 2.300	154.100
[...]	
2 ½ Latas Gazolina Caixa 50\$000	75.000
[...]	

³⁴⁶ IBGE - Florianópolis. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Estatística Predial e Domiciliária. 1920. p.418, 419; 588, 589. O censo também informa a população dos distritos. Em União da Vitória: 3.743 (União da Vitória), 4.566 (Cruz Machado) e 2.218 (Carazinho). Em Porto União: 5.723 (Porto União), 2.784 (São João), 3.561 (Vila Nova do Timbó).

³⁴⁷ Uma das primeiras serrarias de Porto União, Cezar Amin & Irmão, instalada em Vila Nova do Timbó, às margens do rio Timbó e relativamente distante da ferrovia, provavelmente se beneficiava do transporte fluvial por esse rio, conforme sugere uma fonte encontrada. “Declaro ao commercio e ao povo de Porto União, e União da Victoria que vendi a minha lancha Liberdade a gazolina ao Sr. Alfredo Ballardini de Porto Almeida. Portanto do dia 1° do corrente em diante tomou posse. Para que chegue ao conhecimento de todos, faço esta declaração que assigno. N. B. A lancha faça a carreira deste porto para aquelle diariamente, transportando passageiros e cargas. Porto União, 8 de Agosto 1920. Cezar Amin & Irmão.” BPESC. Declaração. **A União**. Porto União, 08 ago 1920. n.18. p.6. O Sr. Alfredo Ballardini provavelmente era o mesmo proprietário de serraria que aparece nos registros de impostos de indústrias e profissões de União da Vitória, com serraria em Concórdia em 1926. Prefeitura de União da Vitória. Lançamento do Imposto de Industrias e Profissões da Câmara Municipal de União da Victória 1925-1926. Hermínio Milis menciona que em 1943 a Empresa Amando Henkel transportava por via fluvial madeiras e cereais de Caúna (Santa Cruz do Timbó) para a cidade de União da Vitória. MILIS, op. cit., p.62,63.

1 Ponte no Rio Palmeirinha, de 4 ½ por 19 Mt		1:000.000
	<u>CARROÇAS</u>	
1 Carroça N° 19		500.000
2 “ “ 34	a 700\$000 C/u	1:400.000
1 “ “ 60		1:000.000
1 “ “ 65		1:100.000
	<u>CASAS</u>	
1 Casa de Taboas de 6 X 8 Mt		1:300.000
2 “ “ “ “ 4 X 4½ “		600.000
1 “ “ “ “ 3 X 3½ “		150.000
3 “ “ “ “ 4½ X 4½ “	a 350\$000 C/u	1:050.000
1 “ “ “ “ 5 X 6 “		700.000
1 “ “ “ “ 7 X 10 “	Moradia	1:300.000
1 “ “ “ “ 7 X 8½ “	Depozito	700.000
1 Garagem e Estrevaria de 9 X 9 Mt		500.000
	<u>MOVEIS E UTEIS</u>	
9 Correntes grossas		90.000
17 Arreames de carroças	a 25\$000 C/U	425.000
[...]		
	<u>BENFEITURIAS</u>	
1 Trilho de madeira com C/ 80 Mt		325.000
1 Trol com rodas e Eixos de ferro		400.000
1 Tractor typo TANK Renalt de 30 H.P.		18:000.000
1 Caminhão Transformado em Carro		2:000.000
	<u>1 Invernada LINHA PALMEIRINHA</u>	
Com 1 Frente de 700 Mts de 4 fios de arame farpado		
1 “ “ 500 “ “ 3 fios “ “ “		
1 “ “ 300 “ “ Ripas	Valor	1:200.000
	<u>1 Invernada LINHA YGUASSÚ</u>	
Com 1 Frente de 900 Mt de parte com arame farpado e outra parte com planchões		
1 frente de 180 Mt de planchões	Valor	1:100.000
	<u>SEMOVENTES</u>	
4 Bois Manços	C/U 250.000	1:000.000
10 Cavallos	C/U 200.000	2:000.000
1 Besta		300.000
	<u>MADEIRAS EZISTENTES</u>	
34 Toras de Pinho no Engenho	a 8.000	272.000
254 Vigas de Pinho de 7 X 15 Ct	Mt 4,50	
[Vigas, Taboas, Taboas de forro, Caibros, Sarrafos de diversas bitolas]		
[...]		
A Madeira de Pinho que antecede calculadas todas as Bitolas, em taboas de 1 X 12 X 20 atingem a 6.090 Taboas de 1 X 12 X 20 = a 507 Duzias e ½ media a 20\$000 a Dz		10:150.000
	<u>CEDRO</u>	
[Ripas, Planchas e Taboas de diversas bitolas]		
[...]		
Esta madeira de Cedro atinge a 3 mt 60 ct Cubo que a 110\$000 R\$ o Mt perfaz total		396.000
	<u>IMBUIA</u>	
[Planchas, Vigas, Planchões, Caibros, Taboas, Ripas de diversas bitolas]		
[...]		
Esta madeira de Imbuia atinge a 3 mt 55 ct Cubo que a 120\$000 R\$ o Mt perfaz total		426.000
[...]		
85 Toras de Pinho no mato, compradas e pagas a 6.000		510.000

Total 95:460.000³⁴⁸

Entre os itens a destacar nesse inventário está o moinho de cereais, que frequentemente acompanhava outras serrarias da região. Chamam a atenção também as carroças, bois e cavalos usados provavelmente no transporte das toras e das madeiras serradas. Quanto ao caminhão transformado em carro e ao trator não sabemos do que se tratam exatamente, uma vez que os caminhões vão surgir na região principalmente a partir da década de 1930. Mas a indicação de 30 HP de potência para o trator já indica uma capacidade de força bastante limitada. Também chama a atenção no inventário dos *stocks* de madeira, a predominância absoluta da araucária (10:150.000) em relação às outras madeiras trabalhadas pela serraria, cedro (396.000) e imbuia (426.000), cuja dominância se repetia na Araucarlândia como um todo, conforme já discutimos.

O anúncio transcrito a seguir, contido em um livro de exaltação aos coronéis e industriais do Paraná na década de 1920, especialmente os madeireiros, também revela alguns aspectos das serrarias da época, que já eram grandes exportadoras de madeira e não mais apenas engenhos artesanais.

DZIECINNY & COMP.

Serradores e Exportadores em grande escala de pinho do Paraná, embuya, cedro, etc.
de pranchões, taboas e caixas

Engenhos de serra nas suas fazendas SANTA LEOCADIA e ESCADA (Linha de S.
Francisco.)

Endereço Telegraphico: LERCINY Caixa Postal, 320
CURITYBA – Estado do Paraná

Esta conceituada firma, composta dos snrs. João Vianna Seiler, Antonio Dziecinny e Luiz Giglio Junior, explora florestas numa superfície de mais de 10.000 hectares, sendo de setenta wagões a sua produção média mensal, que exporta para o paiz e os principaes mercados platinos. Para facilitar o transporte das madeiras de sua produção, dispõe de wagões próprios e de bom pessoal. É esse um estabelecimento modelar, perfeito e completo, cuja organização industrial muito honra a iniciativa nobre e a inteligente competência dos seus proprietários. Ali trabalham cerca de 100 operarios, que são segurados contra accidentes na Companhia Lloyd Industrial Sul Americano, gosando de todas as regalias, como sejam: armazéns de fornecimentos, pharmacia, assistência medica, escola, correio, telegrapho e outras vantagens que lhes suavisa a vida do trabalho.³⁴⁹

Embora não apareçam informações dos municípios onde estavam localizados os engenhos (e quantos eram), sabemos por mapas da época que a fazenda Escada se localizava no município de Porto União, próximo ao baixo curso do rio Timbó, enquanto a fazenda

³⁴⁸ Arquivo FAFI. Caixa Série: Anulação 1925-1962. Arrolamento do engenho Palmeirinha, com todos seus pertences, em data de 6 de fevereiro de 1925, resebido do sr. Leôncio Alves.

³⁴⁹ EMPRESA EDITORA BRASIL, op. cit., p.5.

Santa Leocádia se localizava em Canoinhas, na parte oeste do município. Ambas eram cortadas pela estrada de ferro.

A menção aos armazéns de fornecimento, farmácia, escola, indica que se tratava de serrarias de grandes proporções para a época, pois os pequenos engenhos de serra, de madeireiros menos abastados (geralmente colonos), não tinham condições financeiras de montar uma estrutura como essa. Esse também era um exemplo de grandes comerciantes e industriais de fora da região que investiam em serrarias como se fazia com qualquer outro ramo de negócio lucrativo. Um dos sócios da companhia, João Vianna Seiler, filho de imigrantes suíços, é descrito nesse mesmo livro como um rico comerciante atacadista de Curitiba, sócio de várias outras empresas.³⁵⁰

Quanto às “regalias...e outras vantagens que lhes suavisa a vida do trabalho”, analisamos alguns processos de acidentes de trabalho originários do fórum de União da Vitória, desde processos da década de 1920 até o final da década de 1940. Levando em conta a periculosidade do trabalho nas serrarias, tanto o corte e transporte das toras nas matas e estradas lamacentas, quanto à lida nas serras e máquinas dos engenhos, acreditamos que colhemos nesses processos evidências significativas de que se tratava de um trabalho de risco de vida e freqüentes acidentes aos operários.³⁵¹ Encontramos inclusive casos de morte durante o trabalho, como o caso de Salvador Nunes, que cortava pinheiros para abastecer o engenho do coronel Amazonas:

Excellentissimo Senhor Doutor Juiz de Direito desta comarca:

Diz o Promotor Publico da comarca, no final desta assignado, na qualidade de advogado ex-officio, da familia de Salvador Nunes, morto no accidente de trabalho constante do processado e nos autos, tudo servindo de base para o presente feito, o seguinte:

- a) Que Salvador Nunes era operário do engenho de serra, denominado “Formigas”, hoje de propriedade da família do Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, e sito na fazenda “Iguassú” deste município e comarca;
- b) Que no dia vinte e treis de maio de 1924, dito Salvador Nunes estando occupado em seo trabalho de derrubada de tóros para o engenho referido, foi victimado pela queda de um pinheiro, tendo morte instantânea, em consequência da fractura craneana e demais ferimentos recebidos, tudo descripto no auto de exame cadavérico de fls.
- c) Que Salvador Nunes era casado, vivendo em companhia de sua esposa e filhos menores de quem era o único arrimo, tendo deixado sua família em extrema miséria;
- d) Que sua mulher e filhos, são os únicos beneficiários, de accordo com o disposto na Lei de Accidentes;

³⁵⁰ EMPREZA EDITORA BRASIL, op. cit., p.4.

³⁵¹ No arquivo da FAFI, analisamos cerca de 20 processos sobre acidentes de trabalho envolvendo a atividade madeireira. Os processos se encontravam nas caixas Acidente de Trabalho 1925-1926 e Acidente de Trabalho 1943-1949.

- e) Que era e é arrendatário do prémencionado engenho de serra de “Formigas”, o cidadão José Bughay alli residente, conforme declarações deste e do finado Coronel Amazonas de Araújo Marcondes;
- f) Que a este arrendatário, cabe o dever de pagar a indemnisação cabível de direito;
- g) Que a indemnisação a pagar, deve ser de sete contos e duzentos mil reis (7:200\$000), nos termos do Artigo 6º da Lei mencionada, alem de mais cem mil reis (100\$000) devidos á família, pelos funeraes da victima;

[...]

Em União da Vitória, aos 23 de janeiro de 1925,

O Promotor Publico:

João Teophilo Gommy (?)³⁵²

Também encontramos um processo referente ao ano de 1924, em que o operário João Nakielski, colono polonês, morreu durante o trabalho dentro do engenho de serra de Junqueira, Mello & Cia Ltda., no município de Mallet – PR, comarca de União da Vitória. O operário estava cortando uma tábua na serra circular quando esta voltou, batendo no seu peito.³⁵³ Três anos antes, em 1921, no mesmo engenho o operário Salvador Rodrigues Vieira também sofreu acidente fatal, falecendo “em consequência dos ferimentos produsidos pelos pedaços de uma serra que repentinamente rebentou, quando serrava um toro de madeira...”³⁵⁴

Ainda encontramos outros acidentes fatais a partir dessa década, fora e dentro das serrarias, mas os acidentes mais frequentemente encontrados nos processos se referem à perda parcial ou total da visão, lesões em braços e mãos e muitos casos de perdas de dedos e de movimentos.

4.2 Os colonos europeus e a floresta de araucária.

Embora as serrarias se multiplicassem e o comércio do pinho se expandisse consideravelmente, a questão do desmatamento da floresta de araucária no século XX não pode ficar restrita a questão madeireira. A colonização européia teve um impacto profundo na paisagem da Araucarilândia, como já discutimos brevemente no capítulo 2, pois significou a migração de todo um contingente populacional e de todo um modo de vida, baseado na pequena propriedade agrícola, exploração da pecuária e trabalho familiar. E também a colonização européia incentiva ainda mais - e em alguns locais da Araucarilândia inaugura - a atividade madeireira, uma vez que muitos colonos acabaram construindo serrarias e

³⁵² Arquivo FAFI. Caixa Acidente de Trabalho 1925-1926. Interessados: Amazonas de Araújo Marcondes e Salvador Nunes. União da Vitória, 1925.

³⁵³ Arquivo FAFI. Caixa Acidente de Trabalho 1925-1926. Interessados: Junqueira, Mello & Cia Ltda e João Nakielski. União da Vitória, 1925.

³⁵⁴ Arquivo FAFI. Caixa Acidente de Trabalho 1925-1926. Interessados: Junqueira, Mello & Cia Ltda e Salvador Rodrigues Vieira. Auto 468/4981. União da Vitória, 1925.

enriquecendo com a atividade. Os colonos ainda trazem consigo novas plantas e animais para muitas dessas regiões, cujo impacto ambiental precisa ser considerado.³⁵⁵

A colonização se inicia em União da Vitória, como já mencionamos no capítulo anterior, no final do século XIX, com a chegada dos primeiros colonos trazidos pelo Coronel Amazonas em 1881. A seguir, ainda no século XIX algumas colônias foram fundadas na região: Antônio Cândido (1892), General Carneiro (1892), Legru (1894), Alberto de Abreu (1895), Vila Zulmira (1897).³⁵⁶ Com a chegada da ferrovia em 1904, a colonização toma impulso significativo, especialmente nas terras do futuro município de Porto União. Novamente, o fato de o futuro município catarinense ser atravessado por duas estradas de ferro e por dois rios navegáveis (Iguaçu e Timbó) deve ter sido um estímulo a mais para a colonização. Na esteira da ferrovia, construída na região em parte através da mão-de-obra colonial já disponível, fundam-se as colônias de Nova Galícia (1908) e Cruz Machado (1910), e em seguida Santa Cruz do Timbó (1910), São Pedro do Timbó (1917), Maratá (1918), São Miguel da Serra (1919) e outras. A maior parte da população das colônias da região, conforme frisamos, era formada de poloneses, alemães e ucranianos e seus descendentes, seguidos de minorias de italianos, espanhóis, portugueses e outros. Embora frequentemente não apareçam nas memórias e na historiografia local, a população dos “brasileiros”, ou caboclos, também era frequentemente bastante numerosa mesmo dentro dessas colônias.³⁵⁷

Assim como em outras áreas de colonização no Sul do Brasil, também é freqüente na historiografia e na memória local de União da Vitória e Porto União a noção do pioneirismo do imigrante. A idéia do pioneiro tem encoberto outros personagens da história como indígenas e caboclos e também tem fomentado uma história épica do imigrante desbravando as matas virgens dos sertões. Nessas histórias são valorizados os sofrimentos e dificuldades encontrados pelos imigrantes ao chegarem às colônias cobertas de selvas, as dificuldades das estradas ou picadas, a construção dos primeiros ranchos primitivos, os animais selvagens, as dificuldades na preparação do terreno das primeiras lavouras.³⁵⁸

³⁵⁵ Sobre a interação dos colonos europeus com a floresta de araucária já havíamos tratado algumas questões em um artigo anterior. Cf. CARVALHO; NODARI, op. cit.

³⁵⁶ SILVA, op. cit., p.47. RIESEMBERG, *A instalação humana no vale do Iguaçu*, op. cit., p.104, 105, 106.

³⁵⁷ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit. p. 149-151, 154, 155, 163, 164, 166, 167.

³⁵⁸ Para outros trabalhos que tem feito referência a questão do pioneiro ver GERHARDT, Marcos. **Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “colônia Ijuhy”**. Dissertação (Mestrado em História). Londrina/PR: UEM/UDEL, 2002. ARRUDA, Gilmar. (org) **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

Figura 4 – Monumento aos imigrantes pioneiros em São Miguel da Serra.



FONTE: Foto do autor. (2005).

O monumento reproduzido acima, construído em 1998 em frente à igreja da localidade (colônia) de São Miguel da Serra, em Porto União, representa o colono pioneiro, com o

machado na mão, trabalhando no desmatamento da floresta, preparando a área para a instalação de um modo de vida agrícola estranho à história natural dessa paisagem. Abaixo da figura do imigrante, estão os nomes dos pioneiros da colônia e suas datas de nascimento e morte, e também algumas palavras em sua homenagem: "A nossa homenagem e imorredoura gratidão. Uma modesta capela qual esta erguida com muito trabalho e suor fez aos pioneiros na mata virgem, o alheio ambiente acolhedor." A poucos passos dali, ao lado da igreja, os túmulos do cemitério também fazem referência aos pioneiros e existem algumas inscrições em homenagem a estes.³⁵⁹ Em um dos túmulos de pioneiros, foi colocada uma placa de metal, bem a vista de qualquer pessoa que visite o cemitério, com a seguinte informação:

Jacó Vogel (Filho), foi um dos pioneiros de São Miguel da Serra, que na colonização e desbravagem das matas, deixou sua vida com apenas 28 anos. Vítima de mordida de serpente venenosa, veio a falecer, deixando 2 filhos pequenos e a esposa grávida do 3º filho em 13/10/1919.

“Aqui a nossa homenagem.”

É evidente que se tratava de uma tragédia naquela família. O que é importante ressaltar nessa crítica ao discurso do pioneiro é que não se trata de um atentado contra a memória dos descendentes dessas pessoas homenageadas, que tem orgulho de seus antepassados a pouco chegados em terras hostis ao seu modo de vida. Como frisamos anteriormente, muitas vezes era uma questão de sobrevivência a prática da queimada e do desmatamento nas colônias para a preparação das lavouras, pois do contrário, essas pessoas estariam na miséria ou passando fome. A crítica é no sentido da idéia do pioneiro, que acaba apagando indígenas e caboclos da memória oficial, e que geralmente habitavam as áreas de colonização há muito mais tempo. E na questão ambiental perguntaríamos: seria possível a continuação indefinida desse modo de vida pioneiro, que frequentemente devastou grandes extensões de florestas nativas para implantação desse modo de vida, já que as fronteiras agrícolas ou as grandes áreas de florestas já não existem mais em grande parte do país? E na questão da Amazônia: não seria temerário usar esse mesmo discurso do pioneiro para justificar (especialmente no Mato Grosso) a destruição de uma das mais importantes florestas nativas do mundo?

Apesar das maiores facilidades de transporte oferecidas pelo interior de Porto União, a maior e mais significativa colônia da região foi a Colônia Federal Cruz Machado, fundada em 1910. Em 1911, a população da colônia alcançava já 4.474 habitantes, de acordo com Alvir Riesemberg, com uma predominância de poloneses (4.367) e uma minoria de brasileiros

³⁵⁹ Recentemente, durante a administração 2001-2004, a prefeitura de Porto União colocou na entrada da cidade e em uma das principais avenidas enormes troncos de imbuías belamente esculpidos por artistas em homenagem aos pioneiros imigrantes, entre outros temas, como o Contestado.

(109). Inicialmente a sede da colônia se localizava em cima da serra da Esperança, a cerca de 1.100 m de altitude, na parte nordeste do atual município de Cruz Machado, e muito mais próximo da estação de Mallet do que de União da Vitória.³⁶⁰

No entanto, logo no início da colônia, uma grande epidemia de febre tifóide vitimou grande número de colonos, de modo que muitos foram impelidos a se afastarem do local e fundou-se uma nova sede (atual cidade), mais próxima do rio Iguaçu e de União da Vitória. Na década de 1920, ainda chegaram expressivos contingentes de alemães e descendentes de alemães de outras colônias de Santa Catarina, tornando a colônia ainda mais populosa.³⁶¹

Em 1933, de acordo com dados da prefeitura municipal coletados por Cleto da Silva, a população era de 10.624 pessoas, destacando-se o notável incremento da população de brasileiros em relação aos dados apresentados por Alvir Riesemberg para 1911.³⁶²

RECENSEAMENTO DE CRUZ MACHADO

Brasileiros	4.894 almas
Polonezes	3.793 almas
Alemães	1.619 almas
Austríacos	10 almas
Portuguezes	8 almas
Italianos	50 almas
Holandezes	49 almas
Hespanhóes	32 almas
Russos	26 almas
C. Slovacos	9 almas
Suissos	58 almas
Noruegos	22 almas
Rumaicos	12 almas
Belgas	4 almas
Suecos	6 almas
Yugo-Slavos	8 almas
Húngaros	2 almas
Ucrainos	14 almas
Sírios	4 almas

RESUMO:

Homens	5.192
Mulheres	5.432
Total	10.624
Nascimentos	173
Óbitos	25
Casamentos	31

NOTA – Estes dados foram obtidos da Prefeitura Municipal.³⁶³

³⁶⁰ RIESEMBERG, *A Instalação humana no vale do Iguaçu*, op. cit., p.107, 108. Os dados da população foram retirados de CORREIA, Manoel F. Ferreira. Relatório referente ao ano de 1911 apresentado ao Diretor do Serviço de Povoamento no Estado do Paraná, Dr. Silvino Vicente de Faria, como inspetor daquele Serviço.

³⁶¹ ROCKENBACH, op. cit., p.49, 50.

³⁶² Talvez os dados citados por Riesemberg tenham subestimado a população de brasileiros, ou então ocorreu intensa migração para a colônia nos anos posteriores, a exemplo dos alemães.

³⁶³ SILVA, op. cit., p.220.

Com exceção da colônia Cruz Machado, organizada pelo governo federal, e a colônia Alberto de Abreu (1895), pela prefeitura, as colônias da região eram organizadas por empresas colonizadoras ou particulares. Assim, além das já citadas, Valões foi organizada pela Lumber, Nova Galícia pela Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, Santa Cruz e São Pedro por Henrique Hacher & Cia, São Miguel da Serra, Maratá e São José do Maratá por Max Metzler & Cia. Ainda podem ser mencionadas as fazendas posteriormente loteadas para colonos, como a fazenda Passo do Iguaçu, da família do coronel Amazonas.³⁶⁴

Entre essas colonizadoras, pelo capital disponível e porte empresarial, destacam-se a Lumber, já discutida anteriormente, e a Henrique Hacher & Cia. Esta última possuía a sede em União da Vitória, e adquiriu amplas áreas no interior de Porto União, além de organizar várias colônias no interior de Santa Catarina, como Bom Retiro, Nova Vicenza, Coronel Rupp, Capinzal e Rio do Peixe, no vale desse rio.³⁶⁵

Para se ter uma idéia do avanço da colonização na região e da vida nas colônias, transcrevemos aqui uma notícia de 1920 do jornal *A União*:

Empreza Metzler & Marth
Sua fundação em Março de 1919
Futuro de Porto União

Mostra-se-nos ridente o futuro deste município, onde a iniciativa particular abandonando a rotina perniciosa que váe por quasi todo o interior do paiz, tem tomado vulto e propulsionado o progresso da região que foi outr'ora o Contestado. Assim é que capitalistas do Estado do Rio Grande do Sul, em sociedade com pessoas desta zona, tem organizado emprezas de colonização, e com especialidade neste município, para a exploração de terras publicas e particulares que preciosissimos resultados vêm nos dando. Existem por aqui seis emprezas com áreas colossaes já colonizadas e por colonizar, sendo uma das mais recentes, a dos snrs. Metzler & Marth. Esta empreza fundou em Março de 1919 a colônia de São Miguel, com uma área de cerca de 12.000 hectares e com probabilidades de augmentar muito mais essa área, pelas terras adquiridas e em vias de aquisição para este fim. Dista São Miguel da Estação de Nova Galícia, na estrada de ferro São Paulo – Rio Grande apenas 12 kilometros de magnífica estrada de rodagem e desta cidade duas legoas ou 24 kilometros, também de estrada de rodagem em vias de conclusão. Sobre estradas a Empreza Metzler & Marth se váe salientando, pois nesse curto lapso de tempo em que está fundada a colônia, já se acham construídos mais de 30 kilometros de estradas carroçáveis, com a largura de 4 metros, sendo que sobre o rio Tamanduá que corta a colônia, foi construída uma grande ponte e os demais cursos d'agua que a servem, já estão cobertos por pontes e pontilhões. São Miguel já mostra um aspecto ridente com suas casinhas de madeira serrada, donde se salienta o edifício construído para o culto divino e escola parochial e uma bem sortida casa de commercio. O elemento povoador é de origem germânica, vindo do Rio Grande do Sul, e é exclusivamente catholico, pelo que mensalmente lá váe officiar um Padre Franciscano. A madeira para as construcções é fornecida por um engenho de serra hydraulico construído no inicio da colônia e agora monta-se na sede um outro a vapor, com grandes proporções para aproveitar commercialmente as madeiras de lei que cobrem aquelles logares. Cogita-se também da montagem de um

³⁶⁴ MILIS, op. cit., p.44,61,62. CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p.149,158,163,166.

³⁶⁵ Arquivo FAFI. Caixa Falência 1916-1968. Alexandre Schlemm & Cia (requerente), Henrique Matzenbacher Filho (falido).

moinho de trigo, dada a abundancia e excellencia das terras ali para essa cultura tão rendosa. As terras da colônia São Miguel são fertilíssimas e seu futuro, dado a uberdade do solo, é promettedor. Porto União pela sua posição geographica e pelo entroncamento que é, de linhas da Estrada de Ferro, está fadado para dias muitos prósperos, sendo que a colonização que o rodeia, fal-o-á celeiro obrigatório desta região e até mesmo do Paraguay, que fatalmente há de vir procurar São Francisco para seu porto no Atlântico. [...] ³⁶⁶

O historiador ambiental Alfred Crosby, em sua obra *Imperialismo Ecológico*, instaurou um debate sobre o impacto dos europeus aos povos nativos e ao meio ambiente de várias regiões do mundo. Para Crosby, o sucesso e dominância da colonização européia nas regiões que chamou de Neo-Europas não pode ser explicada apenas com base na cultura e nas tecnologias (incluindo armas) dos europeus. A questão mais importante, de acordo com o autor, teria sido a biota portátil levada pelos europeus, ou seja, o conjunto de seres vivos carregados pelos colonizadores para diversos lugares do mundo, e que inclui plantas cultivadas como trigo, aveia, cevada, centeio, ervas “daninhas”, microorganismos causadores de doenças como varíola, sarampo, meningite, e animais domesticados como cavalos, bois, porcos, galinhas, incluindo também abelhas européias. Todas essas plantas, animais e microorganismos, comuns na vida dos europeus, eram desconhecidos, até a época das navegações ibéricas, de um grande número de povos e ecossistemas de diversas regiões do mundo. Nos locais de climas temperados, semelhantes ao clima europeu, a biota portátil tendeu a se adaptar melhor do que nas regiões tropicais, facilitando as conquistas dos colonizadores europeus desses lugares. Os microorganismos transmissores de doença a que os europeus estavam acostumados em seu continente causaram grandes genocídios nas populações nativas do globo, incluindo povos indígenas da América tropical. Por outro lado, os animais e plantas levados pelos europeus ajudaram a reproduzir o seu modo de vida, ou seja, as lavouras, a alimentação, as técnicas.

Qualquer teoria respeitável que tente analisar o avanço demográfico dos europeus deve explicar pelo menos dois fenômenos. O primeiro é o abatimento do moral e em muitos casos a aniquilação das populações indígenas das Neo-Europas. A derrota que levou à extinção dessas populações não foi apenas resultado da superioridade tecnológica da Europa. (...) Em segundo lugar, devemos explicar o assombroso, quase assustador, sucesso da agricultura européia nas Neo-Europas. ³⁶⁷

Da mesma forma, Crosby argumenta ao longo do *Imperialismo Ecológico*, e também Clive Ponting ³⁶⁸, que os ecossistemas nativos de várias regiões nunca mais voltaram a ser os

³⁶⁶ BPESC. Colônia São Miguel. **A União**. Porto União, 13 jun 1920. n.10. p.1.

³⁶⁷ CROSBY, op. cit. p. 134. As Neo-Europas, para Crosby, compreendem as regiões do mundo que predominam os descendentes de europeus: América do Norte (Estados Unidos e Canadá), sul da América do Sul (Argentina, Uruguai e os Estados do Sul do Brasil), Austrália e Nova Zelândia. p. 13-18.

³⁶⁸ PONTING, op. cit.

mesmos após a chegada dos europeus, com extinções de várias espécies animais e vegetais e introdução de novas espécies exóticas concorrentes. Um dos casos mais ilustrativos do poder de disseminação de algumas plantas européias é o da tanchagem ou plantago:

Hoje ela cresce selvagem em todos os continentes exceto na Antártida, e também na Nova Zelândia em algumas ilhas. É uma das ervas mais resistentes do mundo e aparentemente permanecerá conosco para sempre.³⁶⁹

Quanto ao impacto da biota portátil dos colonos europeus sobre a floresta de araucária na região de Porto União e União da Vitória, é extremamente difícil relacionar alguma possível extinção de alguma espécie nativa com a introdução de uma espécie européia concorrente, dado até a escassez de pesquisas aprofundadas sobre a formação florestal. Mas com certeza o maior impacto devia estar relacionado à introdução em grande número das plantas e principalmente dos animais domesticados pelos europeus, pois estes últimos exigiam amplas áreas desmatadas para pastagens e lavouras de cereais para sua alimentação. Para ilustrar a questão, transcrevemos a seguir dados da produção agrícola e pecuária de Cruz Machado em 1933:

Produção Agrícola e Pecuária da Colônia Cruz Machado, do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, referente ao ano de 1933

Milho	160.000.000 quilos
Trigo	5.300.000 quilos
Feijão	4.000.000 quilos
Centeio	3.000.000 quilos
Batata inglesa	200.000 quilos
Batata doce	18.000.000 quilos
Fagopyro	90.000 quilos
Mandioca e Aipim	10.000.000 quilos
Cevada	40.000 quilos
Aveia	68.000 quilos
Cebolas	42.000 quilos
Alhos	13.000 quilos
Abóboras	5.000.000 quilos
Fumo	32.000 quilos
Amendoim	7.000 quilos
Linhaça	7.000 quilos
Linho	26.000 quilos
Alfafa	21.000 quilos
Arroz	32.000 quilos
Cana de assucar	1.000.000 quilos
Ervilhas	15.000 quilos
Inhame	6.000 quilos
Melancia	50.000 quilos
Uvas	1.000.000 quilos
Banha de porco	500.000 quilos
Couros	3.000 quilos

³⁶⁹ CROSBY, op. cit. p. 153.

Cera	15.000 quilos
Carnes	40.000 quilos
Cascas	100.000 quilos
Farinha de mandioca	8.600 quilos
Farinha de milho	38.000 quilos
Fumo de corda	35.000 quilos
Fubá	36.000 quilos
Leite	180.000 litros
Cachaça	19.000 litros
Lingüiça	25.000 quilos
Manteiga	10.000 quilos
Melado	2.200 quilos
Mel	82.000 quilos
Polvilho	6.200 quilos
Presunto	12.000 quilos
Queijo	2.420 quilos
Salames	10.000 quilos
Assucar	2.000 quilos
Penas de aves	1.800 quilos
Ovos	760.000 dúzias
Toucinho	10.000 quilos
Gado Vacum	6.150 cabeças
Gado cavalari	4.200 cabeças
Gado muar	500 cabeças
Gado lanígero	200 cabeças
Gado caprino	300 cabeças
Gado suíno	65.000 cabeças
Aves	300.000 cabeças
Colméias	7.754 famílias ³⁷⁰

Aqui as plantas e animais trazidos pelos europeus, como trigo, centeio, linhaça e uvas, ficam lado a lado com plantas domesticadas na América, como o milho, batata doce, mandioca, abóboras, amendoim, do mesmo modo que a colônia possuía uma expressiva população de brasileiros convivendo com os europeus. É difícil avaliar em que medida os colonos europeus foram incorporando ao cotidiano as plantas domesticadas na América e também o papel das trocas culturais entre europeus e brasileiros em Cruz Machado.

De qualquer forma, a biota portátil nos ajuda a explicar como os colonos da região conseguiram sobreviver e prosperar no meio ambiente “estranho” da floresta de araucária. Ao mesmo tempo, a introdução dessa biota exigia a construção de um novo agroecossistema, onde todos esses componentes da biota (animais e vegetais) conseguissem se desenvolver plenamente. Ou seja, para a introdução dessa biota era necessário “abrir” a área, ou eliminar extensões consideráveis do ecossistema nativo.

³⁷⁰ SILVA, op. cit., p.218, 219.

Figura 5 – Parreiral de Ernesto Leifer em Cruz Machado, União da Vitória. (sem data).



FONTE: Fundação de Cultura e Turismo de União da Vitória.

Nos desmatamentos empreendidos nas colônias, frequentemente as madeiras eram aproveitadas pelas serrarias construídas no momento da instalação das mesmas, embora nas colônias mais antigas e distantes da ferrovia, como Cruz Machado, também ocorresse a queimada da mata sem o aproveitamento madeireiro.³⁷¹ As serrarias eram úteis nas colônias para prover as necessidades locais de madeira serrada, na construção de pontes, cercas, casas, estábulos, igrejas e escolas. Mas frequentemente a madeira era abundante e superava em muito essas demandas, e muitos colonos, atraídos pelo crescente valor comercial da araucária, instalaram serrarias com o intuito de vender madeira para fora desses lugares, e alguns chegaram a enriquecer com a atividade madeireira.

Dessa forma, o surto madeireiro ganha novo impulso na região, e fica até difícil avaliar o que teria sido mais importante no desmatamento da região, se a biota portátil europeia ou a atividade madeireira, que por sua vez tem sido a principal atividade econômica do Médio Vale do Iguaçu.

³⁷¹ ROCKENBACH, op. cit., p.100.

De qualquer forma, o próprio censo de 1920 já espelha a intensidade da colonização nos primeiros anos do século XX, pois enquanto a população de União da Vitória era de 2.654 habitantes em 1900, duas décadas depois, após o acordo de limites e a fundação de inúmeras colônias a população de Porto União sozinha já alcançava 12.068 e a de União da Vitória 10.527.³⁷²

A rápida chegada de todo esse contingente colonial teve certamente um impacto significativo sobre as florestas de araucária, pois para alimentar toda essa população, muitas matas tinham que ser derrubadas para dar lugar a lavouras de milho, feijão, batata doce, e as culturas exóticas trazidas pelos europeus, como trigo, centeio, cevada, aveia. Além disso, a alimentação onívora e o transporte de cargas e pessoas exigiam a criação de rebanhos crescentes de cavalos, bois, porcos e galinhas, que por sua vez, exigiam áreas desmatadas para serem transformadas em pasto ou ainda cereais como o milho, que eram também produzidos em áreas originalmente cobertas de florestas.

De acordo com Cleto da Silva, o município de União da Vitória possuía 8.403 cabeças de gado bovino e 4.719 de gado eqüino em 1920.³⁷³ Em 1938, estatísticas apontam a seguinte população pecuária no município de Porto União:

Tabela 6 - População pecuária do município de Porto União em 1938.

Bovinos	Eqüinos	Asininos e muars	Suínos	Caprinos	Laníferos
28.000	8.200	1.500	26.000	2.300	1.900

FONTE: BU-UFSC. Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina. População Pecuária de 1938. p.5.

Considerando que cada boi ou cavalo precisa de mais ou menos 1 ha de pastagens, tem-se uma idéia de quantos hectares de floresta precisavam estar derrubados para sustentar essa população.³⁷⁴

Apesar da pressão significativa dos colonos europeus sobre a floresta de araucária, estabelecidos em seus pequenos lotes padronizados de 25 hectares, esse modelo de agricultura familiar (como é mais conhecido hoje em dia) ainda pode ser considerado compatível com

³⁷² IBGE – Curitiba. Censo de 1900. IBGE – Florianópolis. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Estatística Predial e Domiciliária. 1920. p.418, 419, 588, 589.

³⁷³ SILVA, op. cit., p.151.

³⁷⁴ A criação de animais como bovinos, suínos e frangos, é/foi um dos fatores de maior devastação das florestas em diversas partes do mundo. Para uma discussão interessante sobre o impacto ambiental da criação de animais ver SINGER, op. cit. Capítulo 4.

uma certa sustentabilidade ambiental. Hoje em dia, as experiências de agricultores familiares organizados em associações e praticando a agroecologia no interior de Porto União tem demonstrado alguma chance de reversão das tendências mais destrutivas ao meio ambiente, embora os remanescentes florestais da região estejam bastante degradados e alterados, na maioria dos casos. Pelo menos é preciso não esquecer que a agricultura familiar da região, herdeira dos moldes da colonização europeia do final do século XIX e início do século XX, produz significativas quantidades de alimento para si e para cidadãos urbanos, causando menos destruição do meio ambiente do que as grandes monoculturas de soja, milho, arroz, cana e café, que tem sido característicos do *agrobusiness* moderno pós revolução verde.³⁷⁵

4.3 Décadas de 1930 e 1940: progressos insustentáveis.

Ao mesmo tempo em que a colonização avançava e se consolidava na região, a atividade madeireira ganha um novo impulso a partir da década de 1930, embora ocorressem algumas crises temporárias na economia madeireira.

Uma dessas crises é localizada no final da década de 1920 e início da década seguinte, que causou uma interrupção na tendência de alta de exportações verificadas nos anos anteriores. Aida Lavalle apresentou algumas razões para a crise no Paraná, o principal “produtor” da araucária:

A retração na exportação da madeira paranaense, verificada entre 1925 e 1933, pode ser considerada como reflexo da situação do mercado internacional, anterior e posterior à crise de 1929. A inflação galopante, registrada em certos países europeus, a estagnação econômica de alguns mercados, parecem ter exercido grande influência na comercialização da madeira. Apesar de ter a madeira paranaense seus maiores compradores na América do Sul, representados pela Argentina e Uruguai, nem por isso deixou de sofrer as consequências da freagem do comércio internacional, decorrente da crise de 1929. A retirada dos capitais norte-americanos dos países da América do Sul, concorrem para a diminuição das importações em geral nesses mercados.³⁷⁶

³⁷⁵ Na verdade, os casos em que as comunidades herdeiras da colonização europeia adotaram a agricultura ecológica constituem-se ainda em exceções no Brasil. E mesmo a agricultura ecológica enfrenta sérios desafios para demonstrar em que medida estaria engajada na construção de uma sociedade e um meio ambiente sustentável. No caso do oeste de Santa Catarina, por exemplo, a sociedade local, em grande medida herdeira da colonização europeia, esteve historicamente engajada na formação de empresas de processamento de carne de frango e suíno. Essas empresas têm gerado, além de dólares para seus acionistas, profundos impactos nos recursos hídricos e no solo dessa região, bem como imensas áreas (também fora dessa região) necessárias para produzir cereais para esses animais, e que são/foram subtraídas de matas nativas.

³⁷⁶ LAVALLE, op. cit., p.48.

As fontes analisadas durante a pesquisa também dão sinais dessa crise na região de Porto União e União da Vitória, como artigos de jornais sobre as queixas dos madeireiros, falências de serrarias e diminuição no número de serrarias novas.³⁷⁷

Por um lado, se a crise provocou significativos prejuízos econômicos aos madeireiros, por outro lado, é provável que a produção madeireira tenha sofrido uma diminuição, como sugerem inclusive os dados de exportação de madeira (Tabela 1). Mas mesmo durante os anos da crise a produção madeireira se manteve em patamares elevados se comparados ao período anterior a I Guerra Mundial, o que também significa que o ritmo do desmatamento era ainda acelerado nessa época de crise.

Logo superada a crise, a produção madeireira volta a crescer repetidamente a patamares inéditos, o que também fica evidente na região do Médio Vale do Iguaçu pela proliferação de serrarias a partir da década de 1930, e que cada vez vão ocupar locais mais distantes do rio Iguaçu e da estrada de ferro.

As terras da região passam a ser valorizadas em função do número de pinheiros existentes, e frequentemente os pinheiros eram contados, medidos e vendidos separadamente, independentemente da terra, evidenciando a importância crescente da madeira da araucária. A própria emancipação do município de Caçador, em 1934, é representativa desse momento de valorização da araucária, uma vez que o novo município se formou através de terras cedidas por Campos Novos, Curitiba e Porto União. No caso de Porto União, as terras abrangiam cerca de 1.000 hectares na localidade de Taquara Verde, sendo o valor dos pinhais estimado em 60:000\$000. A prefeitura apelou junto ao governo estadual a cobrança do que foi chamado de Patrimônio de Taquara Verde. Assim, por meio de decreto, o novo município de Caçador foi obrigado a pagar 100:000\$000 pelas terras cedidas pelo município de Porto União. Provavelmente uma ou duas décadas depois os pinhais teriam representado uma soma ainda maior do que os 60:000, ou dificilmente o município de Porto União teria cedido essas terras.³⁷⁸

Os madeireiros que não tinham terrenos ou já tinham esgotado as florestas de suas terras também compravam apenas os pinheiros de determinadas propriedades, se comprometendo a fazer todo o trabalho de corte e transporte das árvores sem causar maiores danos ao terreno.

³⁷⁷ BPESC. O coronel Joaquim Domit, entrevistado por um dos redactores da “A Notícia”, de Joinville. **A Imprensa**. Porto União, 27 jul 1930. n.409. p.1. BPESC. Falência de H. E. Wolden. **A Nota**. Porto União, 03 mar 1929. n.24. p.3. Quanto à diminuição no número de novas serrarias, chegamos a essa conclusão pela análise dos Alvarás expedidos pela prefeitura de Porto União entre os anos de 1925 e 1933. O que não significa que não estivesse ocorrendo a abertura de nenhuma nova serraria nesse período.

³⁷⁸ BPESC. O Patrimônio de Taquara Verde. **O Comércio**. Porto União, 21 fev 1935.

Essa tendência de valorização da madeira é acompanhada de um progressivo enriquecimento dos madeireiros mais destacados, ou com capitais mais abundantes para a construção de grandes empreendimentos, o que faz com que muitas serrarias tenham uma capacidade de produção/desmatamento muito superior ao que havia antes.

Dessa forma, muitos madeireiros passam a dispor de capitais suficientes para modernizar as máquinas das serrarias, e assim obter uma maior capacidade produtiva. Um elemento tecnológico fundamental para os madeireiros, o caminhão, começou a surgir no final da década de 1920 e início dos anos 1930, e significou uma independência crescente do madeireiro em relação à ferrovia para o escoamento da produção. Os caminhões também ajudavam os madeireiros a transportar as toras das matas virgens até as serrarias. Inicialmente apenas alguns madeireiros mais abastados e de serrarias mais distantes tinham condições de adquirir caminhões. O registro dos impostos de Licenças de Veículos de 1933 enumera dezenas de carroças no município de Porto União, alguns “autos” (carros) e bicicletas, e apenas dois caminhões, pertencentes ao cel. Joaquim Domit, madeireiro e colonizador em Valões.³⁷⁹ Já em 1942, os registros de impostos apontam os seguintes proprietários de caminhões:

Nome do contribuinte	Residência	Espécie do veículo	Particular ou frete
Acácio Corrêa	Valões	1 Caminhão	Particular
Adolfo Kliemann	Maratá	1 Caminhão	Particular
Alfredo Stefani	Variante	1 Caminhão	Particular
Antonio Paes Carneiro	Matos Costa	1 Caminhão	Particular
Armando Sarti	Cidade	1 Caminhão	Particular
Athanzio Schick	Matos Costa	1 Caminhão	Frete
<u>Batista Pigatto & Cia Ltda.</u>	Matos Costa	2 Caminhões	Particular
<u>Carollo Irmãos & Cia. Ltda.</u>	Matos Costa	1 Caminhão	Particular
<u>Ernesto Schumann</u>	Matos Costa	1 Caminhão	Particular
<u>Estevão R. do Nascimento Jr.</u>	Matos Costa	1 Caminhão	Particular
<u>Fernando Martini</u>	Matos Costa	1 Caminhão	Particular
Francisco Egidio de Sá	Cidade	1 Caminhão	Frete
<u>Francisco Santi</u>	Matos Costa	2 Caminhões	Particular
<u>Gringo & Filhos</u>	Calmon	4 Caminhões	Particular
Guilherme Ilesh	Cidade	1 Caminhão	Frete
<u>Irineu Araújo</u>	Lança	1 Caminhão	Particular
<u>Jacob & João Cararo</u>	A. Konder	2 Caminhões	Particular
<u>João Rotta & Filhos</u>	Matos Costa	1 Caminhão	Particular
José Grobe & Irmão	Poço Preto	1 Caminhão	Particular
José Freiberg	Poço Preto	1 Caminhão	Frete
José Iglezias Bertolo	Variante	1 Caminhão	Particular
José M. Cerdeira Dias	Variante	1 Caminhão	Particular
José Maria Firreida	Variante	1 Caminhão	Particular
José Reichardt	Valões	1 Caminhão	Particular

³⁷⁹ Prefeitura de Porto União. Livro de Impostos – Indústrias e Profissões, Licenças de Veículos 1933.

José Schreiner	Santa Cruz	1 Caminhão	Frete
Manoel Dias Ramos	Variante	1 Caminhão	Particular
Mario Rodrigues Penteado	Matos Costa	1 Caminhão	Frete
<u>Pedro d'Alcantara Schmitt</u>	Lança	2 Caminhões	Particular
Roberto Kraemer	Matos Costa e Calmon	1 Caminhão	Frete
<u>Salim Guerios & Cia</u>	A. Konder	2 Caminhões	Particular
Silvio Carneiro	Variante	1 Caminhão	Particular
Serafim Mandim	Variante	1 Caminhão	Frete
<u>Thomazi & Irmãos</u>	Valões	2 Caminhões	Particular ³⁸⁰

Dos 33 proprietários de caminhões arrolados acima apenas 13 eram madeireiros. No entanto, do total de 42 caminhões, 22 estavam nas mãos dos madeireiros, pois incluía todos os proprietários com mais de um caminhão, evidenciando assim o poderio econômico da classe madeireira na região.

A própria construção da estrada de rodagem entre Porto União e Caçador, concluída em meados dos anos 1940, passando por Calmon e Matos Costa, evidencia a força política dos madeireiros e do crescimento da importância do transporte rodoviário. A maioria dos madeireiros citados acima possuía serrarias em Matos Costa, Calmon e Antonio Konder, justamente entre Porto União e Caçador, e provavelmente foram beneficiados com a construção dessa estrada, haja vista até as dificuldades do transporte ferroviário.³⁸¹

Entretanto, conforme afirma Rosemary Eduardo, o transporte rodoviário supera o transporte ferroviário somente na década de 1950. Isso se deve não só ao aumento do número de caminhões a partir de então, mas aos investimentos governamentais em estradas e a própria evolução tecnológica dos mesmos.³⁸²

Em Porto União e União da Vitória, apesar do surgimento de alguns caminhões, como os enumerados acima, é provável que tenha prevalecido pelo menos até a década de 1950 o transporte por carroças na atividade madeireira e outras atividades econômicas, pois os madeireiros enumerados acima eram apenas os mais abastados, existindo muitas outras serrarias mais modestas nessa época na região.

Em 1942, de acordo com Herminio Milis, enquanto o número de caminhões era de 42, as carroças chegavam a 1012, evidenciando ainda a importância do transporte por carroças.³⁸³ Em União da Vitória, no ano de 1948, embora os caminhões já chegassem a 180 unidades, as

³⁸⁰ Prefeitura de Porto União. Lançamento do imposto de Licença -Veículos 1942 a 1944. Colocamos os proprietários de caminhões madeireiros sublinhados.

³⁸¹ BPESC. Porto União e Caçador ligados, dentre em breve, por importante estrada – de – rodagem. **O Comércio**. Porto União, 30 nov 1941.

³⁸² EDUARDO, op. cit., p.66.

³⁸³ MILIS, op. cit., p.46.

carroças de 4 rodas para carga alcançavam 1.508.³⁸⁴ Pelos mesmos registros de impostos de veículos, se percebe a capacidade bastante limitada dos caminhões dessa época. As anotações das capacidades de carga dos caminhões nos registros de impostos de 1950, oscilam entre 1.500 e 7.000 kg, sendo a maioria na faixa entre 3 e 5 mil kg. Já para o ano de 1958, nos mesmos registros, se percebe a chegada de caminhões mais possantes a região, com capacidade de até 10.000 kg.³⁸⁵ Essa melhora tecnológica e aumento no número de automóveis e caminhões deve ter influenciado na extinção do transporte fluvial no rio Iguaçu nessa época, e que existia desde o final do século XIX.³⁸⁶

A chegada e a dominância do caminhão no transporte de cargas, incluindo madeira, foi um processo lento, pois as estradas de terra e as grandes distâncias eram ainda fatores bastante limitantes a qualquer caminhão. Conforme José Nelson Dissenha, embora os caminhões diminuíssem o número total de embarques e desembarques da madeira em relação ao transporte ferroviário, um caminhão poderia levar um dia para se chegar em Curitiba, num percurso de menos de 300 km.³⁸⁷ A ligação rodoviária da região com Curitiba e o porto de Paranaguá, a BR-476, só foi asfaltada em 1976, já na época do esgotamento das florestas de araucária, e essa constituiu a primeira ligação por asfalto da região com os portos do Atlântico. Assim, não é de se estranhar que em 1967, no município de Porto União, ainda existisse apenas 168 caminhões.³⁸⁸

Além disso, a baixa capacidade de carga dos caminhões (hoje em dia 1 caminhão pode carregar tranquilamente 20, 30 ou mais toneladas) e o alto custo dos mesmos em relação às carroças, faziam com que nas serrarias menores os veículos puxados por bois ou cavalos fossem ainda viáveis. De acordo com Alvir Riesemberg, desde o início da colonização polonesa na região, as carroças de maior capacidade de carga, chamadas carretões, usadas nas serrarias para o transporte de toras e tábuas, carregavam até 100 arrobas (1.500 kg). Já as carroças russas, chamadas carroções, tinham capacidade de até 200 arrobas (3.000 kg), mas Riesemberg não menciona se eram usadas nas serrarias.³⁸⁹ Essa capacidade razoável, se

³⁸⁴ BPEPR. IBGE. Departamento Estadual de Estatística do Paraná. Sinopse estatística do município de União da Vitória. 1950. p. 36.

³⁸⁵ Prefeitura de Porto União. Livro Imposto de Licença Veículos 1950. Prefeitura de Porto União. Livro Imposto de Licença Veículos 1957 a 1959.

³⁸⁶ Segundo Alvir Riesemberg, a navegação fluvial no rio Iguaçu se extinguiu em 1953, com a liquidação do Lloid Paranaense, um consórcio de empresas de navegação que existia desde 1915. RIESEMBERG, *A instalação humana no vale do Iguaçu*, op. cit., p.85,87.

³⁸⁷ DISSENHA, José Nelson. *José Nelson Dissenha*: depoimento. [13 maio 2002]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2002.

³⁸⁸ RIBEIRO, Eloir Douglas. *Cinqüentenário de Porto União*. Coletânea. Porto União: Uniporto, 1967. p.76. Nessa época a área do município de Porto União já era menor, pois os antigos distritos de Valões (Irineópolis) e Matos Costa haviam se emancipado em 1962.

³⁸⁹ RIESEMBERG, *A instalação humana no vale do Iguaçu*, op. cit. p.124-126.

comparada aos caminhões existentes até a década de 1950, e o baixo custo, explicam a permanência das carroças por várias décadas no transporte de toras e tábuas.

De qualquer forma, os caminhões tiveram um papel fundamental para a atividade madeireira, pois, além dos benefícios ao transporte e comercialização da madeira, certamente influenciaram na penetração dos madeireiros nos locais mais distantes da região, como é o caso de Cruz Machado, como sugerem as fontes.³⁹⁰

Esse panorama da chegada e uso dos caminhões nos ajuda a entender a ampliação da capacidade de produção/desmatamento das serrarias e também do poder econômico e político dos madeireiros. A valorização da madeira da araucária e a demanda sem cessar dos mercados externos e internos favoreceram um enriquecimento considerável de muitos madeireiros, que fundavam verdadeiras vilas rurais em torno das serrarias, tamanha era a concentração de operários, comerciantes, autoridades religiosas e políticas em vários locais.³⁹¹

Enquanto os registros de impostos de indústrias e profissões de 1926 e 1927 em União da Vitória mencionavam apenas 2 serrarias com armazém de secos e molhados junto às mesmas, num total de 19, em 1938, além de ter aumentado consideravelmente o número de serrarias (30 unidades), aparecem várias delas acompanhadas de casas de secos e molhados, fazendas a varejo, armarinho, líquidos espirituosos, venda de banha, fábrica de cabos de vassoura e moinhos.³⁹² Esse já é um indício do grande salto produtivo e riqueza econômica dos madeireiros a partir da década de 1930. Como exemplos, citamos alguns dos madeireiros mencionados no registro de impostos do ano de 1938 para o município de União da Vitória:

Contribuintes	Localidades	Espécies	Classes	Taxas	Sommas
CONCORDIA					
Ângelo Vercesi	Concórdia Kil 34	Serraria	9 ^a	300.000	696.000
		Fazendas a Varejo	14 ^a	100.000	
		Secos e molhados	13 ^a	50.000	
		Líquidos espirituosos	12 ^a	130.000	
			ad. 116.000		
PORTOS: ALMEIDA E VITÓRIA					
Alfeu Balardini	Porto Vitória	Secos e molhados	12 ^a	75.000	576.000
		Fazendas a Varejo	11 ^a	180.000	
		Armarinho	14 ^a	75.000	
		Kerozene	12 ^a	20.000	

³⁹⁰ Prefeitura de União da Vitória. Lançamento dos contribuintes do imposto de Indústrias e Profissões do Município de União da Vitória 1938 a 1939; Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1943); Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1948).

³⁹¹ Fredericindo Marés de Souza também menciona esse aspecto da economia madeireira em vários locais de Paula Freitas. SOUZA, op. cit., p.94, 103.

³⁹² Prefeitura de União da Vitória. Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões da Câmara Municipal de União da Vitória 1925-1926. Prefeitura de União da Vitória. Lançamento dos contribuintes do imposto de Indústrias e Profissões do Município de União da Vitória 1938 a 1939.

		Líquidos espirituosos	12 ^a	130.000	
			ad.	96.000	
Alfeu Balardini	Porto Almeida	Fazendas a varejo	11 ^a	180.000	918.000
		Secos e molhados	12 ^a	75.000	
		Armarinho	14 ^a	75.000	
		Kerozene	12 ^a	20.000	
		Banha	13 ^a	40.000	
		Serraria	11 ^a	200.000	
		Líquidos espirituosos	11 ^a	175.000	
			ad.	153.000	
		PAULA FREITAS			
Darci Portella & Cia	Paula Freitas	Serraria	9 ^a	300.000	756.000
		Secos e molhados	11 ^a	100.000	
		Fazendas	14 ^a	100.000	
		Líquidos	12 ^a	130.000	
			ad.	126.000	
Felipe Abrão	Carasinho	Serraria	9 ^a	300.000	732.000
		Secos e molhados	14 ^a	35.000	
		Fazendas a varejo	9 ^a	80.000	
		Ferraria	6 ^a	40.000	
		Fabrica de cabos Vassoura	11 ^a	25.000	
		Liquidos	12 ^a	130.000	
			ad.	122.000	
Sebastião Augusto Quadros	Carasinho	Secos e molhados	10 ^a	125.000	752.400
		Serraria	9 ^a	300.000	
		Fazendas a varejo	12 ^a	48.000	
		Criador de gado	12 ^a	24.000	
		Líquidos esp.		130.000	
			ad.	125.400	
		CIDADE E DISTRICTOS			
Teixeira Soares & Cia	Rio Vermelho	Serraria	10 ^a	250.000	300.000
			ad.	50.000	
Teixeira Soares & Cia	S. Domingos	Serraria	7 ^a	520.000	960.000
		Secos e molhados	13 ^a	50.000	
		Fazenda	14 ^a	100.000	
		Liq. Espirituosos	12 ^a	130.000	
			ad.	160.000	
Teixeira Soares & Cia	Rio Bracatinga	Serraria	7 ^a	390.000	468.000
			ad.	78.000 ³⁹³	

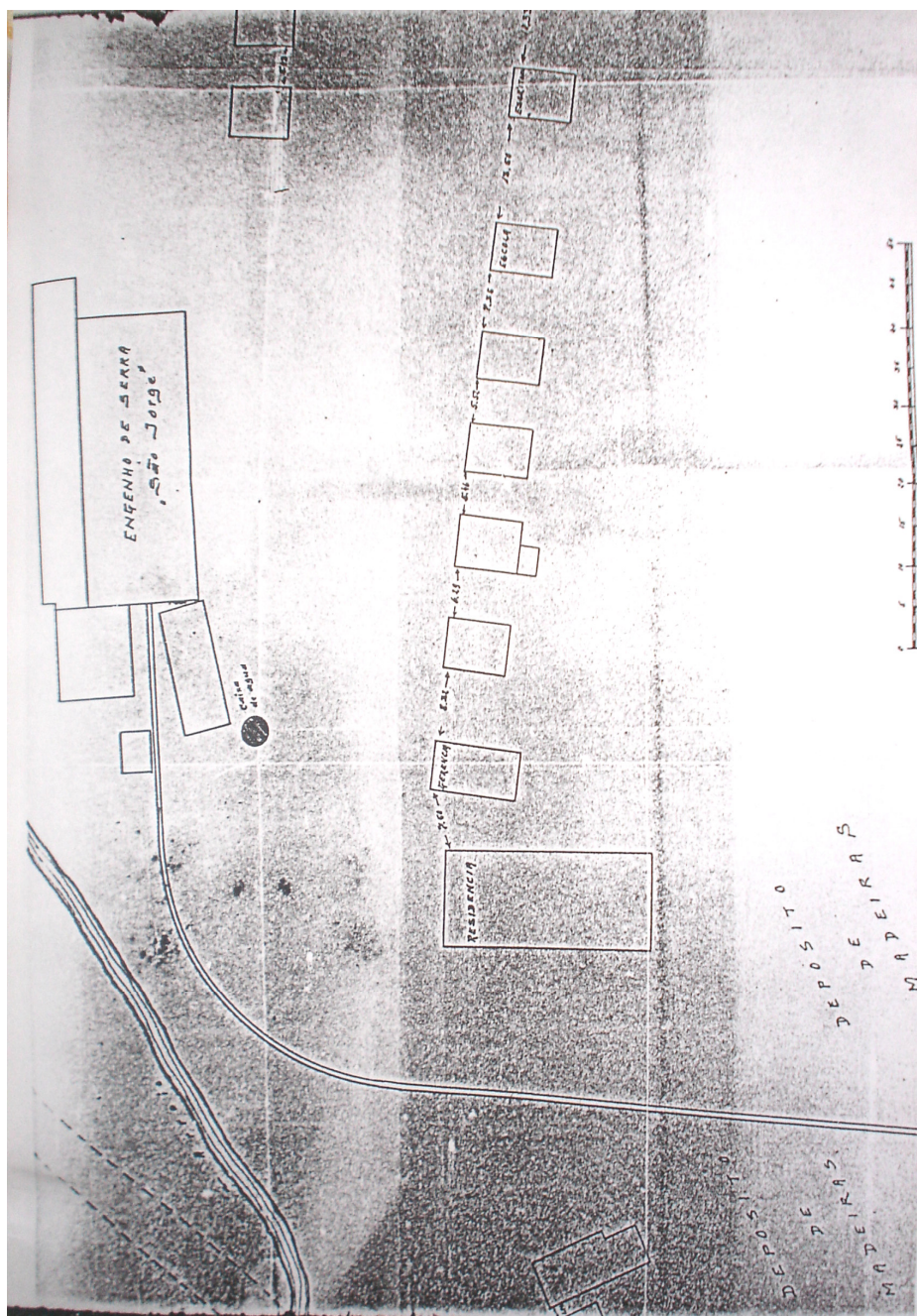
É importante notar nesses registros como um todo que justamente as serrarias que pagavam mais impostos correspondiam às serrarias acompanhadas de casas de secos e molhados, fazendas e líquidos espirituosos. De acordo com as leis de arrecadação de impostos, pudemos verificar também que as serrarias que mais pagavam impostos eram as que tinham um volume de produção maior. Assim, as serrarias menores, e que pagavam menos impostos portanto, aparecem nesses registros geralmente sem o acompanhamento das casas de secos e molhados e armazéns de gêneros alimentícios, por exemplo, o que revela o

³⁹³ Prefeitura de União da Vitória. Lançamento dos contribuintes do imposto de Indústrias e Profissões do Município de União da Vitória 1938 a 1939.

menor nível de riqueza desses madeireiros, e que geralmente também não tinham condições de comprar caminhão ou outros melhoramentos técnicos nas serrarias.

Como exemplo desses empreendimentos de maior demanda de capital citados anteriormente, reproduzimos aqui um fragmento da planta da situação do engenho de serra São Jorge, do coronel Joaquim Domit, localizado em Valões, Porto União.

Figura 6 - Planta do engenho de serra São Jorge, do Cel. Joaquim Domit, em Valões, 1933.



FONTE: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. APESC. Processos de Terras. (Porto União). Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Serra do Acampamento. Serra da Casimira. Planta da situação do engenho “São Jorge”, de propriedade

do Sr. Cel. Joaquim Domit, situado no logar quilometro 4, distrito de Valões, município de Porto União. Valões, 12 nov 1933.

Em torno do engenho São Jorge, se localizava a residência do madeireiro, as casas dos operários, igreja, armazém para a venda de produtos aos operários, escola, escritório, além de garagem, ferraria, fábrica de móveis, depósito de madeiras e moinho de cereais. Toda a instalação da serraria estava contida na fazenda de 6.000 hectares do coronel, próximo à vila de Valões. A madeira era provavelmente oriunda da fazenda, que foi também em parte loteada para a colonização.³⁹⁴

Além disso, havia sido construída na fazenda uma barragem para o acionamento de mecanismos de geração de energia elétrica para as instalações e para a vila de Valões. Toda essa infra-estrutura dá uma idéia do poder político e econômico do coronel Joaquim Domit e de outros madeireiros abastados do interior de Porto União e União da Vitória.³⁹⁵

Se durante a década de 1930 os madeireiros começam a se organizar em sindicatos em toda a região da Araucarilândia, a criação do INP em 1941 simboliza a ascensão econômica e política definitiva da classe madeireira sulina junto ao governo federal.

A partir das décadas de 1930 e 1940 também ocorre um progressivo acúmulo de capital em algumas empresas madeireiras, fazendo com que algumas famílias ou grupos empresariais possuam um grande número de serrarias espalhadas pelas mais diversas regiões da floresta de araucária no sul do Brasil. Citamos abaixo alguns desses grupos com ramificações em União da Vitória, e mencionados por João Kretzen, referentes ao ano de 1950:

Cia. Pinheiro, Indústria e Comércio

Sede: Curitiba, rua 15 de Novembro n.º 257/261.

Fundada em 1933

Atividades: Indústria, comércio e exportação de madeiras.

Parque Industrial: 8 serrarias nos municípios de Guarapuava, Tibagi, Reserva, Ponta Grossa e União da Vitória; fábrica de beneficiamento em Fernandes Pinheiro (município de Teixeira Soares).

Capital em ações: 10,5 milhões de cruzeiros.

Meios próprios em 31-12-1949: Cr\$ 15.896.033,50

[...]

Diretoria: Mario Aguiar Abreu e Dr. Arthur Lins de Vasconcellos Lopes. Gerente: Guilherme Janke.

³⁹⁴ APESC. Processos de Terras. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Serra do Acampamento. Serra da Casimira.

³⁹⁵ O neto do coronel Joaquim Domit, Roberto Domit de Oliveira vem mantendo a elogiável iniciativa de conservar a residência belíssima bem como todos os móveis e utensílios da casa do coronel, próximo a Irineópolis (Valões), construída na década de 1920. Visitar a casa do antigo coronel foi uma experiência interessantíssima para o autor no entendimento daquela época. A serraria foi extinta na década de 1950 e todas as outras construções, com exceção da residência do coronel, já não existem mais. VICENZI, Herculano. Família Domit preserva memória de Irineópolis e Santa Catarina. **A Notícia**. Joinville, Domingo 28 set 1986. p.38.

Conselho Fiscal: José Leprevost, Raul Ferreira Leite, Abibe Isfer, Alcides Pinto Ribeiro, Dr. Adriano Robine, Dr. Gastão Natal Simone.

João Sguario

Matriz: Pirai do Sul, rua Dr. Leite Ribeiro n.º 38.

Filiais: Curitiba, Apucarana, São Paulo, Camanducaia (Minas Gerais).

Registrado em 20-8-1936.

Atividades: Produção, beneficiamento e exportação de madeiras; caixas e cabos.

Parque Industrial: 16 serrarias no Estado do Paraná, nos municípios de Pirai do Sul, Castro, Jaguariaiva, Tibagi, Tomazina, Apucarana, Cerro Azul, Lapa, São João do Triunfo, União da Vitória.

Capital registrado: 5 milhões de cruzeiros.

Langer & Kobilansky

Matriz: Curitiba, praça Zacarias n.º 80.

Filial: Rio de Janeiro, avenida Rio Branco n.º 108.

Fundada em 22-5-1930.

Atividades: Indústria e comércio de madeiras.

Parque Industrial: Serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeiras em União da Vitória e em Curitiba (Santa Catarina).

Capital registrado: 2 milhões de cruzeiros.

Sócios: Luiz Alberto Langer e Estevam Waldomiro Kobilansky em partes iguais.

Serrarias Anciutti S.A.

Sede: Irati, rua Dr. Munhoz da Rocha n.º 384.

Histórico: Em 1908, João Batista Anciutti fundou uma firma individual, mais tarde transformada em sociedade, denominada “Irmãos Anciutti” e, desde 1939, “Serrarias Anciutti Ltda”, em 22-2-1945 transformada em S.A.

Atividades: Beneficiamento de madeiras em geral; pinho, imbuia e cedro serrado; caixas e cabos; forro paulista; erva mate.

Parque Industrial: 4 serrarias em Irati, Teixeira Soares e União da Vitória; fábricas Riosinho em Irati e Dorizon no município de Malet.

Capital em ações: 2,4 milhões de cruzeiros.

Meios próprios em 31-12-1949: Cr\$ 5.752.750,80.

[...]

Diretoria: Presidente Pedro Anciutti, Diretor-Gerente João de Mattos Pessoa, Diretor-Secretário Amaury de Araújo, Diretor-Técnico João Anciutti Filho.

Conselho Fiscal: Mario Kuster, Agostinho Zarpellon Junior, Dr. Jorge Garzuze, Antonio Xavier da Silveira, Dr. José Augusta da Silva, João Mansur.³⁹⁶

Um grupo empresarial importante mencionado por Kretzen foi a S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, com capital em ações de 600 milhões de cruzeiros e

Parque Industrial nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte: moinhos de trigo e moinho de fubá, fábrica de massas alimentícias, fecularia e fábrica de amido, engenhos de arroz, refinações de açúcar e destilaria de álcool; frigoríficos e refinação de banha; moinhos e refinação de sal; fábricas de óleo de caroço de algodão (incl. refinação e hidrogenação de óleos comestíveis); fiação e tecelagem, fábricas de celulose e de papel, indústrias química e cerâmica; serrarias e caixotaria. Área ocupada pelas fábricas de 2 milhões de metros quadrados; número dos operários 25 mil, funcionários 2.200 e mais 600 técnicos; força motriz 51.500 H.P., consumo mensal 10 milhões de Kwh.³⁹⁷

³⁹⁶ KRETZEN, op. cit., p. 146, 152, 157, 181.

³⁹⁷ Ibid., p.221.

Quando escreveu sobre as atividades dessa organização industrial no Paraná, Kretzen não mencionou a serraria e fábrica de caixas localizada em Concórdia, União da Vitória, conforme localizamos em fotos e documentos de registros de impostos, e que sugerem ser aquela a maior serraria de União da Vitória e talvez de toda a região nas décadas de 1940 e 1950.³⁹⁸

Figura 7 – Estaleiro de toras na Serraria Matarazzo, em Concórdia, município de União da Vitória. (sem data).



FONTE: Fundação de Cultura e Turismo de União da Vitória.

Além desses, existiam vários outros grupos com mais de uma serraria na região de União da Vitória, e também em toda a região da Araucarilândia, dos mais diferentes volumes de capital. Chama a atenção nas diretorias e conselhos fiscais dessas empresas uma série de sobrenomes bem conhecidos da atividade madeireira sulina, e que tendem a se repetir em locais os mais variados, indicando a tradição familiar desses madeireiros. Quanto a Lumber,

³⁹⁸ Encontramos referências aos Matarazzo nos registros de impostos de indústrias e profissões de 1943 e 1948, e em documentos de 1951. A partir daí não encontramos mais referências a serraria, e não sabemos em que ano foi extinta, provavelmente pelo esgotamento das florestas na região. A avaliação como a maior serraria de União da Vitória e da região é baseada nos impostos pagos pela serraria, o mais alto entre os madeireiros de União da Vitória, e também por algumas fotografias da serraria.

segundo Nilson Thomé, a empresa vinha sendo desativada gradualmente a partir de 1940 e o restante dos bens foi vendido em 1948 a um consórcio de madeireiros de Caçador. Provavelmente a Lumber já não era mais nessa época uma referência na capacidade técnica e produtiva na indústria madeireira sulina.³⁹⁹

Esses grupos empresariais, conforme também já argumentamos, contribuíram para a diversificação do setor madeireiro, ao iniciar a industrialização de produtos diferenciados de madeira, como pasta mecânica, laminados, compensados, celulose e papel, ao invés de somente cortar toras de pinheiro para transformação em tábuas e outras peças de madeira serrada. Um dos primeiros produtos foi a pasta mecânica, matéria-prima para a fabricação do papel, cujas indústrias surgiram na região a partir do início da década de 1940.⁴⁰⁰

Outro ramo foi o dos compensados, cuja primeira fábrica foi montada em União da Vitória pelo imigrante lituano Chakel Ruthemberg, em 1942. Inicialmente, 80% dos compensados de pinho eram exportados para o exterior e os compensados de cedro eram utilizados na fábrica de móveis do mesmo proprietário, localizada no Rio de Janeiro.⁴⁰¹ Embora nessa época existissem poucas indústrias de compensados e de lâminas de madeira, e os preços oscilassem bastante conforme as condições do mercado, os dados de produção da sinopse estatística de União da Vitória para 1948 mostram a valorização que a madeira da araucária beneficiada tinha sobre a madeira simplesmente serrada.⁴⁰²

4.4 O esgotamento das florestas de araucária.

Os registros de impostos de indústrias e profissões de União da Vitória da década de 1940, além de mostrar novos aumentos no número de serrarias, revelam um dado não explícito. As serrarias da região começam a se deslocar para as regiões mais distantes, provavelmente motivadas pela escassez e desmatamento das áreas mais antigas.

Os registros de 1926 e 1938, especialmente no primeiro, indicam uma maior concentração das serrarias nas regiões mais próximas à cidade ou a estrada de ferro, como Paula Freitas, Rio Vermelho, São Domingos, Porto Vitória e Porto Almeida. Em 1926, essas regiões somavam 14 serrarias, e em 1938, 19 unidades. Enquanto isso, a extensa área contida no atual município de Cruz Machado, mais isolada devido às estradas precárias e a distância

³⁹⁹ THOMÉ, **Trem de Ferro**, op. cit., p.138, 139.

⁴⁰⁰ Cf. Alvarás expedidos pela Prefeitura de Porto União. Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1943).

⁴⁰¹ MELO JÚNIOR, Cordovan Frederico de. **Porto União da Vitória: um rio em minha vida**. União da Vitória: FACE, 2001. p.58-60.

⁴⁰² BPEPR. IBGE. Departamento Estadual de Estatística do Paraná. Sinopse estatística do município de União da Vitória. 1950. p.40.

da ferrovia, tinha um número menor e na maioria, pequenas serrarias nas décadas de 1920 e 1930. Em 1926, eram apenas 5 serrarias, e em 1938 já aumenta para 11. Além do mais, as maiores serrarias da região nas décadas de 1920 e 1930 se localizavam em Paula Freitas, São Domingos e em torno da cidade.⁴⁰³

Mas os registros de 1943 e 1948 mostram um notável aumento das serrarias no distrito de Concórdia, em Cruz Machado, revelando um nítido deslocamento da atividade madeireira para as áreas mais inóspitas do interior de União da Vitória, e que coincide com o incremento geral da economia madeireira em toda a Araucarilândia.⁴⁰⁴ Os caminhões e a melhoria das estradas certamente foram forças poderosas nesse deslocamento. Em 1943, os registros apontam 23 serrarias em Cruz Machado, e em 1948, 28 unidades. Além do mais, aumentam também as serrarias maiores nessa região, como por exemplo, a chegada da serraria da S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, mencionada anteriormente.⁴⁰⁵

Ao mesmo tempo, no distrito de Paula Freitas, que era atravessado pela estrada de ferro São Paulo – Rio Grande percebe-se um claro declínio da atividade madeireira já a partir da década de 1940. Enquanto nos registros de 1938 o distrito abrigava boa parte das principais serrarias de União da Vitória, num total de 7, em 1943 diminui para 4 e em 1948 restam apenas 2.⁴⁰⁶

Fredericindo Marés de Souza (1911- 1968), no livro *Ronda Velha*, escrito em 1966, aponta para a decadência da indústria madeireira em Paula Freitas na década de 1950:

O ano de 1955 marca o fim do ciclo das serrarias. Esgotados os pinhais de corte, elas transferiram-se para outras regiões novas, ou venderam suas cotas de produção.⁴⁰⁷

É provável que esse esgotamento estivesse ocorrendo em outras áreas mais antigas de exploração madeireira de União da Vitória e de Porto União, como na Lança, no Pintado e em Valões. Essa também era uma tendência de amplas áreas da Araucarilândia que eram exploradas há mais tempo, como o primeiro planalto paranaense e o planalto rio-grandense.

⁴⁰³ Cruz Machado apresentava uma área de 1.415 km², de um total de 2.660 km² para o município de União da Vitória. Para esses dados ver FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, op. cit., p.132, 517. Prefeitura de União da Vitória. Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões da Câmara Municipal de União da Vitória 1925-1926. Prefeitura de União da Vitória. Lançamento dos contribuintes do imposto de Indústrias e Profissões do Município de União da Vitória 1938 a 1939.

⁴⁰⁴ Por mapas e fontes como os registros de impostos de indústrias e profissões, percebe-se que o distrito de Concórdia passa a ser chamado de Pinaré por volta da década de 1940.

⁴⁰⁵ Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1943); Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1948).

⁴⁰⁶ Prefeitura de União da Vitória. Lançamento dos contribuintes do imposto de Indústrias e Profissões do Município de União da Vitória 1938 a 1939; Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1943); Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1948).

⁴⁰⁷ SOUZA, op. cit., p.116.

Nessa época, os madeireiros, em migração, já estavam se voltando para as áreas mais distantes da Araucarilândia, como o sudoeste paranaense e alguns locais mais inóspitos do oeste catarinense e do interior dos extensos municípios de Lages e Curitibanos.

O mapa fitogeográfico do Estado do Paraná, elaborado pelo geógrafo Reinhard Maack em 1950, reforça essas conclusões. A seguir reproduzimos um fragmento do mapa relativo à região de União da Vitória.

Mapa 7 – Fragmento do mapa fitogeográfico do Estado do Paraná, construído por Reinhard Maack, 1950.



FONTE: Biblioteca Pública do Estado do Paraná BPEPR. Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná. Organizado e desenhado pelo Serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio em colaboração com o Instituto Nacional do Pinho. Levantamentos, dados, pesquisas e construção de Reinhard Maack. 1950.

As manchas amarelas próximas ao rio Iguaçu representam as várzeas do rio Iguaçu e seus afluentes. As outras manchas amarelas na parte oeste do mapa representam os campos naturais de Palmas e Guarapuava. O verde claro, dominante nesse trecho e em todo o mapa de Maack, representa os “matos secundários predominantes nas zonas de araucárias”. Por fim, o

verde escuro simboliza simplesmente as “matas de araucárias”, ou as “matas virgens”, de acordo com Maack. As “matas virgens” da floresta de araucária no Paraná, de acordo com o mapa de Maack, estavam quase todas concentradas no sudoeste do Estado e nos municípios de Guarapuava, Pitanga e Laranjeiras do Sul.

Comparando as observações de Maack com as fontes encontradas nessa pesquisa, é possível supor que no município de União da Vitória, as últimas matas de araucária primária provavelmente foram extintas com o avanço das serrarias na região do distrito de Concórdia, Cruz Machado, durante a década de 1940. A partir da década de 1950, as florestas primárias já estavam deslocadas ao oeste, na região de Bituruna, e General Carneiro.⁴⁰⁸ Há indícios de que a indústria madeireira também tenha se deslocado para essas regiões, pois as serrarias são bem mais recentes nesses locais.⁴⁰⁹

A partir das fontes das prefeituras de União da Vitória e Porto União, e da análise das informações de João Kretzen e da publicação *A Vida Fecunda dos Municípios do Paraná*, de 1924, é possível identificar um deslocamento de muitos madeireiros em direção a região de Palmas, a oeste de União da Vitória, e que ainda possuía florestas primárias de araucária.⁴¹⁰

As indústrias Pedro N. Pizzatto Ltda., por exemplo, aparece como sendo fundada em 1918, de acordo com Kretzen. Em 1924, a publicação *A Vida Fecunda dos Municípios do Paraná* descreve o capitão Pedro N. Pizzatto como um destacado comerciante e industrial do município de Araucária, e sócio da firma Pizzatto & Polatti, com duas serrarias no município de São Mateus.⁴¹¹

Um alvará da prefeitura municipal de Porto União, de 1938, informa a concessão de licença para Pedro N. Pizzatto & Filhos abrir uma serraria com força motriz de até 20 cavalos, localizada no distrito de São João.⁴¹² O distrito de São João (Matos Costa a partir de 1938), como se sabe, faz divisa com o antigo distrito de General Carneiro, município de Palmas. Assim, em 1951, no livro de Kretzen, as Indústrias Pedro N. Pizzatto Ltda., aparecem como sendo proprietárias de “serrarias em Piraquara, Rio Negro e São Mateus do Sul; serraria com laminação e fábrica de compensados em Palmas. Armazém com seção de embarques em

⁴⁰⁸ Bituruna e General Carneiro eram antigos distritos do município de Palmas, e se emanciparam em 1955 e 1961, respectivamente.

⁴⁰⁹ BOLSONI, Gislaine. **A madeira e o processo de desenvolvimento de Bituruna**. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil). União da Vitória: FAFI, 2002.

⁴¹⁰ EMPRESA EDITORA BRASIL, op. cit. Ver também os registros de impostos de indústrias e profissões da prefeitura de União da Vitória e alvarás expedidos pela prefeitura de Porto União.

⁴¹¹ KRETZEN, op. cit., p.151. EMPRESA EDITORA BRASIL, op. cit., p.307.

⁴¹² Prefeitura de Porto União. Alvará n.772. Licença a Pedro N. Pizzatto & Filhos para abrir uma Serraria, a força motriz até 20 cavalos, sito no distrito de São João. Porto União, 7 de junho de 1938.

Paranaguá.”⁴¹³ De fato, atualmente as Indústrias Pedro N. Pizzatto se localizam em General Carneiro, antigo distrito de Palmas.

Outro indício de deslocamento da atividade madeireira para a região de Palmas é a firma Irmãos Rotta Ltda. Um alvará da prefeitura de Porto União também de 1938 concedia licença a João Rotta & Filhos para abrir uma serraria com força motriz de até 20 cavalos, em Presidente Penna, no distrito de São João.⁴¹⁴ Em 1951, de acordo com Kretzen, a firma Irmãos Rotta Ltda é formada pelos sócios Anastácia e Carlos Rotta, e o parque industrial é formado de “serrarias no município de Palmas”.⁴¹⁵

Outro exemplo é A Sociedade Industrial de Madeiras Ltda, descrita por Kretzen em 1951:

Sociedade Industrial de Madeiras Ltda

Sede: União da Vitória

Atividades: Madeiras beneficiadas, pasta mecânica

Parque Industrial: Serrarias e pinhais no município de Palmas

Capital registrado: 1 milhão de cruzeiros.

Sócios: João Augusto de Almeida, Miguel Rodrigues, Willy Intorp e Carlos Intorp em partes iguais.⁴¹⁶

Mais uma vez esse parece ser um caso de deslocamento dos madeireiros de áreas mais antigas de exploração florestal, pois a firma Rodrigues & Intorp atuava no distrito de Valões, em Porto União, como mostra esse anúncio de jornal, de 1935:

Rodrigues & Intorp
Serradores

Grande serraria a vapor situada no logar Pinheiros deste Município.

Produção diária 60 duzias

Cabos de Vassoura – Madeira de Lei em geral

Valões – P. União⁴¹⁷

Além dos sócios Miguel Rodrigues, Willy Intorp e Carlos Intorp, o sócio João Augusto de Almeida ainda pode ser da família da madeireira Nivaldo de Almeida & Cia, que havia se estabelecido em Poço Preto em 1921. Lembrando que Poço Preto se localizava próximo a Valões, reforçamos o indício de que os sócios da Sociedade Industrial de Madeiras

⁴¹³ KRETZEN, op. cit., p. 151.

⁴¹⁴ Prefeitura de Porto União. Alvará n.765. Licença a João Rotta & Filhos para abrir uma serraria a força motriz até 20 cavalos, sito em Presidente Penna, distrito de São João. Porto União, 18 de março de 1938.

⁴¹⁵ KRETZEN, op. cit., p. 194.

⁴¹⁶ Ibid., p.195.

⁴¹⁷ BPESC. Rodrigues & Intorp. **Folha do Povo**. Valões, 10 out 1935. n.2. p.2.

Ltda, descrito por Kretzen em 1951, já se conheciam quando eles próprios ou suas famílias eram madeireiros no interior de Porto União.⁴¹⁸

E assim, existem também outros indícios de madeireiros de União da Vitória e Porto União com terras e pinhais em Palmas.⁴¹⁹

Como se nota nesses deslocamentos, é razoável supor que as florestas primárias de araucária do interior de Porto União também já estivessem escassas na década de 1950, pois a frenética atividade madeireira no distrito de São João nas décadas de 1930 e 1940 deve ter devastado grandes áreas das florestas, sem falar nas regiões mais próximas a cidade, o vale do Timbó e o distrito de Valões, onde a atividade madeireira era mais antiga e a colonização mais intensa.

Apesar da intensa atividade madeireira tanto em Porto União quanto em União da Vitória, o levantamento sobre a reserva florestal remanescente da floresta de araucária realizado pelo Instituto Nacional do Pinho em 1949-50, sugere uma histórica exploração florestal muito mais expressiva no interior de União da Vitória.

⁴¹⁸ Prefeitura de Porto União. Alvará n.172. Licença a Nivaldo de Almeida & Cia para abrir uma serraria a vapor, em Poço Preto. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 31 de Outubro de 1921. Hermínio Milis também menciona a serraria de Nivaldo de Almeida & Cia em Poço Preto. MILIS, op. cit., p.54.

⁴¹⁹ Um processo judicial de 1973 envolvendo disputas por terras e pinhas em Bituruna entre a Madeireira Thomasi S.A. e a Madeirensê Ruthemberg também apresenta informações sobre o deslocamento da atividade madeireira para a região de Palmas. A Madeirensê Ruthemberg era proprietária de uma fazenda de 2.773 hectares em Bituruna há 27 anos, ou seja desde a década de 1940. Desde essa época também possuía uma fábrica de compensados em União da Vitória. A Madeireira Thomasi S.A. também era oriunda de madeireiros abastados do interior de Porto União durante as décadas de 1930 e 1940. Arquivo FAFI. Caixa Diversos 3 (E-J). Madeirensê Ruthemberg e Thomasi S.A. Auto 627-73. 1973. Prefeitura de Porto União. Alvará n.633. Licença à Thomasi & Irmãos para abrir uma serraria com força de 50 cavalos sito em Vila Nova do Timbó. Secretaria da Prefeitura Municipal de Porto União, em 14 de Setembro de 1934. Prefeitura de Porto União. Alvará n.704. Licença à Thomasi & Irmãos para abrir uma serraria a força motriz de 20-30 cavalos, sito em Timbozinho, distrito de Vila Nova do Timbó. Porto União, 25 de janeiro de 1937. Prefeitura de Porto União. Lançamento do imposto de Licença -Veículos 1942 a 1944.

Tabela 7 – Levantamento do INP da reserva de pinheiros – 1949/50 (União da Vitória e Porto União).

Municípios	Nº de pinheiros segundo o diâmetro		Valor médio do pinheiro industrializável	Valor total dos pinheiros industrializáveis (CR\$ 1000)
	Com menos de 40 cm	Industrializáveis mais de 40 cm		
União da Vitória	1.490.000	347.350	83,03	28.845
Porto União	257.000	916.000	28,45	26.060

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.3. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1950. p.9, 10.

Obs: existe uma pequena diferença nos dados das tabelas dos Estados. Na tabela dos municípios paranaenses aparece a classificação “com menos de 40 cm”, enquanto nas tabelas dos municípios catarinenses e gaúchos, aparece a classificação “de 20 a 40 cm”, o que pode significar uma diferença na metodologia empregada nesses lugares.

O número maior de pinheiros industrializáveis até então existentes em Porto União sugere que o desmatamento, seja o corte seletivo de árvores ou a eliminação total da vegetação arbórea, era menor do que em União da Vitória. Essa última por sua vez, apresentava um grande número de pinheiros jovens, com menos de 40 cm de diâmetro, indicando uma significativa perturbação na vegetação, ocasionado por décadas de extração de madeira. É preciso lembrar que a comparação é válida porque a área dos municípios era semelhante, ou seja, União da Vitória apresentava 2.651 km² e Porto União 2.588 km².⁴²⁰ A princípio também a vegetação dos dois municípios era bastante semelhante, e seria difícil imaginar que Porto União tivesse naturalmente muito mais pinheiros do que a vizinha paranaense.⁴²¹

Quanto ao valor individual do pinheiro industrializável não entendemos as razões para tanta diferença no valor em se tratando de municípios vizinhos. Na tabela como um todo, o valor do pinheiro industrializável parece ser maior justamente nas regiões mais devastadas, como nos municípios do Rio Grande do Sul, ou no primeiro planalto paranaense, revelando talvez que o menor valor do pinheiro industrializável em Porto União se deva simplesmente a maior abundância de araucárias remanescentes.

⁴²⁰ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, op. cit., p.132, 289, 517.

⁴²¹ Essa ressalva é importante pois, como vimos no capítulo 2, a densidade populacional da araucária era bastante variável nos planaltos do Sul.

De forma geral, acreditamos que esse inventário, realizado em todos os municípios da Araucariândia, deveria apresentar um número provável de pinheiros, sujeito a falhas, pois é de se duvidar da capacidade de se realizar um levantamento tão amplo para a época, sem a ajuda de imagens de satélite e/ou fotografias aéreas.⁴²²

De qualquer forma, as matas de araucária já não eram mais tão abundantes na região, o que encorajava os madeireiros a migrarem para regiões de matas primárias, como sugerem as fontes. Assim, três alvarás da prefeitura de Porto União informam a presença da firma Carollo Irmãos & Cia Ltda, estabelecida com serraria no distrito de São João a partir de 1938. Em 1951 Kretzen menciona a firma Irmãos Carollo & Filhos Ltda, com matriz em Irati e serraria em Prudentópolis – Papanduva, indicando que provavelmente a serraria em São João já não existisse mais.⁴²³

Também Belin Carollo, que aparece em um alvará de 1943 como mercador de madeira por grosso no distrito de Matos Costa (São João), em Kretzen (1951), aparece como sócio majoritário da firma Ferri, Carollo & Cia Ltda, com sede em Irati, e serraria no município de Campo Mourão.⁴²⁴

Esses exemplos mostram a tendência do deslocamento da atividade madeireira para as regiões de mata primária. Em décadas anteriores esses deslocamentos também eram frequentes. Como exemplos envolvendo a região de União da Vitória citamos os casos de Felipe Abrahão e Júlio Moletta.

Felipe Abrahão, imigrante sírio, era possuidor em 1924 de uma serraria em Marumby, entre Mallet e Irati, e de uma fábrica de caixas na estação de Roxo Roiz. A publicação *A Vida Fecunda dos Municípios do Paraná* também informa que a firma Felipe Abrahão havia recém adquirido terras e construído uma serraria em Vargem Grande, Paula

⁴²² Para avaliar se o desmatamento da floresta de araucária na região de União da Vitória e Porto União foi mais intenso que em outras regiões da Araucariândia, seria preciso sempre levar em conta as áreas dos municípios. Assim, por exemplo, enquanto Lages apresentava quase 10.000.000 de pinheiros industrializáveis, isso não significa necessariamente que tivesse um mata de araucária mais bem conservada do que Curitiba, por exemplo, que possuía cerca de 6.300.000 pinheiros industrializáveis, mas uma área consideravelmente menor. É preciso considerar a proporção entre pinheiros com menos de 40 cm e pinheiros industrializáveis para se fazer alguma avaliação. Além disso, também não se pode esquecer as diferenças naturais na densidade populacional da araucária nos planaltos do Sul.

⁴²³ Talvez a madeireira Carollo Irmãos & Cia Ltda tenha construído duas serrarias em São João (Matos Costa), pois aparecem dois alvarás com datas próximas, um de 1938 e outro de 1941. Prefeitura de Porto União. Alvará n.781. Licença à Carollo Irmãos & Cia Ltda para abrir uma serraria a força motriz até 20 cavalos, sito em São João. Porto União, 8 de setembro de 1938. Prefeitura de Porto União. Alvará n.782. Licença à Carollo Irmãos & Cia Ltda para abrir uma casa de secos e molhados de 3ª, sito em São João. Porto União, 8 de setembro de 1938. Prefeitura de Porto União. Alvará n.941. Licença à Carollo Irmãos & Cia Ltda para abrir uma serraria a força motriz até 20 cavalos, sito no distrito de Matos Costa. Porto União, 5 de maio de 1941. O distrito de São João passa a se chamar Matos Costa em dezembro de 1938. KRETZEN, op. cit., p.180.

⁴²⁴ Prefeitura de Porto União. Alvará n. 1068. Licença à Belin Carollo para se estabelecer como mercador de madeira por grosso – no distrito de Matos Costa. Porto União, 16 de fevereiro de 1943. KRETZEN, op. cit., p. 180.

Freitas, município de União da Vitória, e que ficaria a cargo do filho mais velho de Felipe, o Sr. Salim F. Abrahão.⁴²⁵

Segundo a mesma publicação, Júlio Moletta era o proprietário da serraria Santa Margarida, na localidade de Tocas, município de Palmeira. A serraria é descrita como “...das serrarias do Paraná uma das mais importantes por sua organização industrial e perfeito funcionamento.” Também é mencionada a família do madeireiro, incluindo seu filho Alceu.⁴²⁶ Já em 1936, um alvará da prefeitura de Porto União indica a licença a A. Moletta & Cia para abrir uma serraria com força motriz entre 20 a 30 cavalos no distrito de São João.⁴²⁷

E assim, não é difícil imaginar o nomadismo da indústria madeireira em muitas regiões da Araucarilândia, deixando por onde passava florestas secundárias ou mesmo capoeiras, e que frequentemente era então dizimado o que sobrava pelo fogo e pela agropecuária da colonização.

Não só as matas eram destruídas, mas a fauna nativa acabava desaparecendo de muitos lugares devido à destruição do habitat de muitas espécies. Encontramos alguns documentos e referências em livros que dão conta da abundância da fauna nativa, e da prática da caça como uma atividade cotidiana. Caça por lazer entre fazendeiros, para alimentação entre índios, caboclos e colonos, e também a caça para a venda de peles, o que parecia ser uma atividade expressiva na região. Em Cruz Machado, segundo relatos coletados por Irene Rockembach, a Anta (*Tapirus terrestris*) e outros animais eram tão abundantes no início da colonização que os colonos faziam grandes quantidades de charque desses animais.⁴²⁸ Esse animal herbívoro hoje extinto da região e raro no Sul do Brasil,⁴²⁹ deveria ser tão comum a ponto de justificar os vários rios da região e de todo o planalto chamados rio das antas.

Outrora abundante no Estado [Santa Catarina], [...] hoje é espécie rara. Seu ambiente natural sofreu muita degradação e ainda é bastante perseguida por caçadores. Esta perseguição, muito provavelmente é por esporte. Sua pele e carne nunca tiveram grande valor comercial. Hoje tem-se raros registros da presença deste animal em Santa Catarina, que quase sempre são feitos em locais onde há boa cobertura vegetal, como em algumas áreas do Parque acima referido. [Parque Estadual da Serra do Tabuleiro]⁴³⁰

As razões possíveis para o desaparecimento da anta na região de União da Vitória foram a caça indiscriminada para a alimentação ou esporte e provavelmente a comercialização

⁴²⁵ EMPRESA EDITORA BRASIL, op. cit., p. 207-210.

⁴²⁶ Ibid., p. 167,168.

⁴²⁷ Prefeitura de Porto União. Alvará n. 651. Licença à A. Moletta & Cia para abrir uma serraria com força motriz de 20 a 30 cavalos, sito no Distrito de São João. Porto União, 27 de agosto de 1936.

⁴²⁸ Existe inclusive uma localidade em Cruz Machado chamada Linha Xarqueada, de acordo com o relato de Nicolau Berbek, esse nome “derivou-se que ali havia muita ‘xarque’, da caça de animais selvagens como: Tatetos, Antas, porcos do mato, veados, pacas, etc.” ROCKENBACH, op. cit., p. 100.

⁴²⁹ MIKICH; BERNILS, op. cit.

⁴³⁰ CIMARDI, op. cit., p.75.

da sua pele. Apesar de Ana Cimardi ter afirmado que a sua pele nunca teve grande valor comercial, encontramos um documento da prefeitura de União da Vitória que mostra significativas quantidades de couros de Anta sendo comercializado fora da região. Em 1926, o registro de impostos sobre a importação e exportação acusava mais de 200 kg de couros de Anta para a venda em outras regiões.⁴³¹ Talvez esse seja um registro isolado.

Por outro lado, nos dados de 1945 e 1946 do Serviço de Proteção a Caça e Pesca, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Paraná, o couro de Anta não aparece nas listas de exportações interestaduais e internacionais de peles de animais silvestres. Isso reforça a idéia de Ana Cimardi de que a pele da Anta não tinha “grande valor comercial”, como afirma na citação acima.

Esses dados do Serviço de Proteção a Caça e Pesca também apontam para a comercialização perfeitamente legal de couros e peles de animais silvestres como Gatos do Mato, Jaguatiricas, Caetetus, Queixadas, Veados e Capivaras. As peles desses animais eram comercializadas em outros estados do país e também exportadas para países como Estados Unidos, Inglaterra e Suécia.⁴³²

Em União da Vitória, durante a década de 1940, a atividade continuava expressiva, sendo registrado para o ano de 1948, uma “produção” de 1.482 peles de animais silvestres, num valor total de Cr\$ 37.050,00.⁴³³

Não temos informações de quanto tempo durou a comercialização de peles na região. De acordo com Teresa Urban, ao menos a exportação teria se encerrado em 1971, dois anos após a criação da Lei de Proteção a Fauna.⁴³⁴ De qualquer forma é possível que a caça por lazer e para alimentação, ou mesmo para afugentar alguns animais das lavouras e dos rebanhos, tenha persistido, embora cada vez mais os animais silvestres fossem rareando pela matança excessiva ou pela destruição das florestas.

Embora a indústria madeireira não possa ser responsabilizada sozinha pela devastação da floresta de araucária, ela foi a pioneira entre os agentes do desmatamento, pois alterou dramaticamente grande parte das matas primárias de araucária que existiam até o final do século XIX, promovendo o corte de quase todas as árvores mais grossas, e facilitando a penetração da agricultura e da queimada proposital ou acidental. No restante, a abertura de

⁴³¹ Prefeitura de União da Vitória. Lançamento de Imposto: Exportação e Importação 1925 e 1926.

⁴³² APEPR. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Paraná. **Relatório do Instituto de Biologia e pesquisas tecnológicas referente ao exercício de 1946.** Quadros demonstrativos da exportação interestadual e internacional de couros e peles de animais silvestres no período de 25/11/45 à 30/06/46.

⁴³³ BPEPR. IBGE. Departamento Estadual de Estatística do Paraná. Sinopse estatística do município de União da Vitória. 1950. p.23.

⁴³⁴ URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil.** Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. p.106,107.

novas áreas para a agropecuária, o agronegócio da revolução verde, o aumento do consumo de lenha por uma série de indústrias, se encarregaram ainda de devastar florestas secundárias abandonadas pelos madeireiros, e que tinham condições de regeneração e uma função ainda importante na regulação do ciclo das águas e na prevenção da erosão do solo.

Além do mais, à medida que as florestas primárias se esgotavam, os madeireiros passaram a utilizar árvores cada vez de menor diâmetro, e a indústria papelreira e de pasta mecânica, conforme já mencionamos no capítulo 2, chegavam a utilizar até pinheiros com 15 cm de diâmetro, impedindo a regeneração dos pinhais. Dessa forma, apesar do esgotamento dos pinhais mais desenvolvidos por volta da década de 1950, a atividade madeireira continuava bastante expressiva na região, só que a partir de então trazendo madeira de Palmas e outras regiões ou explorando florestas secundárias, e também se dedicando ao beneficiamento da madeira. E a partir de 1967 também se iniciam, com os incentivos fiscais do governo militar, os plantios de pinus na região.⁴³⁵

Mas, como afirmamos no capítulo 2, as exóticas plantadas a partir do final da década de 1960 e início dos anos 1970 só puderam ser aproveitados a partir do início da década de 1980, e as florestas nativas ainda eram exploradas, embora muitas madeiras tivessem diminuído a produção, ou mudado para outras regiões, ou ainda falido. Como afirmou Rosemari Eduardo, na década de 1970 o nomadismo dos madeireiros continuava, mas a partir de então muitos abandonaram a Araucarilândia para se aventurar na Amazônia.⁴³⁶

Apesar dos sucessivos códigos florestais estaduais e federais, das leis municipais, não encontramos qualquer fonte ou informação de que algum madeireiro, colono ou fazendeiro tivesse sido punido por desmatar as florestas da região, ou ainda que fossem obrigados a replantar espécies das árvores que cortavam. Não eram poucas as leis estaduais, os códigos florestais, conforme discutimos brevemente no capítulo 2, e o grande número de discursos entre políticos, naturalistas e até madeireiros que visavam estancar o rápido processo de desmatamento da floresta de araucária no século XX. Encontramos inclusive um dos decretos mais antigos da câmara de União da Vitória, de 1890, e que versava sobre desmatamento, estabelecendo penas rigorosas:

A Câmara Municipal da União da Victoria, em sessão ordinária de 29 de outubro de 1890.

Decreta:

Art.º Único. É proibido derrubar ou descascar madeiras: como sejam Palmeiras, Congonheiras, Pinheirinhos e arvores fructiferas aproveitáveis, assim como só se

⁴³⁵ Os srs. Fausto Moleri e José Nelson Dissenha nos contaram em entrevista sobre a introdução do pinus na região. MOLERI, Fausto. **Fausto Moleri**: depoimento [20 jun 2005]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2005. 87 min. DISSENHA, José Nelson. **José Nelson Dissenha**: depoimento [14 jun 2005]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2005. 22 min.

⁴³⁶ EDUARDO, op. cit., p.47.

poderá derrubar Pinheiros, Embuias e outras madeiras de construção sendo para aproveitá-las; o contraventor incorrerá na multa de 2\$000 por cada uma madeira que derrubar ou descascar, e na reincidência na de 5\$000 e três dias de prisão, exceptuando alguns Pinheirinhos para a festa do Natal, que se cortara mediante o imposto de 100. Revogam-se as disposições em contrario.⁴³⁷

Talvez essa lei tão antiga nos alerte de que não é simplesmente uma lei rigorosa que vai ajudar a preservar o que restou das florestas de araucária, embora não seria prudente prescindir do rigor da legislação, pois os remanescentes de matas de araucária continuam a ser espoliados, como pudemos acompanhar pelas freqüentes notícias de desmatamento de grandes áreas em Santa Catarina e também na região de Porto União.⁴³⁸

Entre as notícias de jornal que colecionamos, uma delas se refere a desmatamentos em Matos Costa e Calmon, e não parece ser um caso isolado, pois não é difícil percorrer o interior dos municípios da região de União da Vitória e Porto União e encontrar amplos desmatamentos e queimadas. A seguir transcrevemos um trecho da reportagem:

[...] Ontem, o promotor do Ministério Público Federal Maurício Pessutto e o auditor fiscal do Ministério do Trabalho André Rabello acompanharam a fiscalização, que faz parte do projeto Araucária IV. Eles visitaram duas áreas localizadas nos municípios de Matos Costa e Calmon. Ao todo foram contabilizados 216 hectares de devastação. As áreas foram embargadas. O cenário era devastador na propriedade de Matos Costa. Restos de troncos de árvores foram queimados. No ambiente, o verde deu lugar para as cores preta e cinza. A queimada é utilizada pelos devastadores para limpar o local para o plantio de pinus. O terreno localizado em Matos Costa é de propriedade particular. O nome do proprietário não foi divulgado. Foi lavrada uma multa no valor de R\$ 570 mil e o responsável deverá apresentar um plano de recuperação do local. Segundo Kammers [chefe de fiscalização do Ibama em Santa Catarina], a madeira foi vendida para uma indústria de laminados localizada em Porto União. A área devastada foi de 116 hectares, sendo que 15 hectares eram de Área de Preservação Permanente. Algumas espécies tinham cerca de 500 anos. Os fiscais avaliaram que aproximadamente 21 mil árvores de xaxim foram derrubadas. – Assim que recebermos o relatório do Ibama vamos encaminhar a denúncia à Justiça Federal – disse o promotor. Três tratores, um deles pertencente à prefeitura de Matos Costa, estavam abandonados na área. Eles eram utilizados para abrir estradas dentro da mata. O Diário Catarinense não conseguiu contato com o prefeito para que explicasse o motivo da presença da máquina naquele local.[...]⁴³⁹

A conservação do que sobrou da floresta de araucária não passa somente, portanto, pela legislação ambiental e pela criação de unidades de conservação, embora esta última também seja uma medida importante, entre outras a serem tomadas pelos governos e cidadãos. Seria necessário, além da criação de unidades de conservação, um conjunto de políticas públicas mais eficazes, voltadas para a fiscalização ambiental, o estímulo ao

⁴³⁷ APEPR. Ofícios 1900/1901. AP 1121-1132. Decreto sobre derrubada de árvores. Câmara Municipal da União da Vitória, em sessão ordinária de 29 de outubro de 1890.

⁴³⁸ Ver as notícias de jornais citadas na Introdução.

⁴³⁹ ROSA, Diego. Floresta nativa de SC perto do fim: se o desrespeito às áreas de preservação prosseguir no atual ritmo, matas acabam em 20 anos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.34, 25 nov. 2004.

reflorestamento e a atividades sustentáveis como os sistemas agroflorestais, e a proteção dos remanescentes florestais. Além disso, é evidente que enquanto a consciência do público não estiver interessada nessas questões, e de alguma maneira preocupada com a destruição ambiental, do passado e do presente, as pessoas não conseguirão encontrar meios de participar ativamente nesse processo, e nem haverá força política para implementar políticas públicas de restauração da biosfera.

Nesse ponto, a discussão aqui acaba voltando para as questões debatidas no primeiro capítulo, e que se referem a necessidade de pensar toda uma nova forma de sociedade e de desenvolvimento, e apenas reformas setoriais de uma sociedade marcada pela destruição ecológica não vão resolver a questão. Assim, reformas puramente legais na questão ambiental, ou uma simples racionalização e tecnificação da agricultura e da indústria madeireira, como parecem propor alguns, não parecem dar conta da complexidade da questão ambiental, que envolvem novos saberes e uma nova ética não antropocêntrica.

Considerações Finais

A história do desmatamento da floresta de araucária aqui apresentada percorreu diversos assuntos. Um fator fundamental, como vimos, foi a chegada da ferrovia a região do primeiro planalto paranaense, com a construção da linha Curitiba - Paranaguá, em 1885, trazendo condições para os primeiros impulsos ao comércio da araucária e a exploração florestal em larga escala. De fato, a exploração da araucária já era percebida desde o final do século XIX no Paraná como um grande empreendimento do futuro, que traria volumosas somas de capitais para o Estado, coberto de infindáveis matas “virgens”, e era impensável naquela época imaginar o esgotamento desse recurso natural.⁴⁴⁰

Mais tarde, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande avançou o desmatamento para o segundo planalto paranaense, e ao mesmo tempo, inaugurou a devastação em amplas áreas do planalto catarinense, desde o rio do Peixe até a região de Canoinhas. A conjuntura econômica da I Guerra Mundial estimula ainda mais o comércio de araucária, a partir de então uma das principais atividades econômicas do Sul do país.

Se as ferrovias tornaram possíveis as primeiras investidas sobre a floresta de araucária, essas mesmas ferrovias em poucas décadas não tiveram mais condições de atender o tráfego intenso de madeira que saía da Araucarilândia. Os caminhões, nesse sentido, tiveram um papel fundamental, como vimos, tornando possível a migração das serrarias para os locais mais inacessíveis. Embora bastante limitados a princípio pela capacidade de carga e pelas estradas de terra intrafegáveis na época das chuvas mais intensas, o transporte rodoviário acabou superando o ferroviário a partir da década de 1950.

A partir do final do século XIX, a colonização européia na região da Araucarilândia também desempenhou um papel fundamental na devastação das matas primárias e também nas secundárias. A chegada de todo um contingente populacional se estabelecendo em lotes pequenos, trazendo toda uma biota portátil para a sobrevivência, cultivando lavouras e criando animais, significou uma pressão crescente sobre as matas “virgens”, ou mesmo aos remanescentes parcialmente desmatados. Além disso, aumenta a própria demanda por madeira serrada para as construções erguidas nas colônias.

⁴⁴⁰ Simbólico nessa questão do valor atribuído a araucária já no final do século XIX é a remessa de um gigantesco exemplar para a Exposição de Chicago, em 1893. Segundo Romário Martins, “do Paraná foi remetido para a Exposição de Chicago, em 1893, um pinheiro dividido em toros, com raízes e galhos, para lá ser armado. Media 3 metros e 50 centímetros de diâmetro na base e 43 metros de comprimento.” MARTINS, **Livro das árvores do Paraná**, op. cit., p.151.

A alteração da paisagem da Araucarilândia promovida pela colonização é difícil de ser quantificada, de se estabelecer dados a respeito. Na atividade madeireira pelo menos temos dados de exportação e produção (ainda que muito aquém da realidade, como vimos), e assim podemos ter alguma noção mais palpável do desmatamento. Dessa forma, o impacto da colonização parece ser mais difícil de ser avaliado do que o impacto da atividade madeireira, em que podemos acompanhar a evolução da produção e os deslocamentos das serrarias para as áreas de matas primárias.

Os trabalhos de história econômica da madeira, como vimos, mostraram alguma preocupação e interesse com o desmatamento da floresta de araucária, mas não se dedicaram a avaliar o impacto da colonização, pois estavam interessados basicamente na dinâmica de mercado do produto “madeira”. Nessa lógica produtivista, o desmatamento é encarado como um problema de escassez de matéria-prima, sem uma reflexão maior sobre a importância de toda a biodiversidade da formação florestal.

Assim, ao incluir nesse trabalho a questão da colonização, tentamos estabelecer um passo no sentido de superar o enfoque unicamente madeireiro para um trabalho sobre a floresta de araucária, o que é ainda um desafio para futuras pesquisas, especialmente em se tratando das peculiaridades da floresta de araucária em relação a outras formações florestais.

A questão da criação de animais nas colônias, por exemplo, deve ter tido um impacto ambiental considerável. Tendo em vista a baixa eficiência energética dos rebanhos destinados à produção de carne, e também as áreas e recursos necessários para a criação dos animais destinados ao transporte de pessoas e cargas, ainda precisaríamos realizar um estudo para avaliar o significado da introdução de uma densa população animal (pecuária) no ambiente da Araucarilândia.

Outra questão importante no sentido de superar o enfoque exclusivamente madeireiro é a relação dos caboclos e indígenas com a floresta de araucária. No capítulo 3, colocamos um debate resumido sobre essa questão, buscando apresentar um pouco das discussões da antropologia e da etnobiologia sobre as influências marcantes de povos indígenas sobre os ecossistemas. Ao invés de florestas “virgens”, uma série de estudos do campo das etnociências tem enfatizado as influências humanas na paisagem, disseminando plantas, abrindo clareiras nas matas, alterando a composição do solo com as roças da agricultura de queimada. Ao mesmo tempo, consideramos necessário diferenciar as alterações possivelmente provocadas pelos indígenas e caboclos na floresta de araucária e os amplos desmatamentos provocados pela colonização e pela indústria madeireira. Pois alterar a vegetação é bem

diferente de destruir sem que se permita a regeneração, como foi o caso dos desmatamentos provocados pela agropecuária da colonização e o trabalho das serrarias.

O problema desse debate interessante, e que tem ampla repercussão em setores do movimento ambientalista, como vimos, é a dificuldade de encontrar documentos e fontes históricas para apoiar qualquer conclusão, e assim essa discussão sobre a relação de indígenas e caboclos com a floresta de araucária ainda fica sujeito a muitas especulações.

Quanto às questões da dimensão local desse trabalho, certamente a abordagem aqui apresentada do processo histórico de desmatamento da floresta de araucária na região do Médio Iguaçu ainda fica bastante incompleta e sujeita a revisões. As análises a partir da década de 1950 mereceriam muito mais atenção, pois o desmatamento pela agropecuária e pela atividade madeireira continuou bastante expressivo na região a partir dessa década, embora já estivessem praticamente extinguidas as florestas primárias. Além da multiplicação das fontes e informações, cada vez mais numerosas nas décadas mais recentes, iniciam-se nos anos 1950 várias emancipações de distritos em novos municípios, ocasionando uma maior dispersão das fontes, que tornariam mais difícil essa pesquisa. Em 1951, ocorre a emancipação do distrito de Cruz Machado, e em 1963, os distritos de Paula Freitas e Porto Vitória também se transformam em novos municípios. Em Porto União, em 1962, ocorre a emancipação dos distritos de Matos Costa e Irineópolis.

Embora as florestas de araucária na região estivessem bastante alteradas em meados do século, é difícil dizer que a indústria madeireira como um todo tenha entrado em crise com a crescente escassez de madeira, pois as tendências de beneficiamento em pasta mecânica, papel, esquadrias, compensados, foram acompanhadas do uso de árvores cada vez mais finas e também proporcionavam maior rendimento aos madeireiros em relação à madeira serrada. Além disso, a demanda por madeira não parava de crescer nessa época de esgotamento de recursos naturais, em parte impulsionado pela industrialização e urbanização de São Paulo e Rio de Janeiro, e pela construção de Brasília. Aqui se aplica o conceito de pegada ecológica, ou seja, a demanda/impacto das grandes aglomerações urbanas por recursos naturais, como água, alimentos, madeira, lenha. Assim, qual seria a área necessária para atender todas as demandas por recursos naturais de uma cidade como São Paulo? Em Londres, por exemplo, de acordo com estudos citados por Carlos Walter Porto Gonçalves, e que discutem os impactos ecológicos da urbanização, essa área ou pegada ecológica equivale a toda a terra produtiva do Reino Unido.⁴⁴¹

⁴⁴¹ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. Coleção os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. Organização Emir Sader. p.82-85.

Nesse sentido é insuficiente responsabilizar somente os madeireiros por terem devastado as florestas de araucária, pois eles estavam respondendo a uma demanda de mercado, que valorizava a madeira da araucária e tornava atraente esse ramo de negócio, até mesmo, como vimos, para comerciantes e políticos sem tradição na atividade.

E também outras questões em torno do desmatamento da floresta de araucária não foram abordadas, ou superficialmente mencionadas, como a questão da caça e do desaparecimento de boa parte da fauna nativa. É difícil superar a análise reducionista do entendimento das florestas como um conjunto de árvores, que desconsidera animais, arbustos, ervas rasteiras, epífitas, microorganismos, recursos hídricos, e a própria escassez de pesquisas e fontes acabam induzindo ao caminho de sempre.

O avanço da agropecuária e o crescente consumo de lenha na região, tanto para uso doméstico quanto para diversas indústrias, devem ter sido fatores importantes para o desmatamento, mas que não puderam ser analisados aqui.

Assim, frequentemente é lembrado hoje em dia, que apesar da histórica atividade madeireira na região, União da Vitória e alguns municípios no entorno estão entre os municípios paranaenses da região da floresta de araucária com maior cobertura florestal. Enquanto isso, muitos municípios do norte do Paraná, que tiveram uma indústria madeireira muito menos expressiva ou praticamente inexistente, mas uma agricultura (geralmente café, mas também soja, milho e outras culturas) bastante intensiva nas últimas décadas, praticamente não apresentam mais florestas.

Nesse ponto, os madeireiros têm razão ao afirmar que a agricultura, ao eliminar todas as árvores de extensas áreas para a preparação das lavouras e pastagens, geralmente é bem mais destrutiva do que a extração de madeira pelas serrarias, embora isso não signifique que a atividade madeireira produza pouco impacto ambiental. Após a extinção dos grandes pinhais, como já afirmamos, a tecnologia das serrarias tem sido adaptada para a utilização de árvores cada vez menores, e mesmo a extração seletiva de madeira causa danos as árvores e arbustos não desejados com a derrubada, a movimentação das máquinas e o transporte das toras. E também as capoeiras resultantes da extração seletiva de madeira são mais suscetíveis ao fogo. Nas últimas décadas, com os plantios de pinus, também tem havido frequentemente o desmatamento de florestas secundárias para os “reflorestamentos” de pinus, impedindo em muitos locais a regeneração das matas nativas.

Nesse sentido, se parece algo bastante impressionante que o município de União da Vitória ainda possua, apesar de todo o histórico apresentado aqui, e de acordo com Castella e Britez, a quarta maior área de mata nativa no Estado do Paraná entre os municípios com matas

de araucária, com cerca de 55% de sua área, é preciso ter um olhar histórico desses dados para se perceber na verdade, o quanto e quão rapidamente a vegetação foi alterada na região no século XX.⁴⁴² De acordo com os autores, as matas hoje existentes na região são predominantemente matas secundárias nos estágios inicial e médio de regeneração ecológica, enquanto restam apenas 101 hectares classificados em estágio avançado de regeneração ecológica em União da Vitória. E mesmo essas do estágio avançado já sofreram algum grau de intervenção, segundo esses autores. Não se trata aqui de idolatrar a natureza supostamente intocada que ainda existiria, mas de relativizar as opiniões otimistas que consideram satisfatória a cobertura florestal da região de União da Vitória, e que deveriam ter em mente a velocidade e a história recente da devastação da floresta de araucária na região e em todo o Sul do Brasil. Na verdade, essa vantagem em cobertura florestal do Sul do Paraná se deve mais a uma combinação de relevo montanhoso e ausência de atividades agrícolas e pecuárias tão intensas como em outras regiões, do que a uma intenção deliberada de conservação da natureza.⁴⁴³

⁴⁴² Esse dado foi calculado a partir da tabela apresentada por Castella e Britez sobre os remanescentes florestais dos municípios da floresta de araucária no Paraná. Assim, o município de União da Vitória possui uma área total de 70.199 ha. Desses, 19.546,4 ha estão cobertos por florestas em estágio inicial de sucessão ecológica, de acordo com os critérios dos autores. 17.494,6 ha representam as florestas em estágio médio. E apenas 101,3 ha representam as florestas em estágio avançado de sucessão ecológica. CASTELLA; BRITZ, op. cit., p.226-230. Ver Anexos.

⁴⁴³ Ver também o Atlas da Mata Atlântica da Fundação SOS Mata Atlântica. Disponível em: <www.sosmatatlantica.org.br> Acesso em: 17/02/2006. Ver também Anexos.

Acervos consultados

- Arquivo da FAFI – União da Vitória.
- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis.
- Arquivo Público do Estado do Paraná – Curitiba.
- Biblioteca Central – UFSC – Florianópolis.
- Biblioteca da EMBRAPA Florestas – Colombo (PR).
- Biblioteca da FACE-UNIUV – União da Vitória.
- Biblioteca da FAFI – União da Vitória.
- Biblioteca do IBGE – Curitiba.
- Biblioteca do IBGE – Florianópolis.
- Biblioteca Pública de Porto União.
- Biblioteca Pública de União da Vitória.
- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis.
- Biblioteca Pública do Estado do Paraná – Curitiba.
- Casa da Memória de Curitiba.
- Fórum da comarca de Porto União.
- Prefeitura de Porto União.
- Prefeitura de União da Vitória (prédio antigo).

Fontes

Nota: as fontes arroladas a seguir se referem às citadas ao longo do trabalho, utilizadas na escrita da dissertação.

1. Anuários Brasileiros de Economia Florestal (INP e IBDF).

AUBREVILLE, A. A floresta de pinho do Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1949. p.32,33.

BASTOS, A. de Miranda. O drama da floresta de pinheiro brasileiro. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.13. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1961. p.69, 70.

CIFRÉ, William. O corte do pinho no Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p.129.

HEINSDIJK, D. Volumes do Pinheiro – tabelas de volume e outros dados sobre o pinheiro brasileiro no Estado de Santa Catarina. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.11. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1959. p.189.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.18. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1967.p.11-18.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O Instituto Nacional do Pinho: origem da criação e desenvolvimento das atividades da autarquia madeireira. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1948. p.43,44.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho,1948. p. 458.

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.3. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1950. p.9, 10.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1958. p.11.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n.19. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1968. p.7.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1968. p.8.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 19. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho,1968. p.23.

MAACK, Reinhard. O aspecto fitogeográfico atual do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p. 34.

MAACK, Reinhard. Plano de Proteção das florestas do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 5. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1952. p.64.

ROGERS, R. L. Problemas silviculturais da Araucaria angustifolia: relatório ao governo do Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p. 308-326.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS E MARCENARIAS NO ESTADO DO PARANÁ. Defesa das florestas pelo melhor aproveitamento industrial. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953. p. 394,395.

WIELICZKA, Zygmunt. O problema dos pinheirais brasileiros. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 4. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1951. p.38.

2. Arquivo da FAFI.

Arquivo FAFI. Caixa Acidente de Trabalho 1925-1926. Interessados: Amazonas de Araújo Marcondes e Salvador Nunes. União da Vitória, 1925.

Arquivo FAFI. Caixa Acidente de Trabalho 1925-1926. Interessados: Junqueira, Mello & Cia Ltda e João Nakielski. União da Vitória, 1925.

Arquivo FAFI. Caixa Acidente de Trabalho 1925-1926. Interessados: Junqueira, Mello & Cia Ltda e Salvador Rodrigues Vieira. Auto 468/4981. União da Vitória, 1925.

Arquivo FAFI. Caixa Diversos 3 (E-J). Madeirense Ruthemberg e Thomasi S.A. Auto 627-73. 1973.

Arquivo FAFI. Caixa Falência 1916-1968. Alexandre Schlemm & Cia (requerente), Henrique Matzenbacher Filho (falido).

Arquivo FAFI. Caixa Série: Anulação 1925-1962. Arrolamento do engenho Palmeirinha, com todos seus pertences, em data de 6 de fevereiro de 1925, resebido do Sr. Leôncio Alves.

Arquivo FAFI. Caixa Série: Demarcação-Divisão 1946-1973. Auto 2535/47. Mapa da Colônia Passo do Iguaçu. 1947.

3. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

APESC. Processos de Terras. (Porto União). Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Serra do Acampamento. Serra da Casimira.

APESC. Processos de Terras (Porto União). Interessado João Baptista Carneiro. Localidade Fazenda São Pedro.

APESEC. SANTA CATARINA. **Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 1938.

APESEC. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization, Abril de 1917. 11p.

4. Arquivo Público do Estado do Paraná.

APEPR. **Exposição Financeira e Technica apresentada aos accionistas em maio de 1900 pelo presidente da E. F. São Paulo – Rio Grande Antonio Roxo de Rodrigues.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1900. p.14, 15.

APEPR. **Exposição Financeira e Technica sobre a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande apresentada pela directoria aos senhores accionistas em maio de 1895 na Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895. p.14, 15.

APEPR. Ofícios 1900/1901. AP 1121-1132. Decreto sobre derrubada de árvores. Câmara Municipal da União da Victória, em sessão ordinária de 29 de outubro de 1890.

APEPR. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Paraná. **Relatório do Instituto de Biologia e pesquisas tecnológicas referente ao exercício de 1946.** Quadros demonstrativos da exportação interestadual e internacional de couros e peles de animais silvestres no período de 25/11/45 à 30/06/46.

5. Artigos de jornais (exceto os consultados na BPEPR e BPESC).

BECKER, Marcelo. Corte ilegal marca Dia da Mata. **Diário Catarinense.** Florianópolis, 28 maio 2003.

BECKER, Marcelo. Desmatamento recorde no Planalto: Polícia denuncia que a ação destruiu o equivalente a 1,2 mil campos de futebol, em Santa Cecília. **Diário Catarinense.** Florianópolis, p.22, 17 nov. 2003.

BECKER, Marcelo. Flagradas novas áreas devastadas: são três desmatamentos em uma semana. **Diário Catarinense.** Florianópolis, p.20, 22 nov. 2003.

RIBEIRO, Adriano. Porto União tem o maior potencial hídrico do mundo. Suplemento ANVerde. **A notícia.** 22 mar. 2005. p.4.

RODRIGUES, Liziane. Cortados 1,8 mil pinheiros e imbuias: o desmatamento foi no município de Major Vieira. **Diário Catarinense.** Florianópolis, p.20, 23 out. 2004.

ROSA, Diego. Flagrada destruição de floresta nativa: cinquenta e oito hectares sofreram a ação do corte ilegal de imbuia, ameaçada de extinção. **Diário Catarinense.** Florianópolis, p.25, 19 nov. 2004.

ROSA, Diego. Floresta nativa de SC perto do fim: se o desrespeito às áreas de preservação prosseguir no atual ritmo, matas acabam em 20 anos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.34, 25 nov. 2004.

VICENZI, Herculano. Família Domit preserva memória de Irineópolis e Santa Catarina. **A Notícia**. Joinville, Domingo 28 set 1986. p.38.

6. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

6.1 Artigos de jornais.

BPESC. Colônia São Miguel. **A União**. Porto União, 13 jun 1920. n.10. p.1.

BPESC. Declaração. **A União**. Porto União, 08 ago 1920. n.18. p.6.

BPESC. Falência de H. E. Wolden. **A Nota**. Porto União, 03 mar 1929. n.24. p.3.

BPESC. O coronel Joaquim Domit, entrevistado por um dos redactores da “A Notícia”, de Joinville. **A Imprensa**. Porto União, 27 jul 1930. n.409. p.1.

BPESC. O Patrimônio de Taquara Verde. **O Comércio**. Porto União, 21 fev 1935.

BPESC. Porto União e Caçador ligados, dentre em breve, por importante estrada – de – rodagem. **O Comércio**. Porto União, 30 nov 1941.

BPESC. Rodrigues & Intorp. **Folha do Povo**. Valões, 10 out 1935. n.2. p.2.

7. Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

Jornal Missões.

BPEPR. Chroniqueta. **Missões**. União da Vitória, 09 out. 1915. p.1.

BPEPR. Em Palmas os índios botocudos assassinam barbaramente o Cel. Domingos Pacheco, o capitão Candido Mendes de Souza, e mais trez empregados do posto de cathechese. **Missões**. União da Vitória, 25 set. 1915.

BPEPR. União da Victoria. **Missões**. União da Vitória, 02 jul. 1910. p.2.

Demais fontes da BPEPR.

BPEPR. Centro dos Industriaes de Madeira do Paraná. **Relatório apresentado em sessão ordinária do Conselho Director em 31 de março de 1919 por Ennio Marques director em exercicio**. Curitiba: Livraria Mundial. p.11, 13.

BPEPR. Diretoria de Terras e Colonização. Mapa do Município de União da Vitória. Organizado pela comissão encarregada da revisão territorial do Estado. 1938.

BPEPR. IBGE. Departamento Estadual de Estatística do Paraná. Sinopse estatística do município de União da Vitória. 1950. p. 36.

BPEPR. Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná. Organizado e desenhado pelo Serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio em colaboração com o Instituto Nacional do Pinho. Levantamentos, dados, pesquisas e construção de Reinhard Maack. 1950.

BPEPR. Mappa do Estado do Paraná organizado por ordem do governador Dr. José Pereira Santos Andrade. Pelos Engenheiro militar Alberto Ferreira de Abreu, Eng. civil Candido Ferreira de Abreu, Eng. geog. Manuel Francisco Ferreira Correia. Desenhado por Marcos Leschaut Desenhista da Secretaria das Obras Publicas e Colonização do Estado de accordo com todos os documentos officiaes e dados fornecidos pelos trabalhos de diversas commissões até o anno 1896.

BPEPR. Mappa do município de União da Victoria. Organizado pelo Departamento de Geografia e Geologia, 1929.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. **Curiosidades naturaes do Paraná e Excursão no rio Iguassu.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1890. p.45.

8. Bibliotecas do IBGE (Curitiba e Florianópolis).

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985.** Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v.3. p.75, 115, 130.

IBGE - Curitiba. Censo de 1890.

IBGE – Curitiba. Censo de 1900.

IBGE - Florianópolis. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Estatística Predial e Domiciliária. 1920. p.418, 419; 588, 589.

IBGE – Florianópolis. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Censo Industrial - Relação dos estabelecimentos industriaes recenseados em 1º de Setembro de 1920.

9. Prefeitura de Porto União.

8.1 Alvarás.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.65. Licença à Daniel F. Schumann para abrir uma Serraria a Vapor e armazém de secos e molhados de 3ª classe. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 25 de Março de 1919.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.71. Licença à Cezar Amin para abrir uma Serraria no lugar denominado Villa Nova do Timbó. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 24 de Maio de 1919.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.172. Licença a Nivaldo de Almeida & Cia para abrir uma serraria a vapor, em Poço Preto. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 31 de Outubro de 1921.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.633. Licença à Thomasi & Irmãos para abrir uma serraria com força de 50 cavalos sito em Vila Nova do Timbó. Secretaria da Prefeitura Municipal de Porto União, em 14 de Setembro de 1934.

Prefeitura de Porto União. Alvará n. 651. Licença à A. Moletta & Cia para abrir uma serraria com força motriz de 20 a 30 cavalos, sito no Distrito de São João. Porto União, 27 de agosto de 1936.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.704. Licença à Thomasi & Irmãos para abrir uma serraria a força motriz de 20-30 cavalos, sito em Timbozinho, distrito de Vila Nova do Timbó. Porto União, 25 de janeiro de 1937.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.765. Licença a João Rotta & Filhos para abrir uma serraria a força motriz até 20 cavalos, sito em Presidente Penna, distrito de São João. Porto União, 18 de março de 1938.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.772. Licença a Pedro N. Pizzatto & Filhos para abrir uma Serraria, a força motriz até 20 cavalos, sito no distrito de São João. Porto União, 7 de junho de 1938.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.781. Licença à Carollo Irmãos & Cia Ltda para abrir uma serraria a força motriz até 20 cavalos, sito em São João. Porto União, 8 de setembro de 1938.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.782. Licença à Carollo Irmãos & Cia Ltda para abrir uma casa de secos e molhados de 3ª, sito em São João. Porto União, 8 de setembro de 1938.

Prefeitura de Porto União. Alvará n.941. Licença à Carollo Irmãos & Cia Ltda para abrir uma serraria a força motriz até 20 cavalos, sito no distrito de Matos Costa. Porto União, 5 de maio de 1941.

Prefeitura de Porto União. Alvará n. 1068. Licença à Belin Carollo para se estabelecer como mercador de madeira por grosso – no distrito de Matos Costa. Porto União, 16 de fevereiro de 1943.

8.2 Demais fontes.

Prefeitura de Porto União. Lançamento do imposto de Licença -Veículos 1942 a 1944.

Prefeitura de Porto União. Livro de Impostos – Indústrias e Profissões, Licenças de Veículos 1933.

Prefeitura de Porto União. Livro Imposto de Licença Veículos, 1950.

Prefeitura de Porto União. Livro Imposto de Licença Veículos 1957 a 1959.

10. Prefeitura de União da Vitória.

Prefeitura de União da Vitória. Lançamento do Imposto de Industrias e Profissões da Câmara Municipal de União da Victória 1925-1926.

Prefeitura de União da Vitória. Lançamento dos contribuintes do imposto de Indústrias e Profissões do Município de União da Vitória 1938 a 1939.

Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1943).

Prefeitura de União da Vitória. Registro do imposto de Indústrias e Profissões e Continuação de Licença (1948).

11. Demais fontes.

BU-UFSC. Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina. População Pecuária de 1938. p.5.

MANDAMENTOS da Natureza. Dourados (MS): Fundação Cultural R. Sovierzoski e Fundação Florestal Edgard Victor Gobbo, 1999. 39 p.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 1909 pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário dos negócios de obras públicas e colonização.** Curityba: Typographia d' A Republica, 1910. p.117.

RIBEIRO, Eloir Douglas. **Cinqüentenário de Porto União.** Coletânea. Porto União: Uniporto, 1967. p.76.

Fotografias (ver Lista de figuras, mapas e tabelas).

12. Entrevistas.

DISSENHA, José Nelson. **José Nelson Dissenha:** depoimento. [13 maio 2002]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2002.

DISSENHA, José Nelson. **José Nelson Dissenha:** depoimento [14 jun 2005]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2005. 22 min.

MOECKE, Herta. **Herta Moecke:** depoimento [21 jul 2004]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2004.

MOLERI, Fausto. **Fausto Moleri:** depoimento [20 jun 2005]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2005. 87 min.

NEUMANN, Herbert. **Herbert Neumann:** depoimento [13 jul 2004]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2004.

SENN, Hildo. **Hildo Senn**: depoimento [30 jun 2005]. Entrevistador: Miguel M. Xavier de Carvalho. União da Vitória, 2005.

13. Páginas da internet.

<<http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/index.shtml>>. (Instituto Ambiental do Paraná – IAP). Acesso em: 22 fev 2006.

<www.greenpeace.org.br>. (Greenpeace Brasil). Acesso em: 12 jan 2006.

<www.ibama.gov.br>. (IBAMA). Acesso em: 20 fev 2006.

<www.rma.org.br>. (Rede de ONG's da Mata Atlântica). Acesso em: 20 jan. 2006.

<www.sosmatatlantica.org.br>. (Fundação SOS Mata Atlântica). Acesso em: 27 fev 2006.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Gilmar. (org) **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.
- BALÉE, William. **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998.
- BALÉE, W. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. **Conservation of Neotropical Forests**. New York: Columbia University Press.
- BARROS, Eudoro H. Lins de. **Recursos Florestais da Bacia Paraná-Uruguai**. São Paulo: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1956.
- BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1917-1950)**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1991.
- BOLSONI, Gislaine. **A madeira e o processo de desenvolvimento de Bituruna**. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil). União da Vitória: FAFI, 2002.
- BUBLITZ, Juliana. A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina (PR). **Anais**. Londrina: ANPUH. 1 CD-ROM.
- CABRAL, Oswaldo R. **João Maria: uma interpretação da campanha do contestado**. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.
- CARNEIRO, Delci Maria Kliemann; ZANETTE, Dilce Maria; ZONTA, Solange Maria da Conceição de Araújo. **Conhecendo Porto União**. S/D.
- CARVALHO, Ely Bergo de. **Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A ferro e fogo**. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p.107-124.
- CARVALHO, Ely Bergo de. **Sombras do passado, projetos de futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2004.
- CARVALHO, Miguel M. X. de. **Considerações teórico-metodológicas para uma história do desmatamento no Médio Vale do Iguaçu**. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p.175-186.
- CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma história do uso de agrotóxicos em Santa Catarina: da revolução verde a agroecologia**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Florianópolis, UFSC, 2004.

CARVALHO, Miguel M. X. de; NODARI, Eunice S. Os colonos europeus e a Floresta de Araucária no Médio Vale do Iguaçu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina (PR). **Anais**. Londrina: ANPUH. 1 CD-ROM.

CASTELLA, Paulo R.; BRITZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais/** Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre "progresso" e transformação ambiental.** Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2004.

CIMARDI, Ana Verônica. **Mamíferos de Santa Catarina.** Florianópolis: FATMA, 1996.

CLEMENT, Charles R. 1492 and the loss of amazonian crop genetic resources. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany** 53(2). 1999. p.188-202.

COSTA, Licurgo. **O continente das lagoas: sua história e influência no sertão da terra firme.** v.3. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

DIACON, Todd A. **Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916.** Durham: Duke University Press, 1991.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DILLEWJIN, F. **Inventário do Pinheiro no Paraná.** Curitiba: CERENA/CODEPAR, 1966.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991. p.177-197.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro.** Niterói: EDUFF, 1997.

EDUARDO, Rosemari Pozzi. **A madeira em Santa Catarina (1930-1974).** Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1974.

EMPRESA EDITORA BRASIL. **A vida fecunda dos municípios do Paraná.** São Paulo: Capri & Olivero, 1924.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ – FUPEF. **Inventário do pinheiro no sul do Brasil**. IBDF, 1978.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.

GERHARDT, Marcos. **Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “colônia Ijuhy”**. Dissertação (Mestrado em História). Londrina/PR: UEM/UUEL, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. Coleção os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. Organização Emir Sader.

GUERRA, Miguel P. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

HOEHNE, F. C. **Araucarilândia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

HUECK, Kurt. **As florestas da América do Sul: Ecologia, composição e importância econômica**. Ed. da UnB, Polígono (SP), 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – IBDF. **Inventário Florestal Nacional: Florestas Nativas – Paraná/Santa Catarina**. Curitiba: FUNPAR, 1984.

KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice S. **Das Araucárias às Macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC**. Florianópolis: Insular, 2005.

KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil. *Sellowia*, Itajaí, v.36, p.5-54, 1984.

KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia* 12 (12): 17-44, 1960.

KRAKAUER, Jon. **Na Natureza Selvagem: a dramática história de um jovem aventureiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRAKAUER, Jon. **Sobre homens e montanhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KRETZEN, João. **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil, 1951.

LAGO, Paulo F. **Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

LAGO, Paulo F. **Santa Catarina: a terra, o homem e a economia**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.

LEFF, Enrique. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. Tradução: Ely Bergo de Carvalho. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p. 11-29.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.

LERER, Rebeca; MARQUESINI, Marcelo. **Tolerância zero: chega de madeira ilegal. Por que a exploração de madeira na Amazônia está fora de controle**. Greenpeace Brasil: Dezembro de 2005. p. 8. Disponível em: <www.greenpeace.org.br>. Acesso em: 12 jan 2006.

LOVELOCK, James. **Gaia: A New Look at Life on Earth**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava (1915-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1980.

MAACK, Reinhard. As consequências da devastação das matas no Estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**. v. 8. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, 1953. p. 437-455.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1968.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARCON, Telmo. Espaço e cultura: os caboclos e a constituição da região. In: **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003.

MARTINI, Suely T. **A competitividade da micro e pequena empresa madeireira na região do vale do Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Economia). Florianópolis, UFSC, 2003.

MARTINS, Paulo Soderó. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; OREN, D. C.; D'INCAO, M. A. (eds.) **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

MARTINS, Romário. **Livro das Árvores do Paraná**. 2ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

MARTINS, Romário. **O Pinho do Paraná e as suas necessidades**. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica, 1909.

MELO JÚNIOR, Cordovan Frederico de. **Porto União da Vitória: um rio em minha vida**. União da Vitória: FACE, 2001.

MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. **Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná**. Curitiba: Governo do Paraná, SEMA/IAP, 2004. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/index.shtml>>. Acesso em: 22 fev 2006.

MILIS, Hermínio. **Monografia de Porto União**. Organizado por José Fagundes e Joaquim Osório Ribas. Palmas: Kaygangue, 2002.

NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. A atuação das empresas colonizadoras e o desmatamento do Oeste de Santa Catarina. ENCONTRO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1., 2004, São Miguel do Oeste – SC. **Anais**. São Miguel do Oeste: UNOESC. p. 35-41.

NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. **A machado, fogo e moto-serra: a história da devastação das florestas do Oeste de Santa Catarina – a atuação das colonizadoras (Companhia Territorial Sul Brasil e Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso)**. Projeto de Pesquisa PIBIC/ CNPq. UFSC, 2002, 2003.

NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. **Araucária: símbolo de uma era – o planalto de Lages**. Projeto de Pesquisa PIBIC/ CNPq. UFSC, 2002, 2003.

NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de; CESCO, Susana; DALLANORA, Cristina. Araucária e riqueza: a devastação das florestas da região de Lages. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2004, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: ANPUH. p. 79-82.

NODARI, Eunice S.; PAEGLE, Eduardo G. M.; CARVALHO, Miguel M. X. de. **A machado, fogo e moto-serra: a história da devastação das florestas do Oeste de Santa Catarina**. Projeto de Pesquisa PIBIC/ CNPq. UFSC, 2002.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antonio. **O que é ecologia**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. Coleção primeiros passos; 16.

PEIXOTO, Demerval. **A campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. v.1.

PEREIRA, Walmir da Silva. **A ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 1995.

PERLIN, John. **Historia das florestas: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M. Araucariáceas. **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí, 1966.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M.; REIS, Ademir. **Madeiras do Brasil**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979.

REITZ, R.; KLEIN, R. M.; REIS, A. **Projeto Madeira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1983.

RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. Curitiba: S/D, 1973.

RIESEMBERG, Alvir. 90 anos de navegação à vapor do rio Iguaçu e Negro. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. V. XVIII. Curitiba, 1973. p.41-65.

ROCKENBACH, Irene Fryder. **Dados históricos e memórias de Cruz Machado**. Cruz Machado: S/D, 1996.

RODRIGUES, Roberto M. **Interações em aglomerados industriais: um estudo na indústria da madeira da região de União da Vitória**. Dissertação (Mestrado em Economia). Florianópolis, UFSC, 2003.

SANQUETA, Carlos R.; TETTO, Alexandre F. **Pinheiro-do-Paraná: lendas & realidades**. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1999.

SANTA CATARINA; Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Florianópolis: SEPLAN, 1991.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **Vida e trabalho na floresta: uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2004.

SANTOS, Sérgio Ferreira dos. **Arqueologia no vale do rio Vermelho**. 2000. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. União da Vitória: ed. do autor, 1933.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução: Marly Winckler; revisão técnica: Rita Paixão. Ed. rev. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.

SOUZA, Fredericindo Marés de. **Os fundamentos históricos do Município de Paula Freitas**. Curitiba: Arte e Letra, 2004.

THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX**. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: história da ferrovia no contestado**. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

THOREAU, Henry David. **Desobedecendo: a desobediência civil & outros escritos.** Tradução, organização e introdução: Jose Augusto Drummond. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

THOREAU, Henry David. **Walden, ou a vida nos bosques.** Tradução: Astrid Cabral. São Paulo: Aquariana, 2001.

TONON, Eloy. **Ecos do Contestado: Rebeldia Sertaneja.** Palmas (PR): Kayganguê, 2002.

TONON, Eloy. Os monges no imaginário coletivo. **Luminária**, União da Vitória, n.6. 2003. p.7-17.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil.** Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado.** 2ª ed. Caçador (SC): Universidade do Contestado - UnC, 2000.

VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng.** Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2004.

WORSTER, Donald. **John Muir e a paixão moderna pela natureza.** Tradução: Jó Klanovicz. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p.84-96.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991. p.198-215.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e sociedade**, v.5, n.2. 2003. p.23-44.

Anexos

Anexo 1 – Remanescentes florestais em municípios da região de União da Vitória, de acordo com Castella e Brites.

Município	Área (ha)	Estágios sucessionais			Predomínio de Pinheiros	Reflorestamento
		Inicial	Médio	Avançado		
Bituruna	123.942,2	31.435,4	23.721,1	1.873,8	1.705,9	4.469,3
Cruz Machado	147.935,6	19.715,6	30.169,9	172,5	2.625,6	5.915,7
General Carneiro	106.794,7	28.364,1	24.438,5	710,9	5.300,6	10.707,3
Palmas	155.379,9	16.057,0	25.088,0	8.128,0	2.749,0	3.859,0
Paula Freitas	43.119,1	7.685,0	7.275,0	-	1.403,0	759,0
Porto Vitória	21.379,5	6.054,8	4.068,6	6,5	1,5	1.066,8
União da Vitória	70.199,0	19.546,4	17.494,6	101,3	1.305,4	1.994,4

FONTE: CASTELLA, Paulo R.; BRITZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**/ Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 226-230.

Obs: é preciso lembrar que entre esses municípios Palmas é o único com grandes áreas de campos naturais de altitude. Palmas também possui, de acordo com Castella e Brites, a maior área de floresta de araucária em estágio avançado, que são as florestas mais próximas das originais, entre os municípios paranaenses. De qualquer forma, revela a precariedade das matas de araucária mesmo entre municípios considerados com boa cobertura florestal no âmbito geral.

Anexo 2 – Remanescentes florestais nos municípios da região de União da Vitória e Porto União de acordo com o Atlas da Mata Atlântica, da Fundação SOS Mata Atlântica.

Município	Florestas (ha)	% da área do município com cobertura florestal
Bituruna	68.968	57
Calmon	21.233	33
Cruz Machado	79.194	54
General Carneiro	56.909	53
Irineópolis	19.322	33
Matos Costa	17.793	48
Palmas	57.445	36
Paula Freitas	14.133	34
Porto União	38.279	41
Porto Vitória	9.837	49
União da Vitória	40.991	56

FONTE: <www.sosmatatlantica.org.br.> Acesso em: 25 fev 2006.

Obs: para avaliar esses dados é preciso considerar que Palmas tem grandes áreas de campos naturais, e Calmon e Matos Costa também possuem algumas áreas de campos. Chama a atenção nesses dados a diferença significativa entre essa avaliação e a de Castella e Britez para os municípios de Bituruna e Cruz Machado. É provável que a diferença se deva a algum equívoco na divulgação dos dados ou a alguma diferença fundamental na metodologia de pesquisa utilizada.

Anexo 3 - Instalações da serraria Matarazzo, em Concórdia, município de União da Vitória.
(sem data).



FONTE: Fundação de Cultura e Turismo de União da Vitória.

